

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE TEORIAS LINGUÍSTICAS E LITERÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E DOUTORADO)

RAFAEL LUCAS SANTOS DA SILVA

**É O COLAPSO, SEU EDGAR! VIOLÊNCIA SISTÊMICA, FORACLUSÃO DO
EMPREGO FORMAL E O REAL DO ANTAGONISMO TRAUMÁTICO:
UM ESTUDO SOBRE ANA PAULA MAIA PELO PRISMA DO MATERIALISMO
LACANIANO**

MARINGÁ - PR
2024

RAFAEL LUCAS SANTOS DA SILVA

**É O COLAPSO, SEU EDGAR! VIOLÊNCIA SISTÊMICA, FORACLUSÃO DO
EMPREGO FORMAL E O REAL DO ANTAGONISMO TRAUMÁTICO:
UM ESTUDO SOBRE ANA PAULA MAIA PELO PRISMA DO MATERIALISMO
LACANIANO**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marisa Corrêa Silva

MARINGÁ — PR

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586v

Silva, Rafael Lucas Santos da

É o calapso, seu Edgar! Violência sistêmica, Foraclusão do emprego formal e o Real do antagonismo traumático : um estudo sobre Ana Paula Maia pelo prisma do Materialismo Lacaniano / Rafael Lucas Santos da Silva. -- Maringá, PR, 2024.

276 f. : figs.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Corrêa Silva.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Materialismo Lacaniano. 2. Literatura brasileira contemporânea. 3. Teoria literária. 4. História social do trabalho. I. Silva, Marisa Corrêa, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 801.95

Márcia Regina Paiva - CRB-9/1267


RAFAEL LUCAS SANTOS DA SILVA

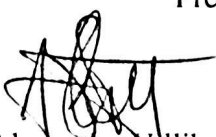
É O COLAPSO, SEU EDGAR! VIOLÊNCIA SISTÊMICA, FORACLUSÃO DO EMPREGO FORMAL E O REAL DO ANTAGONISMO TRAUMÁTICO: UM ESTUDO SOBRE ANA PAULA MAIA PELO PRISMA DO MATERIALISMO LACANIANO.


Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: **Estudos Literários.**


Aprovada em Maringá, **23 de fevereiro de 2024.**

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Marisa Corrêa Silva
Presidente da Banca (UEM/PLE)


Prof. Dr. Alexandre Villibor Flory
Membro Titular (UEM/PLE)


Prof.ª Dr.ª Érica Fernandes Alves
Membro Titular (UEM)


Prof. Dr. Diego Luiz Miiller Fascina
Membro Externo (UNESPAR – Campo Mourão/PR)

Prof.ª Dr.ª Gabriela Bruschini Grecca
Membro Externo (UEMG – Divinópolis/MG)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marisa Corrêa Silva, por ter me acolhido no programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), possibilitando uma trajetória de crescimento acadêmico e pessoal. Já se passaram 6 anos desde que apareci repentinamente, e, desde então, tive a oportunidade de aprender sobre o Materialismo Lacaniano e trabalhar com a obra de Slavoj Žižek, realizando o mestrado e agora o doutorado. Sou grato pelo conhecimento compartilhado. Foram anos cruciais para a minha formação. Agradeço pela confiança e apoio ao longo dessa trajetória, pela paciência e respeito que foram fundamentais para que eu tivesse segurança quando os caminhos se bifurcam no bosque da ficção.

Alexandre Villibor Flory e Diego Miller Fascina, cujos questionamentos durante a qualificação enriqueceram o desenvolvimento desta tese, e também por aceitarem a continuar o diálogo na banca de defesa. Érica Fernandes Alves e Gabriela Bruschini Grecca por aceitarem o convite para compor a banca de defesa pública. A escolha de cada um de vocês deveu-se à certeza pela contribuição para o aprimoramento desta pesquisa.

Agradeço à minha cúmplice, amiga e companheira, Larisse Marques Domingues, pelo amor, pela convivência, pela amizade, pela troca intelectual, pela paciência e por tudo o mais que faz compartilhar da vida com você uma experiência de alegria.

À minha família, que sempre me apoiou em minhas decisões e caminhos.

Agradeço o apoio que este trabalho recebeu da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Universidade Estadual de Maringá (UEM) pela oportunidade de estar vinculado a essa instituição de ensino público e gratuito de qualidade excepcional.

*Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína*
(Caetano Veloso, 1991).

Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o seu horizonte é a organização social brasileira (Roberto Schwarz, 1977).

A consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência do direito a seus direitos, cuja efetividade esteve sempre em processo e, nesse sentido, foi sempre e renovadamente utópica (Adalberto Cardoso, 2010)

A história recente do Brasil será, pois, a história do colapso do último grande modelo de conciliação da democracia liberal. Coube ao Brasil a honra duvidosa de terminar um ciclo mundial de forma catastrófica. Coube ao Brasil realizar o que dizia T.S. Eliot: "É desta forma que o mundo termina, não com um estrondo, mas com um lamento" (Vladimir Safatle, 2017).

A percepção ideológica atual é que o trabalho em si (o trabalho manual em contraposição à atividade "simbólica") e não o sexo, tornou-se o lugar da indecência obscena que é preciso esconder do olhar do público. (Slavoj Žižek, 2003)

RESUMO

Esta tese apresenta resultados de uma pesquisa sobre a produção artística da escritora Ana Paula Maia (1977 -), centrando interesse em compreender e interpretar como ocorre a figuração do trabalho e de trabalhadores. Para *corpus* de análise, foram selecionadas fundamentalmente duas narrativas, a saber: “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, publicada em 2009, e *De gados e homens*, publicado em 2013. As propostas interpretativas foram elaboradas a partir da perspectiva teórico-crítica do Materialismo Lacaniano, mobilizando estratégias críticas para que as leituras fossem realizadas na mediação entre forma literária e processo histórico-social. A escolha desse *corpus* foi porque ambas narrativas possuem o mesmo protagonista, Edgar Wilson, para cuja trajetória concluímos a foraclusão do mercado de trabalho formal, o que barra seu acesso a um campo simbólico estruturado por direitos sociais e do trabalho, vivência que corresponde à uma lógica de desintegração, a partir da qual o assalariamento formal já não estrutura o conjunto de relações sociais e econômicas. Por sua vez, buscamos evidenciar que essa foraclusão do mercado formal na trajetória de Edgar Wilson também implica um antagonismo traumático, com consequências tanto para o ponto de vista do narrador, conseqüentemente o discurso narrativo, quanto para a vivência Imaginária e Simbólica dos personagens. Atentando-se à posição do narrador como estruturador das narrativas, tendo como eixo o ponto de vista para construção da perspectiva diegética e andamento da narração, foi possível a identificação de diferentes posições frente à tensão do traumático antagonismo social presente na matéria do trabalho: na primeira narrativa, o narrador produz a narração na recusa (*Verleugnung*) do antagonismo, enquanto na narrativa do romance temos o narrador produzindo a narração com recalque (*Verdrängung*) do antagonismo. Visto isso, dividimos a leitura interpretativa em dois momentos: (1) na abordagem de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” visamos caracterizar o que denominamos fascínio do narrador pela violência subjetiva, decorrente da hipótese de que o ponto de vista do narrador dessa narrativa é estruturado através do “engodo fascinante da violência subjetiva” (Žižek, 2014), cujo resultado é que a própria matéria do trabalho seja elidida e retirada da centralidade da perspectiva diegética. Com isso, defendemos que esse fascínio do narrador pela violência subjetiva “é um mero fetiche cuja presença fascinante e cativante mascara o Real estrutural insuportável do antagonismo social” (Žižek, 2017); (2) com a abordagem do romance *De gados e homens*, é possível apreender uma reconstrução do discurso narrativo, deixando de lado o estilo brutalista que intensificava fascínio do narrador pela violência subjetiva, de modo que uma racionalidade da informalidade forçosamente se aproximará da cena do enunciado. Com isso, decorre a hipótese de que ocorreu um importante avanço na formalização literária, que irá assegurar uma “redução estrutural” de relações sociais do processo histórico-social. Com base nisso, o elemento-chave implica a presença de uma “violência sistêmica”, lida em paralelo da noção de colapso da modernização, que segundo Schwarz (1999) provocou novas formas de sociabilidade em decorrência da “falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade [brasileira] de alto a abaixo, abre um período específico, essencialmente moderno [...]”, como “uma realidade material da história contemporânea” (Schwarz, 1999). Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa demandou uma articulação interdisciplinar, e teve o caráter qualitativo, de natureza aplicada e com propósito exploratório e explicativo. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir: com a fortuna crítica da escritora Ana Paula Maia; para a relevância da perspectiva teórico-crítica do Materialismo Lacaniano; bem como para o debate, ainda escasso no campo da crítica literária, sobre o tópic do trabalho na literatura.

Palavras-chave: Ana Paula Maia; Literatura brasileira contemporânea; Materialismo Lacaniano; Slavoj Žižek; Colapso da modernização; Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

This thesis brings the results of researching the artistic production of writer Ana Paula Maia (1977-), focusing on understanding and interpreting how the depiction of work and workers occurs. Two narratives were selected for the analysis: *Entre rinbas de cachorros e porcos abatidos*, published in 2009, and *De gados e homens*, published in 2013. The interpretative hypotheses were developed from the theoretical-critical perspective of Lacanian Materialism, mobilizing critical strategies to conduct readings of the mediation between literary form and historical-social process. The reason for choosing this *corpus* is that both narratives have the same protagonist, Edgar Wilson, whose trajectory concludes with the foreclosure of the formal labor market, blocking his access to a symbolic field structured by social and labor rights, an experience corresponding to a logic of disintegration in which formal wage employment no longer structures the set of social and economic relations. In turn, we sought to show that this foreclosure of the formal market in Edgar Wilson's trajectory also implies a traumatic antagonism with consequences for both the narrator's point of view and the narrative discourse, as well as for the Imaginary and Symbolic experience of the characters. Paying attention to the position of the narrator as the narrative's structurer, with the point of view as the axis for constructing the diegetic perspective and narrative progression, it was possible to identify different positions in the face of the tension of traumatic social antagonism present in the labor material: in the first narrative, the narrator produces the narration in the denial (*Verleugnung*) of antagonism, while in the novel's narrative, the narrator produces the narration with the repression (*Verdrängung*) of antagonism. Given this, we divided the interpretive reading into two moments: (1) In the approach to *Entre rinbas de cachorros e porcos abatidos*, we aim to characterize what we call the narrator's fascination with subjective violence, resulting from the hypothesis that the narrator's point of view in this narrative is structured through the “fascinating deceit of subjective violence” (Žižek, 2014), with the result that the labor material itself is elided and removed from the central perspective of the diegesis. We argue that this narrator's fascination with subjective violence “is a mere fetish whose fascinating and captivating presence masks the unbearable structural Real of social antagonism” (Žižek, 2017); (2) With the approach to the novel *De gados e homens* it is possible to grasp a reconstruction of the narrative discourse, leaving aside the brutalist style that intensified the narrator's fascination with subjective violence, so that a rationality of informality will necessarily approach the scene of the enunciation. From this, the hypothesis arises that there is significant progress in literary formalization, which will ensure a “structural reduction” of social relations in the historical-social process. Based on this, the key element implies the presence of “systemic violence”, read in parallel with the notion of the collapse of modernization, which, according to Schwarz (1999), led to new forms of sociability due to the “failure of developmentalism, which had revolutionized [Brazilian] society from top to bottom, opening up a specific, essentially modern period...” as “a material reality of contemporary history” (Schwarz, 1999). As for the approach, this research required an interdisciplinary articulation and has a qualitative, applied nature, with exploratory and explanatory purposes. Hopefully, the results of this research will contribute to the critical understanding of Ana Paula Maia's works and to the relevance of Lacanian Materialism theoretical-critical perspective of, as well as to the (still scarce) debate on the topic “work in literature” in the field of Brazilian literary criticism.

Keywords: Ana Paula Maia; Lacanian Materialism; Contemporary Brazilian literature; Slavoj Žižek; Collapse of modernization; Precarization of work.

RESUMEN

Esta tesis presenta los resultados de una investigación sobre la producción artística de la escritora Ana Paula Maia (1977 -), centrándose en comprender e interpretar cómo se representa el trabajo y los trabajadores. Para el corpus de análisis, se seleccionaron principalmente dos narrativas: "Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos", publicada en 2009, y "De gados e homens", publicada en 2013. Las propuestas interpretativas se desarrollaron desde la perspectiva teórico-crítica del Materialismo Lacaniano, movilizandoo estrategias críticas para llevar a cabo lecturas en la mediación entre la forma literaria y el proceso histórico-social. La elección de este corpus se debió a que ambas narrativas tienen el mismo protagonista, Edgar Wilson, cuya trayectoria concluye con la exclusión del mercado laboral formal, bloqueando su acceso a un campo simbólico estructurado por derechos sociales y laborales, una experiencia que corresponde a una lógica de desintegración en la que el empleo asalariado formal ya no estructura el conjunto de relaciones sociales y económicas. A su vez, buscamos mostrar que esta exclusión del mercado formal en la trayectoria de Edgar Wilson también implica un antagonismo traumático, con consecuencias tanto para el punto de vista del narrador, y en consecuencia el discurso narrativo, como para la vivencia Imaginaria y Simbólica de los personajes. Al prestar atención a la posición del narrador como estructurador de las narrativas, con el punto de vista como eje para construir la perspectiva diegética y la progresión narrativa, fue posible identificar diferentes posiciones frente a la tensión del traumático antagonismo social presente en la materia del trabajo: en la primera narrativa, el narrador produce la narración en la negación (Verleugnung) del antagonismo, mientras que en la narrativa de la novela, el narrador produce la narración con la represión (Verdrängung) del antagonismo. Dado esto, dividimos la lectura interpretativa en dos momentos: (1) En el enfoque de "Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos", buscamos caracterizar lo que llamamos la fascinación del narrador por la violencia subjetiva, resultado de la hipótesis de que el punto de vista del narrador en esta narrativa está estructurado a través del "engaño fascinante de la violencia subjetiva" (Žižek, 2014), con el resultado de que el propio material de trabajo se elide y se retira de la centralidad de la perspectiva diegética. Sostenemos que esta fascinación del narrador por la violencia subjetiva "es simplemente un fetiche cuya presencia fascinante y cautivadora enmascara el Real estructural insoportable del antagonismo social" (Žižek, 2017); (2) Con el enfoque en la novela "De gados e homens", es posible apreciar una reconstrucción del discurso narrativo, dejando de lado el estilo brutalista que intensificaban la fascinación del narrador por la violencia subjetiva, de modo que una racionalidad de la informalidad se acercará necesariamente a la escena del enunciado. A partir de esto, surge la hipótesis de que se produce un importante avance en la formalización literaria, que asegurará una "reducción estructural" de las relaciones sociales en el proceso histórico-social. Sobre esta base, el elemento clave implica la presencia de una "violencia sistémica", leída en paralelo con la noción de colapso de la modernización, que, según Schwarz (1999), condujo a nuevas formas de sociabilidad debido al "fracaso del desarrollismo, que había revolucionado [la sociedad brasileña] de arriba abajo, abriendo un período específico, esencialmente moderno..." como "una realidad material de la historia contemporánea" (Schwarz, 1999). En cuanto al enfoque, esta investigación requirió una articulación interdisciplinaria y tuvo un carácter cualitativo, de naturaleza aplicada con propósitos exploratorios y explicativos. Se espera que los resultados de esta investigación puedan contribuir: con la comprensión crítica de la escritora Ana Paula Maia y a la relevancia de la perspectiva teórico-crítica del Materialismo Lacaniano, así como al aún escaso debate en el campo de la crítica literaria brasileña sobre el tema del trabajo en la literatura.

Palabras-clave: Ana Paula Maia; Literatura brasileña contemporánea; Materialismo Lacaniano; Slavoj Žižek; Colapso de la modernización; Precarización del trabajo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - GRÁFICO REVISTA CULT, COM BASE NA PESQUISA PERSONAGENS DO ROMANCE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	37
--	-----------

SUMÁRIO

PREÂMBULO	11
CAPÍTULO I — “A INDECÊNCIA OBSCENA QUE É PRECISO ESCONDER DO OLHAR DO PÚBLICO”: O DÉFICIT E OS IMPASSES DA PRESENÇA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LITERATURA	21
1.1 Origens da Pesquisa	21
1.1.1 Providências iniciais	26
1.2 O Déficit	31
1.3. Problemáticas e Equacionando pressupostos.....	41
1.3.1 Ana Paula Maia e a figuração de trabalhadores. Mas quais trabalhadores?.....	44
1.3.1.1 Forclusão de mercado formal e racionalização da informalidade	48
1.3.2 Tal trabalhador, qual narrador?	53
1.3.3 Traumático antagonismo social e a "brutalidade do real da violência desregrada"	60
CAPÍTULO II - INTERROGANDO ŽIŽEK: O PROJETO INTELECTUAL E O MATERIALISMO LACANIANO	66
2.1 Por que Žižek?	66
2.1.1 “Fetichismo do tesouro oculto” da subjetividade? Não, obrigado!	68
2.1.2 Confrontar “o falso dualismo entre objetividade e subjetividade” na crítica literária.....	70
2.1.3 Além da “oratória fúnebre”	74
2.1.4 Da Filosofia Política aos Estudos Literários.....	77
2.2. Narrativa, trabalho e o Real do antagonismo	80
2.2.1 Mancha anamórfica e a problemática do ponto de vista. Impasses?	85
2.2.3 Onde te ocultas, precária síntese?.....	88
2.2.4 De abatedouro a abatedouro, o antagonismo traumático de uma violência sistêmica	97
CAPÍTULO III — O COLAPSO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E OS DILEMAS DE UM MERCADO DE TRABALHO EXCLUDENTE	102
3.1 Precarização estrutural do trabalho e rumo à informalidade	102
3.2 Antagonismo traumático e as fraturas subjetivas de uma fração de classe degradada.....	105
CAPÍTULO IV — “ENTRE RINHAS DE CACHORROS E PORCOS ABATIDOS”: VIOLÊNCIA SUBJETIVA E O SIGNIFICANTE-MESTRE COMO ESTRUTURADOR DE UMA TRANSGRESSÃO INERENTE	114
4.1 O narrador e fascínio pela violência subjetiva.....	115
4.2 Brutalismo Descafeinado	125
4.3 O Significante-Mestre e a transgressão inerente.....	143
CAPÍTULO V — DE GADOS E HOMENS: VIOLÊNCIA SISTÊMICA E O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO A PARTIR DE UM ABATEDOURO	161
5.1. Rumo ao Matadouro Touro do Milo: da recusa (Verleugnung) ao recalque (Verdrängung) do traumático antagonismo social.....	162
5.2. Terra ignota.....	166
5.3. Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa”	180
5.3.1 Gestão do “horror desmedido”	203
5.4. É o colapso, seu Edgar.....	225
PERSPECTIVAS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS	259

PREÂMBULO

As duas narrativas postas em foco nesta pesquisa — “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”¹ (2009) e *De gados e homens* (2013) da escritora Ana Paula Maia — possuem como principal matéria o trabalho, ligado a uma noção de colapso social, que foi analisado com o aporte teórico-crítico do Materialismo Lacaniano de Slavoj Žižek. Ao assumir trabalhadores como protagonistas, Ana Paula Maia (1977 -) situa-se de forma peculiar e dissonante no panorama contemporâneo predominante de produção literária, com narrativas que possuem a demarcação de uma busca de formalização estética de relações de trabalho na prosa ficcional que não vemos na tradição brasileira desde os anos 1930², conforme acreditamos ser possível aquilatar a partir das pesquisas de Bueno (2016), Cabral (2019), Fogal e Araújo (2020), Lafetá (2004), Vecchi (2014) e Dalcastagnè (2002, 2005, 2012, 202).

À qual compreensão da sociedade brasileira contemporânea nos conduz a ficção da escritora Ana Paula Maia? Como compreender a especificidade pela qual a matéria ficcional do trabalho nas narrativas do nosso *corpus* é formalizada esteticamente em relação à própria especificidade do desenvolvimento histórico-social do trabalho na sociabilidade brasileira? Como se aproximar e caracterizar as relações entre literatura e trabalho? E isso feito a partir da corrente teórico-crítica do Materialismo Lacaniano? Quais configurações libidinais da subjetividade estão atreladas ao processo de precarização do trabalho e colapso social, conforme representado nas narrativas? A partir destas questões, muitas outras surgiram permitindo auxiliar na orientação desta pesquisa.

Assim, ao se concordar com a asserção žižekiana a seguir, o(a) leitor(a) teria em mãos uma pesquisa “obscena” pelo fato de o trabalho, enquanto matéria ficcional e histórica, tornar-se nosso tema de interesse desta pesquisa. Isso porque, em um esquadro de uma sociedade “pós-ideológica” dos nossos dias, “o trabalho (trabalho manual oposto à atividade ‘simbólica’ da produção cultural) e não o sexo apresenta-se em si mesmo como o lugar de uma indecência obscena que deve ser escondida dos olhos do público” (Žižek, 2004, p. 104, tradução nossa).

¹ Mencionaremos esta narrativa sempre com aspas, uma vez que ela pertence a uma coletânea homônima, que reúne duas narrativas distintas. O título da obra é *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*, com a narrativa homônima e também com a narrativa “O trabalho sujo dos outros”. As aspas que sempre utilizamos é justamente para fixar que apenas uma narrativa é interpretada.

² Desde já, também frisamos que ao tratar de ausências estamos nos referindo aos textos narrativos. Desejamos frisar tal aspecto em vista da importante orientação recebida no exame de qualificação: o professor Alexandre Flory destaca que no teatro a questão muda bastante. Grupos teatrais ligados a movimentos sociais possibilitam que a questão do trabalho surja com força na estetização.

A noção de “obscenidade” é tomada pelo filósofo esloveno como analogia da invisibilidade em que se encontram os processos de trabalho (Žižek, 2004). Esse raciocínio do filósofo se exprime ainda quando relata uma anedota ocorrida em Londres, na ocasião em que participava de um congresso sobre o comunismo: “algumas pessoas do público expressaram a reclamação de que havia apenas uma mulher entre os participantes, e mais, nenhuma pessoa negra e ninguém da Ásia”, até aqui observações legítimas de representatividade, — sendo que o intrigante da situação destacado por Žižek (2018) é, pois, que em objeção “Badiou observou que era estranho ninguém estar incomodado com o fato de que não havia trabalhadores entre os participantes, especialmente dado que o tema era Comunismo” (Žižek, 2018, p. 199). Por que a ocorrência deste lapso? — Ou ainda, no mesmo tom do esloveno, Eagleton (2016) alega que contemporaneamente “entre estudantes da cultura, o corpo é um tópico imensamente chique, na moda, mas é, em geral, o corpo erótico, não o esfomeado. Há um profundo interesse por corpos acasalados, mas não pelos corpos trabalhadores” (Eagleton, 2016, p. 12).

Embora sobressaindo o tom de *boutade*, os enunciados são sintomáticos de uma inquietação e percepção de uma drástica ausência. “Onde está o trabalho sobre as culturas contemporâneas da classe trabalhadora?”³, indaga-se a pesquisadora Munt (2000), declarando haver uma escassez de atenção crítica a questões de classe e sobremaneira de representação da classe trabalhadora, mesmo nos Estudos Culturais⁴, que foi um campo que possibilitou importante debate público sobre a posição social das mulheres, sobre a questão racial e gênero/sexualidade e que, todavia, não buscou “um clamor equivalente por representação da classe trabalhadora” (Munt, 2000, p. 7; 9, traduções nossa⁵). Um aspecto que, por sua vez, implica “o ritmo pós-moderno de pensar a identidade sem nenhum vínculo de classe” (Cevasco, 2015, p. 100), “como se a consciência existisse de um lado de um divisor de águas e nossas atividades sociais de outro” (Eagleton, 2012, p. 121).

De igual modo, em *Culture in the Age of Three Worlds*, Denning (2004) considera que um dos caminhos menos percorridos pelos estudos culturais (período pós-institucionalização) foi o da análise das representações do trabalho, da classe trabalhadora e

³ No original: “Where is the work on contemporary working-class cultures?” (Munt, 2000, p. 7)

⁴ Importante destacar que essa observação está relacionada ao período pós-institucionalização dos Estudos Culturais, ou como se refere o próprio Žižek (2013d), “a passagem dos estudos culturais ingleses para os norte-americanos [...] cujo funcionamento socioideológico é completamente diferente” (Žižek, 2013d, p. 156). Sobre isso, em *Estudos culturais: fim de linha ou aposta na relevância?* Maria Elisa Cevasco elabora um percurso dos Estudos Culturais, desde a década de 1950, na Grã-Bretanha, até a atualidade, focalizando o apagamento da dimensão de classe, justamente quando sai do horizonte da disciplina o objetivo de mudança política, como respaldo da leitura cultural.

⁵ No original: “Whereas there has been public debate for the last twenty years on positive images of women, people of colour, and gays and lesbians, there has been no such equivalent clamour for working-class representation” (Munt, 2000, p. 9). A argumentação da autora avança a ponto de refletir se tal condição não estaria relacionada com “is the tenuous installation of working-class academics within universities who are encouraged to see ‘others’, but not themselves. This reflects a poverty of representation, attached to the vaunted death of Marxism, the Thatcherite/Blairite project to assert that Britain is now a classless society, and the bourgeoisification of a profession which demands that upward mobility, connected to dreams of escape, entails a personal rewriting of one’s own biographical habitus” (Munt, 2000, p. 8).

das relações entre cultura e trabalho. Por outro lado, Denning (2004) também indica esta ausência na própria produção cultural, o que glosa ironicamente, — que se “um alienígena”, ao chegar no planeta terra, buscasse “conhecimento sobre a raça humana” assistindo todos os filmes de uma videolocadora, concluiria que passamos “a maior parte do tempo ocupada em fazer amor, não em trabalhar”. Por isso, considera a questão como um “labirinto de complexidades — o labirinto formado por capital, trabalho e cultura — [que] continua sendo o desafio para os estudos culturais como disciplina emancipatória” (Denning, 2004, p. 96, tradução nossa⁶).

Além de qualquer polêmica que os enunciados possam suscitar, o ponto crucial pelo qual os resgatamos é devido a certa constatação de uma *dupla ausência*: tanto de crítica (dentro dos estudos literários), quanto de produção artística acerca das relações de trabalho. Os enunciados chamam atenção, gerando uma perplexidade produtiva de investigação.

Do ponto de vista teórico, o dilema e as ausências assinaladas já dizem respeito à própria fortuna crítica da escritora Ana Paula Maia. Por ser uma escritora contemporânea, que estreou no campo literário brasileiro em 2003, ainda é bastante exígua a fortuna crítica composta sobre sua produção literária. Ademais, das pesquisas existentes é uma porcentagem pequena que de fato se debruçaram nas questões concernentes a representação do trabalho em suas obras; fato surpreendente, uma vez que, do ângulo autoral, houve uma trilogia (“A Saga dos Brutos”) que a escritora assinalou, explicitamente, ter sido elaborada com o “fundamento de expor como o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa” (Maia, 2011, s./p.).

Em artigo que busca analisar o tratamento conferido às temáticas mais recorrentes no romance contemporâneo de autoria feminina, Zolin (2021) deixa claro que “das tintas de Maia escorrem trabalhadores abrutalhados do subúrbio, sem instrução, pouco afeitos aos afetos, desempenhando funções embrutecedoras”, de modo que “a produção artística de Maia parece suprir uma lacuna na literatura de autoria feminina brasileira contemporânea, na medida em que confere um novo olhar e, sobretudo, visibilidade ao universo desses trabalhadores bestializados” (Zolin, 2021, p. 31-32).

Contudo, aspecto intrigante, conseqüentemente, é que a constatação da marcante presença de trabalhadores não se tornou ainda produtiva em abordagens críticas. Não só uma lacuna, como também é possível apreender certas impropriedades e dificuldades na parcela de pesquisas que buscaram se debruçar nas questões concernentes a representação do trabalho, ao concordarmos com a perspectiva crítica materialista que Schwarz (2000) sintetiza, observando que a lógica estrutural das relações sociais se converte em princípio

⁶ No original: “That maze of complexity - the labyrinth of capital, labor, and culture — remains the challenge of an emancipatory cultural studies” (Denning, 2004, p. 96).

formal da obra literária, no sentido em que a matéria ficcional trabalhada pelos escritores “é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social que deve sua existência” (Schwarz, 2000, p. 31).

Mediante isso, o crítico argumenta que “os passos críticos dependem de uma análise precisa das relações sociais”, de modo que, a partir dessa perspectiva, assinalou haver “um fato característico da crítica brasileira”, a saber, “é que nela, frequentemente de intenção muito social, praticamente não há análise de relações sociais” (Schwarz, 1999, p. 230).

Concordando com essa concepção, podemos propor que a consideração do nexos histórico-social dos procedimentos artísticos empregados na composição das narrativas “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens* foi pouco explorada pelos estudos literários. A presente pesquisa buscou prosseguir nessa direção, inserida na Linha denominada “Literatura e Historicidade”, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, almejando contribuir com a fortuna crítica da escritora Ana Paula Maia.

Um esforço crítico importante e necessário para realizar essa contribuição foi atestar o pressuposto que a escritora, ao realizar uma inflexão autoral de trazer trabalhadores como protagonistas, constitui uma exceção que foge à regra da produção literária contemporânea (e não somente pelo ângulo da autoria feminina, conforme Zolin (2021) já havia compreendido), resultando no subcapítulo “1.2. O Déficit”. Para isso, foi necessário dar lastro histórico e literário ao dilema que constitui a relação, na maioria das vezes irresolvida, entre literatura e a particularidade social da matéria ficcional do trabalho. Disso surgiu interesse na noção žižekiana “anamorfose ideológica”, conforme abordado no subcapítulo “2.2.1 Mancha anamórfica e a problemática do ponto de vista. Impasses?”. Esse objetivo se justifica também em contribuir para uma lacuna ainda presente nos estudos literários, conforme o reconhecimento tácito das ausências relatadas inicialmente, com potenciais conflitos e do desconcertante *status* frágil das condições do horizonte a ser explorado⁷.

⁷ Em periódicos científicos voltados para área dos Estudos Literários, inicialmente buscamos o índice dos dossiês temáticos, independente da classificação do *qualis*, para vermos uma possível abrangência quantitativa e tendo em vista também que dossiês implicam a relevância e legitimidade da produção científica em determinada área e temática. Até onde foi possível investigar, encontrou-se apenas um, no momento de início da escrita, porém em junho de 2023, foi lançado o segundo) a edição do volume 27, nº 2, do periódico **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, que organizou no segundo semestre de 2018 dossiê dedicado ao tema do trabalho na literatura brasileira. A organização foi realizada pelos professores pesquisadores Marcos Rogério Cordeiro (UFMG), Luis Alberto Nogueira Alves (UFMG) e Enrique Rodrigues-Moura (Universidade de Bamberg - Alemanha), e contemplou a publicação de seis artigos e uma entrevista com o escritor Luiz Ruffato. Na “Apresentação” os organizadores construíram a justificativa do dossiê partindo da reflexão de que “o trabalho deixou de ser um espaço de autorrealização e de significação do mundo” com o advento do neoliberalismo econômico a partir da década de 1980 (Cordeiro, Alves e Rodrigues-Moura, 2018, p. 7). Declaram ainda que a literatura “pode ser um excelente espelho para, no âmbito da ficção, descrever, criticar e até sonhar as relações que os indivíduos estabelecem com o trabalho” (Cordeiro, Alves e Rodrigues-Moura, 2018, p. 8). Dessa maneira, a “categoria trabalho”, conforme os organizadores mencionam, faz parte de uma “reflexão crítica da arte e da sociedade” como “um dispositivo importante na luta pela democracia e pela liberdade” (Cordeiro, Alves e Rodrigues-Moura, 2018, p. 8). Não se presencia na “Apresentação” dos autores a alusão acerca dessa área de investigação, apontado baixas ou crescente número de publicações e divulgação científica. Ao nos voltarmos para a entrevista realizada pelos organizadores com o escritor Luiz Ruffato, depreende-se dos organizadores a afirmação “A literatura não parece entender o tema do trabalho como algo representativo das principais preocupações da sociedade ou como matéria relevante para representá-la” como ponto de partida para elaboração de uma pergunta, com a qual Ruffato concorda, justificando pelo fato da produção literária ser realizada em sua grande maioria pelas “classes média e alta”. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/issue/view/651

Dessa maneira, é possível demarcar a densidade da problemática de uma relação tensa e contraditória que ao longo da história gerou diferentes impasses para escritores que pretenderam lidar com a matéria do trabalho e a forma romance, embasando a necessidade de uma abordagem que não se contente com intenções meramente subjetivas do ângulo autoral⁸. Com isso, temos o objetivo de pôr em foco justamente os impasses enfrentados pela escritora na transposição para o plano estético do que foi declarado como proposta autoral, que permite discutir sobre a eficácia ou eventual defasagem entre a aspiração e realização artística.

Em virtude disso, as duas narrativas selecionadas para nossa leitura possuem o personagem Edgar Wilson como protagonista. Em *live* organizada pela Editora Companhia das Letras e realizada em setembro de 2021, sobre a publicação do romance *De cada quinhentos uma alma*, Ana Paula Maia declarou que “Edgar Wilson é o grande personagem da minha literatura. Eu não consigo abrir mão dele”⁹. De fato, o conjunto das narrativas de Ana Paula Maia tem em Edgar Wilson um de seus personagens mais representativos. Alcançou espaço privilegiado na construção artística da escritora¹⁰, tornando-se paradigmático da experiência crônica de precariedade, de modo que a figura de Edgar Wilson articula uma rede de ligações temáticas e formais que atravessam a obra ficcional de Ana Paula Maia.

No que se refere às duas narrativas selecionadas, propomos a hipótese de que ocorre um importante avanço na formalização literária. Embora tenhamos o mesmo protagonista, Edgar Wilson, isso não decorre por um mecanismo pulsional. De acordo com Žižek (2020), a pulsão é “compulsivamente repetitiva”; a partir dela “caímos em um ciclo contínuo, retornamos repetidamente ao mesmo ponto, enquanto o desejo implementa uma interrupção, abrindo uma nova dimensão” (Žižek, 2020, p. 22, tradução nossa). Nesse sentido, é que mesmo mantendo o Edgar Wilson como protagonista, houve “interrupção”, de modo que as duas narrativas se diferenciam completamente, havendo somente em *De*

Como mencionado acima, em junho de 2023 (e apenas em agosto o pesquisador tomou conhecimento), já na fase de andamento final da presente pesquisa, foi lançado pela **Opiniões — Revista dos alunos de literatura brasileira**, o dossiê *As mãos das obras: representações do trabalhador urbano na literatura brasileira*, na edição n. 22. Conforme os organizadores, o ponto de partida do dossiê foi os 90 anos de publicação de *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, e *Cacau*, de Jorge Amado. Desse modo, é proposto pelos organizadores o objetivo de “recuperar o debate em torno da estética proletária, circunscrevendo-o historicamente, buscando elucidar seus alcances, seus limites e suas reverberações dentro do sistema da literatura brasileira”. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/issue/view/12913>

⁸ O pressuposto aqui é que a obra artística não é apenas uma expressão individual. Trata-se de um produto das relações sociais concretas de uma sociedade em um momento específico no tempo e espaço. Nesse sentido é que compreendemos a argumentação de Eagleton (2011), de que “as obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos de psicologia dos autores”, se constituem, na realidade, em “formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo, a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época”, de modo que “essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos; é o modo como essas relações de classe são legitimadas e perpetuadas” (Eagleton, 2011, p. 19-20).

⁹ A *live* consta no Canal da Companhia das Letras no Youtube, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_hFnyi3F48&t=8s

¹⁰ Após surgir para os leitores em *A Guerra dos Bastardos*, em 2007, nos deparamos com Edgar Wilson respectivamente em: na novela “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, publicado em 2009; no romance *Carvão animal*, publicado em 2011, porém não como protagonista; no romance *De gados e homens*, publicado em 2013; no romance *Enterre seus mortos*, publicado em 2018; no romance *De cada quinhentos uma alma*, publicado em 2021. Por sua vez, ficou de fora somente do romance *Assim na terra como abaixo da terra*, publicado em 2017.

gados e homens uma espécie “de confrontação com o Real do antagonismo” (Žižek, 2003, p. 43), que está na base disso que consideramos um importante avanço na formalização literária. Acreditamos poder evidenciar com uma abordagem crítica ao estatuto da instância narrativa em relação à particularidade da matéria do trabalho, buscando compreender a posição da voz narrativa e sua forma de operar no discurso ficcional, munidos do instrumental teórico-analítico do Materialismo Laciano, que também será fundamental uma vez que as narrativas dramatizam uma condição existencial precarizada, inclusive em sua dimensão subjetiva.

A partir das questões sumariadas até aqui, para o procedimento interpretativo a hipótese central é que, em vista da mediação da matéria ficcional do trabalho nas narrativas, apreendemos uma “redução estrutural” de uma violência sistêmico-simbólica balizada pelo colapso da modernização e dos esforços voltados para construção de uma sociedade salarial, que pressupunham uma maior integração social via mercado de trabalho formal, decorrendo daí o que designamos como forclusão do mercado formal na trajetória de Edgar Wilson.

Essa proposta é ancorada em premissas de ordem metodológica e histórico-social: na primeira, implica o que já subscrevemos anteriormente do argumento de Schwarz (1999) sobre as relações sociais, convergente com a noção de “redução estrutural” de Candido (2015a; 2015b; 2015d), que é definida como “a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra [literária]” (Candido, 2015b, p. 28). Em face disso já deriva a outra premissa de ordem histórico-social, que aquilatamos pelo colapso da modernização, que segundo Schwarz (1999) provocou novas formas de sociabilidade em decorrência da “falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade [brasileira] de alto a abaixo, abre um período específico, essencialmente moderno [...]”, como “uma realidade material da história contemporânea” (Schwarz, 1999, p. 160).

A singularidade das narrativas é tocar em uma ferida corrosiva da formação histórico-social brasileira. O desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho atingem também parcelas importantes das camadas médias, — porém, são os sujeitos subalternos e superexplorados que são o centro do foco narrativo das obras do nosso *corpus*, com suas existências condenadas ao descarte. Feridas sociais abertas e purulentas, pois dado esse recorte do foco narrativo, implica lembrar e levar em consideração uma dimensão importante da formação histórica da sociedade brasileira, que é o fato de que a configuração do “trabalho livre não foi coextensiva com a construção de *um mercado de força de trabalho tipicamente capitalista, ou assalariado*” (Cardoso, 2019, p. 48, grifos do autor).

Em *De gados e homens*, acreditamos ser possível ler a especificidade da relação de Edgar com os bovinos propondo uma leitura como sintoma social. Com isso, apreenderemos, entre outros aspectos, o mencionado fato de que “os sintomas e os traumas são espaços vazios e

não historicizados do universo simbólico do sujeito” (Žižek, 2017, p. 50), cuja consequência é demandar do leitor a historização. Mais especificamente, verificaremos como um sintoma de mal-estar, associado à uma dinâmica de informalidade como relação de trabalho.

Em psicanálise a forclusão representará a não inscrição da lei simbólica, o que traz consequências para todo o sistema significativo. A noção de forclusão, na presente pesquisa, surge para pensarmos sobre uma dimensão latente das narrativas, que implica a rejeição da cidadania salarial para fora do campo simbólico, para propormos processos de significação que são subjacentes ao enredo do romance, mas aderidos à estrutura composicional da narrativa. Do ponto de vista de Edgar Wilson, apreendemos o mercado de trabalho formal como um “Real impossível”, estreitamente vinculado a um traumático antagonismo social, com correspondência própria à formação social brasileira, o que implica “uma tensão radical entre conteúdo representado e antagonismo traumático”, em que, “aqui, a problemática é o da simbolização-historização, a realização simbólica do núcleo-traumático” (Žižek, 2017, p. 60; 78).

Estamos diante, conseqüentemente, de um “antagonismo traumático” (Žižek, 2001). Um antagonismo social traumático que é da ordem do Real, que ocasiona os impasses estéticos das narrativas estudadas, levando ao fato de que a particularidade social da matéria do trabalho não se deixa apreender de forma direta ou imediata. Ou seja, o conjunto da particularidade social da matéria ficcional do trabalho aliado à especificidade de uma fração de classe parece implicar, pois, em uma “formalização [que] é estreitamente correlativa a enfocar-se no Real de um antagonismo” (Žižek, 2005, p. 201).

Nesse quadro, o instrumental da perspectiva teórico-crítica do Materialismo Lacaniano é de extrema relevância, permitindo uma abordagem dos vários níveis entre os sentidos latente e manifesto da perspectiva diegética, no que se refere aos vínculos do narrador, focalização e construção de personagens. Uma abordagem a partir de conceitos de origem lacaniana, relidos pelo filósofo Slavoj Žižek, permitindo uma compreensão materialista das narrativas, explorando a economia libidinal em esferas individuais e sociais (Silva, 2009).

Uma perspectiva, conforme acreditamos, que se faz necessária como renovação contemporânea para o viés materialista. Com base em reflexões de Roberto Schwarz, Otsuka (2015) orienta que a sociedade contemporânea possui transformações importantes que “aponta[m] a necessidade de sua renovação [crítica literária dialética] diante das condições históricas vigentes cuja sociabilidade capitalista ‘abriu um novo ciclo histórico’” (Otsuka, 2015, p. 402).

Certamente há múltiplas maneiras de abordar experiências intelectuais que permitirão avançar nessa necessidade de renovação, porém, de acordo com a proposta desta pesquisa,

gostaríamos de insistir na importância de Slavoj Žižek. Na obra *Valences of the Dialectic*, Jameson (2010) situou o filósofo esloveno ao lado de Adorno, compreendendo-os como “os dois mais brilhantes dialéticos da história da filosofia” contemporânea (Jameson, 2010, p, 51, tradução nossa¹¹). E não é aleatório, a nosso ver, que ambos, Adorno e Žižek, compreendam, por sua vez, a psicanálise como um eixo crucial para uma crítica social. No caso específico do filósofo esloveno, Jameson (2010) assinala que sua apropriação e reflexões analíticas da psicanálise lacaniana está “cheia de lições para a dialética” [full of lessons for the dialectic as such] (Jameson, 2010, p. 23). Decorre disso a importância do Grupo de Estudos em Materialismo Lacaniano no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da UEM, grupo coordenado pela pesquisadora e professora Dra. Marisa Corrêa Silva, que de forma pioneira se embrenhou na sistematização, articulação e aplicação de princípios teóricos do Materialismo Lacaniano nos Estudos Literários. Provavelmente Žižek venha sendo um dos principais intelectuais contemporâneos com sensibilidade para propor a importância de se compreender a economia libidinal dos vínculos sociopolíticos, demonstrando que a reprodução da sociabilidade capitalista vai além de um sistema específico de trocas econômicas, implicando também configurações de subjetividade que permeiam as lógicas de relações sociais.

Perante o exposto, vê-se que a construção da pesquisa, em virtude dos objetivos traçados e hipóteses estabelecidas, demandou uma articulação interdisciplinar. São três campos do saber bastante distintos: estudos literários, psicanálise lacaniana, tendo o esloveno Žižek como bússola, e história social do trabalho, que foram articulados em vista dos objetivos e das hipóteses definidas. Uma das contribuições originais desta tese, conforme esperamos, é desta articulação interdisciplinar. Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa teve o caráter qualitativo, de natureza aplicada e com propósito exploratório e explicativo. Por isso mesmo, foi necessária a realização de uma ampla pesquisa bibliográfica para a apropriação do conhecimento científico acumulado sobre os assuntos abordados, a fim de uma interpretação profícua dos fenômenos ocorridos nas duas narrativas selecionadas para o *corpus* de análise.

Uma das principais dificuldades enfrentadas foi, assim, sistematizar e sintetizar os diferentes campos teóricos que estão implicados nessa interdisciplinaridade, alcançando um modo de exposição que faça jus, ao mesmo tempo que não estendesse demasiadamente o escopo da Tese, perdendo o leitor em enfadante e complexo labirinto de capítulos que

¹¹ Na versão original: “Still, it will not seem altogether contingent that the contemporary world has thrown up two of the most brilliant dialecticians in the history of philosophy: and it seems only appropriate to scan each one for the dialectical effects with which their pages so often electrify us” (Jameson, 2010, p. 51).

antecedessem o procedimento interpretativo das narrativas, sendo este o resultado e foco prioritário.

Por essa razão, a pesquisa foi iniciada com este conciso (na medida do possível) Preâmbulo, situando o horizonte a ser explorado, pretendendo explicitar e articular de maneira orgânica no Capítulo I, com uma apresentação mais detalhada das implicações do desenvolvimento da própria pesquisa, bem como foi equacionado os pressupostos para construção das propostas interpretativas das narrativas do nosso *corpus*. O Capítulo II foi dedicado ao Materialismo Lacaniano. Utilizamos vários conceitos desta corrente teórico-crítica para realizar a leitura analítica no processo interpretativo, como: a tríade Real, Simbólico e Imaginário; o grande Outro; Significante-Mestre; objeto a; Ato; foracclusão; Real do antagonismo; violência subjetiva; violência objetiva (simbólica e sistêmica); fantasia ideológica. Cada um dos conceitos foram manejados em entrelace com as respectivas propostas interpretativas, por isso neste Capítulo II aplicamos uma espécie *de torção reflexiva paraláctica* desejando apresentar a corrente do Materialismo Lacaniano em suas novidades, aferindo a especificidade de sua contribuição já no que diz respeito às problemáticas do escopo da pesquisa, como é caso da problemática da “subjetividade” dentro da tradição da crítica cultural materialista, o conceito de Real do antagonismo e de anamorfose ideológica.

Em razão da nossa hipótese central, no Capítulo III trataremos da questão do colapso da modernização e suas implicações para sociedade brasileira. O termo “colapso da modernização” é do filósofo e sociólogo Robert Kurz (1993a); mas estamos, sobretudo, levando em consideração como Roberto Schwarz (1999, 2012) retomou essa análise de Kurz, enquanto esgotamento dos paradigmas da modernização e do desenvolvimentismo; e, por nossa vez, aliando isso a um recorte referente à dinâmica de informalidade.

Assim, com a determinação e delimitação clara das linhas de força e balizas fundamentais expostas, conduziremos o processo interpretativo nos Capítulos IV e V, sendo um capítulo para cada narrativa abordada. Atentando-se à posição do narrador como estruturador das narrativas, tendo como eixo o ponto de vista para construção da perspectiva diegética e andamento da narração, foi possível a identificação de diferentes posições frente à tensão do traumático antagonismo social presente na matéria do trabalho: em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, o narrador produz a narração na recusa (*Verleugnung*) do antagonismo, enquanto na narrativa do romance *De gados e homens* temos o narrador produzindo a narração com recalque (*Verdrängung*) do antagonismo. São duas diferentes posições em face de um “Real do antagonismo social [com]o núcleo traumático não simbolizável que encontra expressão nas próprias distorções da realidade”, mas, ao mesmo tempo, é o antagonismo “em torno do qual se estrutura a realidade social” (Žižek, 2017, p. 261).

No Capítulo IV, abordamos a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, visando caracterizar o que denominamos fascínio do narrador pela violência subjetiva, como modo de recusa (*Verleugnung*) do traumático antagonismo. Nesse caso, surgiu a hipótese de que o ponto de vista do narrador dessa narrativa é estruturado através do “engodo fascinante da violência subjetiva” (Žižek, 2014), cujo resultado é que a própria matéria do trabalho seja elidida e retirada da centralidade da perspectiva diegética. Propomos a compreensão do estilo brutalista como um Significante-mestre, numa espécie de naturalização e enfraquecimento na exposição da violência como elemento crítico, decorrendo daí uma espetacularização da miséria através de um *gozo descafeinado* pela violência subjetiva, atrelada como uma linha expressiva do mercado editorial e do campo literário brasileiro contemporâneo. Com isso, defendemos que esse fascínio do narrador pela violência subjetiva “é um mero fetiche cuja presença fascinante e cativante mascara o Real estrutural insuportável do antagonismo social” (Žižek, 2017).

No Capítulo V, abordamos a narrativa *De gados e homens*, buscando apontar a força de revelação deste romance ao examinarmos as peculiaridades de sua perspectiva diegética, que elabora e apreende um conjunto de relações histórico-sociais estruturadas e marcadas pela experiência da incorporação das classes subalternas ao mercado de trabalho na sociabilidade brasileira, de uma ética da degradação do trabalho e, contemporaneamente, pelo processo de colapso da modernização e desmanche da sociedade do trabalho/salarial. No plano da ficção em *De gados e homens*, apreendemos o resultado de uma abstração de relações sociais determinadas vinculadas à estrutura psíquica e sua modalidade de constituição, na sua complexa “economia libidinal”, isto é, “as formas profundamente enraizadas da vida psíquica que sustentam as relações sociais de dominação e exploração” (Žižek, 2022, p. 19, tradução nossa).

Dessa maneira, será possível apontar as considerações finais desta pesquisa, demonstrando que a trajetória de Edgar é um desafio, que tem correspondência no plano histórico-social e apreende um dilema da estrutura socioeconômica brasileira contemporânea, após o colapso da modernização enquanto problema estrutural e cifrada pela desigualdade de um processo de informalização do mercado de trabalho, de modo que a figuração deste personagem enfatiza a importância de continuar formulando e refinando perguntas sobre os conflitos psíquicos presentes em uma sociedade que se reproduz segundo a lógica da desintegração.

CAPÍTULO I

“A INDECÊNCIA OBSCENA QUE É PRECISO ESCONDER DO OLHAR DO PÚBLICO”: O DÉFICIT E OS IMPASSES DA PRESENÇA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA LITERATURA

1.1 *Origens da Pesquisa*

Trabalho: tema que poderia parecer uma irrelevância estética — questão absorvente, em que se reconhece a importância da estruturação do mercado de trabalho para o desenvolvimento econômico nacional e regional, com suas implicações de distribuição de renda e diminuição da exclusão social, todavia é uma questão preponderantemente econômica e política. Com pouca legitimidade no campo literário, há pouca bibliografia crítica e consenso do que seria de se desejar para quem se aventura em compreender os contornos dessa relação entre literatura e trabalho. Condição que atravessa debates referentes aos problemas dos critérios de valorização estética¹², que embora se reconheça “sendo o objeto da literatura a própria condição humana” (Todorov, 2009, p. 92), — paradoxo bem curioso é que este “humano” parece nunca estar inserido em ambientes de trabalho, fora de regimes de produção, e sim em uma “condição humana” pretensamente universal. Isso, inclusive, como se a própria ficção que abordasse esta temática carregasse consigo uma paisagística deficitária como rasura de uma criação “imaginativa”, a exemplo da crítica tradicionalista acerca das “formas de vidas rudimentares” (Miguel-Pereira, 1973, p. 179) do romance regionalista, de maneira que argumentar ao contrário poderia ser facilmente objetado como uma fuga do estético, filiação à uma posição mimética ingênua, insensível sociologismo, pertencente à “Escola do Ressentimento” (Bloom, 2013), ou até mesmo como derrapagem populista e panfletarismo zhdanovista.

Assim, para a pesquisa literária, é necessário aceitar o desafio de verificar como é possível encontrar as representações das relações de trabalho como eixo para entendimento da caracterização formal e temática de produções literárias. Ao contrário do que possa aparentar ao leitor(a), à primeira vista, seguir esse caminho implica reconhecer que “o trabalho nunca foi apenas uma questão de produção de riqueza e de valor”, conforme salienta Safatle (2020), esclarecendo ainda que “a dominação no trabalho não está ligada apenas à

¹² Inspiro-me em Dalcastagnè (2012), que em diferentes estudos busca criticar “a hierarquia dentro do campo literário” devido a “parâmetros de julgamento estético, que são, eles próprios, reflexo de exclusões históricas” (Dalcastagnè, 2012, p. 13).

impossibilidade de os produtores imediatos disporem de sua própria produção e dos produtos por eles gerados”, de modo que é preciso “ir além” dessas “discussões”: visando reconhecer o trabalho como “uma estrutura fundamental de reconhecimento social” e que, conseqüentemente, “há uma espoliação no mundo do trabalho que não é apenas a *espoliação econômica do mais-valor, mas é espoliação psíquica*” (Safatle, 2020, p. 162; 180, grifos nosso).

A própria preocupação com a questão do trabalho como matéria literária não teve origem imediata em nosso escopo de pesquisa, surgiu de modo sub-reptício a partir de desdobramentos de reflexões da pesquisa realizada no mestrado. Nela, o propósito foi evidenciar que havia em contos de Machado de Assis a “redução estrutural” da racionalização do patrimonialismo, que ordenava a economia libidinal dos vínculos sociopolíticos referente ao estamento-burocrático a partir da ambição de ascensão social dos personagens¹³.

Aos poucos houve a percepção das implicações da dinâmica do mercado interno dessa questão, embora já abordada de forma subjacente nas análises. Um dos exemplos era a distinção entre profissão e carreira como político, representada no conto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, sendo que a narrativa permitiu identificar que as profissões estavam escassas e não garantiam a conquista do sucesso econômico. A intenção de conhecer outros textos literários do período do II Reinado nos levou à leitura, entre outros, do romance *Memórias do sobrinho de meu tio*, publicado por Macedo em 1867, no qual há um discurso do protagonista que faz brilhante síntese dessas questões: “[...] de uma vez por todas declaro que *não quero aviltar-me com o trabalho*, e que calculo explorar a mina abundantíssima da política”¹⁴ (Macedo, 2011, p. 57, grifo nosso).

“Aviltar-se” com a prática social do trabalho implicava não somente o desprezo e degradação das relações de trabalho devido à ordem escravocrata, como também implicava,

¹³ Essa a ambição foi aquilatada como carreira ligada à máquina administrativa do Estado, que se configurou como uma “fantasia social” (Žižek, 1992), e cuja evidência apenas ganhava validade a partir do processo histórico-social do II Reinado da dominação patrimonialista concebida, entre outros aspectos, como fator que obstruía oportunidades econômicas, como a reprodução de uma sociabilidade clientelar na qual “o mecanismo de cooptação política realizado pelo estamento funciona porque não havia independência econômica, sobre a qual assenta a autonomia política” (Vitorino, 2002, p. 163). Discutiu-se, então, as contradições do desenvolvimento capitalista, neste período em que “nem o Brasil puramente burguês estava à porta” (Schwarz, 2000, p. 148), como uma discussão, por assim dizer, de embate entre a classe burguesa e a dominação patrimonialista, representada pela ordem senhorial-escravocrata. Em outras palavras, os limites e contradições internas da expansão e consolidação do capitalismo na formação da sociabilidade brasileira foi considerado pelo ângulo, pode-se dizer, das classes dominantes. Tratava-se de insistir e apreender que “a ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo” (Fernandes, 2006, p. 181), tendo em vista como isto possuía implicações temáticas e formais na obra machadiana, de modo que foi possível concluir que os personagens dos contos estudados eram expressões formais “do fracasso da subjetivação (por isso a marca lacanianiana que o representa é \$)” (Žižek, 2017, p. 269) do sujeito burguês com o seu próprio regime de classe, devido a cultura política patrimonialista. Resultados da pesquisa de mestrado foram lapidados e, posteriormente, publicados como artigos em periódicos acadêmicos. Ver *As vicissitudes da pseudoatividade na mentalidade industrial de Inácio e Benedito*: Uma proposta de leitura do conto “Evolução” (1884), de Machado de Assis, sob o viés do Materialismo lacanianiano, pela *Revista Letrônica*, v. 13, n. 2, 2020; ver também, *Fantasia social e a dialética do desejo da racionalidade patrimonialista no conto “O Programa”, de Machado de Assis*, pela *Revista Estação Literária*, v. 27, 2021.

¹⁴ De forma completa, a declaração do personagem de Macedo é: “[...] de uma vez por todas declaro que *não quero aviltar-me com o trabalho*, e que calculo explorar a mina abundantíssima da política; francamente: eu desejo arranjar vida esplêndida, mamando nas tetas do tesouro público e, ainda mais, aproveitando a influência de uma posição oficial para ganhar dinheiro, que é o essencial e a grande realidade da vida”

paralelamente, o incipiente mercado interno, com “a impotência do mercado em criar postos de trabalho assalariado” (Vitorino, 2002, p. 163).

Dessa maneira, posteriormente ao término do nosso mestrado havia ficado claro que, nessa esteira de estudo, também estava em jogo o processo de consolidação do mercado de trabalho assalariado. O ponto de virada para esse novo direcionamento poderia, também, ser atribuído à uma colocação de Schwarz (2000) sobre o fato de que, durante a primeira fase da obra machadiana, praticamente “a palavra salário não aparece”; mesmo que algum personagem entre “para o universo das ocupações dignas, porém o trabalho pago não se menciona”, obviamente porque “o trabalho assalariado é uma instituição inaceitável” (Schwarz, 2000, p. 229).

A falta do trabalho e do dinheiro como mediação das relações sociais das estruturas literárias liga-se a um conjunto problemático da especificidade pela qual a modernização se concretiza na sociedade brasileira. Não se trata de pensar em termos de “pormenores inúteis”, a exemplo de argumentação de Barthes (2004) a fim de aumentar a ilusão de referencialidade da obra literária. A ausência é formalização da experiência histórica-social da própria dinâmica de acumulação do capital na sociedade brasileira¹⁵, em que a transição para uma economia com o predomínio do trabalho assalariado estava obstruída (Barbosa, 2008; Cardoso, 2019), bem como, cabe destacar, que “a construção do mercado de trabalho não foi uma opção consciente por parte das elites econômicas” (Barbosa, 2008, p. 149).

A degradação do trabalho foi um dos resultados da ordem escravagista, conforme os estudos de Cardoso (2019) Chalhoub (2012) Fernandes (2006), Kowarick (1994) e Costa (1998), que atestam o rebaixamento moral por ser considerado coisa de escravo. Nesse contexto, Cardoso (2019) propõe que “a sociabilidade capitalista emergente, em suma, teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões de mundo”, que resultou em “*uma ética da degradação do trabalho que vedou, por muitos anos, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos*” (Cardoso, 2019, p. 69, grifo nosso).

¹⁵ Em outras palavras, a questão é que para o trabalho se constituir como matéria literária, pressupõe uma formação social em que o mercado de trabalho esteja consolidado. Por exemplo, para circunscrever essa questão, Jameson (1985) tece a seguinte argumentação: “É um truismo afirmar que o avião e a grande loja (*department store*), o portador da Légion d'honneur e os problemas da emancipação feminina não podem ser elementos de obras de arte pertencentes a sociedades onde tais coisas não existem. Mais fundamental é a influência da matéria-prima social não apenas no conteúdo, mas na própria forma das obras” (Jameson, 1985, p. 131). O próprio Schwarz (2000), na mesma obra citada anteriormente, indica “a exclusão da esfera do dinheiro”, de modo que em grande parte dos romances machadianos “o dinheiro não tem existência autônoma, e aparece direta e ‘naturalmente’ vinculado ao poder paternalista” (Schwarz, 2000, p. 165). O exemplo do romance *O Cortiço* havia sido exposto na dissertação, mas em contexto de validação do argumento da dominação patrimonialista, ganhando agora outra dimensão no que se refere às relações sociais do trabalho. Para Candido (2015b), a produção de riqueza e o ritmo da acumulação só surgem no campo literário em 1890, com a publicação de *O Cortiço*. O eixo narrativo da obra gira em torno da vida dos trabalhadores no espaço de um cortiço em Botafogo, de propriedade de João Romão, um imigrante português. Assim, o crítico destaca que “Aluísio foi, salvo erro meu, o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação de riqueza individual. Basta comparar seu livro com as indicações sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o dinheiro aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra causa fortuita. Pensando, determinando, é certo, mas com como um dado já pronto no entrecho. N’*O cortiço* ele se torna implicitamente objeto central da narrativa, cujo ritmo acaba se ajustando ao ritmo da sua acumulação, tomada pela primeira vez no Brasil como eixo da composição ficcional” (Candido, 2015b, p. 113-114, grifos nosso). Essa asserção é significativa pois, no plano estético, existe uma modificação substancial daquela condição apontada por Schwarz (2000). Ou seja, o dinheiro, que antes era excluído, surge à tona, sendo “acumulado” a partir de relações sociais, porém no sistema literário essa questão permanece ainda extremamente problemática.

Tal aspecto se reveste de grande interesse, tensionando cultura e representações literárias, o que abre um horizonte de inquietações e constitui, ao mesmo tempo, uma espécie de ponto cego que desafia interpretações¹⁶. O que chamou nosso interesse foi também começar a compreender que a questão de uma ausência não se reduz somente ao sistema literário brasileiro. Atendo-se ao desenvolvimento do gênero romance na Europa, Moretti (2020) acredita, assim, ser possível apreender uma redefinição do “valor simbólico do trabalho” na socialização, no sentido em que neste gênero “o processo de formação-socialização [dos personagens] é colocado ostensivamente fora das atividades do trabalho” (Moretti, 2020, p. 36). O autor frisa que, ao se atentar na ausência de legitimação simbólica ao trabalho, diversas contradições emergem da própria cultura burguesa, a ponto de sugerir que talvez se possa, inclusive, desmontar a “tese bem conhecida segundo a qual a essência da cultura burguesa moderna estaria, em boa medida, em uma ética do trabalho” (Moretti, 2020, p. 198).

Em face disso, Moretti (2020) assinalou que o trabalho, enquanto profissão, não possui sentido “para a ‘personalidade’ moderna, será especialmente difícil alcançar a própria finalidade na pura e simples ocupação profissional — no trabalho” (Moretti, 2020, p. 58). Em síntese, expressa ser evidentemente possível de esquadrihar que nos romances se reproduz o discurso de que “não é trabalhando que o indivíduo se forma”, sendo que tal aspecto se justifica pelo fato de “que a representação da esfera econômica, e do seu mundo simbólico, teve, na grande narrativa dos últimos séculos, uma importância quase equivalente a zero” (Moretti, 2020, p. 38).

O movimento argumentativo e analítico apreendido em Moretti (2014; 2020) implicava uma outra dimensão para a ausência, do que indicamos inicialmente através do sistema literário brasileiro. Por isso, essa passagem de Moretti (2020) ganhou uma significação enorme ao ser lida em conjunto com uma exposição, que descobrimos de Jameson (1985), espécie de aferição decorrente da sua reflexão sobre a condição de que

¹⁶ Após a busca por índices de dossiês temáticos, conforme assinalamos no Preâmbulo de abertura da presente pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos Capes, além de uma própria busca geral no Google para encontrar pesquisas na web. Foram encontrados 92 artigos que tratam acerca da representação ficcional do trabalho e/ou trabalhadores. A quantidade, de início, pode aparentar um interesse crescente pelo tema, porém não percebemos uma existência fluída da circulação dos dados dessas pesquisas, que permanecem cercados por uma atmosfera de dispersão, sem propiciar um acúmulo crítico em torno das propostas de análise que suscitam. Dessa quantidade, 4 abordam as narrativas escolhidas como *corpus* da presente pesquisa, sendo que os demais 88 artigos englobam um arco de 35 escritores. Predomina a produção literária oitocentista e de obras publicadas até o final da década de 1970, o que de certo modo corrobora as pesquisas que apontam a ausência dessa temática na produção literária recente, conforme abordaremos no subcapítulo “1.2 O Déficit”. Fogal e Araújo (2020) partem dessa constatação inicial no artigo deles sobre o romance *Leite Derramado* (2009), ao declararem que “no romance brasileiro contemporâneo, a temática das relações de trabalho e a figura do trabalhador ficam relegadas ao segundo plano em função de outras demandas” (Fogal e Araújo, 2020, p. 13). Vale o registro, então, que permanecem inquietações referentes a uma ausência, a qual poderíamos enunciar como a ausência de uma reflexão compreensiva, em perspectiva histórica, da importância que a experiência social do trabalho pode assumir na produção artística, verificando as especificidades e traços constitutivos das representações literárias do trabalho no âmbito do chamado sistema literário brasileiro, — algo como um mapeamento e caracterização das estratégias estético-discursivas das formas de acumulação e superação formal nos diferentes momentos que a matéria do trabalho sofreu ao longo do sistema literário brasileiro.

produção artística no século XX possui uma “perda da compreensibilidade imediata”, com implicações “na temporalidade da obra, nas instituições que formam seu pano de fundo, nos objetos entre os quais as personagens se movem” (Jameson, 1985, p. 132). Com a finalidade de exemplificar esse aspecto, o autor construiu a seguinte exposição:

[...] a estória deve encontrar sua esfera de ação num mundo em que a vida dos homens está dividida entre a rotina do trabalho e o sono. Assim, o romancista faz com que seu enredo tenha lugar em fins-de-semana (O Estrangeiro de Camus), durante as férias (A Montanha Mágica de Thomas Mann), em meio a grandes crises nas quais se quebra a rotina (literatura de guerra). Se a profissão do herói lhe fornece tempo livre suficiente para a sua vida privada (Ulysses de Joyce), então de algum modo a própria escolha da profissão deve ser justificada (a publicidade como um trabalho com a linguagem). Onde existe lazer e riqueza herdadas, ou esta última se baseia num pressuposto social não examinado (como no caso da nobreza rural que fornece os atores para o romance inglês e russo do século XIX), ou permanece um mero acidente familiar, e o problema não é resolvido, mas apenas remetido ao passado, às gerações anteriores [...] (Jameson, 1985, p. 132-133).

Há nessa exposição de Jameson (1985) uma dimensão instrutiva, que é como se tudo girasse em torno de um polo antitético à esfera do trabalho. Ou seja, uma percepção de uma problemática intrincada, que demandava uma certa compreensão de como a prática social do trabalho está inserida no processo que estrutura as relações sociais. Isso implicou uma consideração de que a prática social do trabalho se torna autônoma, abstrata e fetichizada. A obra de Postone (2014), *Tempo, trabalho e dominação social*, foi um ponto de partida importante para delineamentos nesse aspecto. Em conformidade com o autor, no capitalismo “o trabalho social não é unicamente objeto da dominação e da exploração, mas é o fundamento essencial da dominação” (Postone, 2014, p. 150). Dessa forma, Postone (2014) assinala que na sociabilidade em que predomina a forma-mercadoria, o trabalho institui relações sociais nas quais os próprios laços sociais já não podem ser manifestos, no sentido em que engendra um âmbito de “relações sociais objetivadas que tem caráter aparentemente não social e objetivo e, como veremos, é separado do, e oposto ao, agregado social de indivíduos e suas relações imediatas” (Postone, 2014, p. 180).

Tendo em vista essas contradições e problemáticas, na construção da presente pesquisa surgiu e se consolidou, para falar com Bourdieu (1989), uma “reflexividade obsessiva” diante desse cenário, implicando que sua processualidade de escrita teve que se confrontar em “apreender de um ângulo imprevisto” esta relação entre literatura e trabalho, para tornar o que é aparentemente “insignificante em objeto científico [...] objetos ditos empíricos muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco

irrisórios” (Bourdieu, 1989, p. 20), sempre em constante problematização¹⁷ do objeto de conhecimento (a presença da representação das relações de trabalho na forma romance) e sobremaneira das forças produtivas do conhecimento do objeto (nossa abordagem para construção da pesquisa, em uma abertura interdisciplinar).

O interesse em aprofundar em estudos acerca do repertório figurativo em torno da experiência e relações de trabalho fez com que obtivéssemos conhecimento do romance *Degados e homens*, que foi a porta de entrada para a produção literária da escritora Ana Paula Maia. Se a grande maioria dos escritores contemporâneos se furtam em figurar personagens trabalhadores para a construção de suas narrativas, então é preciso estarmos atentos com aqueles que fogem à regra e ensaiam um movimento diferente.

1.1.1 *Providências iniciais*

Ana Paula Maia é uma escritora que foge à regra do campo literário brasileiro. O motivo decorre em razão de a escritora trazer para sua produção ficcional personagens de estratos das classes subalternas, com vivências como trabalhadores — inclusive, como protagonistas.

¹⁷ Para esta questão de pesquisa científica, por exemplo, além do próprio Bourdieu citado, inspiro-me também em Braga (2012), que argumenta sobre a importância da “preocupação de, em primeiro lugar, reconstituirmos os fundamentos históricos e heurísticos do conhecimento do objeto para, então, melhor estimar as metamorfoses do objeto do conhecimento que este pode proporcionar” (Braga, 2012, p. 44). Conforme indicamos no Preâmbulo desta pesquisa, anteriormente, a ausência é dupla. Vale um rápido excuro sobre isso. Também do ponto de vista do *conhecimento do objeto* houve uma homóloga ausência, em relação às categorias e conceitos estéticos desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX, conforme assinala Fontius (2002), argumentando que a valorização de uma “visão idealista da literatura” deteriorava qualquer “simples tentativa” de relacionar as produções artísticas com “as transformações ocorridas no processo de produção” (Fontius, 2002, p. 101-102). Pode-se compreender, assim, que o trabalho como matéria literária pertencia “às necessidades vulgares da economia”, que Bourdieu (1996a; 2007) sinaliza terem sido deixadas de lado no processo de autonomização dos campos literário e artísticos, assim como nos estudos literários. Encontramos esse argumento também em Adorno, guardada as devidas proporções. Um dos motivos, em decorrência da forma-mercadoria, é que a arte deveria estar “imune” às esferas dos negócios, da “superfluidade do mundo empírico” (Adorno, 2008, p. 123), de modo que o “caracter da objectivação subjetiva” das construções artísticas “censuram ao trabalho social e à sua tacahez toda a sua potencial superfluidade” (Adorno, 2008, p. 251). Em Bourdieu (2007), por sua vez, esse processo está vinculado à aceleração do desenvolvimento de mercadorias provocado pela revolução industrial, propiciando “a constituição da obra de arte como mercadoria e a aparição, devido aos progressos da divisão do trabalho, de uma categoria particular de produtores de bens simbólicos especialmente destinados ao mercado”, sendo que o autor compreende como resultado dessas duas características o estabelecimento de “condições favoráveis a uma teoria pura da arte, instaurando uma dissociação entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação, cisão produzida por uma intenção meramente simbólica e destinada à apropriação simbólica, isto é, a fruição desinteressada e irreduzível à mera posse material” (Bourdieu, 2007, p. 103). Obviamente que no atual desenvolvimento heterogêneo dos estudos literários as noções de “teoria pura da arte” ou de “visão idealista da literatura” há muito perdeu relevância, eximindo de evocá-las como justificativa de um cenário de defasagem de pesquisa. Visando deixar mais assertiva a colação, pode-se trazer como exemplo o “sentimento estético” que era defendido por Coutinho (1976), com a justificativa de que “através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana. Ela tem existência própria, é ela e nada mais, e seu campo de ação e seus meios são as palavras e os ritmos usados por si mesmos e não como veículos de valores extraliterários” (Coutinho, 1976, p. 8). Obviamente que nos dias de hoje ninguém em sã consciência se proporia aguerridamente como o autor a defender uma autonomia do campo estético com relação ao contexto histórico-social, sendo que justamente por isso torna-se ainda mais emblemática as ausências da temática do trabalho em pesquisas. Portanto, se ativermos ainda a reflexão de Bourdieu (2004a) de que o “campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas”, nas “relações de forças” contemporâneas a questão da reflexão sobre a articulação entre literatura e trabalho não obstante permanece em franca desvantagem.

Constatar isso, no entanto, é apenas um ponto de partida. Nosso contato com as narrativas da escritora produziu a percepção de que havia uma relação problemática entre a voz narrativa e a peculiaridade da matéria ficcional do trabalho.

Dessa maneira, buscou-se encarar essas narrativas no que possuem de complexo e difícil, no que se refere aos dilemas e impasses da narração da experiência de uma fração de classe superexplorada e condenada ao descarte. O motivo disso decorre, primeiramente, da concordância com a lição ressaltada por Žižek (2011b), segundo a qual uma obra artística pode rejeitar criticamente a hegemonia ideológica, no plano do conteúdo enunciado, ao mesmo tempo em que apoia integralmente essa mesma hegemonia no plano da posição de enunciação¹⁸. Em segundo lugar, começamos a verificar casos importantes de contradições quando ocorre a presença de trabalhadores na ficção, conforme estudos de Williams (2001), Moretti (2014), Keating (2016) e Bueno (2016). Por exemplo, para Moretti (2014), mesmo nos romances industriais que buscaram expor o “conflito entre ‘patrões e empregados’”, se sobrepuja na maioria das vezes “outro tipo de conflito: dessa vez, entre diferentes gerações da mesma família burguesa” (Moretti, 2014, p. 117).

Visto isso, nossa abordagem das narrativas do *corpus* é de uma narração sob suspeita¹⁹, condição ainda ausente na fortuna crítica da escritora. Procurou-se, então, refletir sobre a medida em que o trabalho está manifesto nas narrativas, não apenas como conteúdo expresso, mas igualmente como elemento formal das narrativas em questão.

Ana Paula Maia não estreou no campo literário já com a intenção de elaborar ficcionalmente personagens trabalhadores. Esse objetivo começa com a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, justamente na qual pode ser observado com mais clareza, conforme pretendemos evidenciar, os impasses da escritora ao lidar com essa matéria ficcional. Publicado em 2009, a narrativa possui Edgar Wilson como protagonista, mesmo personagem que será protagonista no romance *De gados e homens*, publicado em 2013.

¹⁸ Especificamente aqui, estamos levando em consideração exposição contida no livro *El acoso de las fantasías* [The Plague of Fantasies]. Vale citar o esloveno na íntegra: “Isso nos faz pensar na distinção crucial de Walter Benjamin entre a atitude que um produto cultural adota em relação às relações dominantes de produção e a posição desse mesmo produto dentro dessas relações: um produto cuja atitude explícita em relação às relações dominantes de produção é crítica se encaixa perfeitamente na engrenagem dessas relações. Aquilo que, para usar a oposição formulada por Lacan entre conteúdo enunciado e posição de enunciação, no plano do conteúdo enunciado, rejeita criticamente a hegemonia ideológica, pode apoiar integralmente essa mesma hegemonia no plano da posição de enunciação” (Žižek, 2011b, p. 54, tradução nossa).

¹⁹ Em outras palavras, implica não esquecer, por exemplo e conforme a própria lição citada via Žižek, o fato de que “a representatividade de grupos sociais não garante em si um ganho estético ou crítico”, dado que o conhecimento das condições da situação dos pobres e trabalhadores “não significa necessariamente um ganho de perspectiva estética ou política” (Campos Filho, 2019, p. 266). A questão é tão matizada quanto provocativa. Por isso, lembremos o exemplo de Machado de Assis – a conhecida “viravolta operada nas *Memórias*” –; segundo Schwarz (2000), Machado de Assis alcançou resultados artísticos e críticos muito mais ambiciosos justamente quando trocou o ponto de vista do qual narra: “Digamos que Machado tentara analisar o arbitrário paternalista na perspectiva dos dependentes, a fim de livrai-os dele, o que o levaria a excluí-lo do bom-tom. Mais tarde, pelo contrário, ele o assumiria inteiramente, [...] para lhe acompanhar e estudar o movimento, e trazê-lo ao primeiro plano, em lugar de o ocultar. É claro que esta nova posição é compreensível somente se o arbitrário não for sentido como humilhação. De fato, Machado completava a sua ascensão social. Em seus romances maduros o arbitrário será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima” (Schwarz, 2000, p. 231).

O conjunto das narrativas de Ana Paula Maia tem Edgar Wilson um de seus personagens mais representativos. A partir deste personagem, é possível apreender a articulação de uma rede de ligações temáticas, bem como de cortes e alterações formais que atravessam a obra ficcional de Ana Paula Maia.

Nas duas narrativas do *corpus* temos, então, Edgar Wilson priorizado na narração, sendo o centro da perspectiva diegética. À primeira vista, por exemplo, nas duas narrativas o ponto de vista adotado poder-se-ia compreendido na chave do que Pouillon (1974) classifica como “visão com”, para lidar com uma narração que prioriza “um único personagem que constituíra o centro da narrativa, ao qual se atribui atenção maior. [...] É ‘com’ ele que vivemos os acontecimentos narrados” (Pouillon, 1974, p. 54).

Uma ambiguidade e ambivalência surge, contudo, uma vez que ao mesmo tempo o narrador possui uma postura distanciada, concentrando-se principalmente nas ações e nas características externas dos personagens, com o mínimo de aprofundamento psicológico. Condição que nos levou a suspeita, de um caráter de “inconfiabilidade” diante da matéria narrada.

Entendemos que não se trata de uma inconfiabilidade ficcional codificada intencionalmente. Em ambas as narrativas, temos um narrador heterodiegético, termo compreendido para designar a narração em que “o narrador relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão” (Reis e Lopes, 1980, p. 255).

Existe, assim, uma distância do narrador em relação aos espaços ficcionais e à própria experiência precária que se pretende comunicar, que por vezes é superficialmente suprida com o ponto de vista de “visão com”. No estudo *Historicizando o narrador inconfiável* [Historicizing Unreliable Narration], Zerwech (2001) concluiu que a atribuição de confiabilidade durante a leitura ocorre em processo de interpretação, que envolve estratégias do próprio leitor. Logo, em nossa leitura, as principais estratégias são selecionadas em chave materialista lacaniana, sendo “Anamorfose ideológica” e “Real do antagonismo” (dos quais, posteriormente derivam e utilizados em função deles, Significante-mestre e fantasia ideológica,) os primeiros conceitos para delinear a problemática de uma relação tensa, contraditória e ambivalente entre a voz narrativa e a peculiaridade social da matéria ficcional do trabalho.

A anamorfose implica, conforme o filósofo esloveno, as inconsistências de um “edifício ideológico” (Žižek, 1992), que são saturadas em formas dominantes de discurso para criar uma versão distorcida do seu objeto. Um exemplo de Žižek (1992) sobre esse aspecto é a inconsistência da perspectiva da “admiração” do escritor Charles Dickens pela “gente do povo”:

[...] encontramos a admiração de Charles Dickens pela “gente do povo”, a identificação imaginária com seu mundo pobre, mas feliz, fechado, virgem, livre de qualquer combate cruel pelo dinheiro ou pelo poder; mas — e é nisso que se encontra a falsidade de Dickens —, de onde vem o olhar de Dickens para a “boa gente do povo”, para que ela nos pareça agradável? De onde, a não ser do ponto de vista de um mundo corrompido pelo dinheiro e pelo poder? Aí encontramos a mesma separação vista nas pinturas idílicas de Bruegel, mostrando cenas tranquilas da vida (festas no campo, ceifeiros na hora do almoço etc.): essas pinturas são tão distantes quanto possível de uma verdadeira atitude popular, de uma relação qualquer com as classes trabalhadoras; o olhar que elas pressupõem é, ao contrário, o olhar externo da aristocracia para o campesinato idílico, e não o dos camponeses sobre sua vida (Žižek, 1992, p. 186).

O argumento do filósofo indica e exemplifica uma visão distorcida (“o olhar externo da aristocracia para o campesinato idílico, e não o dos camponeses sobre sua vida”), que no caso de Dickens, conforme o autor, ao retratar a “gente do povo” de maneira idealizada e feliz cria uma representação distorcida, de modo que a presença da classe trabalhadora já é resultado de uma anamorfose ideológica.

Em nível de esclarecimento, encontramos exemplo de apreensão e crítica de casos de anamorfose ideológica em Candido (2002), embora não utilize esse conceito, que ao tratar do “regionalismo brasileiro” assinala uma “técnica ideológica” que implica uma “alienação” no que se refere à “inteligibilidade [de] uma dada realidade social e humana” (Candido, 2002, p. 80). Nesse aspecto, o crítico situa a posição social do narrador, “que contamina todo o discurso” na busca de representação do “homem rural pobre” no regionalismo, reduzindo-o a “nível infra-humano dos objetos pitorescos”, ou seja, os personagens de estratos subalternos como “um espetáculo pitoresco como as árvores [...] que deste modo se sente [o narrador] confirmado na sua superioridade. Em tais casos, o regionalismo é uma falsa admissão do homem rural ao universo dos valores éticos e estéticos” (Candido, 2002, p. 86; 88).

Essa questão da “falsa admissão”, aquilatada em anamorfose ideológica nos acompanha em nossa abordagem das narrativas do nosso *corpus*, como parte do próprio terreno no qual se constrói a abordagem. A expressão “olhar” contido na citação de Žižek (1992) exposta anteriormente é pertinente para pensarmos o ponto de vista narrativo, pois, conforme o esloveno, implica o “suporte da fantasia ideológica” para realização da simbolização (Žižek, 1992; 2011).

Trata-se de uma questão espinhosa, mas que se faz pertinente pela própria peculiaridade da matéria do trabalho contido nas narrativas, que ao longo do sistema literário foi considerada como uma matéria hostil e rebaixada, sendo que “um dos problemas sempre presente é se a classe trabalhadora é um tema apropriado para ficção”, — afinal, “como

acreditar que havia material relevante na vida de pessoas que passam a maior parte do tempo trabalhando” (Williams, 2011b, p. 314)²⁰.

Nesse aspecto, esse modo de compreensão já implica uma dimensão de “antagonismo social que distorce a visão [...] pelo qual nossa visão da realidade é anamorficamente distorcida” (Žižek, 2018, p. 162). Assimilando isso surge a importância do ponto de vista que sinalizamos acima, que levamos em consideração agora conforme o esclarecimento de Aguiar e Silva (2007) sobre essa instância nos estudos literários, no que tange ao fato de que o ponto de vista “compreende as relações que o narrador mantém com o universo diegético [...] o que equivale a dizer que representa um fator de relevância primordial do texto narrativo” (Aguiar e Silva, 2007, p. 765).

Consequentemente, pensar o registro do Real articulado ao ponto de vista tencionou sustentar uma compreensão de que a construção simbólica está sujeita a diferentes formas de distorção próprias à dimensão estrutural da narrativa, e de acordo com a dimensão histórico-social da matéria narrativa. Em vista disso, no que concerne ao estatuto da instância narrativa em relação à particularidade da matéria do trabalho, buscou-se levar adiante a lição žižekiana de que “o propósito da análise dialética é demonstrar que cada fenômeno, ou tudo o que acontece, falha a seu próprio modo, implica em seu próprio cerne uma rachadura, um antagonismo, um desequilíbrio” (Žižek, 2014, p. 14).

Acolhemos com base nisso a noção de Real do antagonismo, compreendendo que “o Real (do antagonismo) é inerente ao simbólico” (Žižek, 2011, p. 239, tradução nossa). Desejaremos explorar essa questão dentro da abordagem do Materialismo Lacaniano, ao que voltaremos expor ainda neste Capítulo I, no subcapítulo “1.3. Problemáticas e Equacionando pressupostos”, e de forma mais detalhada no Capítulo II, ao longo do subcapítulo “2.2. Narrativa, Trabalho e o Real do antagonismo”. Nesse sentido, ao nos atermos à noção de Real do antagonismo, acreditamos que se diferencie da questão da “paixão pelo Real”, embora também a englobe. Se fôssemos pensar em termos de uma “paixão pelo Real”, poderíamos pensar em uma progressista e uma conservadora. Como mencionado no Preâmbulo, consideramos importante lermos conjuntamente “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens* porque assim é possível evidenciar com maior plausibilidade o avanço literário na formalização literária, que *De gado e homens* possui em face da novela “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Então, esse avanço talvez poderia ser também compreendido como uma passagem, da paixão pelo Real conservadora para a paixão pelo Real progressista.

²⁰ Um dos motivos apontados por Williams (2001) se refere às próprias “formas literárias dominantes, moldadas principalmente por [...] uma classe dominante”, de tal modo que “as tramas convencionais herdadas - o casamento abastado; os meandros da herança; a aventura exótica; o romance abstrato - estão todas, por razões óbvias, distantes da vida da classe operária” (WILLIAMS, 2001, p. 299).

Afinal, se a paixão pelo Real possui um potencial corrosivo, por outro lado pode também ser apenas “puro semblante”. É por isso que Žižek (2003) enfatiza que a paixão pelo Real possui tanto sua face progressista, quanto sua face conservadora: “devemos opor a paixão reacionária à progressista pelo Real”, conforme assinala o esloveno, esclarecendo que a paixão pelo Real “progressista é a confrontação com o Real do antagonismo”, enquanto a paixão pelo Real “reacionária é o endosso” da ordem estabelecida, por isso sua transgressão é inerente (Žižek, 2003, p. 46).

Contudo, acreditamos que ao adotarmos a questão do Real do antagonismo, o caminho se bifurca, levando-nos para outras bandas. As questões sumarizadas até aqui serão agora desdobradas nos dois subcapítulos subsequentes deste Capítulo I. Inicialmente acompanharemos a questão do *déficit* da presença de trabalhadores na literatura brasileira. Mesmo cientes de que a presença pela presença não implica em ganhos estéticos e políticos, consideramos importante a realização desse percurso, pois possibilita melhor compreensão de que as narrativas de Ana Paula Maia constituem uma certa exceção que foge à regra da produção literária contemporânea; na sequência tratamos da produção ficcional de Ana Paula Maia, visando explicitar como equacionamos os nossos pressupostos para construção das propostas interpretativas.

1.2 O *Déficit*

“A percepção ideológica atual é que o trabalho em si (o trabalho manual em contraposição à atividade ‘simbólica’), e não o sexo, tornou-se o lugar da indecência obscena que é preciso esconder do olhar do público”. Esta afirmação, pouco conhecida do filósofo esloveno Slavoj Žižek (2018, p. 96), possui o mérito de destacar bem um impasse estético contemporâneo, como uma rasura do horizonte simbólico capaz de efetivar um *déficit* esmagadoramente desconcertante.

Em face disso, Žižek (2018) vai considerar que “essa invisibilidade” estética propicia que “o Ocidente pode se dar ao luxo de falar no ‘desaparecimento da classe operária’”²¹

²¹ De forma implícita, o filósofo alude também às reflexões acerca da negação da centralidade do trabalho na vida social (que antecipava a noção de “fim da história”), em decorrência da retração do operariado fabril e da reestruturação produtiva nos países de industrialização avançada. Entre os teóricos que defenderam o fim do trabalho estavam, na linha de frente, Gorz (1982; 2005), Offe (1989) e Habermas (1987), cujas reflexões de que o trabalho não seria mais central na sociedade contemporânea vem acompanhadas, às vezes de forma subjacente, da noção de que o trabalho não possui mais fundamento no processo de integração social, permitindo que o desvinculassem do processo de subjetividade e das posições identitárias, uma vez que, por exemplo, “a separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está, pois virtualmente abolida” (Gorz, 2005, 21). No entanto, conforme Telles (2010) observa: “mesmo supondo que o trabalho (e os locais de trabalho) tenham perdido o anterior poder de

(Žižek, 2018, p. 96). Essas asserções suscitadas pelo filósofo esloveno são achados analíticos muito significativos, a partir dos quais podemos cotejar no que se refere à representação literária na cultura brasileira, na qual encontra-se um cenário que não é difícil concluir que o trabalho também ocupa “o lugar da indecência obscena que é preciso esconder do olhar do público” (Žižek, 2018, p. 96). Lembremos, nesse sentido, a provocativa participação de Luiz Ruffato na Feira Literária de Frankfurt em 2013, que rendeu uma sintomática declaração de que “A participação brasileira destruiu a imagem que se fazia aqui na Alemanha de um *país colorido no qual ninguém trabalha*, que é como 90% dos alemães viam o Brasil”, — feita por Jürgen Boos, diretor da edição da Feira de Frankfurt naquele ano²².

Muitos silêncios em torno da matéria literária do trabalho afetam obter uma clareza em relação às possibilidades de compreendê-la diante da representação literária²³. Embora exista, o fato é que a temática do trabalho na literatura não é discurso hegemônico (Faria, Gonçalves e Soares, 2013), porém também o silenciamento permanece, permitindo a reprodução de sua ausência, conforme sinaliza Cabral (2019), em função de ser uma temática preterida pela crítica literária, levando a uma “carência” de recepção que destaque essa tradição na dinâmica do nosso sistema literário. Obviamente que não se trata de alçar ou buscar a visibilidade de um movimento literário; consiste em perceber uma possível tradição cultural, com influxos e refluxos ao longo da história do sistema literário, de acordo com as conjunturas e os atores nelas envolvidos, uma vez que

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (Candido, 2010, p. 83).

gravitação como *locus* de investimento subjetivo, nem por isso deixa de ser um mediador importante na experiência social” (Telles, 2010, p. 114). Para verificar mais profundamente o debate, com suas nuances e contradições, remeto o leitor, além do trabalho já citado de Cardoso (2008), ao artigo *Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo das teorias do fim do trabalho*, de Marcelo Dias Carcanholo e João Leonardo Medeiros, Revista Outubro, n. 20, 2012; ver também, *Adeus ao Trabalho?*, de Ricardo Antunes, 11 ed., 2009a.

²² MACHADO, Cassiano Elek; COZER, Raquel. Diretor da Feira de Frankfurt diz que evento destruiu imagem de Brasil colorido. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de outubro de 2013, Caderno Ilustrada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1355779-diretor-da-feira-de-frankfurt-diz-que-evento-destruiu-imagem-de-brasil-colorido.shtml>

²³ Cabral (2019) arriscou em querer propor um ensaio esboçando uma “possível história da literatura brasileira conjugada pela ótica do trabalho”. Para o autor, o primeiro passo desse esforço é a constatação da “carência de estudos nessa direção” (Cabral, 2019, p. 44), bem como na própria produção literária “o tema do trabalho aparece de forma residual e fragmentada” (Cabral, 2019, p. 45). No entanto, infelizmente, o autor não avança na discussão, pois sendo o ensaio uma divulgação preliminar fruto de um *work in progress* dedica-se mais em reflexões sobre as epistemes de historiografia literária, para em seguida dar ênfase a produção artística específica de Ronivalter Jatobá, ao endossar a perspectiva de Ruffato de que este escritor inaugura uma “literatura proletária” moderna, pois distinta das idealizações de 1930, que não teve até o momento sucessores. Mesmo assim, deixemos registrado que aquelas duas questões são arrematadas pelo autor com a argumentação de que “*muitas narrativas são curtas, há poucas obras de grande fôlego, geralmente a temática aparece em contos, em pequenas novelas e em alguns poucos romances. Mas, existe uma certa regularidade desse universo entre os autores brasileiros, de forma esparsa e somente o exercício de investigação possibilita a visualização dessa temática, como um conjunto, no âmbito da literatura brasileira*” (Cabral, 2019, p. 45, grifo nosso).

Assim verificada, a produção literária compilada em antologias carece ainda de muitos estudos, uma vez que a sua inserção na tradição literária brasileira será provavelmente dinâmica, bem como necessita de compreensões de possíveis rupturas e permanências em relação com a literatura contemporânea, a qual é praticamente inexistente na organização das antologias²⁴. Por ora nos limitaremos em rastrear a possibilidade de circunscrever, de forma exploratória, algum debate consolidado acerca dessa temática, como emblemas de um imaginário em constituição, afinal, conforme Williams (1979) assinala, “a parte mais interessante e difícil da análise cultural, nas sociedades complexas, é que busca apreender o hegemônico em seus processos ativo e formativo, mas também transformacional” (Williams, 1979, p. 116).

²⁴ Seja-me permitido um rápido excuro em forma de rodapé, para exposição das antologias, que até 2023 existem apenas 3, provavelmente pouco conhecidas. Nuances surgem das antologias: resgatam textos e autores, dirimindo uma perspectiva inicial que acreditava em uma praticamente ausência da temática na tradição literária brasileira, ao mesmo tempo em que estão considerando uma perspectiva ampla de trabalho, não somente na forma social de trabalho assalariado, bem como aparenta ser uma temática do passado, já esgotada e ultrapassada. Em termos de antologia, o trabalho pioneiro se deve a Roniwalter Jatobá, que organizou e publicou, em 1998, *Trabalhadores do Brasil: histórias do povo brasileiro*, na qual reúne contos de 40 escritores. Como paratexto, apresenta-se uma sucinta nota de apresentação do próprio Jatobá, sinalizando que a ideia da organização da antologia surgiu em 1994, em vista de verificar como escritores construíram personagens que “estão envolvidas nas diversas tarefas profissionais”, independente da tendência literária, “da regional à psicológica, da realista à documental”, seja tratando “do violento mundo urbano às condições de miséria em que vive a população do campo” (Jatobá, 1998, p. 15-16). No ano seguinte, em 1999, foi publicada a antologia *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*, organizada por Flávio Aguiar, reunindo 63 textos, desde a “Carta” de Pero Vaz de Caminha até produções da década de 1980, privilegiando os “dramas e conflitos sociais” decorrentes da questão agrária da sociedade brasileira (Aguiar, 1999, p. 11). Como paratexto, apresenta-se uma introdução do próprio autor e também um prefácio de Antonio Candido. Na introdução, é explicado que as escolhas textuais seguiram “três eixos diretores”, bem como foram divididos em “sete grandes blocos”, de acordo com os estilos de época. Do prefácio, cabe destacar que o crítico enfatiza a importância da antologia em resgatar textos literários que apresentam sujeitos “espoliados” e “oprimidos”: “Esta antologia convida o leitor a entrar no Brasil pela sucessão dos tempos, percorrendo textos que têm quase sempre como moldura ou pano de fundo as relações de trabalho referidas à terra. [...] O resultado é um certo retrato do Brasil, traçado segundo [...] ângulo do opressor e do ângulo do oprimido, de maneira a configurar uma teia complexa de relações comprometidas pela desumanização que a desigualdade suscita. Em torno desse núcleo crescem, como subprodutos inevitáveis, a guerra e a miséria, a espoliação, o fanatismo e a exclusão social — num vasto processo desumanizador que levaria a dizer, invertendo a proposição otimista que embalou a formação de tantas gerações, que não há porque nos ufanarmos do nosso país” (Candido, 1999, p. 9-10). Em 2011, foi publicada a antologia *Vozes da ficção: narrativas do mundo do trabalho* (2011), organizada pelos críticos Claudia de A. Campos, Enid Y. Frederico, Walnice N. Galvão e Zenir C. Reis, que reúne narrativas entre o período de 1887 e 1945. Esta antologia conta com textos de: Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Afonso Arinos, Hugo de Carvalho Ramos, Simões Lopes Neto, Valdomiro Silveira, Inglês de Sousa, Alberto Rangel, Manuel de Oliveira Paiva e Aluísio Azevedo. Também em 2011, surge a primeira antologia preparada pelo Grupo de Estudos em Linguagem, Trabalho, Educação e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (LINTRAB/UFMG), que se seguiu mais duas posteriormente, em 2013 e em 2019. A primeira antologia, organizada por Antônio de Faria e Rosalvo Pinto, é dedicada à poesia, intitula-se *Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público* e reúne 46 poemas de 12 poetas, que cobrem o arco dos séculos XVII ao XIX, sendo que “o ponto de vista é o dos subjogados, daqueles que sofreram na carne a exploração de seu trabalho” (Faria e Pinto, 2011, p. 06). Como paratexto, apresenta uma sucinta nota de apresentação dos organizadores, sinalizando que o objetivo do Grupo de Estudo LINTRAB/UFMG é a “análise linguística de discursos sobre trabalhadores (em poemas, contos, romances, crônicas e artigos)”, tendo em vista que “o trabalho humano consolida hábitos, valores, crenças — cultura, enfim, veiculada por muitas linguagens, entre elas a verbal, inclusive a verbal literária” (Faria e Pinto, 2011, p. 07-08). Esta antologia conta com texto de: Gregório de Mattos (1636-1696), Alvarenga Peixoto (1744-1792), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Luiz Gama (1830-1882), Machado de Assis (1839-1908), Fagundes Varela (1841-1875), Castro Alves (1847-1871), Cruz e Souza (1861-1898), Olavo Bilac (1865- 1918), Augusto dos Anjos (1884-1914) e Vinícius de Moraes. A segunda antologia foi publicada em 2013, dedicada ao escritor Lima Barreto e organizada por Antônio de Faria e Rosalvo Pinto: *Lima Barreto: artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*, que reúne 25 textos que permitem apreender uma “observação atenta da vida dos trabalhadores nos primeiros tempos do Brasil sob o regime republicano” (Faria e Pinto, 2013, p. 5). A terceira antologia foi publicada em 2013, dedicada ao escritor Mário de Andrade e organizada por Antônio de Faria, Denise Gonçalves e Maria Soares: *Mário de Andrade e os trabalhadores*, reúne 26 textos em prosa e verso deste que é um dos principais expoentes do modernismo na cultura brasileira. Dessa vez, o paratexto de apresentação traz uma importante justificativa, declarando: A importância do trabalho como tema literário relaciona-se com o fato de que, embora sejam personagens subalternizados, ou mesmo preteridos e silenciados em discursos hegemônicos na sociedade brasileira contemporânea, os trabalhadores constituem a maioria da população, no Brasil como em qualquer outra nação. Com pouco prestígio cultural e poder econômico, a voz de quem vive de seu próprio trabalho é silenciada com frequência. A proposta do LINTRAB/UFMG é contribuir para reverter esta situação, divulgando textos que muitas vezes são desconhecidos dos leitores. Isto contribui também para manter em circulação textos de importantes autores de língua portuguesa que direcionaram seu olhar para os trabalhadores e souberam captar o dia a dia e o viver desses homens e mulheres (Faria, Gonçalves e Soares, 2013, p. 7). De fato, a divulgação recolhida nas três antologias é extremamente significativa. Por exemplo, os textos de Lima Barreto não constavam nas antologias de Jatobá (1998), Aguiar (1999) e Claudia de A. Campos *et al* (2015), embora nas três conste a presença do escritor; ou então, os textos de Mário de Andrade, que não aparece em nenhuma das três antologias; sobretudo a antologia dedicada à poesia, única desse gênero.

Vecchi (2014), por exemplo, considera constituir “um exercício tortuoso encontrar no contexto brasileiro” a presença “do mundo do trabalho” (Vecchi, 2014, p. 34). Precisamos frisar que esse ângulo de compreensão, com o qual concordamos, é contraintuitivo e se posiciona contra uma espécie de lugar-comum da história literária brasileira, que defende, a exemplo de Santiago (2004), que a tradição consolidada é a de escritores “que denunciam despidoradamente a condição miserável de grande parte da população brasileira” (Santiago, 2004, p. 69). Em face desse argumento, gostaríamos de destacar algo que de início poderia tomar forma de paradoxo, a saber, o apontamento de Santiago (2004) de uma maciça presença de classes subalternas na literatura brasileira, pois os escritores mobilizaram “o trabalho literário [em] busca dramatizar objetivamente a necessidade do resgate dos miseráveis [...]” (Santiago, 2004, 66).

Dessa maneira, para quem está interessado na presença do trabalho parece surgir, como dissemos, um paradoxo, pois como há a falta da representação de trabalhadores se há uma tradição de representação “dos miseráveis” no registro da desigualdade²⁵ social? Um personagem pobre, afinal, não é também um personagem trabalhador?

A embocadura do argumento de Santiago (2004) pode ser colhida, em espécie de reprodução discursiva, na colocação de Cerqueira (2021), que ao tratar do romance *Torto Arado* (2019), inicia sua crítica afirmando que “a literatura brasileira nunca mais deixou de retratar as mazelas dos mais pobres e marginalizados” (Cerqueira, 2021, s/p.). Então, como sustentarmos o argumento de falta de representação de trabalhadores se a literatura brasileira sempre retratou “as mazelas dos mais pobres e marginalizados”? Haveria aqui um veto, por exemplo, ao próprio argumento de Vecchi (2014) que subscrevemos anteriormente a respeito

²⁵ Graciliano Ramos merece uma menção de destaque. Em uma crônica praticamente esquecida de Graciliano Ramos, nos deparamos com reflexões do autor sobre a dimensão material dos personagens dos romances brasileiros. De forma incisiva, ele acusa de não haver a presença do trabalho como forma de sobrevivência material, fazendo que nos “romances brasileiros, até dos melhores, [...] os nossos escritores não conseguem fazer senão trabalhos incompletos” (Ramos, 2002, p. 243). Essa incompletude se derivaria da falta de perspectiva “tudo quanto se refere à economia”, derivando disso “a narrativa inverossímil”, pois implica a realização de “uma construção de cima para baixo, ocuparam-se de questões sociais e questões políticas, sem notar que elas dependiam de outras mais profundas, que não podiam deixar de ser examinadas”. A argumentação do autor se direciona a defender a importância de que narrativas levem em consideração a base econômica como fator para ações e decisões de personagens individuais, capturando esteticamente o “conflito em que se debatem o capital e o trabalho” (Ramos, 2002, p. 245). Por isso, o escritor expõe que o “fator econômico”, assim como as práticas de trabalho a ele relacionadas, praticamente se constitui “em matéria desagradável”, que “repugnam” os escritores os quais desejam “livrar-se deles”: “Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber donde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Nunca visita as plantações, ignoramos [...] se a safra lhe deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque afirma que isto acontece mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso. Não surpreendemos essas pessoas no ato de criar riqueza” (Ramos, 2002, p. 247-248). O que está em jogo na argumentação do autor é a necessidade de uma base sólida para própria operação da literatura imaginativa, em vista da sua perspectiva de que a base econômica objetiva seria o ponto de partida para os dramas dos indivíduos na sociedade: “O romancista não é nenhum deus para tirar criaturas vivas da cabeça. Romanceando por exemplo o crime e a loucura, está visto que ele deve visitar os seus heróis na cadeia e no hospício, mas, se quiser realizar obra completa, precisa conhecê-los antes de chegar aí, acompanhá-los na fábrica ou na loja, no escritório ou no campo de plantação. Necessariamente o ofício dos seus homens deve ter contribuído para que as coisas se passassem desta ou daquela forma” (Ramos, 2002, p. 251). A crônica do autor demarca um conflito estrutural, em que admite a existência de romances que retratam a vida social de classes subalternas e que, mesmo assim, não aprofundam a representação da dimensão material da existência dessas mesmas classes. Por outra via, depreendemos também como romances que se debruçam na construção da subjetividade de personagens, ignora como a dimensão material, com suas implicações econômicas e práticas sociais de trabalho, é ela mesma fator necessários, em alguns casos decisivo, para produção dessa subjetividade. Tendo em vista que escritores não são intelectuais isolados, pertencem a um conjunto de relações sociais, temos aí também uma avaliação de Ramos da consciência estética e sua reprodução reificadora e naturalizante da dinâmica social. Publicada em 1945, a crônica *O fator econômico no romance brasileiro* torna-se ainda mais interessante tendo em vista que na década anterior haviam sido realizadas profundas mudanças nas convenções formais e temáticas da produção literária brasileira.

constituir “um exercício tortuoso encontrar no contexto brasileiro” a presença “do mundo do trabalho” na produção literária?

Seguindo esse enfoque de argumentação, Santiago (2004) desdobra a questão, enunciando que o “resgate dos miseráveis” acabou não levando em consideração “um matizado segmento médio nas grandes cidades, infelizmente pouco presente na nossa melhor literatura”, constituindo, assim, um ponto cego na produção literária:

Como consequência daquela dupla e antípoda tônica ideológica surge um vazio temático na nossa literatura [...] O vazio temático se refere à parca dramatização na literatura dos problemas dominantes na classe média, que fica espremida entre os dois extremos da sociedade. A literatura brasileira tem feito caricatura, tem passado por cima da complexidade existencial, social e econômica da pequena burguesia, afiando o gume da sua crítica numa configuração socioeconômica antiquada do país, semelhante à que nos foi legada pelo final do século XIX (Santiago, 2004, p. 67).

É preciso prestar atenção ao modo como Santiago (2004) formula sua argumentação²⁶, nos interessando matizá-la em dois aspectos, que se entrecruzam e abrem passagem para um registro analítico que pretendemos adentrar.

O primeiro — em que desponta a questão da “anamorfose ideológica” vista anteriormente — é que não basta a precariedade e miséria social que envolvem o percurso dos personagens, mas também, sob o plano do enredo, da posição estratégica da instância narrativa definida em face dessas relações de miséria nas quais estão inseridos os personagens. Nesse aspecto, conforme destaca Bueno (2016), em relação ao próprio período argumentado por Santiago (2004), mesmo emergindo uma predominância de personagens “pobres”, havia um impasse devido ao fato de que, “para a intelectualidade brasileira daquele momento [décadas de 1920 e 1930], o pobre, a despeito de aparecer idealizado em certos aspectos, ainda é visto como um ser humano meio de segunda categoria, simples demais, incapaz de ter pensamentos demasiadamente complexos” (Bueno, 2016, p. 24).

Sobre o segundo aspecto, acreditamos que, a partir dele, com uma sondagem conjunta de pesquisas sobre a literatura contemporânea, ganhamos mais eficácia no panorama da exposição. Trata-se do “vazio temático” em relação ao segmento da classe média apontado por Santiago (2004) que, como pretendemos demonstrar, já no ano de 2002,

²⁶ Existe também uma posição e critério de valorização bastante problemático. Do ensaio utilizado, recortamos o que se refere especificamente ao tangente da temática do trabalho, nosso primeiro foco, porém não podemos deixar de indicar tal problemática. Por exemplo, Santiago argumenta que dentro dessa tradição de “denúncia” os escritores “pouco se preocupam em satisfazer os mínimos requisitos que transformariam em obra de arte o fato bruto socioeconômico. Estão mais próximos da reportagem jornalística [...] do que da literatura” (SANTIAGO, 2004, p. 69). Como se fosse possível alcançar um universal trans-histórico constitutivo nos textos literários através de uma linguagem mais rebuscada que satisfaça “os mínimos requisitos”. Os juízos de valor e peculiaridades hermenêuticas em que se baseia as interpretações também são históricos e socialmente localizados. Sobre isso, Eagleton (2006, p. 16) argumentou que “podemos abandonar, de uma vez por todas, a ilusão de que a categoria ‘literatura’ é objetiva. [...] Qualquer ideia de que o estudo da literatura é o estudo de uma entidade estável e bem definida [...] pode ser abandonada como uma quimera”. Desse modo, consiste em perceber que esses “mínimos requisitos” aludidos por Santiago (2004) *são estilos e padrões também históricos, de modo que os alçar como regra é arbitrário e excludente.*

no qual o autor proferia sua palestra, não constituía mais “um vazio temático”, mas sim o próprio campo hegemônico de representação.

Nos decênios de 2000 e 2010, o campo literário brasileiro passou por profundas modificações. Isso é decorrente do surgimento de uma nova geração de escritores, a partir da qual os críticos são unânimes em assinalar uma multiplicidade de estilos (Süssekind, 2013; Garramuño, 2014; Ludmer, 2011; Ginzburg, 2012; Resende, 2008, 2014; Pedrosa *et al.*, 2018; Perrone-Moisés, 2016; Schøllhammer, 2009; Dalcastagnè, 2012). Por exemplo, para Resende (2008) “multiplicidade” é uma palavra-chave de “constatação” da produção literária contemporânea, em que “multiplicidade é a heterogeneidade em convívio não excludente” (Resende, 2008, p. 18).

No entanto, consideramos que o destaque à multiplicidade inclina-se, por diversas vezes, a se restringir à pluralidade de estilos, de modo a desconsiderar, por exemplo, a característica de que “a literatura não é apenas um meio que a consciência tomaria emprestado para se exprimir, é também um ato que implica instituições, define um regime enunciativo e papéis específicos dentro da sociedade” (Maingueneau, 1995, p. 7).

Com isso, trata-se de questionar qual a noção de pluralidade desse regime enunciativo contemporâneo. Como fica a temática do trabalho nela ou a própria figuração da pobreza? Parece-nos não ter mais predominância a tradição anterior que Santiago (2004) mencionava. Em outras palavras, quando vemos o elogio da pluralidade de estilos, é como se a galeria de personagens, a natureza dos conflitos em que estão envolvidos, ficassem em segundo plano; uma dissociação sutil, em que não precisaria interessar-se pelo processo histórico-social para apreciar os estilos heterogêneos da ficção contemporânea. Derivando daí, também, a defesa da integração da literatura no movimento dos fluxos globais (Resende, 2014; Schollhammer, 2009).

Um contraponto crucial consta nas pesquisas de Dalcastagnè (2002, 2005, 2012, 2021), que evidenciam um *déficit* de “perspectivas sociais” na literatura contemporânea, não obstante a pluralidade de estilos. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que as pesquisas suprem apenas uma lacuna quantitativa. Mais precisamente, a autora sinaliza um “problema de representatividade” devido à ausência de grupos sociais subalternos como protagonistas em narrativas literárias, tendo como recorte temporal três períodos distintos: de 1965 a 1979, de 1990 a 2004 e de 2005 a 2014.

Trata-se de uma reflexão de extrema importância, uma vez que, conforme argumenta a autora, “os silêncios” da narrativa brasileira contemporânea, “quando nós conseguimos percebê-los, são reveladores do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social” (Dalcastagnè, 2012, p. 188).

A pesquisa flagra uma correspondência entre perfil do romancista brasileiro publicado por grandes editoras e os personagens e protagonistas de suas produções literárias — homens brancos, de classe média, nascido no eixo Rio-São Paulo. Em 2018 a *Revista CULT* publicou uma matéria, na edição 231, acerca dos resultados da pesquisa da professora Dalcastagnè, elaborando gráficos em relação às estatísticas que a pesquisa contempla, dos quais destacamos o relativo ao estrato socioeconômico dos personagens:



Figura 1 - Gráfico Revista CULT, com base na Pesquisa Personagens do romance brasileiro contemporâneo

O gráfico nos é interessante em face dos objetivos de nossa pesquisa, vindo também a matizar e sustentar nossa discordância em relação ao “vazio temático” assinalado por Santiago (2004). No gráfico, observamos que os personagens oriundos das classes médias lideram todos os períodos: eles são 45,8% em 1965/1979, 51,4% em 1990/2004 e 60,1% em 2005/2014.

No âmbito do estrato socioeconômico dos personagens, tenderia a se imaginar a representação do trabalho em relação principalmente à faixa dos pobres, que ocupa a terceira posição nos três períodos estudados. Embora não se efetive, aspecto que começaremos a nos debruçar a partir de uma resposta de Dalcastagnè (2018) à pergunta “A literatura brasileira vem reproduzindo padrões de exclusão da própria sociedade?”:

Exato. [...] A pesquisa mostra como o perfil dos autores e das personagens é de classe média — e cada vez mais vemos como a classe média é entediante. É tudo muito repetitivo, os enredos, as preocupações, as cidades; muito pouco variado, sem graça. Por que temos tão poucos protagonistas cabeleireiros, manicures, bancários, motoristas de ônibus? Outros universos que não aqueles que já conhecemos, tão batidos. O terrível é que, quando essas personagens aparecem, são sempre colocadas

em um papel inferior na narrativa, são subalternas, construídos de forma estereotipada, como se não tivessem outras preocupações que não envolvessem comida, emprego, dinheiro. Sempre me incomodo muito quando alguém diz que a pessoa é “simples” para dizer que ela é pobre. É essa a ideia que aparece na literatura, uma vez que pessoas pobres são retratadas como personagens simples quando na verdade poderiam ser extremamente complexas. Isso não quer dizer que não haja personagens interessantes em alguns desses livros. Mas a perspectiva geral das obras é de classe média, e fala muito sobre como essas pessoas são vistas ou pouco vistas, porque no Brasil existe esse muro social. Convive-se pouco com pessoas de outras classes, e mesmo quando se convive, não se enxerga quem elas são (Dalcastagnè, 2018, s/p.).

A resposta é sugestiva, por colocar em pauta que não se visualiza “profissões” demarcadas aos personagens populares quando estes aparecerem e, pelo fato de serem de estratos socioeconômicos inferiores, serem elaborados de “forma estereotipada”, o que significa dizer que a própria representação literária não aprofunda nas relações sociais em que estão inseridos.

Estudiosa da literatura brasileira, Dalcastagnè (2002) já vinha apontando esse retrato, antes mesmo de vir propriamente a lume a pesquisa, de que “o espaço da narrativa atual é essencialmente urbano”, com uma preponderância de “protagonistas de classe média”, de modo que ao se debruçar sobre as narrativas vê-se que não se encontra “nenhuma tentativa de alcançar o traçado de estratos marginais” (Dalcastagnè, 2002, p. 23; 25).

Assim, os dados estatísticos vieram corroborar análises de obras específicas. Na primeira divulgação, realizada em 2005 sob o título *A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004*, há uma parte dedicada à ocupação profissional dos personagens, na qual é sinalizado serem muito restritas a presença e referência “ao mundo do trabalho remunerado” (Dalcastagnè, 2005), mesmo sendo possível circunscrever profissões realizadas pelos personagens, como: escritor, professor, artista, estudante, jornalista²⁷.

De modo geral, é possível concluir, por exemplo, que os personagens, sejam homens ou mulheres, costumam não estarem inseridos em um “espaço profissional”, nem possuir “relações profissionais”. Mediante isso, apreendemos a argumentação da autora ressaltando que “é como se o trabalho — com todo o seu universo [...] não fosse um tema digno para a literatura”, de modo que a produção literária contemporânea não incorpora “o trabalho e os trabalhadores entre os seus protagonistas” (Dalcastagnè, 2021, p. 127). Dentro dessa

²⁷ Surge aqui uma diferença em relação ao gênero: enquanto a principal ocupação de personagens masculinos é ser escritor, para personagens mulheres a principal ocupação é ser dona de casa, sendo que, em relação a essa questão, a autora assinala que “a maioria das mulheres retratadas” no romance brasileiro contemporâneo “permanece presa às ocupações que poderiam acolhê-las na primeira metade do século XX: donas-de-casa, artistas (em geral, atrizes), estudantes, domésticas, professoras, prostitutas” (Dalcastagnè, 2005, p. 40). Ainda em relação a essa diferença de gênero, Dalcastagnè (2021) em recente divulgação sob o título *Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: Alterações e continuidades*, que contempla os períodos entre 1965 e 1979 e entre 1990 e 2014, assinala que as produções literárias não acompanharam a condição de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, observando que “o romance brasileiro, porém, registra mal essas mudanças, continuando a privilegiar a associação entre a figura feminina, o lar e a família” (Dalcastagnè, 2021, p.126).

perspectiva, será assinalado pela autora, no seu livro *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, que essa omissão ao mundo do trabalho faz imaginar que “teríamos de anular, então, toda uma história das artes, e da própria literatura, que, a partir do século XIX (e em especial com o realismo de Courbet, Corot e Daumier, nas artes plásticas, após a revolução francesa de 1848), vai incorporando o trabalho e os trabalhadores entre os seus protagonistas” (Dalcastagnè, 2012, p. 178).

Diante do exposto a partir das pesquisas de Dalcastagnè (2002, 2005, 2012, 2021), que contribuem significativamente aos “problemas de representatividade” na literatura contemporânea, verifica-se uma ausência, ou para utilizar a própria expressão de Santiago (2004), um “vazio temático” em relação à presença de trabalhadores e com representação de relações de trabalho — e isto em relação às classes subalternas, dentro do recorte dos três períodos de 1965 a 1979, de 1990 a 2004 e de 2005 a 2014.

Essas datas do recorte das pesquisas tornam-se uma importante ponte para retornar, em perspectiva histórico-crítica, àquele primeiro aspecto que enunciamos anteriormente. Não é descabido nos atentarmos e refletirmos que os dados quantitativos das pesquisas de Dalcastagnè assinalam uma queda de personagens das classes subalternas justamente quando começa a se consolidar o mercado de trabalho na sociedade brasileira. Para os objetivos da presente pesquisa, a grande importância do estudo de Bueno (2016) é destacar que, no romance de 30, foi problemático para escritores representarem grupos subalternos, pois embora “a incorporação dos pobres pela ficção é um fenômeno bem visível nesse período”, havia um “abismo” que separava o escritor, enquanto “intelectual das camadas mais baixas da população”, de modo que “uma abertura desse tipo” implicou “o problema de lidar com o outro. Esse problema foi vivido em profundidade pelos autores daquela década e bem ou mal resolvido de várias maneiras diferentes” (Bueno, 2016, p. 23).

Da nossa parte, visto pelo ângulo da temática das relações de trabalho, apreendemos impasses da posição social do autor remetem aos dilemas em relação à especificidade da matéria do trabalho, ligado à modernização da sociabilidade brasileira com suas forças sociais que operam e estão em disputa nas diferentes esferas do processo literário e social. A consciência do subdesenvolvimento e figuração da pobreza que emerge nessa década de 1930, com a sociedade ainda recém-saída do sistema colonial, não se depara com a mão de obra mercantilizada. Ou seja, ao considerarmos que é um dilema sem uma resolução estética efetiva, estamos considerando uma estilização da dinâmica profunda do processo de modernização da sociedade brasileira, visto pelo ângulo das relações de trabalho, em que a dimensão estética não é somente um meio de descrição ou representação da realidade, mas está carregada de sentido histórico e cultural, numa relação em que “imprevisível dormita a história”, e disso dependem a profundidade, a força e a complexidade dos “resultados

artísticos” (Schwarz, 2000, p. 31). Se, nesse aspecto, Candido (2007) sinaliza que “certos elementos da formação nacional (dado histórico-social) levam o escritor a escolher e tratar de maneira determinada alguns temas literários (dado estético)” (Candido, 2007, p. 18), então é necessário que o mercado de trabalho seja um dado histórico-social formado para que possa ser escolhido como tema.

O trabalho assalariado no Brasil é um fenômeno recente e incompleto. Resumindo o processo, Barbosa (2008; 2016) expõe que, entre 1940 e 1980, observa-se a expansão de uma classe trabalhadora assalariada, concentrada nos centros urbanos, irradiando-se de maneira seletiva a partir de São Paulo e do Sudeste em direção ao Sul, para chegar ao Norte e ao Nordeste nos anos 1960 e 1970. Contudo, na década de 1980, já vai ser possível apreender uma estagnação, conforme veremos adiante.

Dentro desse quando, o que agora desejamos destacar é que o trabalho assalariado se torna dominante a partir de 1930, como um dos aspectos de expansão do capitalismo, que aos poucos deixa a sua face mercantil primário-exportadora para alcançar a forma industrial. De forma muito instigante, houve, conforme esclarece Candido (2006a), uma importante e significativa alteração no sistema literário brasileiro na década de 1930, com o surgimento de uma “consciência do atraso e da pobreza”, que resultou em uma figuração da “pobreza” em “sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual” (Candido, 2006a, p. 193). No entanto a própria dinâmica do mercado de trabalho nesta época não estava formada, historicamente formada, não sendo, por isso, possível ser transfigurada em ficção, a não ser pelo seu avesso, como a fome resultante da falta de trabalho, os desclassificados e os pobres à margem do ingresso do trabalho formal²⁸.

Se, com as datas do recorte temporal da pesquisa de Dalcastagnè (2005, 2012, 2021) revelam-se a falta de tentativas desde o fim dos anos 1960, então temos uma restrição muito grande no sistema literário, que não pode passar despercebida, pois dela fica um lastro histórico-social de impasses não resolvidos a contento que terão suas implicações temáticas e formais nas narrativas de Ana Paula Maia escolhidas para análise, conforme até resgataremos via Bueno (2016) ao final do Capítulo IV.

²⁸ Tal aspecto é interessantemente observado por Reis (2003), que tem como ponto de partida coletânea de ensaios literários *Os pobres na literatura brasileira*, organizada por Roberto Schwarz no ano de 1983. Conforme o organizador, buscou inserir a literatura no “debate sobre as classes sociais”, a partir do questionamento de “como se define e representa a pobreza nas letras brasileiras?” (Schwarz, 1983, p. 7). Reis (2003) destacou que mesmo dedicado à pobreza, flagra-se a ausência de trabalhadores, “no sentido do moderno modo de produção capitalista” (Reis, 2003, p.52). Assim, para o autor, encontra-se uma “grande galeria de miseráveis”, mas estão ausentes os trabalhadores, “o mundo do trabalho, enquanto manifestam os seus avessos: o mundo, vasto mundo da marginalidade social” (Reis, 2003, p.42). Como pretendemos destacar, isso decorre pela própria questão da formação do mercado de trabalho na sociabilidade brasileira.

1.3. *Problemáticas e Equacionando pressupostos*

Em 2023, Ana Paula Maia completou vinte anos de carreira artística como escritora. Durante esse período, publicou sete romances: *O habitante das falhas subterrâneas* (7Letras, 2003), *A guerra dos bastardos* (Língua Geral, 2007), *Carvão animal* (Record, 2011), *De Gados e Homens* (Record, 2013), *Assim na Terra como embaixo da Terra* (Record, 2017), *Enterre Seus Mortos* (Companhia das Letras, 2018) e *De cada quinhentos uma alma* (Companhia das Letras, 2021). Publicou as novelas “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e “O trabalho sujo dos outros” em 2009, que compõem a obra *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (Record, 2009)²⁹.

Nascida no Rio de Janeiro, em 1977, a escritora alcançou extrema relevância no cenário contemporâneo de produção literária, com ampla divulgação internacional em várias traduções (espanhol, alemão, inglês, francês, sérvio e grego). Foi vencedora do *Prêmio São Paulo de Literatura*³⁰ nos anos de 2018 e 2019 na categoria “Melhor Romance de Ficção do Ano” com as obras: *Assim na terra como embaixo da terra* e *Enterre seus mortos*, respectivamente. Com o romance *De cada quinhentos uma alma*, foi semifinalista no *Prêmio Oceanos* em 2022.

A produção literária de Ana Paula Maia também tem despertado crescente interesse na crítica especializada, embora que no conjunto seja ainda exígua. Vale dizer, enquanto escritora debatida e interpretada, Ana Paula Maia possui repercussão nesta década, entre 2013 e 2023. No âmbito de dissertações e tese, possui um aumento significativo a partir de 2018.

Em 2023, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), reúne dez (10) Dissertações e seis (6) Teses sobre a escritora, que se debruçam do primeiro romance *O habitante das falhas subterrâneas*, até o romance *Assim na Terra como embaixo da Terra*, publicado em 2017.

Conforme o registro de depósito do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o primeiro trabalho surgiu em 2010, sendo a dissertação de mestrado *O habitante das falhas subterrâneas, de Ana Paula Maia, em diálogo com O apanhador no campo de centeio, de J. D. Salinger*, defendida por Helena Friedrich (2010) junto ao mestrado em Letras do Centro Universitário Ritter dos Reis, em Porto Alegre-RS. Após cinco anos, em 2015, surge outra dissertação de mestrado, *O anti-herói e a saga dos brutos: configurações anti-heróicas em Entre rinhas de cachorros e*

²⁹ A escritora tem contos publicados em diversas antologias, entre elas *25 Mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira* (Record, 2004), *Sex'n'Bossa* (Itália, 2005), *90-00 — Cuentos brasileños contemporáneos* (Peru, 2009) e *Geração 00* (Língua Geral, 2011). Criou e escreveu o roteiro de *Desalma*, série exclusiva da plataforma de streaming *GloboPlay* que estreou em outubro de 2020.

³⁰ O Prêmio São Paulo de Literatura é promovido pelo Governo do Estado de São Paulo desde 2008. Premia anualmente os dois melhores romances publicados no Brasil, um de autor experiente e um de autor estreante. Cada autor recebe 200 mil reais, o maior prêmio literário do país em valor.

porcos abatidos, *O trabalho sujo dos outros* e *Carvão animal*, defendido por Diego de Lima (2015) na Universidade Estadual da Bahia; posteriormente, em 2017, temos a dissertação *Além dos estereótipos. A construção dos marginalizados em Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*, defendida por Sônia Maria Chacaliaza Cruz (2017) na Universidade Federal de São Carlos-SP.

A partir de 2018, ocorreu o aumento de defesas de dissertações e o surgimento de teses sobre a escritora Ana Paula Maia, como indicação do aumento praticamente simultâneo das pesquisas (e suas defesas). A primeira Tese de doutorado surgiu em 2018, *Violência e Bastardos na obra de Ana Paula Maia.*, defendida por Karine Vicelli junto ao doutorado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Porém, a disponibilidade da pesquisa se tornou acessível somente em 2021, com a sua publicação em livro (com título homônimo). Por serem pesquisas recentes, nos deparamos com a situação de dissertações e teses apenas registradas no Catálogo da CAPES, porém os arquivos não estão disponíveis para acesso e leitura, como nos casos, por exemplo, da Tese *O que sentem os brutos: a violência em Ana Paula Maia e Patrícia Melo pela perspectiva da teoria dos afetos*, defendida em 2020 por Maristela Valerio junto ao doutorado em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e da dissertação *Trabalho, Brutalidade e desumanização na representação do protagonista Edgar Wilson em De gados e homens de Ana Paula Maia*, defendida em 2022 por Michele Lopes de Oliveira junto ao mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Tratando-se de artigos e ensaios encontramos um volume maior de publicações, cerca de três dezenas. A recepção crítica em artigos e ensaios acadêmicos surge aos poucos, desde 2008. Assim como nas Dissertações e Teses, é predominante nos artigos e ensaios a abordagem das narrativas que compõem a trilogia denominada “Saga dos brutos” (“Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, “O trabalho sujo do outro” e *Carvão animal*). É possível identificar que a recepção crítica em periódicos acadêmicos predominantemente se concentrou na temática da violência (a violência subjetiva, conforme acepção žižekiana), uma vez que foi por este lugar que a escritora conquistou presença reconhecida no campo literário.

Esquemáticamente, parece-nos ser possível apreender três linhas na recepção crítica em periódicos acadêmicos. Inicialmente a recepção se inicia voltada no aspecto de um “folhetim eletrônico”, em decorrência da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” ter sido publicada originalmente *on-line*, no *blog Killing Travis*³¹ da escritora, situando o debate em torno do “espaço inédito da virtualidade”, como os *blogs*, que facilitam a publicação e a divulgação de textos de forma mais acessível e menos restritiva em comparação com as editoras e o mercado do livro (Resende, 2008; Cruz, 2009; Schöllhammer, 2009; Bellezia, 2010).

³¹ Este *blog* não é mais atualizado pela escritora desde 2013, porém é possível fazer o acesso pelo link: <http://killing-travis.blogspot.com/>

Logo em seguida, houve a mencionada concentração na temática da violência, que se intensifica no plano figurativo, reconhecendo uma “retórica do sangue” (Barberena, 2012) e “construções imagéticas da violência [...] que compõem um horror hiperbólico, que exagera o real até o limite da repulsa e do asco” (Trevisan, 2022). Em alguns casos, essa dimensão da violência é articulada, por exemplo, à tópicos como realismo e romance policial (Soler, 2017; Vicelli, 2015), ou diretamente à dimensão de “ausência de cidadania” (Meireles, 2015), “desigualdade social” (Casarin, 2017) e “práticas da necropolítica” (Morais, 2020).

Desde 2020, consolida-se uma leitura que reconhece “coprotagonismo animal” (Cabral, 2020) e a presença de um “imaginário de crise ecológica” (Lehnen, 2020), permitindo identificar uma nova recepção crítica em periódicos acadêmicos, a partir das vertentes críticas dos Estudos Animais e da Ecocrítica (Silva, 2018; Oliveira, 2020; Barros e Coutinho, 2022; Leão, 2022).

Note-se que não inserimos como uma linha constitutiva na recepção crítica a questão da investigação sobre a representação do trabalho. Um enfoque específico sobre a presença de trabalhadores e a representação do trabalho ocorreu, excetuando artigo que publicamos³², em quatro produções acadêmicas. Em ordem ascendente, respectivamente, temos: o artigo de 2020, *Narrativa contemporânea e representação do trabalho em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, de Ana Paula Maia*, publicado por Gustavo Arnt e Karina da Silva Leandro; a dissertação de 2020, *Mundo torturado: o trabalho segundo os brutos*, defendida por Luiza Andrade Santos; o artigo de 2021, *Cinzas, sujeiras e porcos: Os trabalhadores subalternos de Ana Paula Maia*, publicado por Natália Ribeiro; e a dissertação de 2022, *Trabalho, Brutalidade e desumanização na representação do protagonista Edgar Wilson em De gados e homens de Ana Paula Maia*, defendida por Michele Lopes de Oliveira. Destaque-se também que, pelo fato de os protagonistas serem trabalhadores, a questão do trabalho surge em outras abordagens, como na Tese *Entre bandos e bestas: a literatura PANC de Ana Paula Maia*, defendida em 2020 por Ligia Neves junto ao doutorado em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Em face do exposto, vale assinalar que a presente pesquisa, conforme o Catálogo da CAPES, constitui na quarta tese dedicada integralmente³³ à escritora Ana Paula Maia. No conjunto da recepção crítica que foi possível ser localizada³⁴, constitui a quinta pesquisa acadêmica voltada exclusivamente para uma abordagem sobre a presença dos trabalhadores

³² Aqui nos referimos ao artigo *A angústia e as fraturas subjetivas de uma classe degradada: o proletariado precarizado em “Passageiro do fim do dia”, de Rubens Figueiredo, e “De gados e homens”, de Ana Paula Maia*, publicado em outubro de 2019 no periódico *Cadernos do IL*.

³³ Frisamos “integralmente” porque há três teses que não são dedicadas somente na abordagem da escritora Ana Paula Maia, sendo que os pesquisadores utilizam narrativas literárias de outros escritores no *corpus* de análise. Considerando estas três, a presente pesquisa constitui a sétima tese de doutorado que aborda a escritora. Aproveitamos para reiterar, também, que essa contagem se embasa no registro de depósito do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

³⁴ O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Google Acadêmico e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, além de uma própria busca geral no Google para encontrar pesquisas na web.

e representação do trabalho nas obras que compõem o nosso *corpus*, bem como a primeira que aborda exclusivamente pelo prisma do Materialismo Lacaniano. No intuito de melhor balizar nossa posição assumida e sua diferença, privilegiaremos os estudos citados no parágrafo anterior no nosso balanço sobre a recepção crítica, reforçando alguns argumentos e problematizando outros.

1.3.1 *Ana Paula Maia e a figuração de trabalhadores. Mas quais trabalhadores?*

Diante do quadro que as investigações de Dalcastagnè nos possibilitou estabelecer, percebemos que a escritora Ana Paula Maia se firma em um lugar muito específico do campo literário. Um lugar na contramão, uma vez que a conclusão de Dalcastagnè evidencia, do ponto de vista quantitativo, uma drástica ausência de falta de representação do trabalho na literatura brasileira contemporânea.

Claro, levaremos em consideração a lição žižekiana sobre as contradições de produtos culturais em face à hegemonia ideológica e as relações de poder estabelecidas (Žižek, 2011). Inicialmente, pretendemos nos debruçar no fato surpreendente de que a recepção crítica deixou passar despercebido que o trabalho é a matéria ficcional que a escritora buscava assimilar como eixo principal para a condução do enredo. Isso desde o segundo romance, *A Guerra dos Bastardos*, publicado em 2017.

A própria escritora utilizou a expressão “jorro” para se referir ao primeiro romance publicado, indicando que refletiu mais sobre a “elaboração” no tangente ao segundo romance (“O primeiro é um livro de emoção, de jorro. Tanto que o meu primeiro livro é completamente diferente dos demais. O segundo foi elaborado”). Coincidentemente ou não, a expressão “jorro” é utilizada por Pellegrini (1999) justamente para criticar certa tendência contemporânea, na qual os escritores por estarem mais preocupados com “catarse psicoterápica, um jorro purificador”, as obras carecem de um tratamento mais refletido, tanto na estilização quanto sobre a matéria narrada³⁵.

³⁵ Em 2011, Ana Paula Maia comentou sobre o início da carreira em entrevista, informando que: “*O apanhador no campo de centeio* foi um dos livros mais importantes na minha vida. O Salinger foi um revolucionário para mim, foi fundamental. *O habitante das falhas subterrâneas* (2003) faz um paralelo direto com *O apanhador*. Foi a maneira como comecei a escrever. Comecei a escrever muito inspirada e fazendo um paralelo na obra de alguém. Da minha forma, com as minhas experiências, algumas lembranças, fui construindo o livro. Mas foi o que saiu primeiro. O primeiro jorro, você não sabe se será bom ou ruim, não sabe o que está fazendo”. De forma instigante, o relato corrobora a percepção crítica de Pellegrini: “Parece que a necessidade de narrar a qualquer custo, de se fazer ouvir, de comunicar as sensações mais íntimas ou apenas relatar vivências, não importando a forma, é um dos traços marcantes

Trataremos das mudanças estilísticas propriamente no momento da interpretação, no Capítulo IV ao abordarmos a novela “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Neste momento, desejamos nos ater na recepção crítica que tratou da representação do trabalho, aproveitando para já esclarecer momentos isolados da nossa tese, que são atinentes com a interpretação proposta.

Desde o romance *A Guerra dos Bastardos*, o trabalho surge como mal-estar, calcado na especificidade de um horizonte bloqueado para os personagens, que não conseguem mais contar com o mercado formal de trabalho. Mesmo inseridos nele, precisam exercer ocupações na informalidade, sobretudo terão suas trajetórias atravessadas pela ilegalidade.

Por isso, não é descabido situar a seguinte asserção da voz narrativa como crucial para construção do enredo: “uma forma de ganhar dinheiro mais rapidamente e não se enfadar tanto com seu trabalho” (Maia, 2007, p. 26). A asserção vale para todos os personagens da trama: por exemplo, o protagonista é “um funcionário frustrado e mal-humorado numa videolocadora” e Amadeu é um ator pornô, que chega afirmar que prefere essa ocupação informal do que “carregar caixas em supermercados” (Maia, 2007).

São personagens com dificuldades financeiras, porém não se trata de uma configuração de “pobreza desvalida” (Valladares, 1991). O mal-estar é com o próprio horizonte rebaixado do mercado de trabalho formal, algo que já ao fim do anos 1980, conforme Zaluar (1994 [1985]) e Valladares (1991), estava claro que, em decorrência das transformações que ocorrem na dinâmica da urbanização e do mercado de trabalho urbano, mesmo assalariado existe a percepção de fazer papel de “otário” (Valladares, 1991; Zaluar, 1994) dado serem subvalorizados e a “deterioração salarial” em relação ao esforço e dedicação investidos no trabalho.

A principal recepção crítica do romance *A Guerra dos Bastardos* não levou em consideração a questão do trabalho como algo de importância para ser refletido, embora situando interessantes aspectos da presença da violência no romance (Soler, 2017). Embora considere a presença de uma “violência econômica” no romance, a abordagem de Soler (2017) não leva em consideração o horizonte do trabalho, concluindo, de maneira genérica, que “no romance de Ana Paula Maia, todos os valores do humanismo sumiram ou se encontram invertidos” (Soler, 2017, p. 153).

Por outro lado, quando se começou a levar em consideração a matéria ficcional do trabalho na construção das narrativas, as abordagens não articularam a experiência do trabalho com uma dimensão histórico-social específica da sociedade brasileira, conforme

da ficção brasileira contemporânea, como se narrar fosse uma catarse psicoterápica, um jorro purificador, mais do que uma necessidade de comunicação” (Pellegrini, 1999, p. 58). Não somente isso, se o segundo romance foi mais refletido e elaborado, como indica a própria Ana Paula Maia, então fica mais fundamentando a importância da matéria ficcional do trabalho no início da sua carreira, embora na entrevista em questão não haja comentário acerca disso. Sobre a entrevista, ver: <https://rascunho.com.br/noticias/ana-paula-maia/>

aprendemos dos trabalhos de Porto (2016), Santos (2020) e Ribeiro (2021). De acordo com a reflexão do filósofo esloveno desenvolvida em *Vivendo no Fim dos Tempos*, é preciso recusar a tentação da “absolutização a-histórica do trabalho”, que estabelece a tendência de ver o trabalho como algo desvinculado das relações históricas e sociais em que está inserido. Žižek (2012) assinala, assim, que “a abstração do trabalho numa forma não social é ideológica em sentido estrito: ela não reconhece suas próprias condições sócio-históricas” (Žižek, 2012, p. 152).

Dentro desse horizonte ocorre as abordagens na recepção crítica que levaram em consideração a presença do trabalho nas narrativas da escritora Ana Paula Maia, “a abstração do trabalho numa forma não social”, sem articulação da experiência do trabalho com a formação social brasileira. Com base nisso é que compreendemos como a noção de “refugio humano” do sociólogo Zygmunt Bauman é mobilizada por Neves (2019) para dimensionar a posição social dos personagens como “seres que não encontram mais lugar dentro da atual sociedade de mercado, trabalho e consumo” (Neves, 2019, p. 26). O embasamento em Bauman, para recepção crítica de Ana Paula Maia, acreditamos ter surgido, salvo engano, no artigo de 2012, *A trilogia do refugio humano: o imaginário abjeto de Ana Paula Maia*, de Ricardo Barberena, no qual o autor propôs que na trilogia *A Saga dos brutos* são representados “seres-refugio situados num espaço caracterizado pela subalternidade, humilhação e exclusão social” (Barberena, 2012, p. 19).

Observou-se que a noção, a partir de então, se tornou relativamente usual em outras produções acadêmicas sobre a escritora (Lima, 2015; Meireles, 2015; Porto, 2016; Barberena, 2016; Neves, 2019; Lima, 2020), embora não generalizado, para assinalar a subalternidade e exclusão social dos personagens, com a percepção de suas precárias inserções econômicas. A noção de “refugio humano” foi cunhada por Bauman, utilizada inicialmente em *Modernidade e Ambivalência* (publicado em 1991), sendo desenvolvida unicamente em seu livro *Vidas Desperdiçadas*, publicado em 2004. O ponto de partida do sociólogo polonês é que o refugio humano “é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade [...] e do progresso econômico” (Bauman, 2005, p. 12). São indivíduos ou grupos de pessoas que se tornam marginalizados, excluídos e descartados pelo sistema, que a depender se trata de um “efeito colateral”, exclusões “não intencionais e não planejadas, do progresso econômico” (Bauman, 2005, p. 42).

Na apreciação de Neves (2019), é possível identificar os “humanos refugados” em diversas situações marginais, como “moradores de rua, imigrantes ilegais, trabalhadores de baixo custo ou em situação de trabalho análogo à escravidão, nas periferias das cidades ou entre pertencentes às categoriais de minoria política” (Neves, 2019, p. 27-28).

Dessa maneira, a noção de “refugio humano” abrange as 5 narrativas abordadas³⁶, como aporte do argumento que destaca que os personagens foram deixados para trás pelo “sistema social e político”, cujo drama foi serem “negligenciados por grande parte das estruturas de poder” (Neves, 2019, p. 29; 38).

Existe, assim, uma homogeneização nessa compreensão, da qual discordamos. A questão do “refugio humano” não é inteiramente suficiente, na medida em que exige, como contrapartida, uma reflexão a partir de uma perspectiva mais estruturada nas relações sociais.

É tarefa difícil pensar a posição social dos personagens de Ana Paula Maia, uma dificuldade que é histórica. Os personagens com uma posição precária não implicam exclusões “não intencionais e não planejadas, do progresso econômico” (Bauman, 2005, p. 42). Ao contrário, é uma exclusão intencional, decorrente da acumulação flexível, e para reproduzi-la. Com o declínio do sistema taylorista-fordista, as mudanças nas relações de trabalho, as transformações tecnológicas e as reconfigurações no modo de produção capitalista, levaram a uma classe trabalhadora mais diversa e multifacetada, que segundo Braga (2012), Antunes (2006; 2009b), Harvey (1992), Oliveira (2000; 2003) e Žižek (2012) é preciso uma nova abordagem.

Oliveira (2000) e Žižek (2012) destacam a atualidade do conceito de “exército industrial” de Marx, mas ressaltam a necessidade de considerar as transformações contemporâneas nas relações de trabalho, com uma ampliação do trabalho precário e informal. Oliveira (2000) argumentou que a ampliação do assalariamento levou a uma fusão entre as frações intermitente e latente do “exército industrial”, de modo que praticamente todos os trabalhadores se tornaram membros intermitentes/latentes do “exército industrial” como resultado da permanente desqualificação e à informalização do trabalho, o que redefiniu as relações capital-trabalho, tornando a mão de obra mais barata e ampliando a acumulação de capital. De forma semelhante, Žižek (2012) sugere que devemos mudar nossa abordagem “ao ler *O Capital*” e dar mais importância à “questão do desemprego”, tendo em vista que, no processo contínuo da globalização capitalista, a categoria dos desempregados adquiriu uma nova qualidade além da tradicional ideia de “exército industrial de reserva”, que se referia aos trabalhadores disponíveis para serem empregados conforme a demanda do capital. Os desempregados não estão fora do sistema, como a noção de “refugio”, implica também “uma forma de exploração”, pois “a totalidade capitalista da produção não só precisa de trabalhadores [formais], como também gera o “exército de reserva” daqueles que não conseguem trabalho [formal]” (Žižek, 2012, p. 16).

³⁶ Como *corpus* de pesquisa, a tese de Neves (2019) abordou 5 narrativas literárias da escritora Ana Paula Maia: *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (2009) — composta pela novela com título homônimo ao do livro e pela novela intitulada *O trabalho sujo dos outros* —, e os romances *Carvão animal* (2011), *De gados e homens* (2013) e *Assim na terra como embaixo da terra* (2017).

Ou seja, não apenas “refugio humanos”, mas resultados de uma dinâmica de desvalorização da força de trabalho, como sujeitos que precisam sobreviver na informalidade, ou seja, *personagens trabalhadores cuja posição social precária contraria justamente o senso comum ideológico*, de que classe trabalhadora é somente o proletariado industrial e ainda da ideia que reduz o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril (Antunes, 2009a).

Temos, assim, uma informalidade que contribui para heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, bem como temos a informalidade como dado estrutural, que pode ser compreendida como “violência sistêmica”, conforme conceituação de Žižek (2014).

Sobre a primeira condição, veremos agora no próximo subcapítulo, pois parece ser um dos motivos atrelados à ausência na fortuna crítica de abordagens sobre a representação do trabalho na obra de Ana Paula Maia, enquanto a compreensão da informalidade como violência sistêmica retomaremos no subcapítulo “1.3.3. Traumático antagonismo social e a ‘brutalidade do real da violência desregrada’”.

1.3.1.1 Forclusão de mercado formal e racionalização da informalidade

A informalidade como lógica de funcionamento de diferentes dinâmicas de racionalização de vínculos e relações sociais faz parte da matéria das narrativas. Para evidenciar de modo exemplar, vejamos um detalhe da narrativa “O trabalho sujo dos outros”, presente na obra *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*. Nesta narrativa, ocorre uma greve, porém a perspectiva diegética e as ações do protagonista ocorrem a despeito da greve.

O protagonista da narrativa é Erasmo Wagner, que exerce a função de coletor de lixo. Na perspectiva diegética, ocorre uma greve dos motoristas, para a qual “Não se importa. Se continuar por longos dias ou se terminar dentro de algumas horas, não fará diferença. Não espera muito da vida” (Maia, 2009, p. 127). Essa indiferença é porque, afinal, é somente uma greve dos motoristas, sendo demarcada de maneira explícita pelo discurso narrativo, de modo que qualquer conquista pela paralisação da greve não se estenderá aos coletores de lixo. Conforme Oliveira (2007), com a informalização “as consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras”, uma vez que “a relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço”, tornando “as relações difusas e indeterminadas” (Oliveira, 2007, p. 37).

Um dos principais exemplos desse aspecto é encontrado no capítulo seis, quando Erasmo conversa com seu primo Edivardes:

— Deu no rádio. Parece que a greve vai terminar logo — comenta Edivardes.

Erasmo Wagner suspira. Demora um pouco para responder.

— Vamos ter trabalho dobrado — diz Erasmo Wagner. — É só nisso que penso.

— Será que conseguiram um bom acordo?

— Bom pra quem?

Erasmo Wagner sente o peso da extensão da greve. Sente o peso das toneladas extras acumuladas como fardos que será obrigado a carregar. Ouviu dizer que ocorreram algumas brigas, que mais pessoas adoeceram, que ratos se proliferaram e que o presidente da República fez um apelo na TV. Para Erasmo Wagner nada disso tem importância. O que importa para ele é ver a cidade limpa novamente, ter sua rotina e seguir por caminhos já conhecidos (Maia, 2009, p. 146).

Importante em vários aspectos, destaca-se a cena como exemplo de uma característica que perpassa o conjunto da obra ficcional. A força social pela paralisação da greve não é algo que atinge Erasmo Wagner, que está fora dessa participação, em que não terá as condições, enquanto coletor de lixo, melhorada.

Acreditamos que a especificidade dessa situação decorre justamente da informalidade do trabalho de Erasmo Wagner. O que chama atenção, assim, é a proximidade do trabalho formal (dito regular, protegido e moderno) e o trabalho não-regulado, informal, pois o fato de o personagem protagonista não ter participado da greve é em decorrência da dimensão de sua informalidade, a qual possui contribuição na fragmentação da classe trabalhadora.

Do ponto de vista político, a implicação possui inclusive relação de como a informalidade leva a necessidade dos sindicatos alterarem seus modos de funcionamento, como Bihl (1999) assinala, ao argumentar que

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas horizontais, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados (Bihl, 1999, p. 101).

A informalidade do protagonista implica essa complexidade da greve ocorrer, mas ser uma greve somente dos motoristas. Nesse sentido Antunes (2009b) argumenta que “o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI”, implica justamente fortalecer os laços de pertencimento de classe entre os diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho (Antunes, 2009b, p. 192).

Essa informalidade que resulta na heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora consiste, portanto, em um dos desafios para o leitor que deseja compreender a representação do trabalho na produção ficcional da Ana Paula Maia. A questão não é somente de precarização do trabalho. O nervo da questão consiste em levar em consideração uma articulação entre precarização do trabalho e informalidade, a qual, por sua vez, redefine as relações de classe.

Acompanhando Oliveira (2003), percebe-se que se estabeleceu um cenário “devastador”, pois se antes acreditou-se que “o ‘informal’ poderia ser uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais”, agora se constituiu como regra, como padrão de relação necessária à forma de acumulação capitalista.

Em conformidade com o autor, já foi possível perceber que a tendência à formalização das relações salariais estagnou nos anos 1980, e em seu lugar, expandiu-se o que é comumente chamado de “trabalho informal”:

A progressão da relação salarial foi cortada no começo dos anos oitenta do século passado pela combinação da reestruturação produtiva com a globalização; isto forneceu as bases para um enorme avanço da produtividade do trabalho que jogou para as calendas a possibilidade e/ou necessidade da relação formal de trabalho: pelo contrário, o que se chamou no passado de ‘informalidade’ tornou-se a regra. Pediu-se ao trabalhador formal os atributos do ‘informal’: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossas cidades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso (Oliveira, 2003b, p. 10-11).

A contemporaneidade da sociabilidade passa a ser marcada por uma precarização social do trabalho, erigida na desestruturação do mercado de trabalho e da ampliação da informalidade no país.

À medida que esta pesquisa progrediu, ficamos cada vez mais convencidos que a ordem Simbólica dos personagens, no plano ficcional, possui correspondência no plano da realidade histórica, no que diz respeito a uma sociabilidade vinculada à erosão do trabalho contratado e regulamentado. Edgar Wilson jamais esteve “desempregado”, embora também não estivesse integrado no mercado de trabalho formal. Conforme o desfecho do romance *De gados e homens*, num dia pediu para sair de um abatedouro, para já no outro dia começar a trabalhar em outro abatedouro. Apreendemos uma trajetória como assalariado, que nos possibilita inferir em ocupações que não possuem contratos de trabalhos legalmente registrados, os quais, portanto, se configuram como trabalhos informais e precários, dentro de dinâmicas de intensificação e superexploração do trabalho, carente de direitos sociais e com a fragilização da condição salarial.

No ensaio *Os modos de ser da informalidade*, Antunes (2011) assinala que a informalização do trabalho é um fenômeno crescente e inerente ao processo de acumulação de capital contemporâneo. Dentro das modalidades de informalidade, o sociólogo situa os trabalhadores mais “instáveis”, que são frequentemente remunerados por peça ou serviço realizado, em ocupações “pautadas pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação” (Antunes, 2011, p.49).

Essa condição informal mais “instável” nos parece ser a mesma de Edgar Wilson. Em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” sua remuneração está atrelada à quantidade de animais abatidos, conforme mencionado por Antunes (2011). Ainda conforme o sociólogo, esses trabalhadores “instáveis” podem até ser subempregados por trabalhadores informais mais “estáveis”, o que parece ser, como veremos na análise, o caso específico da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Por sua vez, em *De gados e homens* permanece uma subcontratação, agora em abatedouro de médio porte e vinculado diretamente à indústria de carne. Portanto, ao invés de uma “modalidade informal tradicional”, temos agora outra “modalidade [que] remete à figura dos *trabalhadores informais assalariados sem registro*, ao arrepio da legislação trabalhista”, condição que Antunes (2011) assinala como “feição informal” nas empresas (como a indústria têxtil) que utilizam da subcontratação para flexibilizar o trabalho, a jornada e a remuneração.

O mercado de trabalho formal não possui função de atribuição de significação para constituição de Edgar Wilson como sujeito. Por isso, a informalidade não é apenas uma forma de racionalidade econômica, no interior da vida social, mas também a expressão de uma forma de violência objetiva que atinge a constituição subjetiva. Lembremos que Lacan (1988) esclarece que “o significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação”, chamando a atenção que “ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais que um mero significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito” (Lacan, 1988, p. 197).

Percebemos que os personagens, enquanto sujeitos, são reduzidos e “petrificados” nesse laço social da informalidade, cuja brutalidade subordina e aprisiona em uma lógica de humilhação Imaginária. Não há demanda por satisfação e reconhecimento social. Uma autodepreciação como conformação com o laço social, articulado com a dinâmica do grande Outro, que reduz a existência, em nível Simbólico e Imaginário, à mera especialização funcional, com extrema espoliação psíquica e violência simbólica. Isso resulta no horizonte de expectativas bloqueado. Tendo em vista que o desejo é estruturado pelo grande Outro, conforme Žižek (2010), no sentido em que o que o sujeito deseja “é predeterminado pelo grande Outro, o espaço simbólico em que habita” (Žižek, 2010, p. 55), não há horizonte possível para esses personagens, sendo que a informalidade é a regra, condição que se

materializa inclusive nos espaços físicos das narrativas. Uma indeterminação espacial que é a indeterminação do sujeito, de uma precarização social e psíquica.

Conforme propõe Žižek (1992), sempre que temos uma estrutura Simbólica, em nosso caso o plano ficcional das narrativas, essa “estrutura simbólica [...] é estruturada em torno de um certo vazio”, o qual implica a “foraclusão de um certo significante-chave” (Žižek, 1992, p.164). Visto isso, propomos que na trajetória de Edgar Wilson é possível apreender a foraclusão do mercado de trabalho formal, o que barra seu acesso a um campo simbólico estruturado por direitos sociais e do trabalho. Foraclusão é algo que está além do que a simples exclusão, conforme pontua Silva (2018), esclarecendo que é inerente à noção de exclusão a possibilidade de reintegração, enquanto a foraclusão significa não haver chances de reintegração.

A foraclusão possui efeitos no laço social, levando por exemplo à perspectiva do horizonte bloqueado, uma vez que Edgar Wilson está barrado em ocupações informais, as quais se articulam com a questão do colapso da modernização, como fator que impossibilitará chances de reintegração.

É interessante, nesse sentido, a exposição de Cardoso (2019) acerca da “integração cidadã” via mercado de trabalho formal ter sido uma “promessa” que gerava expectativas nos trabalhadores, sobretudo ao longo da Era Vargas. Expectativas, conforme o autor, no sentido em que trabalhadores nutriam a esperança de que, em algum momento, conseguiriam ingressar no mercado formal e usufruir de seus direitos, “mesmo que nunca se tenha universalizado, [pois] o mercado formal estruturava um conjunto de relações sociais e econômicas que ocorriam ao seu largo” (Cardoso, 2019, p. 216).

Em determinado momento da interpretação proposta acerca de *De gados e homens*, essa ausência de expectativas é apreendida, por exemplo, articulando conceitos como “ideal do eu”, “eu ideal” e “grande Outro”. Por ora, cabe destacar, então, que a informalidade é questão motriz e multifacetada na produção literária de Ana Paula Maia, envolvida na questão da inserção social dos personagens e integrada no enredo. Assim, os personagens estão inseridos em relações sociais que se estruturam sem a mediação de direitos; e a foraclusão do mercado de trabalho formal da trajetória de Edgar Wilson e outros personagens corresponde à uma lógica de desintegração, a partir da qual o assalariamento formal já não estrutura o conjunto de relações sociais e econômicas.

Assim, apreendemos o mercado de trabalho formal como um “Real impossível” para Edgar, estreitamente vinculado a um traumático antagonismo social, com correspondência própria à formação histórico-social brasileira, conforme pretendemos evidenciar. Essa compreensão, em volta da experiência de Edgar Wilson, se revela próxima com o propósito, como já havia demarcado Lacan (1988) no *Seminário XI - Os quatro conceitos fundamentais da*

psicanálise, de traçar uma investigação (“essencial”) para descobrir “a qual significante — não-senso, irreduzível, traumático — [o sujeito] está, como sujeito, assujeitado” (Lacan, 1988, p. 237).

Consequentemente, temos a dimensão do Real que altera nossa percepção da realidade, buscando recusar ou recalcar o antagonismo social traumático, pois, conforme Žižek assinala, se o Real resiste à simbolização não significa que esteja fora da ordem Simbólica. Uma primeira implicação disso é levarmos em conta o Real do Antagonismo na lógica da narração e no ponto de vista do narrador, isto é, para questão da “representação da informação diegética que se encontra ao alcance de um determinado campo de consciência, que seja o de um personagem da história, quer o do narrador heterodiegético” (Reis e Lopes, 1980, p. 159). O aprofundamento nestas reflexões nos fez notar que podemos auferir uma complexidade na narração e ponto de vista do narrador nas narrativas do nosso *corpus*, em decorrência da própria dimensão do Real no cerne da experiência de Edgar, que mina e leva ao impasse logo de início a intenção da construção narrativa se pautar por uma *visão “com”* o protagonista.

Embora Edgar Wilson constitui “o centro da narrativa, ao qual se atribui uma atenção maior”, conforme Pouillon (1974, p. 54) acerca da *visão “com”*, haverá o impasse decorrente do antagonismo traumático no cerne da ordem Simbólica, para ainda não mencionar a questão da espoliação psíquica deste personagem. Ponderando por esse ângulo, então parece ser o caso de termos que apreender, do ângulo que é do personagem, os mecanismos psíquicos de lidar e vivenciar uma ordem Simbólica traumática, saturada em violência sistêmica e simbólica; e também apreender os mecanismos por sua vez do narrador, para estabelecer o ponto de estofa (*capitonê*) da cadeia significante para produção da significação, dessa dimensão traumática da vivência e conflitos de Edgar Wilson.

1.3.2 *Tal trabalhador, qual narrador?*

Com o atual escopo de recepção crítica, não é descabido afirmar que a questão da configuração da representação, envolvida na temática do trabalho, não despertou interesse. Ana Paula Maia promoveu importante abertura para um discurso complexo da dimensão da precariedade a que estão sujeitos os personagens trabalhadores de suas narrativas, o que, por sua vez, também envolve a necessidade de identificação e compreensão do lugar ocupado pelo narrador frente à matéria narrada.

Como as narrativas do nosso *corpus* não possuem a utilização de recursos técnico-formais diversificados, a atenção, então, incide sobremaneira referente ao narrador como instância estruturadora da perspectiva diegética. Em ambas as narrativas — “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens* — temos discursos narrativos heterodiegéticos, cujas perspectivas diegéticas focalizam o cotidiano de Edgar Wilson. Mesmo ausente da diegese, o narrador em ambas narrativas assume uma posição como de observador, deparando-se com uma experiência precária difícil de abarcar, que vai se constituindo, a seu próprio despeito, como “o Real lacaniano”, no sentido de uma “traumática ‘espinha na garganta’ que contamina toda idealidade do simbólico, tornando-o contingente e inconsistente” (Žižek, 2017, p. 342).

Por exemplo, quando menciona sobre o hambúrguer, no romance *De gados e homens*, a voz narrativa declara que “não se pode vislumbrar o horror desmedido que há por trás de algo saboroso e delicado” (Maia, 2013, p. 21). O enunciado desliza para uma peculiar asserção, marcada por uma entoação expressiva: “horror desmedido”. Apreende-se, dessa maneira, uma espécie de demarcação da dificuldade da narração: não só não é possível contemplar sem horror, como é posto pela voz narrativa que “não se pode [até mesmo] vislumbrar” esse “horror desmedido” que perpassa o cotidiano desses trabalhadores.

Essa perplexidade horrorizada já marca uma relação fundante na instância narrativa com implicações nas duas narrativas. Nas duas, por exemplo, como força disruptiva irrepresentável, em vista que essa perplexidade horrorizada implica as próprias condições práticas e materiais de existência dos trabalhadores, de saída o discurso narrativo revela seu ponto de vista como estranho ao ambiente de trabalho daqueles personagens que procura observar/retratar, ao mesmo tempo assumindo como instância mediadora crucial.

Contudo, existe uma passagem, o que mencionamos anteriormente como hipótese acerca de um avanço literário, entre a publicação de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens*, sendo que isso implicará a distinção da proposta interpretativa, uma vez que estamos convencidos que: na primeira narrativa, o narrador produz a narração na recusa (*Verleugnung*) do antagonismo, enquanto na narrativa do romance temos o narrador produzindo a narração com recalque (*Verdrängung*) do antagonismo³⁷.

A perplexidade horrorizada que assinalamos acima, não existe na primeira narrativa, de 2009, atestando o que Adorno (2003a), no ensaio *A posição do narrador no romance*

³⁷ Nesse modo de apreensão e formulação, inspiro-me particularmente nas obras *O Mais Sublime dos Históricos: Hegel com Lacan*, *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*, *El acoso de la fantasia* e *O sujeito incômodo* do filósofo esloveno. Os termos são de origem freudiana para argumentar sobre os mecanismos psíquicos e posições subjetivas. Os termos utilizados por Freud são diversos, tais como *Verdrängung* (recalque), *Verleugnung* (recusa/desmentido), *Verneinung* (denegação), *Verwerfung* (rejeição), *Ablehnen* (afastar, declinar), *Aufheben* (suprimir, abolir), retração de *Besetzung* (investimento), retração de *Bedeutung* (significação), entre outros. Os dois termos específicos que utilizamos são os que tem ampla apropriação por Lacan, sendo, por sua vez, relidos e aplicados por Žižek de maneira heterodoxa nas obras citadas, para abordar e expor os modos como um edifício ideológico se constitui.

contemporâneo, já havia argumentado que a posição do narrador pode encarnar o horror e a negatividade de forma descompromissada, a ponto de “sentir-se demasiado à vontade no barbarismo” (Adorno, 2003a, p. 62). É o que ocorre em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, conforme acreditamos, sendo possível apreender um fascínio do narrador pela “violência subjetiva”, como forma de recusa (*Verleugnung*) do antagonismo.

Em vista dessas considerações iniciais, apreendemos que temos um narrador que assume o papel de focalizador em ambas narrativas, sendo que existirá uma diferença nesse ponto de vista assumido em cada narrativa. Na narratologia contemporânea, a relação entre quem observa e o que é observado é elemento central na composição e no conteúdo do texto narrativo (Bal, 2021; Rabatel, 2016; Schmid, 2010). “Sem ponto de vista, não há história”, conforme frisa Schmid (2010), para destacar a importância do ponto de vista na construção de uma narrativa, argumentando que “uma história só é constituída quando os acontecimentos amorfos e contínuos são submetidos a um ponto de vista de seleção e hierarquização”, sendo que em decorrência dessa compreensão “é que toda representação da realidade implica um ponto de vista ou perspectiva nos atos de seleção, nomeação e avaliação de seus elementos” (Schmid, 2010, p. 99, tradução nossa³⁸).

Por ser heterodiegético, o narrador é confrontado com a dificuldade de narrar a experiência desses trabalhadores, porém, é preciso frisar, não temos um narrador que coloque em xeque a própria possibilidade de narração. O limite no alcance do ponto de vista não é assumido, de modo que o narrador busca levar o leitor a acreditar que está testemunhando, assim como ele próprio, os eventos como se estivesse presente, assegurando traços de onisciência.

Talvez essa condição, e com uma narração em terceira pessoa, tenha feito os leitores aceitarem como indiscutíveis a organização narrativa desses narradores. “Os narradores oniscientes não precisam ficar intocados”, nos orienta Eagleton (2019, p. 97); e Wood (2012) inclusive assinala, contrariando o senso comum, que “a narração em primeira pessoa costuma ser mais confiável que não confiável, e a narração ‘onisciente’ na terceira pessoa costuma ser mais parcial que onisciente” (Wood, 2012, p. 18).

Ou seja, o caráter problemático da “realidade objetiva”, conforme o filósofo esloveno “a própria realidade é ontologicamente ‘incompleta’, indeterminada” (Žižek, 2015, p. 574), questão que esclarece, “para usar o lacanês, o olhar do sujeito é sempre-já inscrito no objeto percebido em si, sob o disfarce de seu ‘ponto cego’, que está ‘no objeto mais que o objeto em si’, ponto do qual o próprio objeto devolve o olhar” (Žižek, 2008, p. 26). Dessa maneira,

³⁸ No original: “Without point of view, there is no story. A story is only constituted at all when the amorphous, continuous happenings are subjected to a selecting and hierarchizing viewpoint. One of the premises of this study is that every representation of reality implies a point of view or perspective in the acts of selection, naming and evaluation of its elements”.

“o materialismo significa que a realidade que vejo nunca é ‘inteira’ — não porque grande parte dela me escapa, mas porque ela contém uma mancha, um ponto obscuro, que indica minha inclusão nela” (Žižek, 2008, p. 26).

Questões que são devidamente pertinentes às reflexões sobre “ponto de vista” na narrativa. Os estudos narratológicos de Schmid (2010), por exemplo, não concebem a possibilidade de perspectiva “neutra” ou “focalização zero”. O autor estabelece “cinco parâmetros” que estão implicados na “constituição do ponto de vista na obra literária: percepção, ideológica, espaço, tempo e linguagem” (Schmid, 2010, p. 79, tradução nossa). Cada parâmetro proposto por Schmid (2010) pode implicar o ponto de vista de um narrador ou de um personagem na construção da narrativa. Do ângulo da nossa pesquisa, nos interessa o “parâmetro ideológico”, com o qual se compreende que fatores ideológicos moldam e afetam inevitavelmente como cada narrador se relaciona e representa os eventos, episódios, acontecimentos da diegese para estruturação da narrativa.

Como já assinalado anteriormente, por isso a passagem nevrálgica para reflexão não implica apenas a ausência de personagens trabalhadores, mas sobretudo o ponto de vista pelo qual são representados. Isso porque é fácil ocorrer uma distorção anamórfica na assimilação literária da matéria do trabalho, “de uma impossibilidade lógica que marca um antagonismo irreduzível” (Žižek, 2003c, s/p.).

O filósofo esloveno utiliza o termo “anamorfose ideológica” para descrever o “erro de perspectiva” que ocorre no campo da significação, esclarecendo, assim, que

A dimensão propriamente “ideológica” é um efeito de um certo “erro de perspectiva”: esse elemento que, no interior do campo de significação, faz as vezes do não-senso significante é percebido pela experiência ideológica como o ponto de saturação significativa que fecha o campo de significação [...]. Esse “erro de perspectiva” poderia ser determinado como “anamorfose ideológica” (Žižek, 2000, p. 200).

Essa reflexão pode encontrar correspondência para se refletir sobre o posicionamento do narrador. Levamos essa reflexão para leitura das narrativas do nosso *corpus* implicou estar atento não apenas ao ponto de vista, bem como à concepção por meio da qual o ponto de vista do narrador é estruturado, no que se refere, por exemplo, à seleção de eventos pelo narrador para narração.

Nesse aspecto, percebe-se uma sintomática diferença entre os narradores das duas narrativas na singularidade da seleção e hierarquização de acontecimentos para produção da narração. Residirá nisto, inclusive, o traço característico do narrador de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, cuja obra destoa na produção literária de Ana Paula Maia. Trata-se do que consideramos como fascínio do narrador pela “violência subjetiva”, que é o

verdadeiro limite dessa primeira obra na qual Ana Paula Maia se propôs a representar trabalhadores.

Defendemos, assim, a proposta de que o ponto de vista do narrador em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é estruturado através do “engodo fascinante da violência subjetiva” (Žižek, 2014), cujo resultado é a perspectiva diegética ser uma narração sobre assassinatos cometidos por Edgar Wilson. A mudança que ocorre já a partir do romance *Carvão animal*, publicado em 2011, é na reconstrução do discurso narrativo, no que estrutura o ponto de vista do narrador, cada vez menos interessado em atingir a sensibilidade do leitor através da intensificação brutalista da violência subjetiva.

Do ponto de vista da composição, destacamos a elaboração dos primeiros capítulos de cada narrativa (“Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens*). Isso porque a construção da intriga é praticamente a mesma, havendo um imprevisto na rotina de Edgar e desfecho com assassinato cometido por ele. Justamente a partir daí já apreendemos certo *problema* literário, que fornece atrito produtivo entre a matéria da narração e o ponto de vista para compreensão da perspectiva diegética e composição das narrativas. Pedro é assassinado em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, enquanto Zeca é a vítima em *De gados e homens*. Buscaremos evidenciar a alteração no registro narrativo ao abarcar os assassinatos, havendo na primeira narrativa um apelo fortemente visual, centrando-se em imagens abjetas. Soma-se a isso que a perspectiva narrativa em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é sobre assassinatos, havendo um, às vezes dois, cometidos por Edgar por capítulo. Diferentemente, o assassinato de Zeca — o único ocorrido na perspectiva diegética do romance — possui uma descrição seca e lacônica, em um único parágrafo, distinguindo-se do estilo brutalista da narrativa anterior. Em *De gados e homens*, verifica-se na questão do assassinato de Zeca que a “desproporção entre brevidade e importância do episódio é um fato eloquente da composição”, para utilizar uma expressão de Schwarz (1990, p. 66) que cabe como uma luva nesse contexto.

Em face disso, é possível apreender que a perplexidade horrorizada mencionada anteriormente somente implica o narrador em *De gados e homens*. Tendo em vista que nesse romance Edgar Wilson novamente assume o protagonismo, é possível surpreender e identificar, quanto aos inúmeros assassinatos da obra anterior, visto retrospectivamente e em leitura cruzada, que não era exigência da matéria ficcional do trabalho, — sendo, isso sim, preferência do narrador. Conforme a lição žižekiana, “a noção padrão do meio pelo qual funciona a fantasia dentro de ideologias é a de um cenário fictício (fantasioso) que ofusca o Real horror de uma situação” (Žižek, 2011, p. 15, tradução nossa). O “Real horror” ofuscado é o antagonismo social traumático da ordem Simbólica, sendo que o fascínio pela violência subjetiva cria o “cenário fictício” para produção da anamorfose. Numa leitura cruzada desses

primeiros capítulos, não é descabido refletir e apreender uma reescritura agora alterada em função do ponto de vista, logo acreditamos em uma maior anamorfose ideológica em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” do que em *De gados e homens*, derivando daí que a mediação no romance de 2013 se torna muito maior, bem mais trabalhada, resultado de um narrador mais interessado diante do cotidiano daqueles trabalhadores no abatedouro.

Diante dessas questões sumarizadas, com a proposta interpretativa apresentada no Capítulo IV, pretendeu-se evidenciar que a violência subjetiva, enquanto estruturante do ponto de vista do narrador em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, se constituiu como “um mero fetiche cuja presença fascinante e cativante mascara o Real estrutural insuportável do antagonismo social” (Žižek, 2017, p. 332).

De fato, o romance *De gados e homens* demarca uma consolidação da produção literária de Ana Paula Maia, que pode ser vista em dois aspectos. Primeiramente, verifica-se uma transição a partir deste romance, com novas temáticas, resultando nas obras *Assim na Terra como embaixo da Terra* (publicado em 2017) e *Enterre Seus Mortos* (publicado em 2018), ambos conquistando a premiação respectiva, em 2018 e 2019, de melhores romances do ano pelo Prêmio São Paulo de Literatura. No outro aspecto, que mais nos interessa, o romance *De gados e homens* surge como um amadurecimento acumulativo do interesse pela representação de personagens trabalhadores, que havia sido iniciado, de certa forma, com o romance *A guerra dos bastardos* (publicado em 2007), mas sobretudo no que diz respeito à trilogia *A saga dos brutos*, formada pela obra *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (publicada em 2009, na qual integra as novelas “O trabalho sujo dos outros” e a novela homônima “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”) e pelo romance *Carvão animal* (publicado em 2011).

De gados e homens é um avanço, mas que não deixa de possuir suas contradições, como o próprio travamento do fluxo da matéria social do trabalho na composição. Com a reconstrução do discurso narrativo, deixando de lado o estilo brutalista que intensificava a violência subjetiva, a racionalidade da informalidade forçosamente se aproximará da cena do enunciado, sendo que agora, ao invés da recusa (*Verleugnung*) do antagonismo, temos o recalque (*Verdrängung*) do antagonismo “que, por suas próprias lacunas, indica a conjuntura ‘efetiva’ recalçada” (Žižek, 1992, p. 30).

Assim, ao lado dessa reconstrução do discurso narrativo, persiste uma hesitação técnica do narrador, criando uma ambivalência entre iluminação das tensões sociais e posterior diluição dessas tensões. Uma vez que a superexploração e a precarização do trabalho que o abatedouro utiliza para subordinar seus funcionários não possui nenhuma ambiguidade, então a hesitação do narrador e sua dubiedade é algo a se considerar.

Assim como “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, temos a narração heterodiegética, de modo que apreendemos em ambas narrativas uma imiscibilidade entre a

estância subjetiva dos personagens e a consciência que permeia a narração. Destaque-se, por exemplo, que embora saiba que traz como protagonista personagem iletrado, não se busca estilização da oralidade e não se interessa por qualquer aspecto linguístico que demarque o contraste. Ao mesmo tempo, temos o uso de travessões, uma vez que hegemonicamente a fala dos personagens são apresentadas através do discurso direto. Mas ao leitor atento, por sua vez, será difícil não conceber que o tom do discurso direto não siga a percepção dominante do discurso narrativo.

Por termos narradores heterodiegéticos, o modo como os personagens são apresentados comunica muito sobre o próprio narrador e seu ponto de vista. Convém lembrar, que Volóchinov (2018) atestou haver na “dinâmica” da interrelação do contexto do discurso narrativo com o discurso “alheio/citado” é um fenômeno complexo, que pode ter várias implicações, uma vez que “entre o discurso alheio e contexto de sua transmissão existem relações complexas, tensas e dinâmicas, sem as quais é impossível compreender a forma de transmissão do discurso alheio” (Volóchinov, 2018, p. 254-255). Uma das “formas de transmissão” que pode ocorrer é pelo autor “chamada de *discurso direto reificado*”, visto que a narração faz “sombras espessas sobre o seu discurso direto” (Volóchinov, 2018, p. 279).

Algo nesse sentido pode ser surpreendido nas narrativas e lido em chave materialista lacaniana, identificando um “erro de perspectiva” (Žižek, 1991) naquilo que seria considerado a focalização interna do narrador, ocorrendo de maneira mais contundente em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Nessa narrativa é instigante como o narrador reproduz e reitera à exaustão que Edgar Wilson é alguém que “não reclama da vida”, que não se importaria com a degradação em que vive. Não que seja exatamente uma “manipulação autoritária” (Volóchinov, 2018) ou uma “imputação de conteúdo proposicional sem veracidade” (Rabatel, 2016) ao e do discurso/ponto de vista de Edgar Wilson.

Tendo em vista que o narratologista Rabatel (2016) orienta que o narrador não deve ser considerado como uma “voz desencarnada”, como se fosse uma instância neutra que controla a informação da diegese, então acreditamos que convém começarmos a considerar que o narrador utiliza em seu próprio benefício um ponto de vista do protagonista, Edgar Wilson, que é reificado, permeado de ideologias que estrutura suas relações sociais. Seria o caso de “uma construção desigual de um PdV [Ponto de vista] dominante encenado”, conforme argumenta Rabatel (2016, p. 196), que acreditamos como resultado de uma “coprodução de um PdV [Ponto de vista] sobressaindo-se a L1/E1 [narrador e Edgar Wilson] que formula o PdV parecendo dizer a mesma coisa, contudo modificando a seu favor o domínio de pertinência do conteúdo ou de sua orientação argumentativa” (Rabatel, 2016, p. 127).

Ou seja, utiliza com pertinência um enunciado de Edgar Wilson sem considerar o próprio “nível em que a ideologia estrutura a própria realidade social” (Žižek, 1996) do protagonista, cujo falseamento serve a favor para hierarquizar os acontecimentos narrativos com base no seu fascínio pela violência subjetiva.

De modo similar, por exemplo, temos o relato em *De gados e homens* de que Edgar Wilson considera Milo como patrão justo. Tendo em vista a abordagem enunciativa de Rabatel (2016), novamente o caso de coprodução/sobreenumeração, quando o narrador utiliza o ponto de vista de um personagem, modificando a favor das suas intenções discursivas. Como a narração é heterodiegética, o narrador assume uma consciência mais ampla, contudo não leva adiante, desconsiderando nesse caso específico, conforme orienta Žižek (1996), como a ideologia serve de esteio para criar “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetiva” (Žižek, 1996).

Embora isso implique a necessidade de desconfiança ao ponto de vista do narrador, o surpreendente é que, ao mesmo tempo, é assumida uma preocupação maior com o sofrimento existente naquele abatedouro, o que levou o narrador estar mais interessado diante do cotidiano desses trabalhadores. Isso aliado à mencionada reconstrução do discurso narrativo assegurou a capacidade de apreendermos uma redução estrutural no romance, questão que gostaríamos de nos ocupar agora de modo a melhor explicitar a proposta interpretativa apresentada no Capítulo V, pois é a que está vinculada à hipótese central desta pesquisa.

1.3.3 Traumático antagonismo social e a "brutalidade do real da violência desregrada"

As reflexões até aqui sumarizadas destacam a importância da noção žižekiana chamada de “Real do Antagonismo” para construção da nossa proposta interpretativa. Optamos por essa noção em decorrência das singularidades das narrativas do *corpus* conforme acabamos de assinalar, tendo em vista também como uma noção importante na trajetória do filósofo esloveno, que articula o registro do Real com o antagonismo social visando refletir sobre o processo histórico-social. Dessa maneira, Žižek nos instiga a considerar e refletir sobre possíveis recusas e recalamentos de um antagonismo social traumático em torno do qual a realidade social se estruturaria.

Um traumático antagonismo social em decorrência da posição social precária dos personagens da perspectiva diegética. A situação em que se encontram não é resultado direto

da crise do modo de desenvolvimento fordista. Faremos inclusive uma aproximação entre o personagem Emetério com o personagem Dona Plácida de Machado de Assis, tendo em vista a leitura de Schwarz (1990), para quem essa personagem indica o mercado de trabalho como “frustração histórica [...] na estrutura social brasileira” (Schwarz, 1990, p. 69). Uma aproximação plausível, que então, por sua vez, atesta o caráter periférico, subordinado, excludente, desigual e assimétrico das tendências da modernização capitalista em nossa sociedade, “uma sociedade desigualitária sem remissão”, conforme apontava Oliveira (2003)³⁹.

Apenas a questão da racionalidade do trabalho informal não implicaria considerarmos um Real do antagonismo. Logo, o que nos levou a propor essa articulação foi porque acreditamos que se trata de uma fração da classe trabalhadora que jamais ingressou no mercado de trabalho formal, esteve sempre fora dos limites do emprego formal ou daquilo que Santos (1979) denominava de “cidadania regulada”. Condição especialmente focada nos estratos mais subalternos da sociedade brasileira, cujo fenômeno tem demandado discussão teórica e política nas Ciências Sociais. A constituição de um mercado formal de trabalho, que, no auge do período de crescimento econômico, na década de 1970, atingiu apenas 50% da população economicamente ativa empregada no meio urbano (Pochmann, 2001, 2002). Para quem ficou de fora, contemporaneamente temos três conceitos atuais que visam abordar essa realidade, que embora distintos podem ser aproximados entre si: a “ralé brasileira” de Jessé de Souza, a ideia de “subproletariado” proposta por André Singer e a noção de “precariado” de Ruy Braga.

Com efeito, Boucinhas (2016) que realizou uma investigação sobre a *Ascensão social no romance brasileiro do Segundo Reinado*, identificou que “O Cortiço é de fato o primeiro e único romance do recorte escolhido em que a ascensão social está no centro do enredo e é conquistada através do trabalho” (Boucinhas, 2016, p. 198). João Romão, inicialmente subalterno, foi enriquecendo, se livrou progressivamente do trabalho braçal e, por fim, concretizou seu projeto de ascensão social demarcada como um aburguesamento, por meio de trapaças e de exploração do trabalho alheio.

Esses conflitos são percebidos e registrados como a “pertinência” da escolha de Aluísio por tratar da vida econômica e da figuração de classe dos pobres:

³⁹ Por isso que, conforme já sinalizamos anteriormente, consideramos que encarar o processo histórico da consolidação do mercado de trabalho é também pensar as estruturas autoritárias de nossa experiência social. Do ângulo do trabalho, parece-nos que estamos diante de uma história que não passou, possível de problematizar e de produzir um contraponto à qualquer euforia frente à modernização ou de desenvolvimento social, cujas marcas fazem-se notar, conforme observam Penjon e Pasta Júnior (2004, p. 7, tradução nossa), como o “sentimento de persistência de um passado que se recusa a desaparecer” quando se lança um olhar perspectivo sobre processo de modernização da sociedade brasileira, fazendo perceber que “até hoje, pode-se dizer que a história brasileira aparece como uma sucessão de modernização conservadora” (tradução nossa).

Na França, o processo econômico já tinha posto o capitalista longe do trabalhador; mas aqui eles ainda estavam ligados, a começar pelo regime da escravidão, que acarretava não apenas o contato, mas exploração direta e predatória do trabalho muscular. Daí a pertinência com que Aluísio escolheu para objeto a acumulação do capital a partir das suas fases mais modestas e primárias, situando-a em relação estreita com a natureza física, já obliterada no mundo europeu do trabalho urbano. No seu romance, o enriquecimento é feito à custa da exploração brutal do trabalho servil, da renda imobiliária arrancada ao pobre, da usura e até do roubo puro e simples, constituindo o que se poderia qualificar de primitivismo econômico (Candido, 2015b, p. 110).

Notemos como o movimento analítico é duplo. Não apenas como a primeira formalização estética do “processo econômico” ligado ao mundo do trabalho, como também as especificidades da formação social do trabalho causam impasses para essa formalização, de modo que o romance constitui “uma história de trabalhadores intimamente ligados ao projeto econômico de um ganhador de dinheiro” (Candido, 2015b, p. 110), figurado na personagem de João Romão, ao invés de trabalhadores dentro de uma relação social de trabalho. Daí, a proximidade espacial entre explorador e explorado presente na narrativa, relacionando-se a lógica do capitalismo ainda incipiente num país semicolonial.

Parece-nos convergir, nesse aspecto, a argumentação de Boucinha (2016) a respeito do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, que também cabe ao romance o *Cortiço*, de Azevedo, de que há uma diversidade de funções de trabalho, como os meirinhos, algeibebes (vendedor ambulante), quitandeira, barbeiro, parteira, boticário etc., de modo que “esses trabalhos demonstram a dificuldade de se obter emprego digno em um país onde todos preferem ter seus próprios cativos, e não a preguiça ou o descomprometimento desse grupo livre e pobre (Boucinhas, 2016, p. 121).

Trata-se, pois, de uma “coleção de pequenos trabalhos”, a nosso ver, justamente porque ainda não estava formado o mercado de trabalho. Afinal, como Fernandes (2008) assinalou, “as sociedades subdesenvolvidas teriam de percorrer um longo caminho, até construir um autêntico mercado de trabalho interno” (Fernandes, 2008, p. 45)⁴⁰.

Esse olhar perspectivo auxiliou a engrossar o caldo da pesquisa. Não se trataria mais apenas de balizar a interpretação das narrativas do *corpus* em função das novas dinâmicas do

⁴⁰ O argumento completo de Fernandes (2008), que vale a pena destacar, é: “As sociedades subdesenvolvidas teriam de percorrer um longo caminho, até construir um autêntico mercado de trabalho interno. Em consequência, a extinção do sistema colonial e a emancipação colonial nacional pouco representaram como condições para a implantação universal do trabalho livre, vendido como mercadoria pelo próprio agente. Não surgiram, não se difundiram nem se impuseram, rapidamente, os liames propriamente capitalistas, que prendem entre si assalariados e donos dos meios de produção. Interpõe-se um penoso e longo hiato entre o primeiro ato da modernização, através do aparecimento de um Estado nacional e a montagem de economias de mercado urbanas, e o período em que a própria expansão interna do capitalismo comercial e financeiro fez pressão sobre a diferenciação da produção e a reorganização do mercado. Daí resulta que há algo de específico, também neste nível, na evolução do trabalho como mercadoria numa sociedade subdesenvolvida. A mercantilização do trabalho não se desenvolveu senão lenta e precariamente; quando se universalizou, porém, não incentivou o pleno funcionamento de um mercado especial, integrado em escala regional ou nacional” (Fernandes, 2008, p. 45-46).

trabalho contemporâneo, como se pretendia inicialmente na formulação do projeto de pesquisa.

Insistamos neste ponto, lembrando um importante argumento da obra *Menos que Nada*, na qual Žižek (2015) assinala sobre “o paradoxo propriamente dialético que define a historicidade”, buscando evidenciar a necessidade de compreensão de que “o presente não é só presente, mas também engloba uma perspectiva sobre o passado imanente a ele” (Žižek, 2015, p. 62). Isso porque compreendemos, ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, que a reflexão crítica sobre o processo de modernização da sociedade brasileira pelo ângulo da experiência do trabalho permite desenhar os contornos de um horizonte simbólico, que possui lastro histórico de longo percurso de sedimentação no processo histórico-social com implicações estéticas vistas pela ótica dos subalternos. Permitirá, a nosso ver, deixar as análises mais profícuas, em termos de se buscar compreender como essas sedimentações históricas da experiência do trabalho permanecem vivas e operantes no tempo presente e como as narrativas analisadas as atualizam e problematizam.

Reflexões desse caráter podem também ser exemplificadas com argumento exposto por Meyer (1987) que, embora recortado de contexto diverso, possibilita auxiliar no estabelecimento de uma base importante:

Durante muito tempo, os historiadores [...] estiveram muito mais preocupados com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. (...) Houve assim uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência das velhas forças e ideias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a *implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas* (Meyer, 1987, p. 14, grifo nosso).

O argumento do autor incita a uma percepção do caráter conflitivo da experiência social que queremos levar adiante na realização de nossas análises: a experiência do mercado de trabalho brasileiro como uma “tragédia da permanência histórica” derivada por “forças de inércia”, que certamente se objetivam no sistema literário brasileiro, que elaboram como forma estética ou causam conflitos e impasses em escritores, uma “interação dialética” que certamente carrega “poderosas tensões armazenadas” (Adorno, 2008, p. 50): afinal, conforme a lição adorniana, “os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras

de arte como os problemas imanentes de sua forma” (Adorno, 2008, p. 16). A lição adorniana que possui relação e será avançada através da noção žižekiana do Real do antagonismo⁴¹.

Com ajuda da pesquisa de Cardoso (2019), *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, a qual esclarece que as relações trabalhistas não deixaram de ser precárias até hoje, cujo desenvolvimento possui a característica da reprodução da desigualdade e da insegurança proletária, em que a construção dos direitos sociais e de trabalho para classes subalternas, com a sua cidadania salarial, não passou de uma “promessa utópica” (Cardoso, 2019).

Essas questões das relações sociais pautam nossa proposta interpretativa, que é elaborada em chave materialista lacaniana. Procura-se contribuir para amenizar uma lacuna importante para estudos e reflexões mais aprofundados sobre a literatura brasileira e sua relação com o processo histórico-social, conforme Schwarz (1999) declarava:

A sociedade brasileira é evidentemente *sui generis*, diferente das outras por causa da parte que o trabalho escravo teve em sua formação. Ela tem um sistema de relações sociais próprio, mas não ocorreu à crítica que esse sistema tivesse potência estruturante do ponto de vista estético. Ora, um bom escritor desenvolve as relações sociais inscritas em seu material — situações, linguagem, tradição etc. — segundo um fio próprio, quer dizer, próprio às relações e próprio ao escritor: um fio que é de livre invenção, mas nem por isso é arbitrário. A retomada e a exploração literária, em verso quanto em prosa, da especificidade das relações sociais brasileiras até aqui praticamente não foi objeto de pesquisa. Insisto nisso porque vejo aí um programa de estudos (Schwarz, 1999, p. 286-287).

O argumento de Schwarz (1999) condensa fatores decisivos. Por ser um país periférico e escravagista até o último minuto, a sociabilidade brasileira possui requintes de crueldade e exclusão incessantemente renovados, como é o caso da atual informalização e precarização das relações sociais (sobretudo de trabalho). Sobre a lacuna indicada pelo crítico, acreditamos que não será descabido compreendê-la em paralelo com a noção do “Real do Antagonismo”. Então, a ausência da abordagem de forma crítica da potência estruturante das relações sociais específicas do Brasil poderia ser concebida como uma falta de reconhecimento do “Real do Antagonismo” inerente a essas relações sociais, ao mesmo tempo da necessidade desse conceito para fazermos a abordagem.

Mobilizaremos a noção de “violência objetiva” žižekiana para compreender essas relações sociais presentes na organização Simbólica da perspectiva diegética. No tangente à “violência sistêmica”, articulamos com a questão do colapso da modernização, como ponto

⁴¹ Encarar o processo histórico da consolidação do mercado de trabalho é também pensar as estruturas autoritárias de nossa experiência social. “Antagonismos não resolvidos da realidade” parece-nos ser justamente a trajetória da moderna relação de trabalho da sociedade brasileira, embora obviamente não se esgote nela — a sociedade brasileira de fato possui vários antagonismos, com a sua herança colonial, sua cultura patriarcal, o racismo estrutural, as práticas autoritárias da estrutura do Estado e seus períodos de Ditaduras, desigualdades de gênero e forte presença de LGTBfobia... para só mencionar alguns (que inclusive perpassam transversalmente o mundo do trabalho), — assim como as contraditórias relações sociais de trabalho que são nosso foco.

responsável pela forclusão do mercado formal, conseqüentemente do mal-estar e sintoma presente na narração. Trata-se, pois, de percebermos como violência sistêmica porque o trabalho informal é peça fundamental e integrada à estrutura geral do movimento de acumulação adequado à expansão do sistema capitalista na sociedade brasileira contemporânea.

CAPÍTULO II

INTERROGANDO ŽIŽEK: O PROJETO INTELECTUAL E O MATERIALISMO LACANIANO

2.1 *Por que Žižek?*

A presente pesquisa teve o Materialismo Lacaniano como uma vertente teórico-crítica crucial. Trata-se de uma vertente derivada do projeto intelectual do filósofo esloveno Slavoj Žižek, que, tendo a psicanálise lacaniana como eixo desse projeto, nos coloca de modo incontornável diante da relação tensa da racionalização social em sua articulação com os modos de inscrição e investimento libidinal de sujeitos, com as dimensões do inconsciente, do desejo, da fantasia, do Real do antagonismo e do objeto a, no interior da sociabilidade de processos histórico-sociais.

Sbriglia (2017) ressaltou ser um dado muito estranho o fato de que a trajetória intelectual de Slavoj Žižek e suas obras “passaram largamente despercebidas pelos críticos literários”, conseqüentemente demorando a ser assimilada aos Estudos Literários (Sbriglia, 2017, p. 3, tradução nossa). O mesmo fenômeno foi assinalado por Birns (2010), ao publicar, em 2010, a obra *Theory After Theory: An Intellectual History of Literary Theory from 1950 to the Early 21st Century*. Reconhecendo o trabalho de intelectuais como matriz criativa e interdisciplinar que permitiu uma série de formações discursivas entrassem em cena nos Estudos Literários, Birns (2010) considerou não entender, “embora todos na área de ciências humanas conheçam o trabalho de Žižek”, como ainda não houvesse sido assimilado o trabalho intelectual esloveno como uma nova abordagem crítica, a exemplo do que ocorreu na década de 1970, que viu a Escola de Desconstrução de Yale crescer a partir do trabalho de Jacques Derrida, e na década de 1980, que viu o Novo Historicismo crescer a partir do trabalho de Michel Foucault (Birns, 2010, p. 293, tradução nossa).

Contudo, desde 2007 a Prof^a. Dr^a. Marisa Corrêa Silva, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), busca realizar aplicações das obras de Slavoj Žižek na Literatura, no Teatro e nas Artes Narrativas, de modo a consolidar, de forma pioneira, a enorme contribuição que a teoria do esloveno traz para tais campos.

Em 2008, foi cadastrado no CNPq o projeto de pesquisa “O materialismo lacaniano e suas aplicações na literatura”. Em 2009, publicou o capítulo “Materialismo Lacaniano”, na coletânea *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*, organizada por Bonnici e Zolin (2009). Suas contribuições e orientações abrangem investigações acerca de Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Machado de Assis, Cristovão Tezza, Helder Macedo, T. S. Eliot, Gustave Flaubert, Eurípedes, para só citar alguns. Sob sua orientação, até 2023, já conta com dezoito Dissertações de Mestrado e seis Teses de Doutorado defendidas no Programa de Pós-graduação em Letras (PLE) da UEM — *locus* institucional onde é, pois,

[...] produzido massa crítica e, aos poucos, criando a metodologia [cujo] foco é sempre no texto (evitando tentativas de ‘psicanalisar’ as personagens) e, a partir dele, a utilização das ideias de Žižek para iluminar ou descrever os recursos utilizados na produção de sentidos, na organização narrativa e/a das ideias e temas; e também na relação desses recursos com discursos ideológicos, estéticos ou críticos (Silva, 2018, p. 1-2).

Esse é o primeiro passo da lógica operacional que Silva (2009) compreende a possibilidade de aplicação do Materialismo Lacaniano nos estudos literários. Entre o final de 2022 e o início de 2023, dois livros foram lançados utilizando seu referencial como fonte primária para pensar objetos tão distintos como o romance mais famoso de Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (Oliveira, 2022), e a poesia de Cazuza (Fascina, 2023).

Conforme argumenta Silva (2009), o adensamento teórico do debate lacaniano realizado pelo filósofo esloveno nas esferas da filosofia política, cultura e das ideologias, permitiu estabelecer uma nova vertente teórico-crítica aos Estudos Literários e Culturais, em que se busca articular a dimensão histórico-social com fenômenos da subjetividade, pois a proposta do Materialismo lacaniano pretende explorar a influência da economia psíquica e do inconsciente em esferas individuais e sociais (Silva, 2009).

Esse ponto de vista baliza uma das capacidades de intervenção produtiva nos Estudos Literários e Culturais do Materialismo Lacaniano, que utiliza de modo original e inovador a psicanálise lacaniana, sem perder de vista a dinâmica histórica e das relações sociais.

Volta à jogo, assim, duas grandes narrativas mestras: marxismo e psicanálise. As quais, inclusive, são constantemente negadas, conforme exposição de Cevasco (2008) sobre a guinada “pós-moderna dos estudos culturais”, tendo como consequência uma noção de que a “identidade se formaria acima da ideologia”, uma vez que não concebem que existem

forças externas ou estruturas sociais que exercem pressões e impõem limites sobre os indivíduos e suas subjetividades⁴² (Cevasco, 2008, p. 164-165).

2.1.1 “Fetichismo do tesouro oculto” da subjetividade? Não, obrigado!

No campo dos Estudos Literários, o Materialismo Lacaniano é uma prática de análise e interpretação que se distingue, entre outros fatores, em superar a insistência de se considerar em separado esferas que se interpenetram como as dos sociológico e do psicológico. Se, à primeira vista, poderia aparentar por demais arbitrário subscrever, como fizemos anteriormente, a importância da apreensão das relações sociais presente nas obras literárias do nosso *corpus* a partir da utilização de conceitos de origem da psicanálise lacaniana, no entanto, arbitrário somente em razão desse hábito arraigado de considerar questões subjetivas e sociais como excludentes.

Como declarado por Butler (2005), Slavoj Žižek é um intelectual que, desde o seu primeiro livro, buscou “uma maneira de reunir — *um problema de longa data* para a política progressista — os aspectos específicos da psicologia individual com uma análise mais ampla do social” (Butler, 2005, p. 4, tradução nossa, grifo nosso). Pegando carona nessa declaração, poderíamos acrescentar: *um problema de longa data para a crítica literária*.

Para começar, conforme argumenta Žižek (2017), é preciso encarar a “exteriorização radical no meio simbólico” (Žižek, 2017, 61) da existência, reconhecer que a identidade não é intrínseca, para superar o que chama de “fetichismo do tesouro oculto” para designar o equívoco de que existe algo essencial, uma verdade oculta, na condição psíquica (Žižek, 2017, 63), com a finalidade de “conseguir situar a estrutura psíquica do indivíduo na totalidade sócio-histórica de que ela faz parte” (Žižek, 1992, p. 11).

A atitude de levar a sério que a subjetividade está estreitamente vinculada ao processo objetivo das relações sociais tem muito a contribuir para o campo dos Estudos Literários. Tanto quanto somos capazes de perceber, chama atenção que, nesse aspecto, muitas vezes

⁴² Esse é um ponto nodal para Cevasco: “A recusa da teoria em reconhecer a determinação é paga em termos de perda de relevância e de produtividade [dos estudos culturais recentes]”. Veja-se, por exemplo, como demonstra a partir do posfácio escrito por Angela McRobbie para a antologia *Cultural Studies*, editada por Lawrence Grossberg, Cary Nelson e Paula Trachley. Para Cevasco, McRobbie exemplifica de maneira contundente esse aspecto quando propôs que: “Pode-se considerar que a questão da identidade vai levar adiante os estudos de cultura nos anos [19]90, agindo como uma espécie de guia de como as pessoas se veem a si mesmas, não como sujeitos de classe, não como sujeitos da psicanálise, não como sujeitos da ideologia, não como sujeitos de textos, mas como agentes ativos, cujo sentido de identidade se projeta e se exprime em várias práticas culturais em expansão, incluindo textos, imagens e mercadorias” (McRobbie, 1992, p. 730 *apud* Cevasco, 2008, p. 164).

foi evitada essa compreensão; ou então, quando levada em consideração, havia ausência de fundamentação teórico-crítica para abordagem apropriada.

No primeiro caso, podemos recuperar um exemplo, que prepara o lugar lógico em que situa não só a presença da psicanálise, sobretudo a importância da compreensão žižekiana do discurso psicanalítico. Logo após a publicação da obra *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, Rouanet (1991) publicou um ensaio com o qual pretendia realizar “contribuição para a dialética da volubilidade”. Uma dessas contribuições implicou precisamente em adjetivar como sociológico o tipo de análise da obra de arte literária realizada por Schwarz, com o propósito de ressaltar a ausência da “dimensão psicológica” (Rouanet, 1991, p. 188).

Um dos aspectos mais intrigantes do ensaio de Rouanet é a caracterização dessa “dimensão psicológica”, que se assemelha ao que Žižek chamou de “fetichismo do tesouro oculto”. Embora faça, inicialmente, o respaldo que não pretenderia “cometer o pecado do universalismo”, Rouanet (1991) defende que “as noções psicológicas de Machado são de cunho universalista”, menciona sobre “propriedade inerente à psicologia humana enquanto tal”, fazendo seu argumento claro e evidente: “enfoque sociológico” e “dimensão psicológica” como “chaves [de leitura/enfoque] alternativas”, consequentemente defendendo “uma crítica bi-focal, simultaneamente psicológica e sociológica, particularizante e universalizante” (Rouanet, 1991, p. 188-189)⁴³.

Para finalizar sua apreciação desse aspecto, Rouanet (1991) destaca a importância da “chave psicológica”, observando para que não se “esqueça” dados universais da psicologia humana [...]. Lê Freud, e não seja reducionista” (Rouanet, 1991, p. 191). Tal compreensão voltou a comparecer no ensaio *Caminhos e descaminhos da crítica psicanalítica*, no qual Rouanet (2014) aborda o romance *Dom Casmurro* a partir de uma crítica psicanalítica cujo “enfoque [...] se procura interpretar psicanaliticamente a obra, não à luz da biografia singular do autor, mas recorrendo a categorias universais do psiquismo humano, apreendidas intuitivamente pelo escritor quando examina sua própria psicologia” (Rouanet, 2014, p. 55).

Como se observa, o enfoque defendido é especialmente problemático, e completamente distinto da perspectiva materialista lacaniana que visa utilizar e combinar elementos da psicanálise com preocupações políticas e sociais (Silva, 2009). O que é concebido por Rouanet (1991; 2014) como elementos “universais do psiquismo”, de acordo

⁴³ O equívoco de Rouanet é evidente, sobretudo como ficará exposto pela própria “esquerda lacaniana” que surge nos anos 1990. No âmbito dos estudos machadianos, implicou também um erro de compreensão. Conforme bem sintetizou Cevalco (2013), “Um dos interesses maiores da obra crítica de Roberto Schwarz é que ele mostra como as condições históricas do movimento peculiar da vida social na periferia moldam uma subjetividade específica que é exposta pela arte de Machado de Assis”. Sobre isso, embora não seja mencionado o ensaio de Rouanet, observações importantes encontram-se em Tales Ab’Sáber, “Dois Mestres: Crítica e Psicanálise em Machado de Assis e Roberto Schwarz”, in Maria Elisa Cevalco & Milton Ohata (orgs.), *Um crítico na Periferia do Capitalismo: a obra de Roberto Schwarz*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 267-289.

com o próprio Žižek (2005), assim como noções de autonomia, são percepções ilusórias. O filósofo esloveno defende que a “‘autonomia’ do sujeito psicológico é, certamente, uma ilusão ideológica”, de modo que “a noção de sujeito ‘psicológico’, como reservatório ‘inconsciente’ de pulsões independente da mediação social, é, portanto, inquestionavelmente, o efeito ideológico das contradições sociais” (Žižek, 2005, p. 28).

Com base nisso, o argumento de Žižek já possibilita inferir que também fica equivocada a característica de Rouanet (1991; 2014) dos “enfoques sociológico e psicológico como chaves [de leitura] alternativas”. Levando isso em conta, podemos surpreender a afirmação de Bosi (2010), no ensaio *Passagem para a interpretação literária*, designando que “uma sociologia da literatura sem sujeito é cega, uma psicologia da literatura sem o social é vazia” (Bosi, 2010, p. 396). A frase tem o mérito de destacar o reconhecimento de uma ausência no campo dos Estudos Literários, ao mesmo tempo que fica claro que se fala em aproximação quando, na realidade, são desde já dimensões indissociáveis.

O reconhecimento dessa indissociabilidade, por sua vez, também não é algo novo; o que é revelador e preenche de sentido é que o reconhecimento, no plano descritivo, não veio acompanhado de um equipamento conceitual para uma abordagem no plano explicativo. Para melhor dimensionar esse aspecto e marcar seu efeito, podemos recuperar alguns exemplos sintomáticos.

2.1.2 Confrontar “o falso dualismo entre objetividade e subjetividade” na crítica literária

“Uma das grandes repreensões à psicanálise é que ela é apenas uma teoria dos distúrbios patológicos individuais...”, destaca Žižek⁴⁴, delineando justamente uma armadilha que se instaurou sobre a psicanálise; resultado, inclusive, de pesquisadores e teóricos que, ao buscarem dar continuidade ao discurso freudiano, “escamote[aram] o cunho sumamente crítico da psicanálise através de sua transformação numa *ego-psychology* (psicologia do ego),

⁴⁴ Slavoj Žižek, in *Žižek! Astra Taylor documentary*. Minute 38, 41, 2005. Na versão original: “One of the big reproaches to psychoanalysis is that it is only a theory of individual pathological disturbances...”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7FItgC3H9xw&ab_channel=ThePhilosopherKing

Observe-se também como, em 1983, Eagleton argumentava sobre esse equívoco: “Uma crítica a Freud por vezes ainda ouvida na Esquerda política é a de que seu pensamento é individualista - que ele coloca causas e explicações psicológicas “particulares” em lugar das sociais e históricas. Tal acusação reflete uma incompreensão radical da teoria freudiana. [...] um dos objetivos da obra de Freud, porém, é tornar possível pensarmos o desenvolvimento do indivíduo humano em termos sociais e históricos. O que Freud produz, na verdade, nada menos é do que uma teoria materialista da criação do sujeito humano” (Eagleton, 2006, p. 244-245).

fazendo dela um veículo do conformismo social e da adaptação a um dado *way of life* (estilo de vida)” (Žižek, 1992, p. 19).

Esse horizonte de instrumentalização do pensamento freudiano, baseado em um “engodo ideológico” (Žižek, 1992), teve ampla disseminação, certamente afetando a própria utilização da psicanálise freudiana na crítica literária (enquanto propriamente pressuposto, independente do enfoque).

Algo nesse sentido foi brevemente comentado por Ellmann (1994), na introdução de *Psychoanalytic literary criticism*, assinalando a tendência de pesquisadores se concentrarem excessivamente em uma dimensão subjetiva desvinculada das dimensões sociais e políticas subjacentes ao edifício teórico freudiano, cujo resultado na crítica literária foi “ignorar a dimensão histórica da narrativa, reduzindo as tramas bem construídas [...] a *tableaux* imóveis” (Ellmann, 1994, p. 2, tradução nossa).

Consequentemente, eles tendiam a ignorar a crítica afiada de Freud à sociedade e, voltando sua atenção para o indivíduo, percebiam sua tarefa como sendo a de fortalecer o ego para aliviar os sofrimentos do desajuste. Conhecida como ‘psicologia do ego’, essa corrente de pensamento [...]. Nos estudos literários, por exemplo, a crítica psicanalítica muitas vezes negligencia a textualidade dos textos, sua superfície verbal, em favor dos motivos freudianos supostamente cifrados em suas profundezas. Tipicamente, a obra de arte é tratada como uma janela para a alma atormentada pelo sexo do artista. [...] a crítica [literária] psicanalítica clássica “desloca o objeto da análise do texto para alguma pessoa”, seja o autor, o leitor ou os personagens, todos eles são vistos como personalidades independentes, em vez de como funções do próprio texto. Essa forma de crítica centrada na pessoa reflete a psicologia do ego na medida em que ambas exaltam o indivíduo, deixando de perceber como a força transubjetiva do inconsciente mina a coesão perigosa do *self*. (Ellmann, 1994, p. 3, tradução nossa).

O argumento é bastante sugestivo, sinalizando uma assimilação da psicanálise pela crítica literária que não levava em consideração a subjetividade em seus vínculos sociais. Tadié (1992) esclarece que inicialmente a crítica psicanalítica se propunha “reconstruir a ‘gênese da obra’ não por meio dos manuscritos [...] mas pela biografia” (Tadié, 1992, 149). Assim surgiu, inclusive, a figura do “psicobiógrafo”, o qual considerava possível depreender das obras literárias “a repercussões do trauma infantil” (Tadié, 1992, p. 162).

Nessa mesma esteira, tem-se a intenção de psicanalisar os personagens, mas não necessariamente com o propósito de se desvendar um envolvimento transferencial dos desejos dos personagens para os do escritor. Em todo caso, ambas as opções incorporavam uma espécie de relação entre analista e paciente, sendo este ou o escritor ou os personagens.

Esse reconhecimento surge também na obra *Teoria da Literatura*, de Eagleton, ao destacar que, embora, “leitura psicanalítica do romance não precisa ser vista como alternativa a uma interpretação social”, isso raramente ocorreu (Eagleton, 2006, p. 264).

Não à toa, iniciou de maneira bastante irônica o capítulo dedicado à psicanálise, com a seguinte asserção: “A motivação da sociedade humana é, em última análise, econômica”. Foi Freud, e não Karl Marx, quem disse isso, em suas *Introductory Lectures on psychoanalysis*. O que tem dominado a história humana até agora é a necessidade de trabalhar [...]” (Eagleton, 2006, p. 227-228). Edgar Wilson que o diga; Paulo Honório também, o protagonista do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, havia ponderado de modo exemplar: “Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também consequência da profissão” (Ramos, 2009, p. 140).

Ao crítico literário interessado em uma abordagem materialista, por muito tempo a própria crítica psicanalítica tinha pouco a oferecer. Ou seja, a intenção é deixar montado um quadro que evidencie dilemas da instauração do que ficou convenicionado chamar *Crítica Literária Psicanalítica*, bem como reafirmar que o Materialismo Lacaniano não é uma modalidade que se enquadre dentre dessa vertente (não só uma questão de enfoque, sobretudo uma distinção de pressuposto na compreensão do próprio discurso psicanalítico).

Ao situarmos esse ângulo, é possível perceber o caso de que mencionamos anteriormente, de um reconhecimento da indissociabilidade entre subjetividade e o social, porém havia a ausência teórico-crítica para abordagem apropriada; pois, é possível perceber que nesse reconhecimento, não havia também a adesão de subsídios do que até então era modalidade de interpretação da crítica literária psicanalítica; e, conseqüentemente, o Materialismo Lacaniano renova significações e fatores de conhecimento de antigas preocupações.

Veja-se, por exemplo, o caso de *Marxismo e Literatura*, de Raymond Williams, publicado em 1977. Freud é concebido dentro de “pressupostos numa Psicologia universalista” (Williams, 1979, p. 165) e, por sua vez, Lacan nem é mencionado na obra. Lembrar disso é importante, justamente porque o crítico estava preocupado sobre a ausência de maneiras de conceber⁴⁵ a associação entre o indivíduo e o social:

⁴⁵ A discussão é longa e pode levar para diferentes bandas. Lembremos, por exemplo, a intuição weberiana a respeito da necessidade de explicar como a racionalidade dos vínculos sociais depende fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta, ao insistir que a gênese da ética protestante do trabalho na constituição da racionalidade do capitalismo era solidária do ascetismo e da restrição ao gozo. Por isso, cabe reiterar que nesse âmbito da exposição, o que está em jogo é evidenciar que o reconhecimento da indissociabilidade, no tangente à interpretação literária, não veio imediatamente acompanhado de um equipamento conceitual. Com Williams, que estamos acompanhando também; citando Marx dos “Manuscritos econômico-filosóficos”, sinaliza que a lição que o indivíduo é um “ser social” é clara, o problema estava em conseguir apreender isso de “de maneira recíproca e dialética”, evitando simplificações, pois “em certas versões e aplicações da tradição marxista, a relação recíproca e dialética foi deformada” (Williams, 1979, p. 193). Interesse premente, como podemos provavelmente apreender pelo fato de ter proposto, inclusive, o minicurso

A “sociedade” não é nunca, então, apenas a “casca morta” que limita a realização social e individual. É sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas que se expressam em formações políticas, econômicas e culturais e são internalizadas e se tornam “vontades individuais”, já que tem também um peso de “constitutivas”. Esse tipo de determinação — um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões — está na própria totalidade do processo social, e em nenhum outro lugar: não num “modo de produção” abstrato, nem numa “psicologia” abstrata (Williams, 1979, p. 91).

Williams defende a necessidade de buscar posições teóricas mais adequadas e precisas para compreender a relação entre “indivíduo” e “sociedade”, situando a necessidade de uma “reconsideração vital do problema da ‘subjetividade’” (Williams, 1979, p. 45), de modo a destacar que “é então necessário procurar posições teóricas mais adequadas e mais precisas” (Williams, 1979, p. 194).

Em 1971, Jameson (1985) em *Marxismo e Forma* destacou que no âmbito da crítica literária perdurava “um ponto de vista ainda emaranhado nas ilusões da primazia da consciência e da personalidade individuais, da autonomia da vida espiritual em relação à material” (Jameson, 1985, p. 229). Anunciava, assim, a necessidade da busca de uma compreensão mais aprofundada para encerrar nas análises estéticas “o falso dualismo entre objetividade e subjetividade” (Jameson, 1985, p. 194).

Em seguida, ao publicar *O inconsciente político*, em 1981, Jameson voltou a destacar que é “fundamentalmente” estratégico para compreensão “[d]as dimensões do processo do romance” levar em consideração “que as formas de consciência humana e dos mecanismos da psicologia não são atemporais e essencialmente as mesmas em todas as partes, mas uma situação específica e historicamente produzida” (Jameson, 1992, p. 155). Entre uma publicação e outra⁴⁶, percebemos que Lacan, ausente das referências da obra de 1971, surge com certo destaque, a ponto de que Jameson (1992) assinalasse que, se bem compreendida,

“Marxismo e o subjetivo” no evento “Marxismo e Literatura”, que promoveu ao lado de E. P. Thompson. O episódio está registrado na Tese de doutoramento de Carla Rocha Baute, *Tradição, inovação e historicidade no materialismo cultural de Raymond Williams*. Em conferência proferida em 1981, publicada posteriormente com o título *Marxismo, estruturalismo e análise literária*, Williams resume bem essa preocupação: “Podia ver também que algumas das posições mais simples da primeira Linguística estrutural poderiam ser modificadas por novas ênfases nas produções sociais e históricas de sistemas significantes, como em Volosinov e nos formalistas sociais. Restava o problema das bases da Psicanálise, em que ainda havia diferenças radicais, mas, por outro lado, eu sabia que o marxismo fora usualmente fraco nessa área dos problemas da subjetividade, e talvez haja hoje uma nova dimensão radical de pesquisas, testando evidências e proposições nessa área, que é tão evidentemente importante na produção de significados e valores” (Williams, 2014, p. 214, grifo nosso)

⁴⁶ É interessante destacar que, nesse ínterim de dez anos, entre uma publicação e outra, Jameson (2008a; 2008b) publicou os ensaios *Imaginary and Symbolic in Lacan: Marxism, Psychoanalytic Criticism, and the Problem of the Subject*, em 1977, e *Marxism and Historicism*, em 1979, havendo em ambos o argumento da importância de Lacan para uma abordagem materialista das produções culturais, uma vez que possibilitaria superar “o dilema presente em toda crítica [literária] psicanalítica” — precisamente o qual vimos acompanhando — “o da inserção do sujeito ou, em uma terminologia diferente, a dificuldade de fornecer mediações entre fenômenos sociais e o que deve ser chamado de fatos privados, em vez de apenas individuais” (Jameson, 2008a, p. 77, tradução nossa). Portanto, para uma abordagem materialista da “estrutura social” era necessário realizar uma assimilação psicanálise, apenas “o que precisa ser enfatizado, no entanto, é que todas essas “instâncias” [psíquicas] são modificadas dialeticamente de acordo com o lugar estrutural atribuído a elas nos diversos modos de produção” (Jameson, 2008b, p. 476). Os ensaios possuem mérito de assinalarem e debaterem, ao final dos anos 1970, a possibilidade de uma abordagem teórico-crítica para os Estudos Literários a partir de Lacan, distinguindo-se do próprio modo que é concebido em uma crítica psicanalítica e, também, da assimilação lacaniana dentro de um quadro pós-estruturalista.

“a obra de Lacan, com sua ênfase na ‘constituição do sujeito’ [que] não é incompatível com um quadro histórico” irá proporcionar “novos problemas relevantes para qualquer análise da narrativa que trabalhe com as categoriais do ‘senso comum’ de personagem’, ‘protagonista’ ou ‘herói’, bem como os ‘conceitos’ psicológicos” (Jameson, 1992, p. 156).

Contudo, ainda foi preciso esperarmos os anos 1990 e 2000 para termos o surgimento de “novos lacanianos [que] fizeram uma leitura criativa e aplicações diferenciadas dessas ideias” (Silva, 2009, p. 211).

2.1.3 *Além da “oratória fúnebre”*

Žižek nasceu no dia 21 de março de 1949, na cidade de Liubliana, na atual Eslovênia. O traço distintivo de sua carreira, porém, surge a milhas de distância da Eslovênia, no Departamento de Psicanálise da Universidade Paris VIII, pois foi um gesto decisivo o filósofo esloveno desembarcar em Paris, em 1981, para realizar ali o seu segundo doutorado, sob orientação de Jacques-Alain Miller (1944-)⁴⁷. Em Liubliana, na antiga Iugoslávia unificada (parte dela é a atual Eslovênia), o próprio Žižek (2006) esclarece que não possuía uma perspectiva teórica “muito clara”⁴⁸.

Žižek (2017) ponderou que havia encontrado uma “mina de ouro” e se convencido da possibilidade de se “fazer maravilhas com a abordagem lacaniana” (Žižek, 2017, p. 27), reconfigurando a cartografia conceitual que sustentava a sua práxis analítica, a partir de um aprofundamento na psicanálise lacaniana.

O ano-chave de 1989 marcou o início de um longo processo, pois é publicado o primeiro livro influente de Žižek, um alentado volume intitulado *O sublime objeto da ideologia*, no qual o filósofo buscava demonstrar que, em vista de uma emancipação política, “a teoria lacaniana é talvez a versão contemporânea mais radical do Iluminismo” (Žižek, 2003, p. 30).

⁴⁷ A Tese de doutoramento foi defendida em 1986, com o título *A filosofia entre sintoma e fantasia* [La philosophie entre symptôme et fantaisie], cujo propósito era propor uma “leitura de Hegel com Lacan, tendo por base a problemática lacaniana da falta no Outro, do vazio traumático em torno do qual se articula o processo significante” (ŽIŽEK, 1991, p. 14). Essa tese deu origem ao livro *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan* [Le plus sublime des hystériques: Hegel passe], publicado em 1988.

⁴⁸ A esse respeito, o filósofo esloveno declarou que “os anos em Paris foram quando mais aprendi, no sentido de que era essa a minha formação. Digam o que disserem de J.- A. Miller, ele foi o melhor pedagogo que já conheci” (ŽIŽEK, 2006, p. 46). Žižek (2006) faz questão de enfatizar esse aspecto, devido a extrema importância em sua *formação científica*: “[Miller] tem o dom absolutamente milagroso da explicação: você pega uma página de Lacan que lhe parece totalmente incompreensível, conversa com ele e você não apenas compreende, mas a coisa lhe fica inteiramente transparente, e você se pergunta: “Meu Deus, como é que eu não entendia? É tão claro!”. [...] Antes de Miller, eu não entendia Lacan realmente, e aquele foi para mim um grande período de educação. Naquela época, Miller também fazia seminários públicos com centenas de pessoas na plateia. E depois, no dia seguinte, geralmente havia um seminário fechado. No começo éramos apenas quinze, ou talvez vinte pessoas tendo um debate interno, fazendo intervenções — e parecia milagre. [...] *Repetindo, isso realmente me revelou Lacan. Sem isso, é provável que acontecesse algo totalmente diferente. Essa foi a minha grande experiência formativa* (Žižek, 2006, p. 46-47, grifo nosso).

Após 1989, foram publicados mais de 50 livros, os quais dispõem da psicanálise lacaniana como um dos suportes conceituais básicos para a sua argumentação. Destaque-se a publicação de obras com o propósito, inclusive, de apresentar as peculiaridades de sua compreensão da obra do psicanalista francês, como visto em *Looking awry: an introduction to Jacques Lacan through popular culture* (1991), *Everything you Always wanted to know about Lacan (but were afraid to ask Hitchcock)* (1992), *Enjoy your symptom! Jacques Lacan in Hollywood and out* (1992), *Jacques Lacan: critical evaluations in cultural theory* (2002) e *How to read Lacan* (2006).

Dessa maneira, portanto, o filósofo esloveno assevera que toda a “oratória fúnebre” (Žižek, 2010, p. 8) a respeito da psicanálise é um grande equívoco e, ao publicar em 2006 *Como Ler Lacan*, se propõe a “demonstrar que só hoje o tempo da psicanálise está chegando” (Žižek, 2010, p. 9). Este argumento é justificado pelo fato de que o filósofo não considera a psicanálise lacaniana “uma teoria e técnica de tratamento de distúrbios psíquicos, mas uma teoria e prática que põe os indivíduos diante da dimensão mais radical da experiência humana” (Žižek, 2010, p. 10).

Desde o início dos anos 1990, foi compreendido a emergência dinâmica de um novo horizonte teórico-político, que Stravakakis (2007) e Alemán (2010) denominaram de a “Esquerda Lacaniana”, composta por intelectuais que utilizam da psicanálise, especialmente a teoria lacaniana, como um dos recursos mais importantes na reorientação da teoria política e da análise crítica contemporânea. Conforme os autores, uma articulação entre teoria lacaniana e análise política que não é dada de antemão, por isso a teoria lacaniana não é usada da mesma forma pelos autores em questão⁴⁹.

Não se trata apenas de ser “o discípulo mais proeminente de Lacan”, como indica Goulimari (2015) no seu extenso manual *Literary Criticism and Theory: From Plato to Postcolonialism*; ou então, “um dos explicadores mais influentes de Lacan”, como McGowan (2018) indicou em *After Lacan: Literature, Theory and Psychoanalysis in the Twenty-First Century*.

Seja qual for o assunto da discussão — mesmo que seja uma piada — o objetivo principal de Žižek é o desenvolvimento da sua abordagem materialista lacaniana. Uma parte considerável da recepção crítica do filósofo esloveno é unânime em assinalar que há um compromisso com a teoria lacaniana na sua trajetória intelectual (Butler, 2005; Stravakakis, 2007; Silva, 2009; Flisfeder e Louis-Paul, 2014; Fascina, 2023; Sbriglia, 2017; Oliveira, 2022).

⁴⁹ Ademais, como assinala Stravakakis (2007) a teoria lacaniana, embora relevante terá um peso diferente entre os intelectuais: “No trabalho de Žižek, por exemplo, Lacan é uma referência constante e primária, enquanto para Laclau e Mouffe seu trabalho é uma referência entre muitas outras, embora cada vez mais privilegiada” (Stravakakis, 2007, p. 3). Isso, inclusive, será o que levará o filósofo esloveno se destacar, para ser contemporaneamente um dos principais teóricos que utiliza a psicanálise lacaniana, levando sua abordagem crítica “para além da filosofia política e aplicou os conceitos em campos como o dos Estudos Culturais, analisando fenômenos como os atentados de 11 de Setembro, manifestações da chamada Cultura de Massa como os filmes de Alfred Hitchcock etc” (Silva, 2009, p. 212).

Claro que sua produção intelectual funciona como espécie de nó borromeano: filosofia, psicanálise e política. Apesar disso, de acordo com o próprio filósofo esloveno os três círculos teóricos não têm o mesmo peso: uma vez que “a teoria de Jacques Lacan, que é — como Marx diria — ‘a iluminação geral que banha todas as outras cores e modifica sua particularidade’, ‘o éter particular que determina a gravidade específica de todo ser que materializou dentro dele’” (Žižek, 2008, p. 2, tradução nossa)⁵⁰.

Por isso, se tornou cada vez mais consensual que Žižek possui uma compreensão bastante singular da psicanálise lacaniana, que se revela em uma busca perspicaz e criativa de ler Lacan e responder a seus textos originais.

Žižek inclusive encabeça o desenvolvimento da Escola Lacaniana Eslovena, também conhecida como Escola Lacaniana de Ljubljana, que é voltada ao desenvolvimento de inovadoras articulações teóricas entre filosofia, teoria social e política a partir da psicanálise de Jacques Lacan. Em prefácio à primeira edição da versão em inglês de *The Sublime Object of Ideology*, publicado em 1989, Ernesto Laclau (2003) assinalou que a “Escola Lacaniana Eslovena [...] possui características altamente originais”, demonstrando como conceitos lacanianos podem ser utilizados de forma produtiva no “campo ideológico-político” como “um dos projetos teóricos mais inovadores e promissores na cena intelectual europeia”, tendo em vista que nos últimos anos a “influência de Lacan” e sua recepção era “principalmente clínica” e “estava estritamente vinculada na prática psicanalítica” (Laclau, 2003, p. 11; 13). Alguns pesquisadores, para destacar a importância e a fecundidade das inovações desta Escola Lacaniana Eslovena, elaboraram comparações com as atividades teóricas desenvolvidas pelas Escola de Frankfurt (Day, 2004; Irwin e Motoh, 2014; Souza, 2018, 2021; Versovšek, 2022).

Na linha do retorno de Lacan a Freud, que contradisse a assimilação das ideias radicais de Freud à “psicologia do ego”, Žižek retorna a Lacan para ler seus ensinamentos de forma completamente inovadora, contradizendo a assimilação de Lacan às diversas tradições teóricas que, no mundo anglo-americano, são comumente unidas sob a bandeira do “pós-estruturalismo”. Sobre isso, já foi enunciado do seguinte modo pelo filósofo esloveno: “[...] na crítica cultural norte-americana, o que é considerado ‘teoria lacaniana’ apresenta uma

⁵⁰ Na versão original, destacando o passo na íntegra: “As with *The Sublime Object of Ideology*, the theoretical space of the present book is moulded by three centres of gravity: Hegelian dialectics, Lacanian psychoanalytic theory, and contemporary criticism of ideology. These three circles form a Borromean knot: each of them connects the other two; the place that they all encircle, the “symptom” in their midst, is of course the author’s (and, as the author hopes, also the reader’s) enjoyment of what one deprecatingly calls “popular culture”: detective and horror movies, Hollywood melodramas The three theoretical circles are not, however, of the same weight: it is their middle term, the theory of Jacques Lacan, which is — as Marx would say — “the general illumination which bathes all the other colours and modifies their particularity”, “the particular ether which determines the specific gravity of every being which has materialized within it”. In other words, as the “deconstructivists” would put it, the very theoretical frame of the present book is enframed by the (Lacanian) part of its content. In contrast to the false “anti-dogmatic spirit” which maintains a “critical distance” towards every theoretical enunciated in order to maintain the steady and full identity of its position of enunciation, it is the author’s conviction that only by unreservedly assuming a determinate theoretical position does one effectively expose oneself to possible criticism”.

acolhida muito limitada e distorcida da obra de Lacan. Quero contestar esse quadro estabelecido e esclarecer outra dimensão de Lacan, muito mais produtiva para a teoria crítica social” (Žižek, 2017, p. 277) ⁵¹.

2.1.4 Da Filosofia Política aos Estudos Literários

O trabalho de Slavoj Žižek representa uma das fontes mais significativas a partir das quais uma crítica literária materialista lacaniana pode ser derivada. Desde a publicação do capítulo “Materialismo Lacaniano” (In: Bonnici e Zolin, 2009), pela pesquisadora Marisa Corrêa Silva, o pensamento de Žižek vem sendo aplicado à análise literária no Brasil. Silva (2009) defende que as ideias de Žižek, com a sua singular apropriação da teoria lacaniana, podem ser aplicadas como crítica literária nos Estudos Literários de várias maneiras, enriquecendo a análise de textos literários e proporcionando uma perspectiva única sobre as obras.

Lacan é um conhecido antigo dos Estudos Literários. Utilizado na vertente da crítica psicanalítica, e, especialmente, classificado como estruturalista e/ou pós-estruturalista, pois é utilizado fortemente nessas vertentes, após o famoso *Seminário sobre “A Carta Roubada”*. Nomes como Roland Barthes, Jacques Derrida e Julia Kristeva, por exemplo, são associados à Lacan nesse aspecto. Kristeva é talvez a mais notável nesse sentido, visto que sua obra *Desejo em Linguagem: Uma Abordagem Semiolinguística à Literatura e à Arte*, publicada em 1980, é indicativa da inclinação semiolinguística que a psicanálise lacaniana recebeu de seus primeiros expoentes⁵².

⁵¹ Com isso, é possível depreender que a leitura žižekiana dos ensinamentos de Lacan é cônica do fato de que “[...] a psicanálise nunca se contentou em ser uma clínica da subjetividade, mas que procurou importar-se desde o início como crítica às formações socioculturais da modernidade capitalista” (Safatle, 2005). Sobre esse aspecto, no livro *Em defesa das causas perdidas* é advogada uma vertente de filosofia política ancorada, justamente, na psicanálise e no marxismo. De acordo com o filósofo esloveno, essas são as únicas teorias que permitem “um salto de Fé, fé em Causas perdidas”, uma vez que, de fato, ambas teorias são “teorias de luta, não só teorias sobre a luta, mas teorias que estão, elas mesmas, engajadas numa luta: sua história não consiste num acúmulo de conhecimentos neutros [...]” (Žižek, 2011c, p.21-22). O complemento do argumento é o seguinte: “É por isso que, em ambas, a relação entre teoria e prática é propriamente dialética; em outras palavras, é de uma tensão irreduzível: a teoria não é somente o fundamento conceitual da prática, ela explica ao mesmo tempo porque a prática, em última análise, está condenada ao fracasso [...]. Em seu aspecto mais radical, a teoria é a teoria de uma prática fracassada: “É por isso que as coisas deram errado...” [...] Esse exame dos fracassos nos põe diante do problema da fidelidade: como redimir o potencial emancipatório de tais fracassos evitando a dupla armadilha do apego nostálgico ao passado e da acomodação demasiado escorregadia às “novas circunstâncias” (Žižek, 2011c, p.21-22).

⁵² Fink (1998) lembra, muito a propósito, que “no final da década de 1970 e no começo da década de 1980 nos Estados Unidos, Lacan provavelmente era mais conhecido como um estruturalista, devido aos debates a respeito de seu trabalho sobre a linguagem e sobre “A carta roubada” de Edgar Allan Poe. Na maioria das vezes, os leitores de língua inglesa estão mais familiarizados com um Lacan que revela o funcionamento da estrutura a cada momento” (Fink, 1998, p. 10). Ademais, Fink (1998) assinala que “Lacan diverge do estruturalismo, uma vez que os estruturalistas tentam explicar tudo em termos do primeiro nível, isto é, em termos de uma combinação mais ou menos matematicamente determinada que se desdobra sem qualquer referência a sujeitos ou objetos. Enquanto a estrutura representa um papel muito importante na obra de Lacan - e já começamos a ver até que ponto ela permeia “processos de pensamento” conscientes e inconscientes -, ela nunca representa tudo no desenvolvimento de suas ideias” (p. 51).

Contudo, a vertente do Materialismo Lacaniano se distingue dessa apropriação que ocorreu inicialmente da teoria lacaniana para o campo dos Estudos Literários. Em Žižek encontramos uma busca de relação entre produção cultural e ideologia que é fértil e sugestiva. Quando recorre às produções culturais (textos literários, óperas e, principalmente, filmes), sua utilização da teoria lacaniana nunca foi formalizante, como atividade autônoma, com atenção na obra artística isolada da realidade material concreta e o significado social. Pelo contrário, Žižek inclusive está sempre defendendo sua utilização da teoria lacaniana do que considera uma recepção “limitada e distorcida da obra de Jacques Lacan” (Žižek, 2017, p. 277); considera infundada uma “queixa de que Lacan hipostasia o grande Outro em um tipo de a priori transcendental pré-histórico” e que é falso alegar uma pretensa “lacuna entre a Forma simbólica apriorística e a história/sociabilidade é totalmente alheia a Lacan” (Žižek, 2017, p. 342-343).

Inclusive a noção de Real do antagonismo é utilizada como exemplo para diferenciar sua abordagem da vertente desconstrucionista:

Talvez nisso consista o abismo que separa para sempre o Real de um antagonismo, de um lado, da *différance* de Derrida, de outro: a *différance* aponta para o adiamento constante e constitutivo da autoidentidade impossível, ao passo que, em Lacan, o que o movimento da substituição-adiamento simbólico nunca consegue atingir não é a Identidade, mas o Real de um antagonismo. Na vida social, por exemplo, o que a multiplicidade de simbolizações-narrativizações (ideológicas) não exprime não é a autoidentidade da sociedade, mas o antagonismo, a cisão constitutiva do “corpo político” (Žižek, 2017, 207).

O filósofo esloveno ressalta que, ao contrário da recepção “na crítica cultural norte-americana”, busca evidenciar “outra dimensão de Lacan, muito mais produtiva para a teórica crítica social” (Žižek, 2017, p. 277). A obra literária, então, tem uma relação significativa com a realidade histórico-social na abordagem materialista lacaniana. Veja-se o caso da publicação de *Enjoy your symptom! Jacques Lacan in Hollywood and out*, publicado em 1992, com uma intenção de crítica ideológica, pois “foi escrito com o propósito de apresentar ao público a invalidade da distância cínica” (Žižek, 1994, p. 11, tradução nossa).

Nas suas próprias propostas interpretativas de produções culturais, por exemplo, encontramos sempre procedimentos críticos que não se detêm apenas em uma interpretação superficial do conteúdo de uma obra, buscando entender como as estruturas ideológicas subjacentes influenciam e moldam a produção artística. Nesse sentido, por exemplo, temos sua consideração de que “deve-se distinguir entre ideologia constituída — manipulações empíricas e distorções no nível de conteúdo — e ideologia constitutiva — a forma ideológica

que fornece as coordenadas do próprio espaço no qual o conteúdo está localizado” (Žižek, 2010c, p. 54, tradução nossa⁵³).

Temos, enfim, uma renovação da teoria lacaniana, pois “essa aplicação de Lacan resgata o subjetivo, o psicanalítico e as pressões do Inconsciente para o campo da coletividade, do social”, possibilitando abrir caminho para uma abordagem que enriquece a compreensão do texto literário, conforme destaca, com efeito, Silva (2009, p. 212). Não se considera a obra literária como o mero jogo de uma ilusão, uma mensagem sem objeto (como diria Barthes), cuja substância se reduz aos códigos que a formulam e comunicam.

Na abordagem materialista lacaniana, os conceitos de Lacan relidos por Žižek constituem como estratégias críticas de leitura e de interpretação. Diversos conceitos já foram relidos pelo esloveno, como os já mencionados anteriormente: Real, Simbólico e Imaginário; Significante-Mestre; grande Outro; violência sistêmica. No capítulo “Materialismo Lacaniano”, encontramos um inventário de 19 conceitos reunidos por Silva (2009). Ademais, temos noções propriamente žižekianas, construídas a partir de categorias lacanianas, a exemplo dos já mencionados Real do Antagonismo e Fantasia ideológica. Utilizar os conceitos não significa uma aplicação monovalente independente da coerência interna e específica de cada obra literária, como a intenção de descobrir a mesma estrutura.

Dessa maneira, o Materialismo Lacaniano possui diferentes possibilidades para análise literária. A primeira experiência de aplicação de Žižek ao escopo literário é a obra *A Canon of Empty Fathers*, publicada em 2007, do pesquisador britânico Phillip Rothwell. Na obra, é proposta uma nova interpretação da história literária de Portugal, a partir do viés do materialismo lacaniano, utilizando especialmente as categorias sobre a função da figura paterna autoritária e ameaçadora, bem como seu complemento, o pai fracassado ou vazio, na psiquê nas complexas dinâmicas de poder e dominação que caracterizam o império português.

Desde o início, a abordagem materialista lacaniana na crítica literária compreende que a formalização estética carrega um conhecimento acerca do processo histórico-social que é tarefa da crítica desvendar, se apropriando dos conceitos lacanianos. Nossa leitura das narrativas da escritora Ana Paula Maia segue essa proposta. Do ângulo materialista, concebemos que a matéria ficcional das narrativas da escritora não é informe: “é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência”.

⁵³ Na versão original: “one should distinguish between constituted ideology—empirical manipulations and distortions at the level of content — and constitutive ideology — the ideological form which provides the coordinates of the very space within which the content is located”.

Acontece que o fato de ser o trabalho a matéria elaborada ficcionalmente por Ana Paula Maia não significa que seja óbvia essa apreensão. Existem muitos silêncios, ausências eloquentes. Ao realizar as leituras, a percepção sempre foi de uma incompletude, justamente na qual era preciso se debruçar, para compreender e explicar. O que parece ter ficado evidente foi que o trabalho, com suas implicações de exploração, se configurava como um núcleo traumático não simbolizável, que precisava ser levado como reflexão teórica para abordagem.

Nesse sentido, as considerações do filósofo esloveno referente à noção de Real do antagonismo, dentro das suas reflexões sobre a “problemática ‘materialista’ do Real” (Žižek, 2017, p. 204), abriu um enorme horizonte para construção da presente pesquisa, para pensarmos o modo de composição das obras do *corpus*.

2.2. *Narrativa, trabalho e o Real do antagonismo*

O que está em jogo, então, são os processos de racionalidade do discurso lacaniano para lastrear uma diagnose e uma prognose de “nossas agruras sociais e libidinais” (Žižek, 2010, p. 12). Há várias maneiras de expor este movimento, mas, em vista do propósito da presente pesquisa, parece-nos lícito nos atermos ao fato de que, de acordo com o materialismo lacaniano de Žižek, o antagonismo é concebido a partir do Real lacaniano. Desde a reorientação intelectual do filósofo esloveno, ao se aprofundar na teoria lacaniana com seu doutoramento em 1986 mencionado anteriormente, encontramos um interesse especial pelo registro do Real.

No artigo *The undergrowth of enjoyment: How popular culture can serve as an introduction to Lacan*, publicado em 1989, Žižek se preocupa inicialmente em demonstrar equívocos da apropriação de Lacan pela teoria do cinema dos anos 1970 e 1980, argumentado que não havia sido considerado “a última etapa da teoria lacaniana”, de modo que “[o] Lacan que serviu de referência para essas teorias... era o Lacan antes do rompimento”. O “rompimento” a que Žižek se refere aqui é, justamente, o maior interesse de Lacan na categoria Real e suas implicações, em seus últimos *Seminários*.

No mesmo ano de 1989, publicou em seguida *O objeto sublime da ideologia*, obra na qual demonstra que muito das suas reflexões analíticas dependem da categoria do Real, ao mesmo tempo em que está ciente que nessa “última etapa da teoria lacaniana” defendida a categoria

de Real foi redefinida⁵⁴. O foco de Lacan, segundo Žižek, era os efeitos estruturais que o Real causava, cuja redefinição categorial é crucial para propor compreensões sobre a relação entre o Simbólico e o Imaginário: “O paradoxo do Real lacaniano é, portanto, que ele é [...] possui uma série de propriedades — exerce uma causalidade estrutural, pode produzir efeitos na realidade simbólica dos sujeitos” (1992, p. 213, tradução nossa).

Em 1994, no ensaio *Conexões do campo freudiano com a filosofia e a cultura popular*, Žižek (2017) argumentou em favor da possibilidade de “elaborar uma teoria inteira da ideologia baseada nele [em Lacan]”, tendo como eixo a noção de Real: “acredito que a noção lacaniana de Real como uma rocha que resiste à simbolização é extremamente útil para uma noção não ingênua de ideologia” (Žižek, 2017, p. 86-87).

Essa compreensão será decisiva para o filósofo esloveno, sendo desenvolvida, com diferentes implicações, ao longo da sua trajetória intelectual. Temos a mencionada proposta do antagonismo enquanto Real, a criação do conceito de fantasia ideológica e articulação com a noção de violência sistêmica, para citar apenas alguns exemplos, que mobiliza a psicanálise lacaniana com a compreensão de que o discurso lacaniano só poderá ser uma certa forma de crítica da alienação⁵⁵.

Por exemplo, em *Vivendo no Fim dos Tempos*, publicado em 2010, Žižek chegou a concluir que o próprio Lacan não reconheceu as implicações políticas de sua própria crescente ênfase no Real em seus últimos *Seminários*. Ao contrário da resposta liberal e individualista de Lacan ao que Žižek chamou de “os gloriosos eventos de Maio de 68”, o filósofo esloveno argumentou que um ato político coletivo pode envolver um encontro com o Real:

⁵⁴ Conforme é esclarecido pelo filósofo esloveno: “No entanto, esse é apenas um aspecto do real lacaniano; é o aspecto que predomina nos anos cinquenta, quando temos o Real - a realidade bruta, pré-simbólica, que sempre retorna ao seu lugar -, depois a ordem simbólica que estrutura nossa percepção da realidade, e finalmente o imaginário, o nível de entidades ilusórias cuja congruência é o efeito de uma espécie de jogo de espelhos - ou seja, aquelas que não têm existência própria, mas são um mero efeito estrutural. Com o desenvolvimento do ensino lacaniano nas décadas de oitenta e noventa, o que Lacan chama de “O Real” se aproxima cada vez mais do que ele chamava nos anos cinquenta de “O Imaginário”. Vamos pegar o caso do trauma: nos anos cinquenta, em seu primeiro Seminário, o evento traumático é definido como uma entidade imaginária que ainda não foi plenamente simbolizada, a qual não foi atribuído um lugar no universo simbólico do sujeito (Lacan, 1988, capítulo XXII); mas nos anos setenta, o trauma é real - é um núcleo rígido que resiste à simbolização, mas o que importa é que não importa se o trauma aconteceu, se ocorreu “realmente” no chamado mundo real; o que importa é simplesmente que ele produz uma série de efeitos estruturais (deslocamentos, repetições e outros). O Real é uma categoria que deve ser construída posteriormente para que possamos explicar as distorções da estrutura simbólica” (1992, p. 212, tradução nossa).

⁵⁵ Ao se falar em alienação, é preciso cautela, conforme assinala o esloveno: “One should be careful when one talks about “constitutive alienation.” There are two (main) ways to think the topic of alienation. From the humanist perspective, alienation is conceived as a temporal inversion, a state of things which should be set straight when humanity will succeed in re-appropriating the alienated substance of its existence. From the tragic perspective, alienation is irreducible since it is constitutive of being-human, grounded in the finitude of human existence. Lacan’s theory is unique in how it proposes a third position: alienation is not our ultimate destiny, it can be overcome, but not in the triumphalist humanist sense. For Lacan, alienation is by definition subject’s alienation, and Lacan has a specific concept for the “alienation of the Other” — separation. The core of Lacan’s atheism is best discerned in the conceptual couple of “alienation” and “separation” which he develops in his Four Fundamental Concepts of Psycho-Analysis. 11 In a first approach, the big Other stands for the subject’s alienation in the symbolic order: the big Other pulls the strings, the subject doesn’t speak, he is “spoken” by the symbolic structure. In short, this “big Other” is the name for the social substance, for all that on account of which the subject never fully dominates the effects of his acts, i.e. on account of which the final outcome of his activity is always something other than what he aimed at or anticipated. Separation takes place when the subject takes note of how the big Other is in itself inconsistent, lacking (“barred,” as Lacan liked to put it): the big Other doesn’t possess what the subject is lacking. In separation, the subject experiences how his own lack with regard to the big Other is already the lack that affects the big Other itself. To recall Hegel’s immortal dictum apropos of the Sphinx: “The enigmas of the Ancient Egyptians were enigmas also for the Egyptians themselves.” Along the same lines, the elusive, impenetrable Dieu obscure has to be impenetrable also to Himself; He has to have a dark side, something that is in Him more than Himself” (p. 456).

A tese [de Lacan] é de fato liberal, no sentido exato de que encobre o real que encontramos no nível coletivo. Aqui o político como tal é desvalorizado, porque é considerado domínio de identificações simbólicas e imaginárias; por definição, ele envolve um reconhecimento errôneo. A premissa básica do liberalismo é o nominalismo da verdade: a verdade é individual, o social só pode oferecer um arcabouço neutro para a interação e a realização dos indivíduos. E se, no entanto, o nível coletivo não for apenas o nível das identificações simbólicas e imaginárias? E se encontrarmos nele o real dos antagonismos? (Žižek, 2012, p. 247).

Žižek se contrapõe ao que sinaliza como “premissa básica do liberalismo”, defendendo a utilização do conceito de Real para apreensão das contradições da sociedade e da política (ao que podemos estender: das produções culturais).

No ensaio *The Politics of Alienation and Separation*, publicado em 2017, sua reflexão ressaltou que “o capitalismo dá origem a um sujeito dessubstancializado e, dessa forma, funciona como um ponto sintomático único de toda a história”, sendo que uma das implicações é que “devemos dizer que toda a história é a história da alienação e que a única alienação verdadeira é a capitalista”. Levando isso em consideração, é preciso estar atento aos modos como as relações sociais e as estruturas simbólicas articulam a identidade e a experiência do sujeito, uma vez que não pode ser concebido “independentemente de sua posição concreta na estrutura social”, então, concebe-se que o “lugar específico que [o sujeito] ocupa na estrutura social é profundamente antagonico”.

A intenção de Žižek em “elaborar uma teoria inteira da ideologia baseada” em Lacan, especialmente no conceito de Real, também é encontrado nas suas próprias abordagens de produções culturais. Ao longo de seu trabalho intelectual, encontramos abordagens de produções culturais a partir das quais visa demonstrar que existe uma “operação ideológica” operando distorções na perspectiva diegética. O que é distorcido é concebido na dimensão do Real, seja como um “Real do gozo” (Žižek, 1992; 1994), seja como um “Real histórico” (Žižek, 2011), ou também como um “Real do antagonismo” (Žižek, 1996a; 2017).

Desse modo, o procedimento analítico ganha a dimensão de uma interpretação de como o conteúdo foi distorcido na elaboração formal, sendo necessário apreender “as fantasias ideológicas subjacentes” (Žižek, 2011, p. 72) presente na composição. Por exemplo, temos a fantasia ideológica da “narrativa edipiana”, no sentido em que diversas produções artísticas “foram feitas sobre a noção do Real histórico nos termos de uma narrativa familiar como operação ideológica fundamental”, sendo que isto significa para o esloveno que “uma história dos conflitos de forças sociais maiores (classes etc.) é estruturada nas coordenadas de um drama de família” (Žižek, 2011, p. 72).

A primeira seção do seu livro *O objeto sublime da ideologia* é, justamente, intitulada “Marx, Freud: a análise da forma”, proporcionando uma discussão muito instigante na qual destaca uma homologia fundamental entre os procedimentos interpretativos desses dois teóricos. A compreensão de Žižek (2003) é de que a própria forma é o resultado lógico do próprio conteúdo, sendo que a lição das análises da mercadoria e do sonho “é evitar o fascínio propriamente fetichista do ‘conteúdo’ supostamente oculto por trás da forma: o ‘segredo’ a ser revelado pela análise não é o conteúdo oculto pela forma (a forma da mercadoria, a forma do sonho), mas, ao contrário, o ‘segredo’ dessa própria forma” (Žižek, 2003, p. 35, grifo do autor, tradução nossa⁵⁶).

O argumento é fértil em suas implicações, e a primeira delas, no contexto da análise literária, é a importância de focar nas questões relacionadas à forma artística. Aspecto fundamental para atentarmos justamente quando as narrativas do nosso *corpus* se pretendem representar um “conteúdo” tão problemático quanto do trabalho.

Esse argumento do filósofo esloveno possui relação com o modo que articula o Real lacaniano para operar suas críticas ideológicas. Um modo particular dessa articulação é a noção de Real do antagonismo, a ponto de que uma das conclusões de Žižek (1996b) é que a crítica da ideologia precisa mirar, justamente, o Real do antagonismo:

[...] o importante é que a própria construção da realidade social implica o “recalcamento primário” do antagonismo, de modo que o esteio fundamental da crítica da ideologia — o ponto de referência extraideológico que nos autoriza a denunciar o conteúdo de nossa experiência imediata como “ideológico” — não é a “realidade”, mas o Real “recalcado” do antagonismo (Žižek, 1996b, p. 30).

Trazendo isso para o escopo literário, implica se atentar para casos em que o texto literário é constituído por essa relação com a ideologia, que não se apresenta diretamente. Como o filósofo esloveno deixará claro em *The Frigth of Real Tears*, o que é excluído sempre deixa suas marcas, pois o Real permeia a própria perspectiva diegética:

Em outras palavras, embora o antagonismo radical só possa ser representado de forma distorcida, por meio das diferenças particulares internas ao sistema [artístico/perspectiva diegética], ele precisa ser representado, o que significa que a estrutura significante precisa incluir sua própria ausência⁵⁷ (Žižek, 2001, p. 32, tradução nossa).

⁵⁶ Na versão original, com o argumento completo: “Según Lacan. ningún otro sino Marx fue quien inventó la noción de síntoma. ¿ Es esta tesis lacaniana sólo un arranque de ingenio, una vaga analogía, o posee un pertinente fundamento teórico? [...] La respuesta es que hay una homología fundamental entre el procedimiento de interpretación de Marx y de Freud. Para decirlo con mayor precisión, entre sus análisis respectivos de la mercancía y de los sueños. En ambos casos se trata de eludir la fascinación propriamente fetichista del “contenido” supuestamente oculto tras la forma: el “secreto” a develar mediante el análisis no es el contenido que oculta la forma (la forma de las mercancías, la forma de los sueños) sino, en cambio, el “secreto” de esta forma”.

⁵⁷ Na versão original: “In other words, although radical antagonism can only be represented in a distorted way, through the particular differences internal to the system, it has to be represented, which means that the signifying structure has to include its own absence”.

Temos um pressuposto que implica levar em consideração que o texto literário, longe de constituir alguma plenitude unificada de significado, traz inscritas em seu interior as marcas de certas ausências determinadas que torcem suas várias significações, muitas vezes em conflito e contradição. Não é difícil lembrarmos, aqui, da preposição de Adorno (2008), segundo a qual “o momento histórico é constitutivo nas obras de arte” implicando uma “historiografia inconsciente de si mesma de sua época” (Adorno, 2008, p. 207).

O Real lacaniano, assim como reelaborado por Žižek, avança nessa questão. Como já mencionado, desde a obra *O objeto sublime da ideologia*, Žižek estava interessado em como apreender o Real “produzindo efeitos na realidade simbólica” dos sujeitos. Com isso, o motivo “obscurantista do núcleo inominável da Suprema Realidade que escapa ao domínio da linguagem deve ser completamente rejeitado”, pois justifica “que o Real não é exterior ao Simbólico: o Real é o próprio Simbólico na modalidade da não-Totalidade” (Žižek, 2006, p. 87).

Ou em outras palavras, implicava uma compreensão de que o Real “não é uma coisa externa que resista a se deixar apanhar na rede simbólica, mas as fissuras dentro dessa própria rede simbólica” (Žižek, 2010, p. 91).

O próprio conceito de violência sistêmica possui relação com essa reflexão, quando encontramos o filósofo esloveno na obra *Violência* argumentando que “Real é a inexorável e ‘abstrata’ lógica espectral do capital que determina o que se passa na realidade social” (Žižek, 2014, p. 17). Temos também sua proposta de que a luta de classes precisa ser lida pelo registro do Real, quando argumenta que “a luta de classes nomeia o próprio antagonismo que impede a realidade (social) objetiva de se constituir como um todo fechado em si mesmo”, arrematando, com isso, que “é Real no sentido lacaniano estrito: um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas, mediante as quais nos esforçamos por integrá-lo e domesticá-lo, mas que, ao mesmo tempo, condena esses esforços a um verdadeiro fracasso” (Žižek, 1996a, p. 27).

Em face disso, uma das conclusões de Žižek é que o Real intervém por meio da anamorfose, distorcendo nossa visão da realidade e, por consequência, resulta na determinação sempre imperfeita da condição de conteúdo do que é conhecido. Vale a pena citar extensamente:

[...] há um vínculo óbvio com o Real lacaniano, que, no nível mais radical, é o X desmentido, devido ao qual nossa visão da realidade é anamorficamente distorcida: ele é a Coisa à qual o acesso direto não é possível e, ao mesmo tempo, o obstáculo que impede esse acesso direto, a Coisa que foge à nossa compreensão e a tela distorcedora que nos faz deixar de ver a Coisa. Em termos mais exatos, o Real, em última análise, é a própria mudança de ponto de vista, do primeiro para o segundo lugar de observação. [...] Isso significa que, em última análise, a condição do Real é

puramente paralática e, como tal, não substancial: não tem em si nenhuma densidade substancial, é apenas a lacuna entre dois pontos de vista, perceptível apenas na passagem de um ao outro. O Real paralático, portanto, opõe-se à noção-padrão (lacaniana) do Real como aquilo que “sempre volta a seu lugar”, ou seja, como aquilo que continua o mesmo em todos os universos (simbólicos) possíveis; o Real paralático é antes aquele que explica a própria multiplicidade de aparências do mesmo Real subjacente — não é o núcleo rígido que persiste como o Mesmo, mas o osso duro do conflito que pulveriza a mesmice numa miríade de aparências. Num primeiro passo, o Real é o núcleo rígido impossível que não podemos confrontar diretamente, só pela lente de uma miríade de ficções simbólicas, de formações virtuais. Num segundo passo, esse mesmo núcleo rígido é puramente virtual, na verdade inexistente, um X que só pode ser reconstruído retroativamente a partir da miríade de formações simbólicas que é “tudo o que realmente há” (Žižek, 2011, p. 139).

O argumento é suficientemente complexo e matizado, estabelecendo algumas distinções teóricas difíceis, por isso vamos nos ater ao aspecto pertinente para construção da presente pesquisa. O que nos chama atenção é o que filósofo esloveno está propondo com o nome de “anamorfose ideológica”, noção com a qual já nos familiarizamos, inicialmente, nos subcapítulos “1.1.1 Providências iniciais” e “1.3.2 Tal trabalhador, qual narrador?” do Capítulo I.

Se considerarmos que a produção literária inevitavelmente implica trabalhar dentro de um conjunto específico de representações ideológicas, então a noção de “anamorfose ideológica” pode ser bastante fértil.

2.2.1 Mancha anamórfica e a problemática do ponto de vista.

Impasses?

No Capítulo I, esperamos ter deixado claro que compreender as ausências da matéria ficcional do trabalho é relevante, e que, nisso, a passagem nevrálgica para reflexão implica sobretudo uma reflexão sobre ocultamento, falseamento, distorções, entre outros fatores que fazem essa matéria tão problemática. Lembremos, por exemplo, de Williams ao argumentar, em *O campo e a cidade*, que um dos eixos da “estrutura de sentimentos” que promovia a valorização do campo, em detrimento da cidade, estava na “escamoteação do trabalho rural — e das relações de propriedade através das quais esse trabalho é organizado” (Williams, 2011a, p. 81). Além da constatação, havia também a preocupação em compreender como a consciência do(a) escritor(a) escolhe o que representar em um texto, que resultou no

específico capítulo “Comunidades cognoscíveis” desta obra de Williams (2011a), no qual propunha que a questão da representação dependia da “posição do observador”, uma posição cuja seleção é social⁵⁸ (Williams, 2011a, 279).

A questão da “anamorfose ideológica” pode contribuir, avançando essa discussão. A compreensão de uma distorção anamórfica presente na assimilação literária de personagens trabalhadores, “de uma impossibilidade lógica que marca um antagonismo irreduzível” (Žižek, 2003). O filósofo esloveno utiliza o termo “anamorfose ideológica” para descrever o “erro de perspectiva” que ocorre no campo da significação, esclarecendo, assim, que

A dimensão propriamente “ideológica” é um efeito de um certo “erro de perspectiva”: esse elemento que, no interior do campo de significação, faz as vezes do não-senso significante é percebido pela experiência ideológica como o ponto de saturação significativa que fecha o campo de significação [...]. Esse “erro de perspectiva” poderia ser determinado como “anamorfose ideológica” (Žižek, 2000, p. 200).

Para o filósofo esloveno, levar em consideração a anamorfose ideológica implica buscar, do ângulo da interpretação, “revelar o papel das ‘grandezas negativas’ nas formações ideológicas”, isso porque compreende que a disparidade é constitutiva da ideologia: “a ‘ideologia’ é a estrutura superficial ‘autoevidente’ cuja função é ocultar a estrutura subjacente ‘desequilibrada’, ‘sinistra” (Žižek, 2011, p. 95, tradução nossa). Ao mesmo tempo, possui uma articulação com reflexões que perpassam a concepção do esloveno sobre o fato de que “o materialismo significa que a realidade que vejo nunca é ‘inteira’ — não porque grande parte dela me escapa, mas porque ela contém uma mancha, um ponto obscuro, que indica minha inclusão nela” (Žižek, 2008, p. 32).

No momento de desenvolvimento histórico e consolidação da sociabilidade burguesa, o surgimento do romance ocorre, então, quando ocorre a divisão capitalista do trabalho, a partir da qual se configura “de um lado, o indivíduo confrontado com potências abstratas, na luta contra as quais não se produzem colisões a que se possa dar figuração

⁵⁸ O termo é cunhado por Williams (2011a) para refletir sobre a relação complexa da escrita romanesca com os meios e as condições da sua produção no quadro de uma formação cultural. A partir dessa reflexão, aborda-se por que personagens subalternas, com suas relações sociais de trabalho, possuem tanta dificuldade em se tornarem cognoscíveis para prática literária. A preocupação do crítico ao elaborar o termo é compreender como a consciência do autor escolhe o que representar em sua obra, uma vez que considera “o que é cognoscível não é apenas uma função dos objetos — do que há para ser conhecido — é também uma função dos sujeitos, dos observadores — do que é desejava e se precisa conhecer” (Williams, 2011a, p. 279). Assim, a própria representação está inserida em um quadro de valores e significados que as integra, articula, conecta e hierarquiza, daí a importância da “posição social” do observador, que para o autor faz “parte de um processo histórico crucial no desenvolvimento do romance” (Williams, 2011a, p. 292), como sua “contradição intrínseca”, uma vez que “[em] sua maioria, os romances são, num certo sentido, comunidades cognoscíveis” (Williams, 2011a, p. 278). Ao tratar desse termo, Vasconcelos (2011) esclarece que as reflexões do crítico inglês levantam importantes questões sobre a relação entre o escritor e seus materiais e convenções literárias, entre sujeito e objeto, destacando a importância da seleção social e do ponto de vista, no sentido em que a matéria cognoscível depende do ponto de vista de quem conta a história. Com base na análise de *O campo e a cidade*, Vasconcelos (2011) traz o exemplo de como os romances de Jane Austen (1775-1817) realizam “a exclusão daqueles que trabalham” para selecionar o ponto de vista e “privilegia[r] a propriedade e a renda, e exploram as relações humanas à medida que são afetadas pelos processos reais de transformação e mobilidade social vividos pela ‘gentry’ rural e cultivada que povoa suas obras” (Vasconcelos, 2011, p. 306). No exemplo, vê-se que o romance usa a linguagem para denotar diferença social, conforme argumentava Williams (2011a) que a matéria cognoscível é também “um problema de linguagem” em termos de “percepção e avaliação” do que é selecionado para ser narrado (Williams, 2011a, p. 278; 288).

sensível”; sendo que, por outro lado, “a realidade do homem é tão trivial e medíocre que qualquer realce verdadeiramente poético da vida aparece como um corpo estranho” (Lukács, 1992, p. 180).

Esse aspecto das “potências abstratas” é um dos caminhos interessantes, para pensarmos estreiteza e limitação das práticas de representação das relações sociais do trabalho, uma vez que esta categoria, do “trabalho”, faz parte da necessária reificação das relações sociais como sinalizou Lukács (2011a; 2011b).

Em face disso, nosso objetivo neste subcapítulo é articular algumas ideias baseadas nesses aspectos, que podem ser inferidas para posição do narrador em narrativas. Acreditamos que não seja ocioso ou descabido tal articulação, uma vez que existem tentativas nesse sentido, pouco aprofundadas, bem como essa noção de anamorfose ideológica, parecem nos se atrelar de modo substancial com o foco na discussão em torno do capitalismo como uma forma de dominação social abstrata, que surgiu na última década do século XX e na primeira do século XXI, num certo campo da teoria marxista (Postone, 2014; Kurz, 1993b; Jappe, 2006; Žižek, 2012).

Na obra *Vivendo no fim dos tempos*, o filósofo esloveno vai enfatizar uma dominação abstrata efetuada pela lógica capitalista, como um dos fundamentos da “ressuscitação da ‘crítica da economia política’” (Žižek, 2012, p. 147). Tal compreensão implicará levar em consideração que as relações sociais são abstratas, isso porque

Só no capitalismo a exploração é “naturalizada”, inscrita no funcionamento da economia, e não o resultado da pressão e da violência extraeconômicas. É por isso que, com o capitalismo, temos igualdade e liberdade pessoal: não há necessidade de dominação social direta, a dominação já está na estrutura do processo de produção. Também é por isso que, aqui, a categoria de mais-valia é crucial: Marx sempre enfatizou que a troca entre trabalhador e capitalista é “justa”, no sentido de que os trabalhadores (via de regra) são pagos pelo valor total de sua força de trabalho como mercadoria — não há “exploração” direta, os trabalhadores não recebem “o valor total da mercadoria que vendem aos capitalistas”. A exploração ocorre porque a força de trabalho como mercadoria tem a característica paradoxal de produzir mais valor do que ela própria vale. Esse processo é ofuscado na ideologia “burguesa” de mercado (Žižek, 2012, p. 166-167).

Uma implicação crucial desse argumento é que, na lógica capitalista, as relações de exploração não dependem principalmente de uma dominação direta e visível, pois está entrelaçada na própria dinâmica socioeconômica (pressuposto de Žižek que embasa também sua concepção de “violência sistêmica”). Nessas reflexões, Žižek (2012) está levando em consideração, como embasamento e apoio, a abordagem de Moishe Postone, que propôs

uma reinterpretação fundamental da teoria crítica de Marx, considerando, justamente, que se encontra nas relações de trabalho o *locus* central da dominação abstrata.

Postone (2014) concluiu que na forma historicamente determinada da dominação social, na lógica capitalista, “o trabalho social não é somente o ‘objeto’ da dominação e exploração, mas é, ele próprio, o terreno da dominação” (Postone, 2014, p. 150). Daí o caráter distintivo da socialização capitalista, “em que suas relações sociais características não são evidentes, mas sim ‘objetivamente’ constituídas e, portanto, não parecem de forma alguma socialmente específicas” (Postone, 2014, p. 313).

Esse seria o “ponto de inclusão” na realidade social, para utilizar a expressão do esloveno, que resultaria na dimensão de que “o que a princípio parece um impasse narrativo meramente formal é sintomático, portanto, de um impasse mais radical que pertence ao conteúdo social propriamente dito” ? (Žižek, 2008, p. 35).

Em *As pragas da fantasia*, Žižek (2011) argumenta que o “olhar impossível” é uma das características da fantasia ideológica, relacionando-se por sua vez com a anamorfose ideológica, visto que “sempre articula um ‘olhar impossível’; o olhar mediante o qual o sujeito já está presente no ato de sua própria concepção” (Žižek, 2011, p. 24, tradução nossa). O resultado será uma “impossibilidade estrutural” por não ser possível uma distância neutra. Por isso, vemos no sistema literário uma ausência, mesmo com a incorporação da matéria do trabalho na ficção, pois, talvez em decorrência da anamorfose ideológica, temos o ponto de vista da “realidade” dos trabalhadores “para preencher um espaço ideológico preconcebido, que absolutamente não está vinculado com a realidade histórica” (Žižek, 2011, p. 88, tradução nossa).

2.2.3 *Onde te ocultas, precária síntese?*

Os dados são significativos, sobretudo porque ao iniciarmos a presente pesquisa nos deparamos com um horizonte rasurado; ou de “um exercício tortuoso”, para reutilizarmos a expressão de Vecchi⁵⁹ (2014).

“Visito os fatos, não te encontro / Onde te ocultas, precária síntese” — é o dístico de célebre poema de Drummond (2012), que metaforicamente remete a este panorama, povoado de silêncios e desprezo, muitas vezes precisando ser desterrado, de forma parcial e provisória, com potenciais conflitos e do desconcertante *status* frágil das condições do

⁵⁹ Estamos nos referindo à citação da página 34, com a qual recuperamos o argumento de Vecchi (2014), segundo o qual considera constituir “um exercício tortuoso encontrar no contexto brasileiro [de produção literária] a presença “do mundo do trabalho” (Vecchi, 2014, p. 34).

horizonte a ser explorado. Isso porque ao nos debruçarmos sobre a produção literária, dentro dos gêneros de narrativa, enquanto *objeto de conhecimento*, aparenta haver uma ausência drástica do trabalho como fundamento para escritores construírem imagens, personagens, enredos, estruturas narrativas.

O interesse que surgiu com a “anamorfose ideológica” não implica queremos estabelecer como um termo guarda-chuva, para abarcar diferentes obras, em diferentes épocas. Contudo, foi um termo do filósofo esloveno com o qual foi possível compreender as pistas recolhidas, como índice de investigação, que veremos ao longo desse subcapítulo. Também, não nos parece descabido pensarmos nas noções de “anamorfose ideológica” e “Real do antagonismo”, como um modo de avançar no debate, em função, entre outras implicações, do que Jameson (2021) expressou como “jogo da figuração” [play of figuration], visando assinalar que certas relações sociais “são inacessíveis para qualquer sujeito ou consciência individual — nem para Hegel, muito menos para Cecil Rhodes ou para a Rainha Vitória — ou seja, que essas realidades fundamentais são de alguma forma irrepresentáveis” (Jameson, 2021, s/p). Nesse aspecto, o autor declara que “uma de nossas tarefas mais básicas como críticos literários é traçar e tornar conceitualmente disponíveis as realidades e experiências desenhadas por essas figuras, que a mente do leitor tende inevitavelmente a reificar e ler como conteúdos primários” (Jameson, 2021, s/p).

Uma pesquisa instigante como ponto de partida para essas reflexões é *The working classes in Victorian fiction*, publicada em 1971. O ponto de partida de Keating (2016) consiste em argumentar que não é inteiramente exato que escritores geralmente ignoram as classes trabalhadoras. Para esclarecer adequadamente a proposta que orienta a pesquisa, o autor lança mão de uma colocação do escritor George Orwell, que para Keating (2016) é exemplo pertinente do equívoco comum que ronda essa problemática.

Quando escrevia um ensaio sobre o escritor Charles Dickens, em 1939, Orwell (2000) elaborou indagação em relação à ficção inglesa, com a qual advertia: “Se você procurar as classes trabalhadoras na ficção, e especialmente na ficção inglesa, tudo o que encontrará é um buraco” (Orwell, 2000, p. 65, tradução nossa). Buscando esclarecer essa questão, o autor argumenta que

Por razões que são bastante fáceis de ver, o trabalhador agrícola (na Inglaterra um proletário) obtém uma boa exibição na ficção, e muito tem sido escrito sobre criminosos, abandonados e, mais recentemente, a intelectualidade da classe trabalhadora. Mas o proletariado comum da cidade, as pessoas que fazem as rodas girarem, sempre foram ignorados pelos romancistas. Quando eles encontram o caminho entre as capas de um livro, é quase sempre como objetos de piedade ou como alívio cômico (Orwell, 2000, p. 65, tradução nossa).

Interessante observar que Orwell (2000) concluiu que é a “comicidade” a estilização que coordena a presença da representação dos trabalhadores, aspecto que remete à questão do “realismo sério” em Auerbach (1991), conforme veremos adiante.

Esse enunciado de Orwell (2000) é retomado por Keating (2016), que acredita que o comentário precisa ser modulado em termos “quantitativos” e “qualitativos”, inserindo, portanto, uma importante baliza de reflexão, com um significativo inventário sem igual na produção acadêmica brasileira.

Em termos “quantitativos”, o autor argumenta haver, sim, uma grande presença de trabalhadores na ficção vitoriana, sendo, assim, “falso que as classes trabalhadoras urbanas (‘as pessoas que fazem as rodas girarem’) sempre foram ignoradas pelos romancistas. [...] Só no período vitoriano havia algumas centenas de romances escritos sobre esse mesmo assunto” (Keating, 2016, p. 2, tradução nossa). O aspecto decisivo apontado pelo autor consiste, em termos “qualitativos”, na forma como esses trabalhadores são apresentados e representados, dado que será praticamente nulo para a relevância de muitas obras, “pois há poucos romances ingleses que tratam de personagens da classe trabalhadora em um ambiente da classe trabalhadora no mesmo sentido que há romances sobre as classes média ou alta em seus próprios cenários reconhecíveis” (Keating, 2016, p. 2, tradução nossa).

Em conformidade com o autor, como são obras de escritores que não são da classe trabalhadora, para um público que não é da classe trabalhadora, a preocupação em trazer para o enredo personagens trabalhadores ocorre, sobretudo, em momentos de “convulsão social” [*social upheaval*], como é o caso do movimento cartista, que engendrou “pânico na classe média” [*middle-class panic*] com exigência de melhores condições dos trabalhadores industriais, gerando o ciclo de romances dos anos 1840-1850, “quando medos de classe reais ou imaginários compeliram as pessoas a olharem de novo para a estrutura social, econômica e política básica da sociedade” (Keating, 2016, p. 2, tradução nossa). Dessa forma, normalmente, acabado o período de “convulsão social”, acabava-se também o interesse por essa classe, sendo que os escritores abandonavam o tema da classe trabalhadora em suas obras.

Com essa questão, a intenção de Keating (2016) é argumentar que, na maior parte desses romances, falta fecundidade na representação “das relações sociais” [*social relationships*] nas quais os trabalhadores estão imersos, sobressaindo um “didatismo documental” que, ironicamente, evita tratar dos trabalhadores, mesmo quando são estes que constituem seu principal foco de narração, a ponto de ser assinalado pelo autor que “qualquer tentativa de mostrar como as classes trabalhadoras são retratadas na ficção vitoriana deve retornar repetidas vezes às aparentes dificuldades experimentadas pelos romancistas ao tentar

estabelecer um equilíbrio entre o compromisso com o ponto de vista de classe e a forma artística” (Keating, 2016, p. 9, tradução nossa)⁶⁰.

Assim, a preponderância é o tratamento pelo ângulo do “bizarro e do grotesco” em que “a vida da classe trabalhadora é apresentada como feia e degradada”, ou então serve como ponto de partida para a elaboração de uma trama tortuosa de “ascensão da pobreza à riqueza”, sendo que nestes casos, “uma vez que esse propósito tenha sido atendido, o tema da classe trabalhadora é gradualmente esmaecido” (Keating, 2016, p. 24, tradução nossa).

Ao sumarizar estas exposições de Keating (2016), conseguimos perceber, portanto, que o decisivo não é somente a presença da matéria ficcional do trabalho, porém os modos pelos quais tal matéria é formalizada artisticamente e, conforme também temos refletido, como a anamorfose ideológica influencia essa formalização. Exemplo convergente dentro do contexto do sistema literário brasileiro, podemos lembrar que Bueno (2016) assinala não ser difícil identificar romances nos quais mesmo “a pobreza aparece menos como resultado das forças econômicas e sociais e mais como decorrência de um afastamento de Deus” (Bueno, 2016, p. 352).

Do ponto de vista estético, podemos lembrar das hierarquias sociais perpetuadas como regras de gêneros literários, estabelecidas desde a *Arte Poética* de Aristóteles (1987), acerca de uma divisão entre o “alto” e o “baixo” no que se refere ao que é digno de representação⁶¹. Os estratos sociais dominantes (reis, nobres, generais etc.) estão para o

⁶⁰ Exemplo que é interessante ser compartilhado, é Hobsbawm (2000) assinalar que nem precisaria ser historiador para “conhecer bastante sobre a cultura e os costumes da burguesia”, sendo que um dos motivos óbvios para isso é o próprio fato de que “a maioria das pessoas que se valem da palavra escrita profissionalmente tem suas origens ou ingressa nas classes médias e alta da sociedade” (Hobsbawm, 2000, p. 257). Para o caso inglês, conforme o historiador, um dos resultados dessa condição será que o conhecimento “sobre a cultura das classes operárias britânicas é fragmentária, vaga e problemática” (Hobsbawm, 2000, p. 257).

⁶¹ Tanto quanto somos capazes de perceber, haverá uma distinção no que se refere às próprias relações sociais e à função social do trabalho presente em sociedade pré-capitalista e nas dinâmicas capitalistas. Haverá na primeira um rebaixamento moral. Rosenfeld (2012) expressa como a “realidade empírica” é excluída do classicismo, o que implica não só que “a cena clássica se decanta dos entrelaçamentos econômicos, sociais, históricos e políticos”, mas que isto implica também a exclusão de personagens que vivem diretamente em seu cotidiano as influências dessas determinações sociais (Rosenfeld, 2012, p. 67). Assim, ao se decantar as determinações sociais, a representação artística se limita a uma elite seleta, no caso do classicismo francês, mencionado pelo autor, se trata da corte do rei, a alta burguesia e a noblesse de robe (magistratura) de Paris, de tal maneira que “Mesmo na comédia, é preciso que os atores badinent noblement (gracejem nobremente). Quanto ao peuple (povo), não serve para a tragédia; criados, camponeses e, também, médicos, tabeliães, comerciantes, são personnages ridicules (personagens insignificantes) por terem o mau hábito de trabalhar e por não possuírem, como especialistas, a cultura estética exigida. Um honnête homme (homem honrado) não se dedica a uma profissão produtiva” (Rosenfeld, 2012, p. 68). O próprio “hábito de trabalhar” deslegitima a presença na obra literária. Rosenfeld (2012) nos ajuda a compreender, assim, como era marcante a ausência de personagens trabalhadores, o que parece estar associado com a característica histórica em que “o desdém pelo valor trabalho era desdém social pelos trabalhadores” (Veyne, 2009, p. 113). Conforme destaca o historiador Veyne (2009), trata-se de uma mentalidade advinda da cultura grega, em que a pobreza é uma espécie de vício, enquanto a riqueza constitui uma virtude. Citando Plotino, os ricos possuem o “mérito” de não precisar trabalhar e, assim, “formam uma espécie que guarda alguma reminiscência da virtude”; quanto à “massa dos trabalhadores braçais, é uma desprezível multidão, destinada a produzir objetos necessários à vida dos homens virtuosos” (apud Veyne, 2009, p. 115). Para Cícero, inclusive, o próprio trabalho assalariado era algo impensável para um cidadão, inclusive desmerecia atividades que pretendiam artísticas: “todo salário é sórdido e indigno de um homem livre, pois constitui o preço do trabalho e não de uma arte” (apud VEYNE, 2009, p. 126). Tratando do período do Império Romano, Veyne (2009) assinala que “foi a época da ociosidade tida como mérito” (2009, p. 112), regido pelo desprezo pelo trabalho, de tal maneira que “trabalhador era não apenas socialmente inferior mas também visto como um tanto ignóbil” (Veyne, 2009, p. 112). No período estudado por Veyne (2009), entende-se que os trabalhadores “compunham quatro quintos da sociedade. Na dura luta pela existência [...]”, porém pouco é possível saber “sobre essa multidão laboriosa — lavradores, pescadores, pastores, escravos ou livres” (Veyne, 2009, 125). O historiador observa, por fim, que a ideologia social do período romano era de que “só quem trabalhava era a gatinha; as pessoas de bem exerciam em todas as coisas uma atividade de direção”, de modo que essa “atividade de direção” constituía “a única atividade digna de um homem livre, pois constituía o exercício de um comando” (Veyne, 2009, p. 130). Em síntese, a ideologia social da Antiguidade greco-romana, sobre as funções e posições sociais de quem exercia as tarefas de produção, concebia que “[...] uma cidade bem-feita seria aquela na qual os cidadãos fossem alimentados pelo

“alto”, em tratamento sério como a tragédia, enquanto o trato cômico ou mesmo grotesco, seria reservado aos estratos subalternos e às situações cotidianas, conforme compreendemos com o estudo de Auerbach (1991), que, por exemplo, observa:

[...] não considera tragicamente a realidade comum e cotidiana; trata tragicamente só pessoas nobres, príncipes e reis, estadistas, gerais e heróis da Antiguidade; quando aparecem pessoas do povo ou soldados ou membros das classes médias ou inferiores, isto sempre acontece em estilo baixo, num dos muitos matizes do cômico (Auerbach, 1991, p. 292).

Auerbach (1991) expõe que até o século XVIII permaneceu na cultura literária uma rígida separação estilística em alto e baixo, por sua vez contribuindo significativamente para anamorfosis ideológicas na formalização estática⁶². A necessidade de seguir a separação dos estilos impede os escritores de “representar a vida cotidiana de maneira séria, problemática e inserida num pano de fundo histórico”, cujo resultado “implica não somente um limite de seu realismo, mas também, e sobretudo, uma limitação da sua consciência histórica” (Auerbach, 1991, p. 29).

Assim, a “realidade comum e cotidiana”, na qual estão inseridas as classes subalternas, não é digna de representação “séria”, devido à separação clássica de diferenciação dos níveis representativos. Para o filólogo alemão, o “estilo baixo” não possibilita o aprofundamento histórico e problemático da matéria literária tratada, sendo que esta doutrina de estilos apenas irá se encerrar no século XIX com o advento do romance, em cujo gênero situações cotidianas e de condição social começaram a ser profundamente carregados de tragicidade e de problematidade histórica, instaurando o “realismo moderno”.

Em que pese esse fator, vale lembrar que a vida prosaica é apresentada a partir de um aburguesamento da representação, haja vista que o surgimento do romance moderno, ou do “realismo moderno”, para falar com Auerbach (1991), tem como característica marcante o desenvolvimento histórico da sociabilidade burguesa. A argumentação de Auerbach (1991) se direciona em declarar que, embora o realismo moderno tenha aberto caminho para a

trabalho rural de seus escravos e deixassem os ofícios para a gentilha: a vida "virtuosa", de um homem de qualidade, deve ser "ociosa" (logo veremos que é a vida de um proprietário de bens de raiz, que não "trabalha" no sentido de se ocupar em dirigir suas terras). [...] Apenas esses homens ociosos correspondem moralmente ao ideal humano e merecem ser cidadãos por inteiro: "[citando Aristóteles] A perfeição do cidadão não qualifica o homem livre, mas só aquele que é isento das tarefas necessárias das quais se incumbem servos, artesãos e operários não especializados; estes últimos não serão cidadãos, se a Constituição conceder os cargos públicos à virtude e ao mérito, pois não se pode praticar a virtude levando-se uma vida de operário ou de trabalhador braçal" (Veyne, 2009, p. 113). Percebemos, assim, o altíssimo nível de degradação a qual esta ideologia social conduziu a concepção acerca das relações de trabalho. Enquanto na sociabilidade burguesa, o trabalho assume dimensão abstrata, alienada e fetichizada, no sentido em que “o caráter das relações sociais e o caráter social do trabalho no capitalismo” passam a ser determinados por uma “função social do trabalho que substitui a das relações sociais abertas [...] em formações pré-capitalista [que] podem ser descritas como pessoais, abertamente sociais e qualitativamente particulares” (Postone, 2014, p. 177).

⁶² Seguindo a exposição de Auerbach (1991), era preponderante que a vida cotidiana ficava relegada a um estilo baixo, que lhe dava um tratamento cômico ou grotesco, o que implicava que as camadas subalternas da sociedade não eram consideradas de forma séria, enquanto o estilo alto reservava-se ao retrato dos grandes acontecimentos e figuras nobres, divinas, heroicas. Ou seja, essa separação de estilos para apreensão e representação da realidade corresponde a uma “rígida ordem social e sua divisão de classes altas e baixas. As personagens abastadas e importantes estão no centro das atenções, ao passo que as pessoas comuns ou do povo são relegadas à sorte dos que carecem de importância e valor” (Said, 2007, p. 131).

realidade prosaica entrar em cena, pouco se avançou na inclusão das classes subalternas na representação literária, uma vez que “as camadas mais baixas do povo, o povo propriamente dito, mal aparece; e quando aparece, não é visto a partir dos seus próprios pressupostos, na sua própria vida, mas de cima” (Auerbach, 1991, p. 446).

Por sua vez, como salientou Lukács (2011a), “a conquista da realidade cotidiana” é manifestação concreta da “luta da burguesia pela predominância das suas próprias formas de vida no interior da literatura” (Lukács, 2011a, p. 199). É assim que, a partir da consolidação da sociabilidade capitalista, “surge o romance realista no sentido estrito da palavra — e que, pela primeira vez, a realidade cotidiana é conquistada pela literatura” (Lukács, 2011a, p. 217). Mas, não seria justamente por esse novo gênero se voltar “decisivamente para a figuração da vida privada do mundo burguês” que ele estaria inerentemente distante e impossibilitado de figurar a vida dos trabalhadores?

O ensaio intitulado *O Romance está morrendo?*, publicado por Ferenc Fehér (1933-1994) em 1972, na época ainda um membro da Budapest School, nos possibilita apreender alguns pontos de partida para desdobrarmos. Fehér (1997) procede a uma exposição do que considera serem os “fatores [que] oferecem uma resposta a numerosas questões sobre a estrutura e a composição do romance, questões relativas à essência da compreensão da forma [...]” (Fehér, 1997, p. 86). Trata-se de seis fatores sociais: representação da produção e da economia; representação das instituições; exclusão do público; representação do cotidiano e não-cotidiano; estatuto de valores; e o caráter fortuito do indivíduo, a partir dos quais “podemos observar a dualidade de uma hostilidade crescente entre o Eu e o mundo exterior” (Fehér, 1997, p. 53).

Em face do nosso propósito, nos restringiremos sobretudo ao primeiro fator enunciado pelo autor, embora todos eles estejam, na sua perspectiva, relacionados diretamente com a crescente materialidade do mundo burguês, implicando que o mundo exterior torne-se, cada vez mais, uma convenção:

[...] com a materialidade crescente do mundo burguês, a dualidade do Eu e do seu ambiente se torna o elemento cada vez mais preponderante da estrutura do romance, [...] o sujeito empírico, o homem do romance, suporta cada vez menos — em si, em suas presunções, em seus atos — os poderes dominantes do universo, enquanto o mundo exterior se torna uma convenção, uma segunda natureza bem mais penosa de conquistar que a primeira. [...] A esfera da representação do romance se restringe à medida que a materialidade crescente degrada o orgulhoso produto da sociedade burguesa, fazendo do indivíduo livre burguês o sujeito do simulacro de liberdade, que não mais dispõe de relações “normais” com o sistema de objetivação do mundo (Fehér, 1997, p. 43-44).

A “materialidade crescente do mundo burguês” implica que o caráter social é opaco, de modo que a produção e a economia, as instituições e o público sejam excluídos da esfera de representação do romance, como ocorrerá com a própria dimensão social do trabalho, que o autor se refere como a “representação da esfera material mais elementar da existência”⁶³ (Fehér, 1997, 44). Embora breves pelo caráter ensaístico, as reflexões analíticas de Fehér (1997) suscitam nossa atenção para as formas básicas de objetividade e subjetividade que estruturam a vida social da sociedade moderna, com implicações na produção estético-cultural que precisariam ser melhor elucidadas.

Essa dimensão abstrata, alienada e fetichizada do trabalho na sociabilidade burguesa constitui em um fator tanto para a ausência de representação literária, quanto para a anamorfose ideológica. Por isso, de modo sumário, é necessário observar que a consolidação das especificidades do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo gera uma nova forma social e, por consequência, uma nova dominação e subordinação do trabalho ao capital.

O “caráter enigmático do produto do trabalho”⁶⁴ é consolidado tão logo as relações sociais de trabalho se tornam autônomas e fetichizadas. Conforme Grespan (2019), o trabalho é criador de valor, mas ele mesmo não possui valor, pois o modo de produção capitalista permite a configuração de uma “‘forma’ que se autonomiza da sua ‘substância’” (Grespan, 2019, p. 20). Se o trabalho é a substância criadora de valor, então torna-se necessário o ocultamento “em relação [a esse] princípio de origem, tornando o mundo social afeito à imagem e semelhança do sujeito que em verdade o domina” (Grespan, 2019, p. 60). Em conformidade com o autor, a forma social capitalista comanda a divisão social do trabalho pela dinâmica de fetichização do seu conteúdo material:

[...] o capital “se apresenta” na própria realidade social, de fato, como o criador das “forças produtivas” que substancialmente provêm do trabalho; desse modo, ele cria formas de prática econômica “representadas” de maneira plástica em símbolos que os agentes percebem, ou “representam” na sua imaginação, já na forma invertida pela “apresentação” original das “forças produtivas do trabalho [...] como forças produtivas do capital” (Grespan, 2019, p. 14).

⁶³ É claro que, ao mesmo tempo, não se trata de propor que antes do romance e da sociabilidade burguesa haveria uma presença massiva de trabalhadores. Conforme assinala o próprio Fehér (1997), seria equivocado acreditar que se trataria de uma defasagem do próprio gênero, posto que “a epopeia foi a arte dos *homens livres liberados do trabalho*, e o foi muito mais que o romance universalmente democrático segundo seus desígnios” (Fehér, 1997, p. 44, grifos do autor).

⁶⁴ Esse termo é referente à asserção de Marx (2013) sobre a lógica da sociabilidade capitalista: O caráter misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores [...]. [Portanto, esta relação] é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. (Marx, 2013, p. 147).

Trata-se assim, nas formas sociais capitalistas, de uma dinâmica de negação do trabalho no processo de distribuição e reprodução do valor. Por essas questões, subscreve-se a ponderação de Hitchcock (2017), de que “assim, o trabalho na cultura não é apenas a instância de representação cultural (do trabalho, dos trabalhadores, da classe trabalhadora), mas é um nó no modo como a produção e a reprodução social são entendidas” (Hitchcock, 2017, p. 7, tradução nossa), resultando daí a importância da argumentação de Grespan (2019), que esclarece ainda que à medida que desenvolve a produção e comercialização de mercadorias, a sociabilidade se distancia da verdadeira fonte criadora do valor, o trabalho, e se aproxima da propriedade privada excludente do trabalho, transformada em princípio organizador da produção e da vida social. Nesse aspecto, “o trabalho deixa de ser o eixo da sociedade, que passa a girar em torno da propriedade privada. Essa é a face mais acabada do fetichismo [...] como poder das representações em comandar o trabalho e a vida” (Grespan, 2019, p. 52).

Retomando as reflexões de Fehér (1997), observamos que o autor considera que, em decorrências dessa dinâmica das abstração das relações de trabalho, passa-se a ser mais importante os “reflexos morais” dos personagens nas situações apresentadas, do que a “transmissão do dinheiro” ou a existência de uma “profissão definida”. Para o autor,

Nesse ponto, também, o romance se torna ambivalente. Ao se afastar do domínio das atividades diretamente de subsistência, antecipa — pelo menos enquanto possibilidade, e só raramente como realização — a atmosfera de um estado social no qual as atividades de subsistência já se encontram relegadas a segundo plano, enquanto o trabalho é apenas uma ação que tem seu fim em si mesma (Fehér, 1997, p. 49).

No que tange à representação das instituições, devido ao caráter cada vez mais fetichizado e impregnado de materialidade “o homem do romance não sabe mais o que fazer com as instituições de seu mundo, ele as experimenta como sempre mais transcendentais em relação à sua própria qualidade empírica [...]” (Fehér, 1997, p. 52-53). Podendo, a nosso ver, compreender a prática social do trabalho também como uma instituição, temos aí os dois fatores de Fehér (1997) se amalgamando e constituindo “uma tendência [que] se destaca no gênero” romance, com a qual se “abandona, no plano artístico, a dimensão fundamental, elementar da existência e exclui deliberadamente da esfera da representação” (Fehér, 1997, p. 47).

Convém aqui esquematizar a fim de explicitar o caráter processual e dinâmico da exposição realizada, assinalando que: a) pensando a ficção inglesa, de certa forma em termos de origem do gênero romance, vimos via Keating (2016) que existe uma grande presença de trabalhadores, porém há uma estreiteza e limitação das práticas de representação das relações

sociais do trabalho; b) via Lukács (2011a; 2011b) e Auerbach (1991) vimos que o romance está atrelado à sociabilidade burguesa, fazendo que por mais que o gênero se debruce sobre a realidade cotidiana, permanece imune a uma problematização “séria” dos trabalhadores; c) há uma compreensão de “potências abstratas” de Lukács, que via de Fehér (1997) e Jameson (1985) são caracterizadas como uma “perda da compreensibilidade imediata”, sobretudo à esfera econômica; d) o lastro teórico dessa compressão é a dinâmica da forma-mercadoria apresentada por Marx, que Grespan (2019) e Postone (2014) confirmam que na sociabilidade burguesa moderna a prática social do trabalho se torna autônoma, abstrata e fetichizada; aspectos que ao nosso ver agudiza a problemática da representação dos trabalhadores, tendo em vista ainda a questão (e) via Williams (2011a; 1979) da “posição social” do registro narrativo.

A distorção anamórfica da realidade é a maneira como o olhar se inscreve na superfície do objeto. A questão da anamorfose ideológica implica uma reflexão analítica que leva adiante a abordagem de Lacan da anamorfose, ocorrida na sessão VII do *Seminário Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*.

Nesse Seminário, o psicanalista destaca a famosa pintura “Os Embaixadores” de Hans Holbein (1533) como um exemplo notório de anamorfose, que é frequentemente usada como um dispositivo pedagógico para ilustrar a ideia de que a visão e a imagem sempre envolvem um enigma a ser decifrado. Na obra de 1989, *O objeto sublime da ideologia*, já havia um subcapítulo intitulado “anamorfose ideológica”, mas será no ensaio *Melancolia e o Ato* [Melancholy and the Act], publicado em 2000, que o filósofo esloveno forneceu uma definição clara sobre como estava concebendo essa questão:

[...] anamorfose designa um objeto cuja realidade material é distorcida de tal forma que um olhar é inscrito em suas características objetivas. Um rosto que parece grotescamente distorcido e alongado adquire consistência; um contorno borrado, uma mancha, torna-se uma entidade clara se o olharmos de um determinado ponto de vista tendencioso — e isso não é uma das formulações sucintas da ideologia? A realidade social pode parecer confusa e caótica, mas se a olharmos do ponto de vista do antissemitismo, por exemplo, tudo se torna claro e adquire contornos nítidos — a trama judaica é responsável por todos os nossos males. Em outras palavras, a anamorfose mina a distinção entre realidade objetiva e sua percepção subjetiva distorcida; nela, a distorção subjetiva é refletida de volta no objeto percebido e, nesse sentido preciso, o próprio olhar adquire uma existência supostamente objetiva (Žižek, 2000, p. 659).

O conceito de anamorfose implica, assim, a interferência da ideologia na percepção da realidade social. No seu sentido de “mancha anamórfica” implica ter que levar em consideração a distorção como fundamental para a estrutura da representação, cujo resultado

é que a representação nunca é total ou completa devido à inscrição do sujeito que está sendo representado no próprio campo da representação.

O instigante e o essencial a se reter é que o olhar subjetivo, que é influenciado pela ideologia, adquire uma existência que parece objetiva, mesmo que seja uma interpretação distorcida da realidade. Por isso, é advertido pelo filósofo esloveno que, embora as simbolizações diferentes produzem distorções de maneira anamórfica da realidade, isso “de modo nenhum deveria nos induzir a um relativismo cultural segundo o qual a percepção do espaço social depende do grupo a que pertence o observador” (Žižek, 2017, p. 260)⁶⁵. O que deseja evidenciar é que a ideologia é parte intrínseca de como a realidade social é constituída, de modo que nossa compreensão da realidade é sempre mediada pela ideologia, considerando, desse modo, que “essa interpretação do antagonismo social como Real, não como (parte da) realidade social objetiva, permite-nos combater a desgastada linha de argumentação segundo a qual é preciso abandonar a ideia de ideologia” (Žižek, 2017, p. 259). As ideologias não são apenas uma sobreposição ou má interpretação da realidade, mas desempenham um papel fundamental na organização da realidade social, por isso “a distorção e/ou dissimulação é reveladora em si”, conforme argumenta o filósofo esloveno, justificando isso porque “o que desponta através das distorções da representação exata da realidade é o Real — ou seja, o trauma em torno do qual se estrutura a realidade social” (Žižek, 1996a, p. 31).

2.2.4 De abatedouro a abatedouro, o antagonismo traumático de uma violência sistêmica

Com as considerações acima expostas, acreditamos ter evidenciado algumas das preocupações que orientaram nossa abordagem. Com o aporte teórico-crítico do materialismo lacaniano, pretendemos dar conta de balizar a lógica interna de como a matéria ficcional do trabalho foi formalizada esteticamente.

Por exemplo, acima abordamos a anamorfose ideológica, que é algo que também permeia a noção de violência subjetiva. Žižek (2015) já propôs que pode haver uma

⁶⁵ O grande exemplo de Žižek para ilustrar, que sempre se repete, é retirado do antropólogo Claude Lévi-Strauss, em *Antropologia Estrutural*, a respeito da disposição espacial de construções e organização das moradias dos Winnebago, tribo pertencente à região dos Grandes. O exemplo é muito longo, por isso optamos por não incluir. Simplificando, a tribo é dividida em dois subgrupos, sendo que cada subgrupo possui uma representação diferente da mesma disposição espacial das moradias. É uma diferença radical entre as representações de cada grupo, que o filósofo esloveno apreende como resultado do núcleo traumático de algum antagonismo social que distorce a visão dos membros da tribo sobre a disposição real das casas em sua aldeia.

“limitação da violência a esse aspecto físico diretamente visível que, longe de ser ‘normal’, se baseia numa distorção [anamorfose] ideológica” (Žižek, 2015, p. 238). Isso, inclusive, se articula com uma das críticas que proferiu ao filme *Joker* (2019), dirigido por Todd Phillips, argumentando que o Coringa é representado com “surto violento como explosões impotentes de raiva”, que em nada significa “uma ameaça ao sistema existente” (Žižek, 2020, p. tradução nossa).

Trata-se de um dado que é importante frisar: uma obra artística pode estar utilizando a “violência subjetiva” numa anamorfose ideológica. Esse é o ponto de partida para a abordagem de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. A violência física e direta, mais visível aos nossos olhos, foi designada pelo filósofo de “violência subjetiva”. No entanto, há uma contraparte, geralmente desconsiderada, que é a “violência objetiva”, a qual está dividida em violência simbólica e violência sistêmica.

Já é clássica a lição de Žižek (2014), que advoga por “desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjetiva’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (Žižek, 2014, p. 17). A lição é importante, por isso mesmo precisa ser bem compreendida. Não é licença para redimir o narrador. É o exercício de leitura, com a atenção em como a violência possui efeito na organização formal da obra artística. Embora possamos estar *desembaraçados do engodo*, enquanto leitores, na obra o narrador pode já ter sucumbido a esse engodo. E o motivo disso vai depender de cada obra, sendo que nas narrativas do nosso *corpus* temos o antagonismo traumático vinculado à dimensão histórico-social do trabalho. Por que, afinal, o romance *De gados e homens* o narrador não se atém à violência subjetiva como o narrador de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”?

Ao propor que a violência objetiva é “invisível”, o filósofo esloveno deseja dimensionar que se vincula às inconsistências Simbólicas e sintomas de mistificações ideológicas, como é o caso, por exemplo, de se acreditar na “tese de que podemos ter o bolo capitalista global (ou seja, prosperar com empresários de sucesso) e ao mesmo tempo comê-lo (aprovar as causas anticapitalistas de responsabilidade social e preocupação ecológica)” (Žižek, 2014, p. 26). Nesse sentido, “violência objetiva” está ancorada nas suas duas dimensões: a violência simbólica incorporada em formas de linguagem e modos de simbolização, enquanto a violência sistêmica decorre do funcionamento dos sistemas econômicos e políticos.

Žižek (2014) assinala, por exemplo, uma contemporânea criação de indivíduos “excluídos e dispensáveis”, como resultado da “violência sistêmica própria às condições sociais do capitalismo global” (Žižek, 2014, p. 24). Ao mesmo tempo, como essas pessoas se sentem? Como a violência simbólica, atrelada à dimensão da violência sistêmica, constitui seus “universos de sentido”? Qual a dimensão subjetiva dessa existência descartável? Na Tese

de Matsuo, *Trabalho informal e desemprego*, a pesquisadora realizou uma abordagem etnográfica sobre a permanência de trabalhadores no mercado de trabalho informal no estudo de campo com pescadores de lagosta, colhedores de laranja e catadores de materiais recicláveis. A pesquisadora aponta ser unânime um forte “sentimento de desesperança” em relação ao futuro (Matsuo, 2009, p. 345). As promessas da sociedade salarial estão sepultadas no passado, de modo que fica o desafio em compreender como as incertezas ligadas às condições de sobrevivência, envolvendo o desemprego, podem ser compreendidas articulando o instrumental do materialismo lacaniano.

A economista Paulani (2008) pontua que a dinâmica socioeconômica brasileira está, evidentemente, alinhada com o processo atual do capital financeiro global, desde os anos 1980 quando, de forma passiva, foi vítima da chamada “crise da dívida externa”, depois de forma ativa, quando arrogou-se a resolução, a partir de meados dos anos 1990, de seu ingresso na era da financeirização como “potência financeira emergente”. Conforme a autora, trata-se de um sistema perverso, visto que engordar o capital financeiro implica diminuir o capital produtivo:

[...] dada essa lógica [...] o equilíbrio financeiro [...] está na dependência de um comportamento das variáveis macroeconômicas-chave que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores (Paulani, 2008, p. 98-99).

O antagonismo traumático que veremos não implica somente esse corte contemporâneo neoliberal, mas, sim, implica a própria formação histórica da sociedade brasileira, em sua “forma [social] perversa de progresso”, para utilizar expressão de Schwarz (1990, p. 13).

Em 2012, um ano antes da publicação do romance *De gados e homens*, haviam sido lançados dois documentos pelo IPEA otimistas. Falava-se em “bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro” (Ipea, 2012a, p. 12). Outro documento era sugestivamente intitulado *A década inclusiva*, registrando um “ciclo virtuoso de crescimento constante”. Quantos Edgares Wilson sobreviviam na degradação, conforme as narrativas aqui estudadas, enquanto se emitiu tal juízo otimista? Evocamos tais documentos, sintomas de euforia neodesenvolvimentista, justamente porque Žižek (2014) possui exemplo semelhante quando esclarece sobre a violência sistêmica, que implica compreender o próprio Capital como Real. Devido a importância do argumento, vamos aferi-lo na fonte:

[...] não podemos compreender adequadamente a primeira (a realidade social de produção material e interação social) sem a segunda: é a dança

metafísica autopropulsiva do capital que dirige o espetáculo, que fornece a chave dos desenvolvimentos e das catástrofes que têm lugar na vida real. [...] Encontramos aqui a diferença lacaniana entre a realidade e o Real: a “realidade” é a realidade social dos indivíduos efetivos implicados em interações e nos processos produtivos, enquanto o Real é a inexorável e “abstrata” lógica espectral do capital que determina o que se passa na realidade social. Podemos experimentar tangivelmente esse fosso quando visitamos um país visivelmente caótico. Vemos uma enorme degradação ecológica e muita miséria humana. Entretanto, o relatório econômico que depois lemos nos informa que a situação econômica do país é “financeiramente sólida”: a realidade não conta, o que conta é a situação do capital... (Žižek, 2014, p. 25-26).

Essa abordagem do Real como lógica do Capital pertence aos modos de Žižek articular a compreensão e aplicação do conceito lacaniano. Nesse argumento, temos o Real como as forças subjacentes e muitas vezes ocultas que determinam o funcionamento da sociedade.

Se Žižek (2014, p. 25) assinala persistência de uma “cegueira diante dos resultados da violência sistêmica”, a nossa cegueira talvez resida justamente nessas contradições antigas e irresolvidas, que do ponto de vista da precária posição social dos personagens constitui a chave da individualidade e da historicidade das obras do nosso *corpus*. Questões e contradições irresolvidas desde a formação do nosso sistema literário, pois é sempre importante não esquecer:

que, já “formado”, o nosso sistema literário coexistia com a escravidão e com outras “anomalias”, traços de uma sociedade nacional que até hoje não se completou sobre o aspecto da cidadania, e talvez não venha a se completar, o que certamente faz refletir sobre a natureza mesma daquele movimento de formação nacional (Schwarz, 1999, p. 19).

O trabalho é uma dessas questões e em decorrência das relações de trabalho submetidas à violência sistêmica, não parece descabido apreendermos como implicando um Real traumático da nossa formação histórica. Seguir esse caminho, inclusive, é evitar, conforme recomenda Žižek (1991), a “historização apressada”, pois “nos cega para o núcleo Real que retorna como o mesmo através das diversas historizações/simbolizações” (Žižek, 1991, p. 152). Um antagonismo fundamental que estaria no centro mesmo da estrutura social. Conforme o filósofo esloveno, social seria “apenas um campo inconsistente, estruturado em torno de uma impossibilidade constitutiva, atravessado por um ‘antagonismo’ central” (Žižek, 1996, p. 124).

Aqui reside o que anteriormente já designamos como a forclusão do mercado de trabalho formal na trajetória de Edgar Wilson, que implica o antagonismo traumático na dimensão do Real, resistindo à simbolização do personagem, quanto do próprio narrador. Essa forclusão do mercado de trabalho formal é o conflito fundamental, constituindo as

tensões subjacentes nas relações sociais. Em ambas narrativas, é problemática para representação, justamente por implicar um antagonismo traumático da ordem do Real. Afinal, como assinala Žižek (2011, p. 26) “o olhar neutro do observador inocente não existe”, então como o narrador dessas narrativas se posicionam?

Por isso, cada narrativa — “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens* — possui sua própria lógica interna em face disso, conforme acreditamos e esperamos comprovar. Como já adiantada anteriormente, nossa posição interpretativa é que na primeira narrativa surge a presença cativante e fascinante da violência subjetiva para mascarar esse conflito, recusando o antagonismo traumático, enquanto no romance *De gados e homens* o narrador até busca uma “confrontação com o Real do antagonismo” (Žižek, 2003, p. 46), mas as tensões acabam recalcadas; mesmo com o recalçamento, é justamente essa a maior tentativa de confrontação, que fica evidente na perspectiva diegética desse romance a condição de “o que experimentamos como a ‘realidade’ é constituído pela forclusão de um X traumático que persiste como o núcleo impossível-real em torno do qual a simbolização gira” (Žižek, 2011, 108, tradução nossa).

Cabe agora, em nosso exercício crítico, o esforço de levarmos adiante o que foi tentativa de “confrontação com o Real do antagonismo”. Para parafrasear o esloveno, um exercício crítico de travessia da fantasia, para perturbar o Real⁶⁶. Nesse primeiro momento, encarar a fantasia ideológica que mascara a inconsistência simbólica produzida pelo Real do Capital, abordando a questão do colapso da modernização, para em seguida nos debruçarmos sobre as narrativas do nosso *corpus*.

⁶⁶ Essa paráfrase está ancorada no artigo *A necessidade de atravessar a fantasia* [The Need to Traverse the Fantasy], publicado em 2015. Na conclusão do artigo, temos a seguinte argumentação: “Mas esta é realmente a lição (política) da psicanálise de Lacan? A fantasia é realmente o último recurso da política? O mínimo que se pode dizer é que a teoria de Lacan abre um outro caminho, o que se pode chamar de uma *política de travessia da fantasia*: uma política que não ofusca os antagonismos sociais, mas confronta-os, uma política que não visa apenas “realizar um sonho impossível”, mas a prática de um “discurso (laço social) que não seria o de um semblante” (Lacan), um discurso que toca/perturba o Real” (Žižek, 2016, s/p.).

CAPÍTULO III

O COLAPSO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E OS DILEMAS DE UM MERCADO DE TRABALHO EXCLUDENTE

3.1 *Precarização estrutural do trabalho e rumo à informalidade*

Um modo de compreender o período histórico-social contemporâneo, em suas determinações objetivas⁶⁷, é ter como ponto de partida a noção de “colapso da modernização”. O desenvolvimento “normal” da sociedade está agora “progredindo rumo à escravidão e ao precariado” assinala Žižek, em seu livro não à toa nomeado *A coragem da desesperança*, destacando o fato de que o “caso ostensivo de retrocesso como parte do progresso capitalista é o enorme crescimento do trabalho precário”, possibilitando, por exemplo, a “privação] dos trabalhadores de uma série de direitos que, até recentemente, eram todos tidos como autoevidentes em qualquer país que se percebesse como Estado de bem-estar social (Žižek, 2019, p. 47; 49).

Por isso, de certa forma, a reflexão gerada a partir da leitura da narrativas de Ana Paula Maia não está somente alinhadas a uma “questão nacional”, dado esse entrelaçamento desigual e combinado, havendo, então, “um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias” ao mesmo tempo em que indica “o destino da maior parte da humanidade contemporânea”, incluindo “os próprios países ricos, onde o desemprego ligado à nova rentabilidade vai criando manchas terceiro-mundistas, agora a céu aberto” (Schwarz, 1999, p. 160, p. 58; 1993, p. 134). De tal modo que, na esteira da argumentação de Schwarz (2012), parece que mesmo partindo do “valor de uma experiência cultural de periferia” ser possível “chega[r] a um resultado de peso, que de periférico não tem nada” (Schwarz, 2012, p. 49).

⁶⁷ Dentro dessa perspectiva, por exemplo, Arantes (2014) assinala uma mudança substancial no regime histórico, uma falência do horizonte de expectativas inaugurado com a Revolução Francesa — uma era de esperança em que se acreditava em mudanças fundamentais no futuro, propiciando que “o horizonte do mundo encolhera vertiginosamente e uma era triunfante de expectativas decrescentes principiara”, conforme o autor assinala e esclarece, sintetizando que “[...] linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se o horizonte do não experimentado” (Arantes, 2014, p. 8).

Em uma entrevista, ao ser indagado sobre as transformações recentes do capitalismo, Schwarz (2019) levantou o instigante “fato de que, de alguma maneira, o Brasil está se tornando hoje um país de vanguarda. Algumas das soluções que estão sendo encontradas no Brasil — provavelmente, as mais desagradáveis — devem ser soluções de vanguarda no mundo contemporâneo, vanguarda no sentido dos rumos do capitalismo, claro” (Schwarz, 2019, p. 46). Assim, as “expectativas são decrescentes” em que não se vislumbra o progresso, pois essa noção de “vanguarda do atraso” implica que a realidade da periferia transforma-se em “laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo”, conforme assinalou Arantes (2004, p. 77), observando ainda, nesse aspecto, que “o nosso trabalho informal em *metástase* anuncia o futuro do setor formal mundo afora, está aqui um dos grandes laboratórios em que a Terceira Revolução Industrial, regime financeiro da acumulação etc., precipitou a universalização de trabalho abstrato” (Arantes, 2007, p. 223).

Na obra *Condição Pós-moderna*, Harvey (1992) cunhou a expressão “acumulação flexível” para caracterizar esse novo regime de acumulação contemporâneo, iniciado em 1980, que envolvia “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual”, provocando “uma radical reestruturação” do mercado de trabalho⁶⁸. Por um lado, temos como resultado, por exemplo, aumento do nível “de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘ficcional’)” (Harvey, 1992, p. 10-141). Por outro lado, temos a busca da mais-valia absoluta ao estender a jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, reduzir o padrão de vida dos trabalhadores por meio da erosão dos salários reais. A subcontratação, os “sistemas flexíveis” e outras inovações produtivas desenham uma nova morfologia do trabalho, caracterizada por sua precariedade estrutural.

Uma síntese que dimensiona todas as implicações dessas transformações é feita por Antunes (2009a), quando expõe que

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões

⁶⁸ Com o declínio do binômio fordismo/taylorismo desde o fim da década de 1960, a economia e sociabilidade passaram por diversas mudanças. Não é ocioso lembrar que a categoria trabalho ocupou um lugar preponderante e central nas reflexões dos clássicos da sociologia, com Marx, Durkheim e Weber (Cardoso, 2008), mas perdeu lugar a partir do fim da década de 1960, principalmente com o acontecimento, como destaca Harvey (1992), da recessão de 1973, que “pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (Harvey, 1992, p. 140). O caráter dessas reestruturações mobilizou teóricos em busca de compreensão e prognósticos, levando a diversas denominações no campo sociológico: sociedade pós-industrial (Bell, 1977), pós-fordista (Negri e Lazzarato, 2001), sociedade do conhecimento (Gorz), sociedade informacional (Castells, 1999), segunda modernidade (Giddens, 1991), pós-social (Touraine, 2011), pós-modernidade (Harvey, 1992), novo capitalismo (Sennett, 2006), modernidade líquida (Bauman, 2001) e sociedade do risco (Beck, 2018), que são alguns conceitos, entre outros, que foram propostos para dar conta de um mesmo acontecimento: o enfraquecimento da sociedade industrial, responsável pela consolidação do sentido moderno de trabalho (Gorz, 1992; Arendt, 2009).

na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (Antunes, 2009a, p. 15).

Temos uma implosão da sociedade salarial no dito “centro” do sistema, para a qual a expressão que melhor traduz o fenômeno descrito foi a de Robert Kurz. O termo “colapso da modernização” foi popularizado pelo filósofo alemão Robert Kurz para indicar, em resumo, um novo padrão de produtividade que dispensou o trabalho formal, de modo que o dilema contraintuitivo apresentado é a ausência de exploração capitalista do trabalho, mediante uma progressiva automação do processo de produção. Com a queda dos países do Leste Europeu, o autor considerava que, longe de sinalizar o triunfo final do capitalismo ocidental, era apenas uma etapa no colapso gradual de uma economia mundial baseada na mercadoria, no valor, no trabalho abstrato e no dinheiro (Kurz, 1993a).

Dentro do escopo da presente pesquisa, o aspecto que focalizamos é o “da crise do trabalho assalariado fordista em declínio”, enquanto impossibilidade de “absorver massas suficientes de mão-de-obra”, que resulta em uma das implicações do “colapso da modernização”, com um retesamento mais trágico em sociedades periféricas. Este é justamente o aspecto que Schwarz (1999) recupera em vista da sociedade brasileira, enquanto esgotamento dos paradigmas da modernização e do desenvolvimentismo. Na sociedade brasileira, em decorrência da dimensão periférica da sua estrutura econômica, ainda nem havia se consolidado, ainda nem havia sido “construído”, afinal o ciclo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro não se completou entre as décadas de 1930 e 1970, quando o Brasil mais avançou seu projeto de industrialização⁶⁹. “A informalidade, cujo fundamento último é a fratura social, ou seja, a integração precária e a falta de direito dos pobres”, conforme assinala, com efeito, Schwarz (2012, p. 127).

Decorre daí que a expressão “colapso da modernização”, conforme compreendia por Schwarz (199), está implicando um esgotamento dos paradigmas da modernização e do desenvolvimentismo, que resulta em alteração da morfologia do trabalho e, sobretudo, em uma compreensão sobre a inviabilidade de novos projetos desenvolvimentistas, o que implica

⁶⁹ O relato de Flávio é revelador nesse sentido. A dissertação *A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva*, de 2008, possui pesquisa de campo com alguns trabalhadores, sendo que Flávio, que na época possuía 38 anos, discorre sobre suas lembranças de trabalho ao fim dos anos 1990: “Eu vim conhecer São Paulo quase depois de 2000, pra andar assim pela cidade, porque você sabe que garçom trabalha sábado, trabalha domingo, trabalha feriado... Então, assim, dificuldade assim eu nunca tive, só assim de conhecer a cidade e estudar. Até 2000 eu só tinha 4ª série. Era muito difícil com o emprego na churrascaria. Garçom nunca tem tempo. Você vai pro almoço, você entra às oito, sai às três, descansa um pouco, e volta às cinco e sai quando fecha a casa. [...] *Direito trabalhista então... É péssimo. Como eu disse, eles não gostam de pegar gente daqui pra não pagar os direitos trabalhistas*. Então, eles vão lá no Sul e os caras lá por isso mesmo. E que eu acho a maior sacanagem porque eles geralmente vão lá cidadezinha pequena e diz “olha, tô precisando assim, tantos garçons pra trabalhar em Santo André”, aí fala assim, “pra ganhar dez salários mínimos”, aí tu pega e vai lá, cheio de ilusão, aí tu chega aqui e vê que a realidade não é essa, que tu vai ganhar um salário mínimo, dois, aí eles não deixam tu saí, *tu fica que nem um escravo aqui*” (Flávio *apud* Silva, 2008, p. 137, grifos nosso). A memória é sempre de registros de superexploração e de fragilização da condição salarial. O relato de Flávio frisa bem que direitos sociais e do trabalho sempre foi uma utopia. Sem sombra de dúvida e infelizmente, situações piores existem. Por sua vez, a reclamação de Flávio é indicativa do que Cardoso (2019) formulou de forma cristalina: “A consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência *do direito a seus direitos*, cuja efetividade esteve sempre em processo, e nesse sentido, foi sempre e renovadamente, utópica” (Cardoso, 2019, p. 226, grifos do autor).

a informalidade como um dado estrutural da sociedade contemporânea brasileira. Condição que intensifica a trágica experiência de sujeitos descartáveis, como é o caso dos personagens Edgar Wilson, Emetério, Burunga, por exemplo, cujas forças de trabalho, conforme acreditamos, estão na informalidade, fora do mercado formal, com a consequência de uma superexploração.

Ou seja, se na sociedade brasileira não houve uma generalização do assalariamento (Braga, 2012; Cardoso, 2019; Oliveira, 2003; Schwarz, 1999, 2019; Telles, 2010), a partir dos anos 1990 ocorre ainda uma significativa elevação do desemprego e desregulamentação das relações de trabalho (Antunes, 2006, 2009a, 2009b; Paulani, 2008; Pochmann, 2001, 2002; Telles, 2010), de modo que, se isto já tem efeitos fortemente deletérios em sociedades europeias nas quais se havia avançado o estado de bem-estar social (Beck, 2018; Antunes, 2009b; Boltanski e Chiapello, 2009; Castel, 2001; Castells, 1999; Dubar, 1988; Harvey, 1992), na sociedade brasileira vê-se o agravamento da já descomunal desigualdade da estrutura do país⁷⁰.

A perspectiva diegética do romance *De gados e homens* apresenta uma formulação estética de representação da degradação das condições do trabalho e do colapso de esperanças de se alcançar qualquer possibilidade de mobilidade social por meio do mercado formal de trabalho. São importantes questões, dado o vínculo entre o modo de construção dos sujeitos e a posição social que ocupam, adquirindo maior relevância e complexidade se não esquecermos o longo lastro histórico-social que essas questões possuem e que estamos buscando demonstrar — em vista de propor que a matéria do trabalho estilizada na novela “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e no romance *De Gados e Homens* pode ser compreendida como componente de um problema formal no qual se “reduzem estruturalmente” dilemas históricos referentes às relações sociais de trabalho que, por sua vez, também implicam dilemas da representação.

3.2 *Antagonismo traumático e as fraturas subjetivas de uma fração de classe degradada*

⁷⁰ Ou, dito de outro modo por Braga (2012), “se a precariedade parece estar se transformando em um ‘registro regular da organização do trabalho’ (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais” nos países capitalistas avançados, “a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema” (Braga, 2012, p. 19).

O trabalho é uma das feições decisivas dos dilemas do processo de modernização nacional, no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global⁷¹. Na sociedade brasileira, a incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista do mercado de trabalho foi deficitária, privando o grosso da população da cidadania regulada pelo mercado de trabalho formal. Implica o que Oliveira (1990) situou como uma “economia sem alteridade sociopolítica” para população trabalhadora, que sobrevive em precária regulação das relações capital-trabalho, do que sobrevém um “estado de mal-estar social” caracterizado pela baixa inclusão aos direitos sociais propiciados pelo trabalho formal.

O mercado de trabalho formal foi uma promessa que gerou esperanças de proteção social, — mas não passou disso, conforme se depreende dos estudos de Cardoso (2010; 2019), para quem esta questão é considerada como a “utopia brasileira”, dado o fato de que, no Brasil, o “assalariamento protegido pelo Estado jamais se generalizou” (Cardoso, 2019, p. 4), se constituindo apenas em “momento efêmero nas trajetórias de vida da imensa maioria dos brasileiros” (Cardoso, 2019, p. 376).

Esse é um ponto importante a se expor e compreender. A industrialização retardatária foi marcada com poucas medidas que buscassem a integração de expressivos setores da classe trabalhadora, devido ao processo de aceleração da modernização, que levará, conforme Oliveira (2003), a um enorme distanciamento dos rendimentos ao capital e ao trabalho:

(...) na verdade, o processo de reprodução do capital “queima” várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho. Este fator, somado às leis trabalhistas, multiplica a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos — questão até certo ponto conjuntural — mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação ao trabalho (Oliveira, 2003, p. 67).

Esse “queimar etapas” possui resultados, então, como exigência da exclusão social dos pobres para se constituir o próprio modo de inserção do país na divisão internacional do

⁷¹ Uma trágica experiência que, conforme argumenta Schwarz (2019), implica uma modernização cujos ganhos sociais são restritos a uma parcela da população, resultando na característica de que “a maior parte dos pobres não é realmente explorada no sentido pleno do capitalismo, embora eles evidentemente sejam vítimas do desenvolvimento capitalista” (Schwarz, 2019, p. 123). O que esse apontamento de Schwarz (2019) indica são os dilemas de uma “industrialização que não se completou”, no sentido do truncamento da configuração do mercado de trabalho: “[...] os pobres no Brasil nem mesmo são trabalho potencial do ponto de vista do investimento lucrativo. O capital não tem possibilidade nem intenção visível de explorá-los. Eles são simplesmente abandonados, o que é muito pior. [...] Se observar o Brasil, vai sentir intensamente que os pobres gostariam de trabalhar para entrar no mercado de trabalho e conquistar um mínimo de reconhecimento social. Mas não há trabalho para eles” (Schwarz, 2019, p. 124; 135). Implica-se, nessa condição, que as consequências sociais regressivas se mantenham, o paternalismo e as relações de clientela não são derrotados pela instauração do trabalho assalariado, aumentando a assimetria entre as classes, dado que uma burguesia em grande parte nascida da própria classe proprietário de terras e derivada da ordem senhorial-escravocrata não poderia deixar de reproduzir seus modos seculares de sociabilidade nas interações decorrentes da produção moderna.

trabalho. Compreende-se, assim, a precarização estrutural do trabalho como característica da modernização periférica, que reproduz a insegurança proletária.

Dessa maneira, fica relegado como ingênua a noção de superação das disparidades sociais por meio do aprofundamento das relações capitalistas, cujo núcleo ideológico consiste em entender a modernização como “uma questão de defasagem a ser superada linearmente como que vence etapas previamente traçados pelo percurso das sociedades hoje plenamente modernas” (Arantes, 1992, p. 26).

A constatação é de um colapso da modernização. A noção de colapso visa caracterizar que já não se trata, conforme enfatiza Arantes (1996), de levar em consideração a “ladainha da modernidade incompleta”, no sentido de pensar a formação e o desenvolvimento do Brasil em termos de “construção-nacional-interrompida”, ou de modernidade incompleta em vista da perspectiva de que “os novos padrões tecnológicos podem ser alcançados mediante um ajuste etc. etc. (...) Deu no que deu, como sabemos, a modernização já se completou faz tempo, ela é isso mesmo que está aí, promessa não cumprida realmente existente [...]” (Arantes, 1996, p. 135). Tal constatação, porém, não implica no apagamento do específico da formação social brasileira, sua especificidade histórica, como certa “ideologia da globalização” (Cevasco, 2014) a requer e cujo aspecto condensa-se, por exemplo, como mostra Schwarz (2012) acerca das “*leituras em competição*” em torno de Machado de Assis, em que se visualiza contemporaneamente uma operação de universalização da obra machadiana “acima e fora da história, indiferente às particularidades e aos conflitos do país” (Schwarz, 2012, p. 13). Seguir esse caminho é embarcar “na canoa furada do cosmopolitismo vazio”, ironiza Cevasco (2014, p. 290), ressaltando que a reflexão sobre a matéria brasileira se faz pertinente, ao contrário da “ideologia da globalização de apagamento da história”, pois “é central para uma crítica materialista o esforço de ligar a ordenação do mundo estético às ordenações históricas reais e avaliar uma à luz da outra” (Cevasco, 2014, p. 290).

Assim, temos “o ponto de vista histórico da formação” (Arantes, 1997, p. 96) que implica a reflexão crítica sobre as especificidades e contradições sobre a realidade histórica da cultura e formas de sociabilidade brasileira. Um exemplo desse aspecto é quando Cevasco (2014) enfatiza que as críticas literárias de Schwarz possuem “como pano de fundo a reflexão de como a arte estrutura e propaga as ambiguidades e desacertos da modernização à brasileira” (Cevasco, 2014, p. 193).

É, portanto, desse contexto de colapso do horizonte do processo de modernização que gostaríamos de derivar uma síntese histórica para balizar nossa leitura analítica. Conforme Schwarz (1999) argumenta, costuma-se

esquecer, que o caráter irreal e o deslocamento da modernidade no Brasil não decorrem da incultura das elites, mas da situação apartada e da falta de direito em que vivem os pobres. Esta é a chave de quase todos os problemas políticos e estéticos do país. Não digo isso para desmerecer, mas por convicção de que sem entrar por aí não se entende nem se resolve nada (Schwarz, 1999, p. 225).

É, pois, aqui que queremos “entrar”, buscando ir tão longe quanto possível nesse rastro de construções em ruínas, conforme algumas das epígrafes que abriram esta pesquisa, que é o malogro do projeto modernizador que visava trazer a massa da população ao mapa da cidadania.

Ao acreditarmos que esse colapso do horizonte de modernização implica a historicidade das narrativas analisadas, vemos uma passagem decisiva do diagnóstico que Schwarz (1999) elabora em relação aos impactos da mundialização do capital, com sua onda neoliberal, na formação social brasileira:

A falência do desenvolvimentismo [...] abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. [...] Considerada desse ângulo, a desintegração nacional não é uma questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo. As fragmentações locais são o avesso do avanço contemporâneo e de seu curso cada vez mais destrutivo e unificado” (Schwarz, 1999, p. 160).

A passagem se encontra em “Fim de século”, ensaio no qual Schwarz (1999) debate sobre a contemporaneidade brasileira, situando-a a partir da desintegração do projeto desenvolvimentista, que reverberou em diversos campos da vida social, inclusive com suas implicações para a reprodução do barateamento da força de trabalho urbana e industrial.

Nesse aspecto, o “período contemporâneo” situado por Schwarz (1999) pede reflexões sobre os “desacertos da modernização à brasileira” (Cevasco, 2014) legado pelos anos de dinâmica governamental da Ditadura Civil-Militar. Na esteira do autor de *Que horas são?*, Franco e Carvalho (2021) esclarecem que a ditadura civil-militar contribuiu decisivamente tanto ao constante barateamento da reprodução da força de trabalho quanto a crescente perda de direitos da maioria da população, na mesma proporção em que adotava medidas destinadas a intensificar o processo de industrialização. Assim, essa desagregação das possibilidades democráticas e integradoras da modernização se caracterizou, para Schwarz (1999), pela concretização de uma industrialização sem a realização das “promessas políticas e civilizatórias que se costuma associar ao desenvolvimento econômico” (Schwarz, 1999, p. 99).

Encontra-se certo complemento à essa noção de “promessas civilizatórias” em argumentação de Arantes (2014), quando reflete que o Golpe de 1964 constituiu “uma ruptura irreversível de época”, de modo que

À luz dos seus próprios critérios civilizacionais, um padrão evolutivo foi irrecuperavelmente quebrado pelas elites condominiadas em 1964. Mesmo para os padrões brasileiros de civilização, pode-se dizer que a Ditadura abriu as portas para uma reversão na qual Norbert Elias poderia quem sabe identificar o que chamou por vezes de verdadeiro processo descivilizador (Arantes, 2014, p. 284-285, grifo do autor).

Uma “ruptura de época” instaurada por um “processo descivilizador”, vale dizer, como um processo aberto de regressão social e com formas regressivas de sociabilidade que consolida “um inédito Estado de emergência econômico permanente” (Arantes, 2014, p. 228).

Ou seja, uma “ruptura de época”, porque as consequências ainda estão aí, constituiu o estado da matéria brasileira em nossos dias, como perspicazmente o psicanalista Ab'Sáber (2010) ponderou, observando que “menos a própria ditadura”, é lícito “dizer que o que restou da ditadura militar foi simplesmente tudo”, no sentido em que:

O Brasil continua sendo um país extremamente excludente e fortemente autoritário, com controles particulares do espaço público, confirmando a sua incapacidade profunda de reparar a clivagem social radical de sua origem. Tudo isso, o velho Brasil arcaico de uma ordem de senhores absolutos e de cidadãos que são objetos absolutos, hoje em dia falsos cidadãos disponíveis para tudo, em nossa origem histórica escravos, não foi, para o meu gosto, suficientemente alterado por nossa república democrática danificada, embora tenha sido recoberto por uma textura fetichista e nova, advinda do mercado internacionalizado, muito pouco estudada criticamente, o segredo geral de nosso tempo, única universalidade falsificada que se conhece: a de uma ordem de espetáculo rebaixada, que parece dar destino definitivo para o déficit de constituição de um sujeito moderno entre nós, imbuído de direitos e de práticas políticas positivas (Ab'Sáber, 2010, p. 193).

Uma “clivagem social radical” que implica, entre outras mazelas, o “déficit de constituição de um sujeito moderno”, lembra, então, aquela “promessa desenvolvimentista” tomada como ponto de partida por Schwarz (1999), pois era a promessa da “sociedade nacional integrada”, preocupada com o “destino dos oprimidos e excluídos” a fim de trazê-los “ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna” (Schwarz, 1999, p. 156).

Em conformidade com o autor, as consequências funestas da perda de possibilidade de equacionar trabalho, direitos e cidadania ficou evidente a partir do final dos anos 1980:

O ciclo chegou ao fim com os dois choques do petróleo, a crise da dívida e sobretudo com os novos saltos tecnológicos e a globalização da economia, que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem. Nos anos 80 ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma idéia vazia, ou melhor, uma idéia para a qual não havia dinheiro. Nas novas condições de tecnologia, as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis. O nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação — e começava o período contemporâneo, que para os efeitos deste seminário poderíamos chamar de “nosso fim de século” (Schwarz, 1999, p. 158).

O “ciclo” ao qual ele se refere é o período caracterizado pelo projeto nacional desenvolvimentista de superação do “atraso”⁷². Tendo em vista o desenvolvimento desigual e combinado, os anos 1980 marcam o caminho de consolidação estrutural da informalidade. De acordo DeDecca (2005) e Pochmann (2002), nos anos 1980, aproximadamente metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social constituído em 1940⁷³, permanecendo, assim, no baixo grau de proteção social por meio do qual se reproduziu um mercado de trabalho pouco institucionalizado, marcado pela presença extensa de contratos de trabalho estabelecidos informalmente.

Atendo-se às mudanças históricas das estruturas da economia nacional, mediante o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da ascensão da estrutura produtiva urbano-industrial nos anos 1930, Oliveira (2003) afirma que a instauração da legislação trabalhista naquele período foi de suma importância na estruturação de um novo modo de acumulação de capital. Em conformidade com o autor, a população migrada para as cidades precisava ser transformada em “exército de reserva”, dado a necessidade de adequação à reprodução do capital pela ótica do novo modo de acumulação nascente: “[...] de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a

⁷² Para tornar um pouco mais clara a questão, podemos voltar brevemente ao campo econômico e verificar que houve um bloco integrado de políticas industrializantes que, a partir do final dos anos 1950, permitiu “uma verdadeira revolução no aparelho industrial” (Cano, 2000), permitindo um expressivo avanço em infraestrutura no país. Tal condição, para Cano (2000), malgrado contradições, possui uma diversificação industrial e elevação da taxa de crescimento econômico nada desprezíveis: “Os desperdícios (e a corrupção) gerados pelo processo de endividamento foram elevados, mas ainda assim o financiamento [externo] pôde bancar parte dos projetos nacionais de então (agroindústria, petróleo, insumos básicos, indústria pesada, infraestrutura etc.), alterando suas estruturas produtivas e suas pautas exportadoras, com participação crescente de produtos industrializados. A rigor, o Brasil foi o país que melhor utilizou as chances desse momento, ao fim do qual mostrava a indústria mais integrada da América Latina”. (Cano, 2000, p. 25). Decorreu dessa conjuntura o sentimento de euforia que tão bem Mello e Novais (1998) circunscreveram, sinalizando o otimismo com a possibilidade do país se tornar uma “nação moderna”: “Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns poucos momentos, foi mudando a sua forma. Na década de 1950 alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”. Havia certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade” (Mello e Novais, 1998, p. 560).

⁷³ Embora na década de 1930 tenhamos presenciado o início da predominância da estrutura produtiva de base, cuja materialidade manifesta-se como urbano industrial, a participação da renda interna não se realiza até 1950, quando a renda do setor industrial irá superar a agricultura; as tentativas de uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho se esboçam somente na década de 1940 (Furtado, 1977; Oliveira, 2003; Cano, 1990).

legislação trabalhista igualava reduzindo— antes que incrementando— o preço da força de trabalho” (Oliveira, 2003, p. 37-38).

Em vista disso, Oliveira (2003) argumentou que certo desemprego estrutural foi benéfico ao tipo de acumulação escolhido e funcional à geração de um mercado de trabalho de baixíssima remuneração, espaço de proliferação das inúmeras formas de trabalho “subterrâneo”, informal e precarizados. No final da década de 1980, já se observava o movimento de elevação da informalidade, como consolidação desse movimento. De acordo com Sabadini e Nakatani (2002), o período conhecido como a “década perdida”, vide as baixas taxas de crescimento econômico e elevada dívida externa, foi caracterizado pelo aumento do trabalho informal que, de 36,6% em 1986, saltou para 37,6% em 1990, chegando à casa dos 50,8% em 2000. Segundo Oliveira (2000), no início dos anos 2000, cerca de 48% da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra trabalhando não possui um contrato formal de trabalho. A informalidade é um processo que está em crescimento “[...] não apenas como uma forma de subemprego disfarçado, mas como a tendência central do mundo do trabalho no Brasil” (Oliveira, 2000, p. 13).

Pochmann (2002) também situa na década de 1980 a explicitação da inviabilidade da permanência da consolidação do mercado de trabalho na sociedade brasileira, de modo que desde então até “os dias de hoje, observa-se um movimento geral de precarização do mercado de trabalho”, aspecto que implica evidenciar a dinâmica de “redução na capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existentes, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da subutilização da força de trabalho” (Pochmann, 2002, p. 52). Nessa condição, o mercado de trabalho apresentou sinais significativos de desestruturação, sendo que, por exemplo, “de cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro”, aspecto que registrou, portanto, a tendência do crescimento do setor informal na economia brasileira (Pochmann, 2002, p. 72-73).

Uma característica que não se extinguiu com o “desenvolvimento lulista” (Singer, 2012; 2016; 2018). A forclusão do mercado de trabalho formal na trajetória de Edgar Wilson é artisticamente concebida, justamente, no recente ciclo desenvolvimentista operado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A economista Paulani (2008) assinalou que em 2004, findo o primeiro ano do governo Lula, obteve-se “resultados desastrosos no que se refere a crescimento econômico e geração de emprego” (Paulani, 2008, p. 9), o que já marcaria os impasses posteriores em decorrência de um modelo macroeconômico aderido à regulação rentista e ao discurso neoliberal que dificultou “a expansão industrial” (Paulani, 2008, p. 143). A partir de 2008, Singer caracteriza que foi buscado acentuar o caráter

progressista de uma experiência desenvolvimentista, cujo panorama segundo o autor é o período 2008-2014 (Singer, 2012; 2016; 2018).

Esse período é praticamente o mesmo período em que Ana Paula Maia se ocupou de representar questões ligadas ao trabalho em sua produção artística. Quando publicou, em 2013, o romance *De gados e homens*, já estava praticamente evidente, conforme Braga (2016), o “esgotamento do modelo de desenvolvimento lulista apoiado, sobretudo, na exploração do trabalho assalariado, [e que] o governo Dilma Rousseff decidiu atualizar o regime de acumulação priorizando a estratégia de espoliação social” (Braga, 2016, p. 91). Em síntese esclarecedora desse período, Braga ressalta as frustrações com os resultados do assalariamento formal;

O ciclo de formalização do trabalho da última década [2003-2013] promoveu a impressão de que a proteção social do trabalhador estaria avançando, quando, na realidade, uma nova onda de mercantilização do trabalho enraizava-se na base do modelo de desenvolvimento brasileiro. O desentendimento é compreensível. Afinal, até meados dos anos 1990, tendo em vista a importância da indústria de transformação no PIB, a precariedade associava-se, sobretudo, à informalidade devido ao fato de a dinâmica nacional de criação de empregos localizar-se na faixa entre três e cinco salários mínimos. No entanto, o deslocamento dos empregos para o setor de serviços privados, ainda que formais, concentrou os novos postos na faixa até 1,5 salário mínimo. Em outras palavras, a classe trabalhadora, mesmo no *boom* de criação de empregos formais, isto é, entre 2004 e 2008, continuou oscilando entre o improvável acesso a um emprego estável e de qualidade e a inevitável “viração”, ou seja, o recurso a todos os meios disponíveis de criação de renda, tão característicos do cotidiano dos trabalhadores acantonados nas periferias dos centros urbanos brasileiros. Trata-se de uma condição inerente à insegurança e à violência que caracterizam o modo de vida dos trabalhadores precários (Braga, 2016, p. p. 75-76).

A própria maneira de acesso ao mercado formal, então, já implicava modos que dificultava “qualquer possibilidade de mobilidade social”, resultando na contradição de que, mesmo em período desenvolvimentista, “a combinação entre formalização e precarização do trabalho [foi] característica da era Lula” (Braga, 2016, p. 79). Dessa maneira, portanto, o sociólogo argumenta que “o novo emprego formal transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade” (Braga, 2016, p. 76).

Assalariamento precário, restringindo os avanços da cidadania aos estratos mais subalternos, reside na própria violência sistêmica, que proporciona a informalidade como regra, como peça fundamental e estruturante das relações sociais e do processo de acumulação capitalista. Esse, enfim, o “período contemporâneo” como situa Schwarz (1999), no qual a “sociedade que se reproduz segundo a lógica da desintegração” (Arantes, 2014, p.

336), não seria mais uma etapa histórica a ser superada, mas uma formação capitalista situada na periferia, a tal ponto que, conforme Oliveira (2003) concluiu, “o subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia” (Oliveira, 2003, p. 131).

Todos os traços, tomados conjuntamente, constituem um aspecto significativo da condição da historicidade contemporânea da sociabilidade brasileira, que tem seu lastro histórico com características singulares do processo e com os desacertos da modernização da organização social brasileira. A razão de base para enfatizarmos esse aspecto é acreditarmos, pois, que ele revela “uma problemática social ligada ao sistema específico das diferenças sociais brasileiras” (Schwarz, 1999, p. 229), possuindo caráter fundamental para apreendermos o modo como a matéria social do trabalho é “reduzida estruturalmente” no resultado artístico do romance de Ana Paula Maia.

Assim, o progresso de uma “sociedade salarial” foi truncado, com reprodução de desigualdades, sinalizando necessárias reflexões sobre os dilemas da modernização periférica brasileira, que ainda carrega, por sua vez, o lastro histórico da “articulação contraditória de escravidão e capitalismo, à qual devemos nossa formação nacional” (Arantes, 1992, p. 79). As atuais tendências de precarização e desregulamentação do mercado de trabalho possuem ligações com os dilemas da formação social brasileira e suas modernizações autoritárias. Referindo-se a esse “ritmo singular de sua formação histórica”, Pasta Júnior (2011) argumenta “que a crítica e a historiografia literárias ainda estão longe de extrair todas as consequências da centralidade da questão da modernização para a análise de seus materiais próprios” (Pasta Júnior, 2011, p. 64-65).

Esse é um ponto fundamental para esta pesquisa. Queremos, então, “extrair essas consequências” em relação às narrativas selecionadas, equacionado essas consequências da modernização, em âmbito das relações de trabalho, que pertence também à hipótese central defendida nesta Tese.

CAPÍTULO IV

“ENTRE RINHAS DE CACHORROS E PORCOS ABATIDOS”: VIOLÊNCIA SUBJETIVA E O SIGNIFICANTE-MESTRE COMO ESTRUTURADOR DE UMA TRANSGRESSÃO INERENTE

Na fortuna crítica de Ana Paula Maia, comumente se argumenta que o “choque da violência” (Telles e Kunz, 2020) presente na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é subversiva e denunciadora. E se o oposto for verdade?

Será que essa violência subjetiva que choca não é recurso, justamente, para domesticar uma pior dimensão do Real? Será que a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” implica uma percepção de que o estilo brutalista passou a ser descafeinado? Ou melhor formulando, não encontramos cada vez mais no mercado editorial a possibilidade de consumir um brutalismo descafeinado?

A questão da “linha do café descafeinado” (Žižek, 2004) é uma metáfora recorrente em trabalhos do filósofo esloveno, em alusão ao fato de que na sociabilidade contemporânea se retira dos produtos que consumimos suas substâncias nocivas. Temos uma “religiosidade descafeinada” e também nos deparamos com “um marxismo que abre mão da premissa emancipadora central do marxismo (marxismo verdadeiramente descafeinado, privado do âmago subversivo)” (Žižek, 2011a, p. 195).

Desse modo, o filósofo esloveno argumenta que “hoje encontramos no mercado” uma série de produtos desprovidos de suas propriedades nocivas: “café sem cafeína, cerveja sem álcool [...] passando pela redefinição contemporânea da política como a arte da administração, ou seja, a política sem política” (Žižek, 2003, p. 25).

Visa-se o estabelecimento de um “gozo descafeinado”, que se consolida com uma experiência sem “vigor subversivo” e, conseqüentemente, uma transgressão da Lei em nome da Lei (Žižek, 2003, 2012c). Com base nesse raciocínio, ponderamos o uso da expressão *brutalismo descafeinado*, associando com a possibilidade de que a violência que o brutalismo pretende usar, em decorrência de sua incorporação à lógica do mercado editorial, pode ocorrer de ficar “privado de sua substância perigosa” (Žižek, 2012c).

O estilo “brutalista”, conforme termo cunhado por Bosi (2006) tendo em vista o escritor Rubem Fonseca, é uma maneira de escrever que se formou no Brasil pós-64, que

apresentava caráter crítico, mas que a partir dos anos de 1990 perdeu seu potencial quando ocorreu sua aceitação mercadológica (Otsuka, 2001; Pellegrini, 1999, 2004, 2018).

Para os estudos literários, implica reconhecer que, no mercado literário, “as formas de violência se transformaram em valiosa mercadoria”, como destaca Pellegrini (2018). Dentro desse debate, parece-nos haver possibilidade de propor o estilo brutalista como um Significante-mestre, numa espécie de naturalização e enfraquecimento na exposição da violência como elemento crítico. A noção de Significante-mestre trabalhada pelo esloveno é esta, de um ponto de referência central, conferindo coesão e legitimidade das relações de significado. E nisto parece estar certo modo de incorporação de sujeitos subalternos em produções literárias, como se só pudessem ser representados pelo estilo brutalista, como “Significante-mestre que *basteie* a totalidade desse campo e estabilize sua significação” (Žižek, 2001, p. 199, grifo do autor).

A necessidade e importância de nos atermos a essa percepção advém da nossa atenção à própria trajetória da carreira artística de Ana Paula Maia. Percebe-se que a escritora estava incorporando os trabalhadores e a matéria do trabalho em sua produção ficcional, ao mesmo tempo em que recorria a um estilo hegemônico, sendo possível que decorram disso os limites e impasses na construção da voz narrativa.

Ou seja, se considerarmos a lição žižekiana de que o “Significante-mestre age na ideologia [...] serve de suporte fantasmático para proposições ideológicas” (Žižek, 2008, p. 62), podemos evidenciar uma configuração contraditória da voz narrativa em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”.

4.1 *O narrador e fascínio pela violência subjetiva*

Com “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, inicia-se o que acreditamos poder ser considerado a segunda fase de produção ficcional de Ana Paula Maia. Existe uma simultaneidade nessa inflexão autoral que adquire importância crucial, pois é uma nova posição de aprofundamento na temática do trabalho, bem como apreendemos a preferência pela violência subjetiva para abarcar essa experiência. Atentar para essa simultaneidade implica lançar luz à complexidade da narrativa, enquanto problematização do ponto de vista narrativo, e discutir as especificidades das soluções formais em relação à representação do que havia sido enunciado como empreendimento ficcional. Aqui, nos referimos ao Prefácio da obra, no qual, com clareza, é enunciado um empreendimento ficcional sobre a experiência do trabalho.

Observa-se no Prefácio a elaboração de um discurso que visa convencer de uma busca em explorar e experimentar uma linguagem literária no tocante às experiências precárias de trabalho, que serviriam de matéria que se objetiva alcançar, por meio da vulnerabilidade de personagens “que trabalham duro, sobrevivem com muito pouco, esperam o mínimo da vida e, em silêncio, carregam seus fardos e dos outros” (Maia, 2009, s./p.). São personagens que, devido a essas condições, possuem uma “amarga vida”, indicando experiências de vidas sociais pouco comunicáveis. A enunciação estabelece uma aproximação entre personagens e o narrador, sendo que este busca destacar a clareza face à realidade que lhe serve de matéria: “toda imundície de trabalho que nenhum de nós quer fazer, eles fazem, e sobrevivem disso” (Maia, 2020, s./p.).

Note-se, a propósito, que na produção da enunciação do Prefácio está calcada uma perspectiva que assume, por um ângulo simpático, a feição de um observador. O que pode, facilmente, induzir a crítica a ver uma perfeita sintonia entre ética e matéria narrativa, sem questionar as relações entre voz narrativa, ponto de vista e a ordem Simbólica representada, dado que, até então, o Prefácio advoga uma busca de respeito ao universo social desses personagens que “esperam o mínimo da vida e, em silêncio, carregam seus fardos” (Maia, 2020, s./p.). O que ocorreu, por exemplo, com Resende (2020), chegando a expor “que o realismo doloroso da narrativa nos provoca uma súbita ternura por esses personagens” (Resende, 2011, s./p.), reiterando, assim, o ângulo simpático da enunciação do Prefácio.

Todavia, levando em consideração algumas lições žižekianas, não seguimos esse caminho, por acreditarmos que muitas cenas da construção narrativa demonstram o contrário. O que mudou na passagem da enunciação do Prefácio para a própria composição da narrativa? A nosso ver, destacamos a modalidade “brutalista” da representação que dirige a construção da narrativa.

Tal aspecto, antevisto com força latente na obra anterior, *A guerra dos bastardos*, agora é retomado e aprofundado, marcando o caráter de inflexão da prosa ficcional da escritora, e a partir do qual se consolida no campo literário brasileiro.

Não é à toa que a consolidação da escritora e o aumento da recepção crítica enfatizou esse aspecto da violência, como recurso estético, promovendo o apagamento da temática do trabalho, conforme já apontamos anteriormente. Um apagamento que, como pretendemos evidenciar, tem sua plausibilidade na própria ambiguidade do arranjo narrativo.

A representação da violência subjetiva possui presença significativa e intensa no campo da prosa de ficção contemporânea. Na narrativa que agora nos debruçamos ganha força, assume papel de palco na narrativa produzindo a tensão entre o plano temático e o plano formal. Acreditamos que o problema, obviamente, não é o recurso ao estilo “brutalista” acentuando a presença da violência na representação. Ao contrário, o aspecto no

qual insistimos é o efeito na construção da narrativa, tendo em vista uma reflexão orientada pelos estudos de Žižek (2008), para quem, em face do debate sobre violência, é necessário estar atento às suas estratégias:

[...] mas que violência? Há violências e violências; há *passages à l'acte* violentas que apenas comprovam a impotência do agente; há uma violência cuja verdadeira meta é garantir que nada mude realmente — numa exibição fascista de violência, sempre tem de acontecer algo espetacular para que, exatamente, nada aconteça de verdade; e há o ato violento que muda de fato as coordenadas básicas de uma constelação (Žižek, 2008, p. 497).

Em face do nosso objetivo, acreditamos necessário estabelecer conexão desse argumento de Žižek (2008) com a questão de onde o sentido é amarrado, ou seja o “ponto de amarração do sentido”, em termo de que o “capitonê” atua como um ponto de estabilização permitindo que os significados sejam compreendidos de maneira coesa (Silva, 2009, 214-215). Assim, “que violência” permeia a construção da narrativa que produz o “ponto de amarração do sentido” caracterizador da posição do narrador sobre a cadeia significante da rede simbólica formalizada?

A narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é constituída de cinco capítulos, compostos por sua vez de segmentos narrativos menores. Esses segmentos totalizam dezessete partes e estão distribuídos quase proporcionalmente nos capítulos. O tempo cronológico presente na narrativa é linear, ordenado por relações de causa-e-consequência. Os personagens fundamentais da narrativa são Edgar Wilson e Gerson. Ambos são amigos e trabalham juntos. Tendo em vista também o desfecho, é possível inferir que a amizade dos dois é um modo de enquadrar a perspectiva diegética. O desfecho da narrativa é a morte de Gerson, que abala Edgar, tornando-se estopim para que decida ir embora da cidade, em busca de um novo emprego e, talvez, a melhoria da condição de vida.

Os cinco parágrafos de abertura concentram quase todas as principais características do “modo de existir” de Edgar Wilson: o trabalho precário de abatedor de suínos, o interesse por apostas em rinhas de cachorros, a amizade com Gerson e o interesse amoroso por Rosemary. A primeira frase — “à espera de porcos” — já anuncia a função do trabalho, com a demarcação de um ambiente de incertezas, dado a situação informal do emprego. Socialmente excluído do mercado formal de trabalho, a sobrevivência é por meio da ocupação precária de abatedor de porcos, atividade que exerce “esquecido e ignorado, nos fundos de um mercadinho cheirando a barata” (Maia, 2011, p. 16).

Essa “espera” será um dos *nós* que dará origem ao conflito do primeiro capítulo, em torno do interesse amoroso de Edgar, mas, também, a partir do qual já apreendemos a fragilização da condição salarial do protagonista. A abertura da narrativa é com o “atraso do

carregamento” (Maia, 2011, p. 15) de porcos; e, finalmente, quando chega, não está na quantidade certa:

Pedro permanece agachado nos fundos do mercadinho, acariciando o porco que espera para ser abatido, enquanto Edgar Wilson, debruçado na janela da caminhonete, resolve algumas questões pendentes.

— Vou repetir pela décima vez: eu esperava por dois porcos — diz Edgar ao motorista da caminhonete.

— Mas esse porco vale por dois.

— Nada disso. Eu preciso de dois porcos. Esse foi o combinado. Meu patrão não vai gostar nada, nada disso.

— Nós perdemos um dos porcos vindo pra cá. Essa estrada é muito esburacada.

— Como assim perdeu um dos porcos? Um porco não é nenhuma miudeza pra se perder. Não posso me responsabilizar. Eu preciso de dois porcos.

— Eu te trouxe um porco bem grande. Sirva-se dele.

O homem arranca com a caminhonete, deixando Edgar Wilson com poeira nos olhos (Maia, 2011, p. 20).

A falta de uma mercadoria causa aflição em Edgar, em decorrência da prestação de contas com o “patrão”. A atitude do motorista/entregador ao dizer que “esse porco vale por dois” sugere uma falta de consideração pela necessidade específica de Edgar Wilson. Não só vai afetar a sua própria remuneração, como também terá que se responsabilizar pela ausência da mercadoria esperada (“Não posso me responsabilizar. Eu preciso de dois porcos”). Uma fragilização da condição salarial logo frisada pela voz narrativa, expondo que “se não encontrar uma maneira razoável de resolver essa situação, ele terá que arcar com o prejuízo. Com o salário que ganha, não sobraria muita coisa no fim do mês” (Maia, 2011, p. 20). A situação é um contrassenso em relação à força de trabalho, revelando a organização iníqua da realidade Simbólica do personagem, como colapso de “expectativas de progresso social” (Schwarz, 1999, p. 70), conforme aprofundaremos adiante.

O atraso ocorre em uma “sexta-feira quente e abafada” (Maia, 2011, p. 15), motivo que aumenta a ansiedade de Edgar (“suspira pela oitava vez [...] ele anseia, a seu modo”) porque é dia de ir ver as rinhas de cachorros e encontrar sua noiva, Rosemary, como de costume (“todas as sextas são iguais”). As rinhas de cachorros são frequentadas com o seu amigo Gerson, nas quais ambos realizam apostas como modo de complemento de renda. Esse é o “modo de existir” do protagonista, ou como assinala a voz narrativa: “a rotina em que vive” (Maia, 2011, p. 13).

Especificamente naquela sexta-feira, Edgar estava com as expectativas altas: “sabia que sob influência da lua nova Chacal fervia pelas entranhas e de suas patas saíam faíscas. Ele certamente lucraria o triplo da aposta” (Maia, 2011, p. 16). E com essa possibilidade de

ganho, “talvez ganhasse o suficiente para pedir a mão de Rosemery em casamento — ela exigia uma geladeira nova para selarem o compromisso definitivamente” (Maia, 2011, p. 16).

Na sequência dessa caracterização do modo de existir de Edgar, ainda nos parágrafos de abertura da narrativa, parece-nos ser possível apreender não haver uma contradição entre o Imaginário do personagem e a ordem Simbólica exclusiva em que está inserido. A locução adverbial de negação (“de modo algum”) é instigante. A voz narrativa ressalta que “de modo algum Edgar Wilson se importa com a rotina em que vive” (Maia, 2011, p. 15), querendo levar-nos à compreensão de uma resignação do protagonista com o trabalho precarizado e mal pago. Não parece ser exagero indicar, em vista do ângulo da posição do narrador, uma refração da simpatia que haveria na enunciação do Prefácio.

Assim procedendo, não ficaria entrevisto que a voz narrativa procura dar conta de uma experiência trágica de precariedade ao mesmo tempo que desautoriza a simbolização pelo ângulo subjetivo do seu próprio protagonista? Chama atenção, então, o que é ressaltado pela voz narrativa da “personalidade” de Edgar Wilson. A resignação está atrelada ao fato de que “não pensar muito sobre o que quer que seja faz parte de sua personalidade” (Maia, 2011, p. 16). O resultado dessa “personalidade” é frisado logo no quinto parágrafo, em que se assinala que, “entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, Edgar Wilson não reclama da vida” (Maia, 2011, p. 16).

Aqui, a ênfase no fato de que o protagonista “não reclama da vida” reforça a resignação do Imaginário frente a rede Simbólica. Suas experiências precárias são pouco comunicáveis, também não encontramos índices do narrador em se esforçar para recuperar os matizes dessa resignação, assumindo neutralidade diante da inevitabilidade do seu destino.

Os dois primeiros capítulos (“Não se deve meter em porcos que não te pertencem” e “Até os cães comem os próprios donos com lágrimas nos olhos”) são concentrados nos assassinatos cometidos por Edgar Wilson, que são descritos de modo fortemente visual, com Pedro levando machadadas na cabeça e Marinéia tendo seu rim retirado com um pequeno canivete e uma colher. Indagamos, assim, se Edgar Wilson é realmente tão resignado, porque se dar o trabalho de assassinar Pedro, Marinéia e sua noiva Rosemery? Como justificar a exposição de imagens de agressão, matança e mutilação? Para o que aponta a dificuldade enfrentada por esta narrativa de Ana Paula Maia? Parece-nos haver uma fissura, em que a hipertrofia da violência subjetiva dos assassinatos não tem função material objetiva como parte do conteúdo estético. Tal condição é apreendida a partir da abordagem materialista lacaniana, com a qual acreditamos que a própria voz narrativa se perde na dimensão da violência subjetiva. Nesse sentido, leva-se em conta, no próprio arranjo narrativo, que “a limitação da violência a esse aspecto físico diretamente visível [...] se baseia numa distorção ideológica” (Žižek, 2015, p. 238).

No Capítulo 1, um ato de zoofilia de Pedro leva Edgar à descoberta de que ele era amante de Rosemary: “Contra o muro, Pedro encostado alivia-se no animal que ele chama de Rosemary entre gemidos prolongados” (Maia, 2011, p. 25). De acordo com os acontecimentos da abertura da narrativa, parece até haver um conjunto de quatro fatores para o assassinato: a raiva pelo atraso do carregamento dos porcos, que atrapalha o planejamento de ir para rinha de cachorros e ver a noiva; a ausência de um suíno no carregamento, que afetará sua remuneração; o embaraço do medo de galinha descoberto por Pedro (“Edgar Wilson sofre de um raro tipo de aversão [...] a galinhas. Ele se envergonha muito e guarda isso em segredo”); e, especialmente, em razão da descoberta por Pedro ser amante de Rosemary. O assassinato ocorre a machadadas, proferidas na cabeça de Pedro:

Edgar Wilson volta para a oficina, e Pedro, calado, raspa o couro do porco. Ele apanha o machado do chão e aproxima-se do rapaz. Acende mais um cigarro, dá uma baita tragada e sente-se revigorado. Enquanto olha para Pedro, pensa em Rosemary. Suspende o machado e arrebenta sua cabeça, que gira velozmente para a direita. Pedro cai se debatendo. [...] Pedro arrasta-se no chão, gemendo, lambuzando-se no sangue morno do porco. Edgar aproxima-se.

— Não se deve meter em porcos que não te pertencem.

Pedro fecha os olhos quando percebe o segundo golpe, que esmiúça seu rosto transformando-o em uma massa disforme, o que imediatamente remete a Edgar Wilson o que será o rim de Gerson se ele não tomar algumas providências imediatas (Maia, 2011, p. 26-27).

Antes de desferir o golpe que “arrebenta” a cabeça de Pedro, é indicado que Edgar “olha para Pedro [e] pensa em Rosemary” como índice de que a questão da traição seria o motivo crucial para o assassinato. Contudo, o ato de violência não para por aqui. O requinte de crueldade é, em seguida, o tratamento dado ao corpo de Pedro, banalizando seu sofrimento ao mesmo tempo que aumenta o grau de desumanização de Edgar, capaz de decidir que “moeria os restos mortais no triturador junto com os ossos da saca e venderia para fabricação de ração para cães” (Maia, 2011, p. 28).

Essa decisão é em decorrência de utilizar o corpo de Pedro para substituir o porco que estava ausente no carregamento. Chama atenção a atribuição dessa motivação, assim no penúltimo parágrafo do primeiro capítulo:

Curioso que só ele, Edgar Wilson rasga Pedro ao meio, remove seus órgãos e fica admirado pelo seu peso. Pedro vale tanto quanto a maioria dos porcos, e suas tripas, bucho, bofe, compensaria a perda do outro porco. Um sujeito que engana pelas aparências. Jamais seria alvo de suspeitas de estar tendo um caso com Rosemary, muito menos de estar carregando uma fortuna em tripas dentro da barriga. Edgar Wilson admira-se em ter subestimado Pedro algum dia. Ele moeria os restos mortais no triturador junto com os ossos da saca e venderia para a fabricação de ração para cães (Maia, 2011, p. 28).

Edgar age de maneira brutal. A voz narrativa parece recolher-se no juízo, indicando não ter sido algo completamente deliberado (“Curioso que só ele, Edgar Wilson rasga Pedro ao meio”). Por uma atitude de “curiosidade” surge o requinte de crueldade, sendo como descobre que Pedro significa “uma fortuna em tripas”. Mesmo sem ter sido algo deliberado, atitude iniciada por “curiosidade”, a brutalidade da intenção é consumada. A decisão possui relação direta com a fragilidade de sua condição salarial, porém a conjunção com o ato brutal parece surtir efeito mais para consolidar um traço moral negativo do protagonista do que propriamente uma exposição crítica e reflexiva da sua matéria.

Adequando um argumento de Žižek (2015) para esse contexto, visualizamos “o problema de ter equivocadamente traduzido essa violência em terror brutal” (Žižek, 2013, p. 236). Ou seja, a fragilidade da condição salarial já é por si uma violência sistêmica que acomete Edgar; conforme destaca o filósofo esloveno, o “foco direto na violência [subjativa] ofusca a pergunta subjacente” (Žižek, 2015, p. 235), que para esse caso a forma de lidar com os dissabores da precariedade do trabalho. Edgar Wilson, por sua vez, “não reclama da vida” e assassina brutalmente. Aliado a isso, o término do primeiro capítulo é Edgar Wilson bebendo cerveja após ter ganhado a aposta na rinha de cachorros. A descrição da cena é para ressaltar a alegria de Edgar: “No céu, a lua nova reluzia e a Providência Divina novamente encarregava-se de seu fardo pesado demais. Tomado de tantos sentimentos, percebe que é um homem de muita sorte por não precisar ter seu salário descontado e por ter pedido a mão de Rosemary em casamento” (Maia, 2011, p. 28).

Ter “muita sorte” quando se utiliza de um assassinato não aparenta a nosso ver um resultado ficcional que promoverá a adesão empática do leitor, no máximo o atrativo pitoresco de um traço moral negativo. O mesmo aspecto ocorre no Capítulo 2 da narrativa, no qual se realça o estilo brutalista para a representação de outra violência subjativa, de mais um assassinato de Edgar Wilson cometido brutalmente que ofusca o plano temático do trabalho. Não é exagero pontuar que ofusca, pois é exatamente o que se compreende da recepção crítica conforme expomos no Capítulo I da presente Tese.

O episódio do Capítulo 2 (“Até os cães comem os próprios donos com lágrimas nos olhos”) é diretamente encadeado com o capítulo anterior. Pedro é irmão de Gerson, e somente porque este estava debilitado de saúde é que Pedro foi ajudar Edgar em seu lugar. O problema de saúde é uma “insuficiência renal crônica”, e, para piorar, no passado Gerson havia doado o outro rim para a irmã. No Capítulo 1, Edgar, por telefone, propõe para Gerson que pegue de volta o rim que havia doado (“quando você deu pra ela, não estava precisando, ele não te fazia falta, mas agora é diferente”). Gerson concorda com a ideia e todo o Capítulo 2 é sobre a prática desse resgate:

— Quanto tempo, Neíinha — fala Gerson.
Enquanto Marinéia balbucia coisas ininteligíveis, os dois invadem o espremido conjugado. Em poucas passadas, eles se familiarizam com o ambiente.
— Marinéia, eu vim aqui te pedir uma coisa de volta.
— Mas... quando foi que eu peguei algum troço emprestado contigo, Gerson? (Maia, 2011, p. 32).

Após invadirem o apartamento, Edgar Wilson desmaia Marinéia “com um soco no maxilar” (Maia, 2011, p. 35), para iniciar o procedimento de retirada do rim. A narração se detém em alguns contratempos sobre o que utilizar exatamente para fazer esse resgate:

Edgar dá um trago na cerveja e debruça-se sobre a banheira. Marinéia desperta, mas nada que um soco bem dado não resolvesse. Ele risca a área ao redor da cicatriz. Em seguida, enfia o batom no bolso. Pega o canivete e começa a cortar com força sua carne gordurosa e marcada de estrias.
— Acho que aquele é o rim, não é?
— Você é o especialista aqui, Edgar.
— Apesar de se parecer bastante com uma porca, a tua irmã...
— Eu acho que é o fígado — interrompe Gerson.
[...]
Edgar Wilson cutuca com os dedos a cavidade aberta. Corta mais um pouco para o lado, mas o pequeno canivete do Flamengo parece não colaborar muito, escorregando vertiginosamente de um lado para o outro. Gerson joga um pouco de talco na abertura para facilitar o manuseio do precário instrumento. Edgar espirra descontroladamente, é alérgico a talco (Maia, 2011, p. 37-38).

Uma atmosfera de crueldade e indiferença surge. A expressão “cortar com força” demarca o esforço do ato necessário, implicando também certa frieza emocional da sua personalidade para prosseguir com a ação. A mesma frieza que apreendemos com a interrupção de Gerson ao afirmar que a parte cortada é o fígado, demarcando o distanciamento emocional do personagem. A brutalidade da ação se intensifica, por sua vez, com a falta de planejamento de ambos personagens, o desprezo por Marinéia e o despreparo de conseguir fazer a retirada do órgão:

E a cada tentativa de corte, seguido de um espirro, ele erra por caminhos nunca antes explorados. Retalhar Marinéia nunca foi sua intenção, mas era difícil conduzir precisamente o canivete e abrir cortes com mão de cirurgião. Corta o tubo fino e longo que sai do rim, seguido de um espirro, deslizando desgovernadamente o canivete à aorta abdominal, que se rompe.
— Droga!
— Que foi? — pergunta Gerson.
— Acho que cortei um troço aqui que não devia — responde Edgar.
Gerson dá uma olhada e diz:
— Tá sangrando bastante.
Pela primeira vez Edgar Wilson parece confuso.
— Eu não tô entendendo mais nada.

— Quantos rins ela tem?
— Acho que só tem um.
— Isso aqui é o quê?
— Eu não sei... a gente leva esse que tá por baixo da cicatriz. Esse é o mais garantido — diz Gerson, bastante confiante.
— Acho melhor levar esses dois também. Nunca se sabe — conclui Edgar, removendo cuidadosamente o órgão com a ajuda de uma colher (Maia, 2011, p. 38).

A expressão anterior “cortar com força”, agora se associa com “deslizando desgovernadamente o canivete”, reforçando essa atmosfera de crueldade, chegando a uma dimensão atroz de brutalidade. Mesmo atroz, a voz narrativa indica uma espécie de contraste entre intenção e resultado, ao se referir que “retalhar Marinéia nunca foi sua intenção [de Edgar]”.

Contudo, isso não parece estar a favor do personagem, sobretudo quando vemos o uso da expressão “Acho que cortei um troço aqui que não devia” por Edgar, também “Eu não tô entendendo mais nada” por Gerson. Não é possível que não tenha havido o pensamento sobre as consequências dessas ações, de modo que temos uma contribuição para representação negativa e depreciativa dos personagens. Finalizada a retirada, os órgãos são colocados em “uma bolsinha térmica”, com “alguns cubos de gelo” (Maia, 2011, p. 39). Feito isso, Edgar e Gerson se limpam e bebem cervejas que estavam na geladeira de Marinéia, antes de irem embora.

Até aqui, a análise dos dois capítulos iniciais permite a identificação de alguns traços fundamentais de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. No Capítulo 4 (“Abatedores clandestinos e porcos na caçamba”), ocorre mais assassinato. Edgar Wilson foi contratado por alguém chamado Cleiton, que desejava simular um sequestro de si mesmo. Aceita por conta do pagamento, mas por descuido e indiferença deixa a pessoa morrer no porta-malas. O motivo da intenção de simular o sequestro é porque Cleiton gostaria de uma “prova de amor” da noiva, o que leva a sabermos nesse instante que Edgar matou Rosemery:

Ele interrompe, apanha a carteira no bolso da calça e mostra uma foto da noiva.

— Essa é minha noiva, Shirlei Márcia. Sei que é estranho, mas antes de pedir a mão dela em casamento eu preciso me certificar... certificar mesmo de que ela me ama. Ela tem cinco mil reais numa conta. É todo o seu dinheiro... se ela pagar meu resgate com esse dinheiro que juntou durante anos, aí sim vou saber que ela merece meu amor.

Silêncio.

— Você quer uma prova de amor? — pergunta Gerson.

Edgar Wilson sente-se comover levemente. Sua noiva Rosemery o abandonou uma semana após o desaparecimento de Pedro. Disse que o amava e que queria ficar com ele. Que não gostava de Edgar Wilson. Que só queria mesmo uma geladeira nova.

Rosemery, assim como Pedro, não foi muito longe. Esquartejada, foi devorada por uns porcos famintos durante toda uma madrugada. Sem

restos ou rastros. A geladeira com os ímãs de frutinhas, ele pegou de volta (Maia, 2011, p. 59).

Essas duas mortes, mesmo sem o recurso imagético das anteriores, reiteram o comportamento do protagonista. Podemos dizer, sem receio de exagero, que este Edgar Wilson não é o mesmo presente nos últimos romances⁷⁴, *Enterre seus mortos* (2018) e *De cada quinhentos uma alma* (2021). Quer dizer, houve toda uma diferença de tratamento do personagem, retirando o traço moral negativo e aumentando a complexidade psicológica.

Em *Enterre seus mortos* (2018), por exemplo, encontramos um Edgar Wilson que além de não cometer nenhum assassinato brutal, ainda está preocupado em proporcionar o devido enterro de pessoas cujos cadáveres foram abandonados. Conforme exposto pela voz narrativa, Edgar Wilson

Teme morrer porque acredita em Deus. [...] Não sabe que espécie de fim está reservado a ele. Mas diante dos mortos, seja humano, seja animal, ele não se mantém insensível. Não existe sentimento de desprezo maior do que abandonar um morto, deixa-lo ao relento, às aves carniceiras, à vista alheia (Maia, 2018, p. 59).

Essa característica de que “não se mantém insensível” não procede em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Cleiton, para só falar de um, é abandonado no “chiqueiro de dona Maria” para que os porcos comam seu corpo, mesmo sabendo que possui família, o que não impede que se mantenha “insensível”.

Vale destacar que, de modo muito instigante, Edgar Wilson é destituído do traço moral negativo e imbuído de um heroísmo — justamente quando a abordagem temática da escritora não é mais a representação do trabalho. Em *Enterre seus mortos* (2018) e *De cada quinhentos uma alma* (2021), não prevalece mais a violência subjetiva na modalidade de representação.

Chama atenção, então, essa condição de criminoso de Edgar Wilson, que se torna mais forte do que sua condição de abatedor de porcos, o que é um movimento inesperado, em que as consequências no plano formal estão em descompasso com o conteúdo que se pretendia valorizar. Conforme enunciação do Prefácio, se são personagens que “em silêncio” possuem uma experiência precária, nem nos deparamos com sua voz, como principalmente encontramos um assassino brutal, uma “aparição monstruosa [...] que desvirtua sua lógica própria” (Žižek, 2017, p. 255).

Edgar surge como criminoso, mas também na narrativa não possui nenhum circuito de criminalidade. É capaz de matar, trucidar e sumir com os corpos sem deixar vestígios, mas

⁷⁴ Últimos em vista da data de escrita da pesquisa, dezesseis de Abril de 2023.

suas ações não são franqueadas por nenhuma correlação, por exemplo, com o “banditismo social”, conforme o historiador Hobsbawm (1975) sintetiza esse fenômeno social, ao expor que o bandido social “é um marginal e um rebelde, um homem pobre que se recusa a aceitar os papéis normais da pobreza” (Hobsbawm, 1975, p. 15).

Como temos evidenciado, a construção dos protagonistas pelo narrador é de uma resignação, não estão em conflito para “recusar papéis da pobreza”. Aparentam estarem, inclusive, num processo de estigmatização das “classes perigosas”, de um antigo imaginário social que relaciona pobreza, miséria e criminalidade, cuja própria correlação serve a interesses das classes dominantes (Chalhoub, 1996; Pereira, 2007; Kalifa, 2014). Aspecto que no Brasil é estudado, entre outros, por Chalhoub (1996), que exemplifica o trato da elite com o início da urbanização e trabalho livre: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (Chalhoub, 1996, p. 22).

A questão é histórica e importante. “A noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país”, sublinha, com efeito, Chalhoub (1996, p. 23). No interior da narrativa, porém, o aspecto não é posto como problema. O cenário da pauperização, cada vez mais, vai se apresentando como recorte para a brutal violência subjetiva dos episódios da perspectiva diegética, ausentando-se o narrador da problematização, porque deseja que o leitor receba logo os socos diretos no estômago devido à imagética dos assassinatos, ou julga se isso, por si só, fosse capaz de servir para uma apreensão crítica do leitor?

4.2 *Brutalismo Descafeinado*

O ponto crítico dessa discussão está contido no alto grau de valorização de cenas de violência e crueldade *per se*. Acreditamos que essa valorização não consiste, de forma casuística, com o fato de que a própria sociabilidade da rede Simbólica dos protagonistas é brutalizada. Propomos, assim, que essa dimensão foi “equivocadamente traduzida [...] em terror brutal”, de uma violência subjetiva, constituído-se como uma *contenção e limitação* para a voz narrativa. Conforme destaca o esloveno, “uma crise econômica que causa devastação é vivenciada como um poder incontável quase natural” (Žižek, 2015, p. 234). Não à toa, a sintaxe e o ritmo da narrativa privilegiam o paratático: sem articulações sintático-

semânticas, as frases vão apenas somando fatos, que parece condições naturais de um destino, como modalidade de representação relacionada com uma “aura tardo-naturalista” que Dias (2002) argumenta sobre a ficção contemporânea, que, a partir disso, “envolve personagens sem estofos ou interioridade, visceralmente plantadas na injunção local” (Dias, 2002, p. 16).

Em vista disso e do que já foi exposto anteriormente, parece-nos instigante recuperarmos um argumento de Candido (2015e) para nos auxiliar na elaboração de uma síntese. Quando analisa o romance de Verga no ensaio *O mundo-provêrbio*, apreendendo na estrutura narrativa um nivelamento dos sujeitos ao meio físico e social com “o cunho perpétuo, inevitável, do vento e da maré”, o crítico propõe que

Esse encadeamento de opressões acaba gerando uma inversão de perspectivas e tonalidades, que aliás não é rara na ficção naturalista, apesar de sua postulada imparcialidade de “estudo”. O destino do pobre, jogado no limite da sobrevivência, adquire majestade tenebrosa e traz de volta um pouco do titanismo romântico, que se torna fator ao mesmo tempo da nobreza e enfraquecimento da narrativa (Candido, 2015e, p. 86).

“Majestade tenebrosa” remete à expressão “aparição monstruosa” de Žižek (2017) que utilizamos anteriormente: a composição do protagonista Edgar Wilson capaz de cometer crimes brutais, porém aqui sem nada “majestoso”; assim como a questão da “nobreza” também não comparece, sobrando e intensificando o “enfraquecimento da narrativa” do argumento do autor. A “nobreza” não compareceu devido a construção do personagem sem densidade psicológica, que conforme já apontado, “de modo algum [...] reclama da vida” (Maia, 2011).

Esse não reclamar de nada parece ser, como acreditamos, a própria conduta discricionária do narrador, que se aproxima do protagonista e se mantém distanciado da matéria narrada. Um exemplo a nível de ilustração contrastiva é o romance *Luzia-homem*, que abarca o assunto da “grande seca” do Ceará, em um período de aumento da taxa de exploração do trabalho dos retirantes, mas essa violência objetiva é recalcada em conflitos folhetinescos, passando a ser vista na narração pelo narrador como um “sertão tostado, como terra de maldição ferida pela ira de Deus” (Olímpio, 2003, p. 22).

Será que esse “não reclamar da vida” indica, na verdade, o Imaginário do narrador? Afinal, o que de início poderia talvez ser uma compensação do Imaginário que torna toleráveis as desigualdades da vida, agindo como “um modo de defesa contra a experiência angustiante da inadequação entre desejo e os objetos do mundo empírico” (Žižek, 2003, p. 189), também ganha plausibilidade de ser lido em outra chave, pela própria particularidade da posição do narrador. Com base no trabalho do filósofo esloveno, Daly (2006) assinala que

o Imaginário “procura domesticar essa abertura [do Simbólico] pela imposição de uma paisagem fantasística peculiar a cada indivíduo” (Daly, 2006, p.14).

A expressão “paisagem fantasística peculiar a cada indivíduo” destaca a dimensão subjetiva, que no nosso caso seria a dimensão subjetiva do narrador e seu ponto de vista para construção da perspectiva diegética. Dessa maneira, associamos com o Imaginário do narrador criando essa paisagem fantasística de assassinatos.

Voltando para Edgar, a “Providência Divina” é frisada pela voz narrativa como a maneira de aferir os acontecimentos ocorridos e confirma isso com orgulho. A expressão “providência divina” comparece cinco vezes ao longo da perspectiva diegética, corroborando sua “personalidade de quem não reclama da vida” e também, acreditamos, imprimindo o ritmo narrativo em que os acontecimentos, com suas consequências, não possui desdobramentos de ressonância mais ampla nas ações do protagonista. É interessante que a noção de “providência divina” não possui uma ligação com algo completamente imprevisível, assim como a noção de Fortuna compreensível como capaz de conceder a sorte grande (e também arrebatá-la). Conforme Otsuka (2016), comentando a noção de Fortuna a partir do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, embora a noção de Fortuna esteja relacionada com uma confiança na sorte, quando ocorre inversões da desdita em Fortuna (ou vice-versa) “os personagens tomam consciência da dinâmica de suas vidas” (Otsuka, 2016, p. 115).

Por sua vez, a presença da “providência divina” parece-nos não ter esse efeito. O seu sentido está ligado ao Imaginário do narrador. Do ponto de vista da construção dos enunciados, com a ajuda do narratologista Rabatel (2016) parece possível defendermos o caso de “uma construção desigual de um PdV [Ponto de vista] dominante encenado”, a partir do qual surge como resultado de uma “coprodução de um PdV [Ponto de vista] sobressaindo-se a L1/E1 [narrador e Edgar Wilson] que formula o PdV parecendo dizer a mesma coisa, contudo modificando a seu favor o domínio de pertinência do conteúdo ou de sua orientação argumentativa” (Rabatel, 2016, p. 127).

Esse aspecto que a partir de Rabatel (2016) é o narrador modificando o conteúdo para favorecer sua própria perspectiva, em chave materialista lacaniana, conforme estamos assinalando, pode estar ligado ao Imaginário do narrador, em um sentido que Lacan (1998) argumentava que “ele [o Imaginário] é enganoso, mas é dele que se levanta isso que chamamos a consciência”, sendo que nessa dinâmica do Imaginário “a consciência está bem longe de ser o saber, uma vez que isto a que ela serve é muito precisamente à falsidade” (Lacan, 1998, p. 74).

Logo no terceiro parágrafo do Capítulo 1, a expressão comparece pela primeira vez, introduzido como efeito de reforçar a configuração da existência do protagonista: “não

pensar muito sobre o que quer que seja faz parte de sua personalidade. Sempre acreditou que a Providência Divina se encarrega do fardo por demais pesado, e na Providência Divina Edgar deposita toda a sua fé” (Maia, 2011, p. 16). O “fardo” se constitui nas atribuições da sobrevivência material. Vivendo muito próximo da miséria, em um contexto de trabalho precário, seria de se conceber que “na Providência Divina Edgar deposita toda sua fé” possuiria o significado de uma “fé” de alcançar alguma mobilidade social, ou outro serviço que pudesse suprir melhor as carências. No entanto, não é este o aspecto que prevalece; o efeito na existência de Edgar implica uma espécie de imobilismo. Não à toa, a voz narrativa articula essa unidade, entre o quarto e quinto parágrafo, para classificar Edgar: *não pensa em nada, acredita na Providência Divina e não reclama da vida*.

Introduzida nesse sentido, torna-se produtiva na ação da perspectiva diegética como demarcação da relação de Edgar com os acontecimentos. No término do primeiro capítulo, como já apontado, após todo o conflito gerado com a mercadoria do seu trabalho, com plano de fundo a fragilidade salarial, e o assassinato de Pedro, Edgar Wilson é inserido em um bar, onde sente que “a Providência Divina novamente encarregava-se de seu fardo pesado demais” e, dessa maneira, “percebe que é um homem de muita sorte” (Maia, 2011, p. 28).

Percebe-se a construção do protagonista com um Imaginário extraordinariamente resignado. O mesmo sentimento do final do primeiro capítulo compareceu também ao final do quarto capítulo. Edgar ganha um torneio chamado “Porco Abatido”, no qual os competidores precisam abater o máximo de porcos em uma hora. Ao vencer, abatendo trinta e três porcos, a voz narrativa em estilo indireto livre se delonga, mais do que o normal, nos sentimentos que o prêmio lhe gera:

E quem diria que entre rinhas de cachorros e porcos abatidos ele iria conseguir abater, quebrando o recorde do campeão do estado. Trinta e três é a idade de Cristo quando morreu. Trinta e três é a idade que ele completara no dia anterior. Olha para os céus e a Providência Divina dá seu sinal mais uma vez. Edgar Wilson, o novo recordista. [...] É uma vida mesmo muito boa, pensou (Maia, 2011, p. 67).

A estrutura de exposição do narrador se repete. Se ao início do primeiro capítulo temos que “entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, Edgar Wilson não reclama da vida”; agora é reforçado que “entre rinhas de cachorros e porcos abatidos [...] é uma vida mesmo muito boa, pensou”. Os termos empregados provavelmente surpreendem o leitor. As expressões, mais do que reiteração, indicam o perfil de Edgar na concretização do discurso narrativo, utilizando do próprio título da obra como se a voz narrativa atestasse seu saber diante da experiência de Edgar, sem querer deixar nenhuma dúvida resguardada ao leitor. As frases são simples e possuem efeito de algo como: nada resta a acrescentar; principalmente

agora, que não só “não reclama da vida” como a considera “mesmo muito boa”. Aspecto que o leitor fica com vontade de perguntar: por que não reclama da vida? Qual o motivo disso, sendo evidente seu contexto precário, superexplorado e de fragilização salarial? Questões surgem, uma vez que sabemos que o próprio desejo é atravessado por processos de socialização, a partir dos quais, na realidade, “o desejo sequer pertence ao sujeito: ele é sempre o desejo do Outro (Autre)” (SILVA, 2009, p. 213). Por sua vez, o que parece ser possível de confirmação é que o ponto de vista que se pretende onisciente e objetivo fica, no mínimo, desinteressado, sem buscar alcançar os fundamentos dessa condição disjuntiva que presencia. Ao não fazer isso, a impressão é que contribui para reforçar o caráter negativo de assassino brutal. Nem o fato de atribuir à “Providência Divina” a minimização dos seus fardos pode ser um predicativo positivo da personalidade, pois Edgar concebe que a própria morte de Pedro, que carregava “uma fortuna em tripas”, já foi uma ação da “Providência Divina”, e tampouco sente algum remorso ou culpa pelos assassinatos.

Acreditamos que tais questões ficarão melhor delineadas utilizando o conceito de grande Outro, que opera em nível Simbólico. Sobretudo, uma utilização para evidenciar o que consideramos uma contradição. Partindo do aspecto que Edgar “acredita na Providência Divina e não reclama da vida”, o grande Outro funciona como um “poderoso tranquilizador”, no qual o protagonista investe um ponto de referência que fornecerá um significado de harmonia, que “puxa as cordinhas” em seu favor, “como o agente oculto que faz as coisas acontecerem por detrás do palco” (Žižek, 1994, p. 56-57).

Por essa confiança no grande Outro, como um “poderoso tranquilizador”, pode ser apreendida essa resignação Imaginária do protagonista com as condições Simbólicas de sua posição social. Contudo, o que não deve ser negligenciado, conforme argumentado por Žižek, é que “o ponto crucial é que o grande Outro ideológico funciona ao mesmo tempo exatamente o oposto do agente oculto que puxa as cordinhas” (Žižek, 1994, p. 57). Não existe como entidade empírica, mas funciona porque opera a partir da ordem Simbólica, sendo “a realidade simbólica das obrigações sociais” (Žižek, 1994, p. 171).

Nesse sentido, antes de entrar nas nuances, vamos primeiro verificar como em face dessa realidade Simbólica a posição do narrador gera ambiguidades e produz respostas contraditórias. Isso porque estaria, inicialmente, pressupondo uma alienação radical de Edgar, um grande Outro que “não é cindido” em que “a única relação possível do sujeito com a estrutura é a de uma alienação total, de uma sujeição sem resto” (Žižek, 2017, p. 38).

Quais são as especificidades da “realidade simbólica” em que Edgar está inserido? O caráter economicamente dispensável da existência de Edgar, não só não causa conflito a seu Imaginário (pelo menos, como o narrador quer nos fazer acreditar), como também não revela conflitos inerentes à esta sua condição precária. Ao permanecer colado à lógica dos

personagens, a violência objetiva não é institucionalizada e a narrativa não chega a apresentar relações estruturais dessa ordem Simbólica.

Sobre isso, o Capítulo 3 (“Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”) trata do episódio em que a caminhonete dos personagens entra em pane ao fazerem um transporte de porcos. Os personagens são culpados por um acidente na estrada, mas são insensíveis ao sofrimento da vítima. Roubam o celular dela, com o qual conseguem uma troca, adquirindo uma caminhonete preta “dez anos mais nova, com pneus reluzentes” (Maia, 2011, p. 56). Nesse mesmo capítulo, conhecemos quem é o “patrão” de Edgar, que é Zé do Arame (Maia, 2011, p. 49). Com a apresentação do patrão não se está diante de uma relação estrutural de riqueza e pobreza, pois Zé do Arame é apresentado em uma posição precária, reclamando da pouca comida, com a mulher que não sabe cozinhar feijão e que isso lhe aumenta “os gases”, sobretudo preocupado com a possibilidade de ter a energia de casa cortada:

Sentado diante de uma mesa na cozinha de paredes encardidas, Zé do Arame digita com os dedos grossos, truculentos e sujos os números na calculadora. Resignado, o pobre homem lamenta-se com seu cão a falta de dinheiro. Espera que a venda dos porcos a Edgar e Gerson renda dinheiro suficiente para não cortarem a energia elétrica de sua casa (Maia, 2011, p. 49).

Se o próprio “patrão” encontra-se em condição precária, então o que não imaginar de seus funcionários? Com o término do capítulo, Zé do Arame consegue “pagar suas contas”; inclusive, “com a satisfação do patrão, Edgar Wilson ganha uma comissão extra e aposta no cão canadense que esfacela o búlgaro” (Maia, 2011, p. 56).

O patrão possui “dedos grossos, truculentos e sujos” que não parecem afeitos à “calculadora” que utiliza, verificando o orçamento negativo “resignado”:

Sentado diante de uma mesa na cozinha de paredes encardidas, Zé do Arame digita com os dedos grossos, truculentos e sujos os números na calculadora. Resignado, o pobre homem lamenta-se com seu cão a falta de dinheiro (Maia, 2009, p. 48).

A designação parece mais afeita com um tom moral, mas sela uma espécie de minimização da hierarquia entre o proprietário empobrecido e o funcionário, sobretudo com a satisfação de Zé do Arame, que mesmo necessitando de dinheiro dá para Edgar “uma comissão extra”.

Desse ângulo, a perspectiva diegética não dá tônica para antagonismos. Não ocorreu com o patrão Zé do Arame, nem quando surge a polícia no Capítulo 5 (“Porcos são incapazes de olhar para o céu”), investigando o desaparecimento de Cleiton. Mesmo com informações (“— Ele desapareceu faz alguns dias e foi visto com vocês”), a abordagem não ocorre

arbitrária e truculenta por parte dos policiais, que após uma breve conversa se despedem simpáticos:

— OK, então — diz o policial. — Edgar Wilson e Gerson, obrigado pela atenção de vocês e pela ajuda. Não vou mais tomar o tempo de vocês, rapazes. Percebo que são gente de bem, que trabalha pesado.

— Não há de quê — diz Gerson, e Edgar Wilson só acena com a cabeça cordialmente.

Os dois policiais caminham até o outro lado da rua. Entram na viatura e desaparecem virando a esquina (Maia, 2011, p. 77).

É interessante essa cena, pois os policiais se despedem (“— Edgar Wilson e Gerson, obrigado pela atenção de vocês e pela ajuda”) sem nenhuma tentativa de repressão e que isso fica firmado sem a carteira de trabalho, que ao longo da história social brasileira foi a única garantia para ser considerado um cidadão.

Exemplos interessantes para compararmos esse aspecto poder ser encontrados em Jatobá (2016) e Martins (2022). No conto *Sabor de química*, o narrador-personagem descreve uma cena de violência simbólica, relacionada a formas de discurso sobre cidadania e trabalho. A cena específica é relatada a partir do momento de lazer no domingo, quando a polícia sempre aparecia no bar em que o narrador-personagem frequentava:

[...] dava umas voltas nas mesas verdinhas de sinuca rodeadas de gente, peruava um pouco sem caçar intriga, caçoava de um mais chegado, amigo se fosse. Olhava (nunca fui de taco) e me sentava de novo. Uns guardas se aproximavam procurando vadio. O pessoal se encolhia pelos cantos, receosos, ficam de pronto com a mão nos documentos, na profissional, pois identidade, diziam eles, é documento de ladrão (Jatobá, 2016, p. 180).

O aparecimento da polícia é sempre motivo de preocupação (“O pessoal se encolhia pelos cantos, receosos”). Mesmo não tendo praticado nada ilegal, é uma presença que faz “o pessoal” se intimidar, se “encolher”. Note-se a ênfase sobre a importância da carteira de trabalho (“pois identidade, diziam eles, é documento de ladrão”), aspecto que é uma “imposição de um certo universo de sentido” (Žižek, 2014, p. 18), conforme o filósofo esloveno define a violência simbólica e que, na narrativa, pressupõe condições históricas e sociais específicas.

Para provar que não é “vadio” ou “ladrão”, é preciso estar com a carteira profissional no bolso, exatamente como se caracteriza uma deficiência da trajetória da cidadania brasileira, que converge com a noção de “cidadania regulada” conforme estudos de Santos (1979) e Cardoso (2010; 2019), no sentido em que a existência cívica estava atrelada com estar trabalhando de carteira assinada.

Essa dinâmica comparece também no romance *Via Ápia*, publicado em 2022 por Geovani Martins, e no qual encontramos o personagem Washington que suporta o sofrimento produzido pelo trabalho e padrões somente porque possui a carteira assinada, que lhe traz mais segurança nas abordagens policiais, sendo o motivo principal de permanecer no emprego: “a carteira assinada garante alguma segurança. Toda vez que é parado pelos canas, Washington sente que eles ficam mais tranquilos quando veem o documento” (Martins, 2022, p. 175).

Assim, acreditamos que os dois exemplos permitem argumentar que a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” não aprofunda um delineamento em conflitos gerados pela iniquidade social, levando-nos a perguntar de onde Edgar pressupõe o grande Outro? Dessa forma, não apreendemos uma dinâmica em que não há uma “consistência do grande Outro” e que a posição do narrador “é basicamente uma crença no Outro do Outro, num Outro alguém, escondido por trás do Outro da textura social explícita”? (Žižek, 2018, p. 15). É o que nos aparenta com o que delineamos da perspectiva diegética, tornando-se mais plausível com a modulação arbitrária e determinista em que o narrador no quinto e último capítulo (“Porcos são incapazes de olhar para o céu”) compara Edgar com os próprios cães de rinha, promovendo “a redução do sujeito a uma passividade completamente instrumentalizada” (Žižek, 2018, p. 170).

Edgar Wilson é alguém “que não teve escolha”, assim como um “cão de rinha” que é adestrado:

Cão de rinha é um cão que não teve escolha. Ele aprendeu desde pequeno o que o seu dono ensinou. Podem ser reconhecidos pelas orelhas curtas ou amputadas e pelas cicatrizes, pontos e lacerações. Não tiveram escolhas. Exatamente como Edgar Wilson, que foi adestrado desde muito pequeno, matando coelhos e rãs. Que carrega algumas cicatrizes pelos braços, pescoço e peito. São tantos riscos e suturas na pele que não se lembra onde conseguiu a metade (Maia, 2011, p. 69).

São projeções deterministas que levam o ângulo narrativo à fatalidade. A ênfase da descrição recai na violência subjetiva, assim como foi a tônica da própria perspectiva diegética. Acreditamos que a partir dessa descrição vemos uma articulação entre Significante-Mestre e uma “autoridade liberal”, conforme uma exposição de Žižek (2012), com a qual trata sobre a naturalização do assujeitamento à ordem Simbólica:

o “Significante-Mestre” laciano designa precisamente essa força hipnótica da injunção simbólica que se apoia somente em seu próprio ato de enunciação – é aqui que encontramos a “eficácia simbólica” em seu mais puro grau. As três maneiras de legitimar o exercício da autoridade (“autoritária”, “totalitária”, “liberal”) não são senão três maneiras de encobrir, de nos cegar para, o poder sedutor do abismo dessa chamada

vazia. De certo modo, o liberalismo é até mesmo a pior das três, uma vez que naturaliza as razões para a obediência na estrutura psicológica interna do sujeito (Žižek, 2012, p. 174).

Essa naturalização da estrutura psicológica de Edgar parece ter o feito para a ênfase na violência subjetiva dos assassinatos, que são apenas tenuamente ancorados no caráter material das iniquidades. Assim, chama a atenção que, embora mencione um passado de Edgar, com a qual “interpreto todas essas mudanças como resultantes da minha personalidade, e não como resultante do fato de eu ser lançado ao léu pelas forças do mercado”, conforme assinala o esloveno, observando, ainda, que essa postura “*naturaliza* as razões para a obediência na estrutura psicológica interna do sujeito” (Žižek, 2012, p. 174, 178).

Isso porque para prevalecer a tônica na violência subjetiva, o estilo brutalista no contexto da narrativa possui um grande Outro Textual⁷⁵, que vai funcionar “como sujeito suposto não saber, como órgão do qual se deve esconder a realidade cotidiana vulgar” (Žižek, 1994, p. 58), ou seja, levando o narrador a não tratar do movimento das contradições do caráter material das iniquidades, cujo resultado, do ponto de vista formal, é a violência subjetiva ser o centro de interesse e as questões do trabalho ficarem à margem, — como Edgar não enunciar mal-estar com o trabalho explorado, reiterado pelo narrador, ambos se mostrando cegos aos conflitos próprios dessa dimensão, sobressaindo a áurea de assassino brutal do que propriamente um trabalhador precarizado em seu processo de informalização.

Esse resultado articula-se, enfim, com os aspectos já discutidos no Capítulo I, sobre os limites do aproveitamento da matéria do trabalho e os constrangimentos ideológicos na condução de sua representação. Vimos anteriormente também que existe um *déficit* esmagadoramente desconcertante na literatura contemporânea no tangente à representação do trabalho e trabalhadores.

Todavia, essa dimensão hegemônica não aparenta ser completamente desestabilizada, pois a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” aparenta ser mais uma “transgressão inerente” (Žižek, 2008, 2017). Sobre esse aspecto, o filósofo esloveno possui o exemplo da “invisibilidade de trabalhadores” em filmes (Žižek, 2018). Existe a invisibilidade, mas Žižek (2018) destaca também um redimensionamento das forças produtivas do Imaginário que criou uma “identificação do trabalho manual com o crime” (Žižek, 2018, p. 96).

⁷⁵ Inspiro-me aqui em *As faces do Grande Outro lacaniano na subversão da tragédia euripídiana*, de Silva e Cassiano (2020).

Será tal identificação que realiza as amarras da força representacional em casos de surgir o tema do trabalho em produções cinematográficas, com destaque para a hollywoodiana:

[...] a ideia de que o trabalho manual, o trabalho árduo, é em sua origem uma atividade criminoso indecente que deve ser ocultada do olhar público. Nos filmes de Hollywood, as únicas vezes que vemos o processo produtivo em toda a sua intensidade é nas cenas em que o herói penetra no domínio secreto do chefe dos criminosos e descobre aí o local onde se faz todo o trabalho (destilar e empacotar droga, construir um míssil destinado a destruir Nova York etc.). Em geral, quando James Bond é capturado pelo chefe dos criminosos, este o leva a sua fábrica clandestina, e isso é talvez o mais próximo que Hollywood chega da orgulhosa apresentação realista-socialista da produção numa fábrica. E é evidente que a função da intervenção de Bond é fazer ir pelos ares o tal centro de produção, permitindo-nos voltar à ilusão cotidiana de que vivemos num mundo de onde “desapareceu a classe operária” (Žižek, 2018, p. 96).

Trata-se aqui de um achado analítico muito instigante, que, embora não pertença ao contexto brasileiro, suscita reflexões. Para isso, torna-se relevante um olhar para a narrativa *A guerra dos bastardos* publicada antes de “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”.

Edgar Wilson surge pela primeira vez no romance *A Guerra dos Bastardos*, publicado em 2007. Trata-se do segundo romance da escritora, enquanto no primeiro, *O habitante das falhas subterrâneas*, publicado em 2003, a narrativa focaliza o personagem Ariel Esperanto, amargurado em solidão e que busca romper a barreira da própria inferioridade, em um caminho tortuoso de saída da adolescência.

É interessante observar que já entre o primeiro e o segundo romance não há uma continuidade temática e começa a ser esboçado uma mudança estilística, que é importante de ser caracterizada. A composição de *O habitante das falhas subterrâneas* é guiada a partir das memórias do personagem-protagonista, que configuram um quadro de dilemas existenciais, relações familiares e intersubjetivas. Diferentemente das narrativas posteriores, nos deparamos com um personagem de classe média alta, geograficamente localizado em São Paulo, que frequenta um colégio particular e em cujo término da narrativa presta vestibular para os cursos de Letras e Jornalismo, privilégios sociais que demarcam ao longo da perspectiva diegética o acesso ao capital cultural e econômico.

As técnicas de fluxo de consciência e de monólogo interior presentes neste primeiro romance cedem lugar para um estilo mais enxuto a partir de *A Guerra dos Bastardos*, que será a inflexão do seu processo autoral, sobretudo a partir do romance *De Gados e Homens*, em que a aridez e o laconismo da linguagem ajustam-se ao vazio do mundo colapsado e desertificado que tematiza, assim como um novo ângulo de classe, a partir do qual o mundo do trabalho

faz parte da vivência dos personagens e o tom e o léxico começam a balizar pela expressão da brutalidade.

Em *A Guerra dos Bastardos*, alguns dos trabalhos estão ligados ao circuito audiovisual. Pode-se lembrar aqui de certo hibridismo literário da literatura contemporânea, conforme demarcado por Schøllhammer (2009), quando expõe que uma das “características da ficção que se inicia no início da década de 1990 é a intensificação do hibridismo literário que gera formas narrativas análogas às dos meios audiovisuais e digitais” (Schøllhammer, 2009, p. 38). Neste romance em questão, não somente nessa relação inicial de ocupações, mas como também é perceptível que a escritora está buscando soluções técnicas de um caráter mais visual, mais próximos de efeitos cinematográficos.

Voltando às ocupações, temos: Amadeu é ator pornô; Dimitri trabalha em uma videolocadora; Zeferino Manches é dono do estúdio pornô onde também trabalha Greice Sally, mas opera sobretudo no mercado ilícito, como Edgar Wilson e Pablo; Horácio é assistente técnico de Edwiges D’Lambert, produtora de filmes vanguardista, enquanto Guilherme Benigno está fazendo um filme “independente” em uma favela. São todas atividades marcadas na narrativa pela insegurança salarial; “dívidas crescendo” (Maia, 2007, p. 68), que fazem esses personagens oscilarem entre o mercado de trabalho e aspirações econômicas ilícitas, em que todos pensam “numa forma de ganhar dinheiro mais rapidamente e não se enfadar tanto com o seu trabalho” (Maia, 2007, p. 21).

Uma descrição contida no romance sintetiza de certa forma esse aspecto, quando abarca uma luta ilegal da personagem boxeadora Gina Trevisan. Após não conseguir mais contratos no circuito legal, Gina cede à proposta de Zeferino de participar de suas lutas clandestinas, que ocorrem na boate dele; e, assim, em uma tarde ensolarada:

Os convidados não eram poucos e a animação faz vibrar o assoalho quase eletrificado. Homens e mulheres, a sacola de apostas roda cada mesa, as garçonetes servem os convidados. Uma hora da tarde. Lá fora um sol calcinante, trânsito descompassado, pessoas suadas trabalhando, os desempregados em grandes filas de agências de emprego, amontoados em velhos prédios, preenchendo fichas de inscrição, e dentro daquele salão, autoridades de respeito despejam o dinheiro público em salvas, patrocinando o espancamento, vez ou outra debochando de alguma decisão jurídica (Maia, 2007, p. 81).

Encontramos, na narrativa deste segundo romance, o dinheiro como mediador da perspectiva diegética, na qual as ações dos personagens envolvem principalmente a busca por uma bolsa vermelha repleta de dinheiro e cocaína, e essa busca se constitui em uma máquina de reprodução de violências.

São nesses circuitos de legalidade e ilegalidade que surge, no sexto capítulo de *A Guerra dos Bastardos*, Edgar Wilson, como personagem coadjuvante, porém é interessante notar que a exposição da sua trajetória articula de forma extensiva, mais do que qualquer outro personagem, a miséria, a violência, a degradação humana e ausência de esperanças que constitui justamente nos temas que as narrativas posteriores buscaram formalizar, o que indicará a estabilização, conforme pretendemos delinear, desse personagem no conjunto ficcional como intrinsecamente ligado à própria matéria social que se busca solucionar.

Neste romance, a voz narrativa é de Dimitri Callaros, funcionário de uma videolocadora e de quem Edgar Wilson é irmão adotivo. Vemos o discurso narrativo surgir em primeira pessoa, conforme o romance anterior, mas agora esse narrador também se oculta em terceira pessoa. Assim, com o discurso narrativo partindo da perspectiva intradieética, vemos constantemente uma modificação de nível narrativo de Dimitri, passando do homodieético para um nível extradieético, condição que elabora uma focalização variável, permitindo “a circulação do núcleo focalizador do relato por vários personagens” (Reis; Lopes, 1980, p. 252). Quando Edgar Wilson surge no sexto capítulo, ao lado do seu parceiro de trabalho Pablo, momento em que ambos estão investigando a localização da bolsa vermelha, a voz narrativa busca de imediato fazer uma retrospectiva, embora não minuciosa, da sua vida.

A experiência do abandono marca a infância desvalida e pobre, sendo criado em um convento até a sua adoção:

Quando criança, foi abandonado sob um viaduto e criado por freiras de um humilde convento, sendo entregue para adoção aos 12 anos de idade. O corpinho franzino, barriga protuberante, feridas de piolho na cabeça, um suor morrinhento, rosto pálido cadavérico e um olhar triste foram o suficiente para que uma viúva, com apenas um filho, se compadecesse (Maia, 2007, p. 52).

Ainda adolescente, “foi trabalhar de empacotador e moedor de ossos no mercadinho do bairro”, onde comete o assassinato da idosa “dona Betinha, 65 anos, viúva”. A idosa é apresentada tendo “uma implicância pessoal com Edgar Wilson”, a partir da qual sempre proferia desaforos quando o encontrava no mercadinho (Maia, 2007, p. 52).

A gota d’água foi quando o desaforo se torna ofensa e retoma o vento traumático do abandono:

Um dia, insistentemente decide conhecer o frigorífico e checar em que condições são preservadas as carnes. Subserviente, Edgar Wilson destrancou as três pesadas portas, enquanto dona Betinha resmungava impropérios atrás dele. Dentro do frigorífico, ela percebeu irregularidades. Culpou Edgar pela sujeira e descuido do local. Ameaçou chamar a

vigilância sanitária e, espumando, lançou perdigotos em seu rosto. “Porcos! Deveriam ser abatidos! Somos pessoas de bem, de respeito. Que fedor! Como você fede, rapaz! Você e esse frigorífico fedem! Por isso seus pais deixaram você, rapazinho. Porque você fede o tempo todo; tanto que faz as carnes apodrecerem.” (Maia, 2007, p. 53)

A morte ocorreu no próprio frigorífico, onde Edgar “desossou dona Betinha”, transformando parte do seu corpo “em robustos e gordurosos bifos sangrentos” (Maia, 2007, p. 54). Tal lembrança talvez possa ser suposta como o primeiro assassinato de Edgar Wilson, porém não é um aspecto aprofundado pela focalização, assim como não encontramos estruturada uma dimensão impressionante do personagem, dado o fato de a focalização não se ater ao aprofundamento de características, sejam físicas, psicológicas e sociais.

Sabemos que trabalha para Zeferino, que por sua vez é o dono de boates, de uma gravadora pornô, chefe de quadrilha, agiota, envolvido com lutas de boxe ilegais e com tráfico, também sendo o dono do dinheiro e cocaína desaparecidos. E quanto à função de Edgar, indica-se apenas que faz “cobranças” para Zeferino, de modo que este designou a Edgar que investigue o paradeiro da bolsa. Assumir essa função faz dele uma espécie de detetive, cuja investigação possui recursos como a criação de suspense e algum mistério, que contribuem para envolver o leitor na trama, como acontece com o próprio Dimitri, que é tragado ao mundo da ilegalidade ao acompanhar seu irmão nessa busca pela bolsa.

Ao acompanhar o irmão nessa trajetória, Dimitri, que já considerava Edgar “um ótimo irmão, preocupado com minha saúde e bem-estar” (Maia, 2007, p. 59), reconhece e se identifica com a característica calculista do seu irmão:

Edgar nunca reage imediatamente, não sabe o que é ímpeto, impulsividade. Pondera as questões, percebe o todo e sua unidade, e toma as atitudes com o domínio inebriante da razão. No silêncio encontra conforto, impõe respeito, temor, e mergulha no doce e minúsculo lago do espírito, enquanto o mundo extingue-se sem fazer barulho, submerso (Maia, 2007, p. 101).

Embora não seja nosso objetivo se debruçar nesses dois primeiros romances, será proveitoso para dimensionarmos a mudança de rumos no projeto estilístico-temático de Ana Paula Maia. *O habitante das falhas subterrâneas* está dentro do campo hegemônico da produção literária, como vimos anteriormente com as pesquisas de Dalcastagnè. Tratava-se de um protagonista de classe média alta, em que o espaço da narrativa é essencialmente urbano e com escassos momentos em que o discurso busca trazer à narrativa estratos populares. E quando esse estrato surge, não parece ser exagero considerar que sua função na narrativa está

atrelada à necessidade de restauração da autoridade paterna, no sentido em que Žižek (2011) trata acerca de algumas produções fílmicas hollywoodianas.

Ou seja, a restauração da autoridade paterna como modo de assegurar Ariel no espaço intersubjetivo de classe média, permitindo-o “contar” com esta “ordem simbólica para abastecer o horizonte que permite localizar [sua] experiência numa totalidade significativa” (Žižek, 2011, p. 52). O estrato popular na narrativa surge nos momentos de ápice das transgressões de Ariel, mas o sentido hierárquico das relações e experiências nunca é desconstruído, de modo que nesse aspecto temos a dimensão “do jovem rico em crise cuja vitalidade é restaurada pelo breve contato íntimo com a vigorosa vida dos pobres” (Žižek, 2011, p. 77).

Um exemplo analítico proposto acerca desse aspecto pelo filósofo esloveno é em relação ao par amoroso Jack e Rose, no filme *Titanic* dirigido por James Cameron, no qual é destacado em plano de fundo da narrativa fílmica a restauração da função paterna em Rose:

Há outra pista nos momentos finais de Di Caprio. Ele está morrendo congelado na água fria, enquanto Winslet flutua em segurança num pedaço de madeira; sabendo que vai perdê-lo, ela grita: “Nunca deixarei você partir!”, ao mesmo tempo em que o afasta com as mãos. Por quê? Porque ele já cumpriu seu propósito. Afinal, por trás da história de amor, *Titanic* conta outra história, isto é, a de uma menina mimada da alta sociedade que passa por crise de identidade: ela está confusa, não sabe o que fazer com ela mesma; e DiCaprio, muito mais que seu amante, é uma espécie de “mediador evanescente”, cuja função é restaurar seu senso de identidade e objetivo na vida, sua autoimagem (de modo bastante literal: ele desenha a imagem dela); terminado o serviço, ele pode desaparecer. (Žižek, 2011, p. 77).

Assim, de forma semelhante, temos a “autoimagem” de Ariel sendo restaurada e o contato com os estratos populares desaparecendo, e que se torna apenas uma história que “irá guardar bem lá no fundo de algum cofre ou baú, onde eu mesmo possa me esquecer dela” (Maia, 2012, p. 225).

Contudo, já no segundo romance, *A Guerra dos Bastardos*, a história dos estratos populares sai do baú, é agora desrecalcada, pois como comentamos anteriormente os personagens deste segundo romance são trabalhadores de uma classe média baixa. Mesmo aqui, ainda é preciso se atentar para contradição desse aspecto, visto que embora encontremos o grande mérito dessa inserção em sua narrativa, com personagens bem demarcados em um espaço profissional, a perspectiva diegética não está situada nas relações sociais de trabalho. Aspecto que também vimos anteriormente com Dalcastagnè, que apontou que a mera indicação da profissão de um personagem não indica que necessariamente possui significado na narrativa.

A questão do dinheiro em *A Guerra dos Bastardos* encontra-se deslocada, transposta das relações de trabalho em um mercado formal, de modo que o narrador é forçado a refletir sobre a sua inserção na dinâmica de ilegalidade de Edgar Wilson. O dinheiro aparece no vínculo entre ilegalidade e violência, em que a posição do narrador-personagem diz respeito à construção de uma renúncia em ser um mero trabalhador assalariado no mercado formal e o aumento de investimento libidinal em dinâmicas e modalidades de ganhos econômicos ilegais.

E de fato, no momento presente da enunciação do discurso, Dimitri revela que “agora ganho sete vezes mais” (MAIA, 2007, p. 10). Essa experiência de gozo com o ganho monetário só ocorre quando entra no mundo ilegal, revelando que a esfera de trabalho legal, com o seu baixo salário e privação econômica, funciona como um significante desprovido de significado, embora ainda haja resíduos de conteúdo normativo ao nos atermos no prólogo do romance.

O relato de Dimitri é escrito depois que os acontecimentos já ocorreram, sendo, portanto, feito num período que não é o dos acontecimentos narrados. Essa distância no tempo permite que exponha no prólogo certo conflito em relação à sua nova vivência de ganhos econômicos ilegais:

Por que diabo me preocupo tanto? [...] Antes de tudo isso, eu era apenas um funcionário frustrado e mal-humorado trabalhando numa videolocadora. “Ei, Dimitri”, eu falava pra mim. “Isso tem que mudar, meu chapa.” Alguma coisa tinha que acontecer e alguém distante iria interferir de modo não muito discreto em minha vida. Agora sou um pouco mais mal-humorado, a frustração ganhou proporções que não caberiam aqui, porém agora ganho sete vezes mais. É, dá pra viver com a parte ruim. Mas estou longe de ser o protagonista nisso tudo, que nada, apenas um personagenzinho um tanto apagado, mas alguém precisa fazer isso, contar toda a história (Maia, 2007, p. 10).

Observando esta reflexão de Dimitri, é possível notar certa ambiguidade no discurso, com a coexistência de uma “frustração” à sujeição criminal e a satisfação com o ganho econômico nesta ilegalidade. Mas qual “frustração” é exatamente esta, pode-se perguntar ao lembrarmos do Capítulo 9, no qual encontramos significativo índice não só de insatisfação pessoal, mas sobretudo de uma vida fraturada pelo impacto da desagregação de representações imaginárias e de expectativas de satisfação no interior da esfera do trabalho:

[...] eu havia acabado de perder meu segundo emprego: ouvir suas histórias. Aquele dinheiro como acompanhante em minhas horas vagas iria fazer muita falta. [...] Duas horas depois, arrumei minhas coisas, o que não era muito, porque tudo era alugado. Naquela tarde, segurando um jornal de classificados, chego ao sótão de Lozonni, que ostenta a placa ALUGA-SE ainda mais desgastada pela chuva dos últimos dias. Sem os serviços prestados a Gisela, não poderia continuar pagando aquele aluguel.

Consegui pegar R\$ 200,00 escondidos numa lata de goiabada [...] Acerto um pombo com um estilingue, que tomba para a esquerda, mas não cai. Odeio essas aves que insistem em dividir o mesmo espaço comigo. Meu constante mau humor às vezes me incomoda, a falta de dinheiro também. Não vejo muitas possibilidades adiante. Imaginar-me daqui a vinte anos, vivendo a mesma porcaria de vida, e a sensação de terminar meus dias num tonel, masturbando-me em troca de centavos, uma espécie de atração asquerosa; é preferível atirar-me deste sótão e ser comido pelas aves. Penso que esses malditos pombos comeriam a minha cara, ou melhor, eles me comeriam até os ossos e depois me cagariam por toda a cidade. Praças, igrejas, escolas, carros. Haveria Dimitri por todos os cantos. Eu faria uma lambança. Havia tentado trabalhar em algumas produções do estúdio de Zeferino, por intermédio de Edgar Wilson, mas fui dispensado porque não conseguia conter a excitação com tantas mulheres nuas; e não havia naquilo arte alguma, o que maculava minha alma. Talvez devesse aceitar a proposta de Edgar e seguir seus passos. Passaria por um estágio, um treinamento, e talvez encontrasse algum tipo de motivação artística para desenvolver o ofício de meu irmão (Maia, 2007, p. 73).

Em ambos os trechos o tom parece ser o do nó na garganta, condição que podemos acreditar que seja advinda da perspectiva bloqueada em relação às oportunidades legais no mercado de trabalho. “Não vejo muitas possibilidades adiante [...] daqui a vinte anos, vivendo a mesma porcaria de vida”, registrou, com efeito, o personagem-narrador, indicando a experiência descontínua e intermitente das oportunidades legais e como isso causa uma fratura na vivência, uma sobrevivência precária. Dimitri circunscreve a intenção de “seguir os passos de Edgar” em incerteza, decorrendo daí provavelmente a “frustração” pontuada no Prólogo do romance.

“A frustração é, por essência, o domínio da reivindicação”, observava Lacan (1995, p. 36). No caso de Dimitri, poderíamos pensar em reivindicação? O que estaria, então, sendo reivindicado? Não seria descabido inferirmos uma reivindicação e nem que o destino de Dimitri se sintetiza aqui: podemos apreender o dinheiro ilícito como um objeto substituto; sua reivindicação é de que sua perspectiva não estivesse bloqueada, e que na verdade o que se gostaria é de estar ganhando dinheiro dentro do mercado de trabalho legal, cujo aspecto simbólico é decepcionante, causando assim a “frustração”, como dano no Imaginário.

A ordem simbólica é insuficiente para aplacar a demanda/desejo por dinheiro, condição que vem a fraturar o Imaginário do personagem, conforme podemos depreender do discurso lacaniano, visto que Lacan (1995) considera que “o centro da noção de frustração, na medida em que esta é uma das categorias da falta, é um dano imaginário. É no plano imaginário que ela se situa” (Lacan, 1995, p. 36). Assim, além da fratura há uma posterior força disruptiva, tendo que reorganizar a sutura entre objeto e gozo para além da Lei simbólica, experiência que é da ordem do traumático e, por consequência, do registro do Real.

Ainda nos atendo ao Prólogo, percebe-se um esgarçamento da experiência cotidiana, como um baixo-contínuo, convertido no personagem Edgar Wilson, afinal como responsável pela intrusão do Real. Recorrendo à Žižek para circunscrever essa questão, precisamos visualizar nesse momento que

Nada transmite melhor sua posição subjetiva nesse momento do que essa aversão, que constitui um testemunho da ausência do quadro fantasmático que serviria de mediador entre sua subjetividade e o real bruto da substância da vida. A vida torna-se repugnante quando a imaginação que medeia nosso acesso a ela se desintegra, de modo que ficamos confrontados com o Real (Žižek, 2018, p. 68).

Diante desse aspecto, parece-nos possível compreender certo descompasso no romance, em que apenas tenuamente ancora-se no espaço profissional dos personagens, mas cujos percursos não se articulam diretamente ao conflito da bolsa de dinheiro que o próprio romance delineia em sua perspectiva diegética. Dalcastagné (2012) assinala ser muito frequente na literatura brasileira contemporânea narradores que “[...] estão envolvidos até a alma com a matéria narrada” (Dalcastagné, 2012, p. 75), mas este não é o caso em *A Guerra dos Bastardos*, mesmo em se tratando de um narrador-personagem. Isso porque o Imaginário estilhaçado, que implica no reconhecimento do estreitamento dos horizontes, leva ao esmagamento do sujeito e perda da realidade, deslocando assim a nervura das relações iníquas do próprio trabalho legal como experiência do Real.

“O outono, quando chega, ajuda a derrubar as lembranças e a secar suas folhas; desnuda os galhos da memória”, Dimitri deixa registrado (Maia, 2007, p. 11). Que memórias precisam ser desnudadas, reveladas? Esse “desnudar” indica essa intenção de conseguir compreender o que foi acontecido. A narrativa de *A Guerra dos Bastardos* constitui uma rememoração de eventos passados, funcionando como tentativa de ressimbolizar as experiências desde o momento que decidiu “seguir os passos de Edgar”.

Edgar Wilson constituiu para Dimitri em uma fenda entre o Simbólico e o Imaginário, aspecto que permite talvez conceber porque ele adquiriu importância aos olhos da escritora Ana Paula Maia, embora neste romance fosse apenas um personagem coadjuvante, condição que leva, por sua vez, a outro descompasso, agora entre o autor-implícito e o narrador-personagem. Sabemos, desde Friedman (2002), que o autor-implícito pode pactuar ou não com o narrador, pois “muito embora o narrador seja uma criação do autor, a este último, de agora em diante, será negada qualquer voz direta nos procedimentos” (Friedman, 2002, p. 175).

Referimo-nos, assim, ao descompasso entre “Dedicatória”, como registro do autor-implícito, que se coloca em favor dos “degenerados, desmedidos e renegados”, enquanto

para Dimitri isso se equaciona no “cheiro podre do ar” que não se quer mais respirar, na ambivalência da sua decisão de “seguir os passos de Edgar” e o reconhecimento da perspectiva bloqueada no mercado de trabalho legal, condições que precisam ser ressimbolizadas, — e o são, como vimos, sem um aprofundamento das relações dentro da própria esfera do trabalho.

Com o aprofundamento do estilo brutalista os principais problemas estéticos aparecem. Dessa forma, parece-nos possível aquilatar que para esse aprofundamento a matéria do trabalho acaba como “ponto vazio da *decisão* formal sem nenhum peso concreto” (Žižek, 2017, p. 138).

Em nível de esclarecimento, aspecto semelhante pode ser observado com as pesquisas de Bentes (2002; 2003; 2007), que identifica, partindo da estética modernista do Cinema Novo, em filmes contemporâneos uma espetacularização da miséria através de um “gozo *voyeur*” pela violência subjetiva. A representação esmorece para o estereótipo porque se quer “consumível”, de modo que a caminho da violência subjetiva mais reproduz do que contesta a violência da sociedade, permitindo que a miséria seja “consumida como elemento de ‘tipicidade’ ou ‘natureza’ diante da qual não há nada a fazer” (Bentes, 2007, p. 244).

Em conformidade com a autora, sobressai o fascínio recorrente com “o espetáculo dos pobres se matando entre si”, como uma representação “em nome de narrativas brutais”, que são assim conduzidas porque fazem a “demissão de um discurso político” e “quase nunca se pretendem ‘explicativos’ de qualquer contexto, não se arriscam a julgar, narrativas perplexas, e se apresentam como ‘espelho’ e ‘constatação’ de um estado de coisas” (Bentes, 2007, p. 249).

Bentes (2002; 2003; 2007) assinala um impasse na representação da pobreza em filmes contemporâneos, lançados a partir de 1990. É um impasse que não está distante da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Procuramos demonstrar que de início a narrativa delineia que o objetivo era a representação do trabalho, porém, essa dimensão fica elidida, por uma específica utilização do estilo brutalista. Nesse aspecto recuperamos o argumento do filósofo esloveno, segundo o qual “o que precisa ser trazido à luz pela interpretação” implica “no modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva em seu processo de enunciação” (Žižek, 1996a, p. 13). É em vista disso que o “conteúdo” pode ser apreendido em uma “determinação oposicional”, dado a condição de uma “complexa rede de relações entre o fundamento e o fundamentado”; levando à uma posição de compreensão, conforme o autor, de que “no próprio conteúdo do fenômeno a ser explicado deve-se isolar algum momento e concebê-lo como ‘fundamento’ de todos os outros momentos, os quais aparecem, desse modo, como aquilo que é fundamentado” (Žižek, 1993, p. 138-139, tradução nossa).

O argumento suscitado pelo filósofo leva a questionar que o crime foi “isolado” para se fundamentar o “conteúdo” do trabalho a ser representado, o que modifica o estatuto simbólico do narrador. Nesse sentido, recorreremos à argumentação do filósofo esloveno para sintetizar nosso argumento, segundo o qual consideramos que a violência subjetiva se torna “o *point de capiton* que ‘estofa’ seu discurso, que o ‘totaliza’ de fora, que toma para si o momento de ‘decisão’ e confere a esse discurso a dimensão ‘performativa” (Žižek, 2017, p. 138).

Essa dimensão performativa está atrelada com uma linha expressiva do mercado editorial e do campo literário brasileiro. Com efeito, é com “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” que Ana Paula Maia se insere de forma definitiva no campo literário brasileiro. Está em jogo reconhecer que, no mercado literário, “as formas de violência se transformaram em valiosa mercadoria”, como destaca Pellegrini (2018), ao observar que “o controle do mercado” vai expropriar a dimensão “até então contestador e resistente” do estilo que ficou conhecido como “brutalista” (Pellegrini, 2018, p. 209). A autora discute a diluição do “rendimento estético” na figuração contemporânea da violência (daquela que, no caso do Materialismo Lacaniano, Žižek classifica como subjetiva), propondo que a indústria capitaliza sobre o apelo da violência, transformando-a em um atrativo para o público consumidor, “para a velha fruição de um mórbido deleite” (Pellegrini, 2018, p. 222).

Por ora, a questão parece ser de como utilizar um modelo narrativo, enquanto Significante-Mestre, não implica acatar também sua ideologia, que limitar o desenvolvimento temático em função de determinações ideológicas? Ou então, possibilita progredir uma temática que nega o que de fato está em jogo? Alguns fatores se entrecruzam para possibilitar isso na narrativa.

4.3 *O Significante-Mestre e a transgressão inerente.*

É interessante pensarmos o lugar do Significante-Mestre que implica na relação excêntrica da posição do narrador frente à matéria narrada. Acreditamos que o conceito de Significante-Mestre possibilita rastrear as formações discursivas, com suas estratégias de plano enunciativo e progressão temática. A partir de análises fílmicas de Žižek, Flisfeder (2012) assinala que o esloveno em alguns casos identifica a presença do Significante-Mestre para evitar um encontro traumatizante com o Real: “O Significante-Mestre, como a linha

‘suturante’ do campo da realidade Simbólica — ou eficiência simbólica do texto fílmico — fecha a ferida aberta pelo Real do olhar” (Flisfeder, 2012, p. 60, tradução nossa⁷⁶).

Tendo como base a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” de Ana Paula Maia, é de extrema relevância partirmos desse conceito para refletirmos, atentos ao modo como o Significante-Mestre totaliza em um campo coerente e homogêneo, cuja função é estruturar a recusa (*Verleugnung*) do antagonismo na narração e, conseqüentemente, permitir a “transgressão inerente”.

Edgar Wilson é um “outro” — de outra classe e de outro contexto social — que a voz narrativa busca realizar um movimento de aproximação com o foco narrativo. Esse movimento possui uma dimensão de autoridade, pois consideramos possível apreender que nessa aproximação da voz narrativa (polo objetivo do sujeito de enunciação em relação ao personagem), ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, não há abertura à dimensão da posição subjetiva de Edgar.

Ao longo dos dois subcapítulos anteriores, buscamos chamar atenção para uma espécie de impermeabilidade do discurso narrativo em relação às vozes dos personagens. Um novo exemplo consta próximo ao final do Capítulo 5 (“Porcos são incapazes de olhar para o céu”), no momento de encerramento do episódio no qual ocorre a abordagem policial:

Os dois policiais caminham até o outro lado da rua. Entram na viatura e desaparecem virando a esquina. [...] Edgar e Gerson vão para a oficina.
— Não será aquele sujeito do sequestro, Edgar?
— Pode ser.
— Lembra do nome dele?
— Não me lembro nem da cara dele.
— Que se dane. Como disse o policial, somos gente de bem e que trabalha pesado.
— Isso mesmo, Gerson. Isso mesmo. Agora, segura esse bicho aí.
Edgar Wilson aperta com um porrete a cabeça do animal. Só dá tempo para mais um grunhido e outro golpe é desferido. Ele tomba, agonizando, e o segundo da fila é arrastado para o abate. Edgar seca o suor da testa, apanha outro maço de cigarros atrás do balcão do escritório da oficina, acende um e volta às cacetadas nos porcos. “Somos gente de bem e que trabalha pesado”, é o que pensa quando atea fogo num dos porcos até fazer crepitar sua pele, antes de abri-lo de uma ponta a outra (Maia, 2009, p. 77-78).

O narrador indica o pensamento de Edgar, selecionando de forma concisa (“Somos gente de bem e que trabalha pesado”), realçando a sua onisciência. O pensamento em estilo indireto é incorporado na descrição, justamente objetiva e impessoal da sequência de ações da atividade laboral, realçando também a crueza da voz narrativa. Embora seja um

⁷⁶ Na versão original: “The Master- Signifier, as the thread “suturing” the field of Symbolic reality— or, the symbolic efficiency of the filmic text— seals the wound opened up by the Real of the gaze”.

pensamento do personagem em estilo direto, a incorporação nos parece assinalar antes a *distância* do que a possibilidade de se unir ao personagem, conforme a própria presença das aspas assegura.

Esse é um dos motivos da nossa expressão “gozo descafeinado” aplicado nesta narrativa. Um conjunto contribui para isso. Acreditamos que o conjunto da impermeabilidade do discurso narrativo em relação às vozes dos personagens, juntamente com o fascínio pela violência subjetiva, resulta no esquematismo formal da narrativa. Com isso, no cômputo geral da perspectiva diegética, torna-se plausível considerar que o ponto de vista narrativo pende para o lado oposto da imagem do narrador interessado na vida dos mais pobres.

Uma ambivalência que nos leva a recordar, conforme salientamos no Capítulo I, sobre a representação do trabalho e trabalhadores, a incorporação à literatura de pobres, é um grande dilema. Nesse aspecto, Corpas (2009) inclusive assinala que “grande parte dos melhores momentos da ficção brasileira nos últimos momentos da ficção brasileira nos últimos cento e poucos anos corresponde a tentativas de solucionar o dilema do artista posto na classe média ou alta, escrevendo para a classe média ou alta sobre um ‘outro’ social” (Corpas, 2009, p. 20).

Especificamente no caso de Ana Paula Maia, a problemática se difere em ser apenas uma “limitação de classe” da escritora. Como temos afirmado, uma contradição é apreendida pelo próprio recorte do foco narrativo, compreendo que a matéria narrativa já possui significados intrínsecos no processo histórico-social. Não à toa uma autoridade do narrador que possui correspondência com uma dimensão histórica que relegou a insignificância os sujeitos dos estratos subalternos. Fink (1998), por exemplo, assinala que o discurso do mestre “incorpora a função alienadora do significante ao qual estamos todos assujeitados” (Fink, 1998, p. 161). E não estamos assujeitados justamente a esquecer a superexploração sistemática e cotidiana de sujeitos que pertencem à fração mais descartável da classe trabalhadora?

A representação do outro encontra seu limite numa voz e ponto de vista transformados em autoridade narrativa. Conforme nos lembra Silva (2009), o discurso do mestre é “inautêntico e inconsistente”, na medida em que sua legitimidade está ancorada numa imposição arbitrária. Tal aspecto nos levou à questão da *Verleugnung*, para propor uma interpretação desse movimento narrativo. Žižek utiliza a categoria em diversos momentos, assinalando, por exemplo, em “*Verleugnung* do trauma da luta de classes” (Žižek, 2016, p. 163), também em “*Verleugnung* do antagonismo” (Žižek, 2015, p. 564). O termo é originalmente de Freud, pertencendo a “toda uma série, e até um sistema, de negações no inconsciente” (Žižek, 2015, p. 422).

Em ensaio que aborda o conceito na trajetória de Lacan, Adam (2005) assinala que o termo teve significativa importância: “a expressão “*Verleugnung*” será para Lacan um termo valioso que ele esclarecerá progressivamente, equilibrando-o com o termo “*Verdrängung*”, o recalque, mecanismo de defesa fundamental, mas não exclusivo, do aparelho psíquico, relacionando-o não apenas a uma simples negação, mas à ambiguidade intrínseca do modo negativo” (Adam, 2005, s/p., tradução nossa⁷⁷). Na exposição de Adam (2005), observa-se também que a noção articula uma compreensão que recai na ambiguidade intrínseca ao modo dessa negação/recusa.

Destacamos em conformidade com Adam (2005), que a *Verleugnung* promove certa deformação da realidade percebida pelo sujeito. A nosso ver, isso possui grande vínculo com o que temos exposto e proposto acerca de uma anamorfose ideológica pelo fascínio do narrador pela violência subjetiva.

Por exemplo, na tese *Faces brutalizadas na literatura brasileira: configurações do anti-herói na escrita de Ana Paula Maia*, Lima (2020) ao abordar a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” até considera que existe uma forte presença da “a exploração do trabalho e a destruição da subjetividade do trabalhador” (Lima, 2020, p. 15), porém este não é foco de sua análise e nem esse aspecto é articulado com a investigação proposta em relação à violência presente nas obras analisadas em seu *corpus*. Em certo momento os personagens trabalhadores são considerados “operários”, como “o proletário de Marx ou de Zola” (Lima, 2020, p. 99).

Contudo, se for assim, não se modificou nada nas relações sociais desde então? Se são “operários” o dilema passa longe de qualquer implicação de informalidade. Ao concordarmos com Schwarz (2000) que a lógica estrutural das relações sociais se converte em princípio formal da obra literária, no sentido em que a matéria ficcional trabalhada “é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência” (Schwarz, 2000, p. 31), então não é possível que os personagens trabalhadores tenham a mesma dimensão do século XIX. Schwarz (1999) possui algumas formulações incisivas sobre esse aspecto, que intitula sugestivamente de “um programa para a crítica literária brasileira” (Schwarz, 1999, p. 230). Assim, o crítico enfatiza que para essa perspectiva dialética materialista, “é impossível avançar no estudo” da obra literária “sem passar pelo drama social”, de modo que “os passos críticos dependem de uma análise precisa das relações sociais” (Schwarz, 1999, p. 229-230).

⁷⁷ Na versão original: Le terme *Verleugnung* sera pour lui un terme précieux qu'il précisera progressivement en le mettant en balance avec le terme de *Verdrängung*, le refoulement, mécanisme de défense fondamentale, mais non unique, de l'appareil psychique pour le rapporter non pas à une simple négation mais à l'ambiguïté même du mode négatif.

É aqui que surge uma problemática para Schwarz (1999), que dá sentido ao título “um programa para a crítica literária brasileira”, pois o autor de *Que horas são?* argumenta que “um fato característico da crítica brasileira é que nela, frequentemente de intenção muito social, praticamente não há análise de relações sociais” (Schwarz, 1999, p. 230).

Dessa maneira, o autor indica que houve pouco interesse em investigar “do ponto de vista literário” a lógica das “relações sociais própria da sociedade brasileira”, posição crítica, portanto, que não se tornou “produtivo no plano da análise estética”, de tal maneira que Schwarz (1999) propõe que “a retomada e a exploração literária, em verso tanto quanto em prosa, da especificidade das relações sociais brasileiras até aqui praticamente não foi objeto de pesquisa. Insisto nisso porque vejo aí um programa de estudos” (Schwarz, 1999, p. 231).

Na importância de enfatizar este “trabalho que está praticamente todo por ser feito”, Schwarz (1999) considera por esclarecer à luz de uma reflexão comparativa, com a qual expôs que

Na crítica europeia a história social e o conflito de classes estão mais ou menos mapeados. Há terreno comum entre a consciência histórica e a crítica de arte. No Brasil, não. A boa literatura brasileira é mais adiantada ou mais diferenciada do que os nossos historiadores e sociólogos. A crítica literária aqui se vê diante da insuficiência dos estudos sociais. Digamos que a versão que Marx dá para o século XIX ajuda a ler o romance realista europeu, com as diferenças de cada caso. No Brasil a situação é outra: munido de Gilberto Freyre, o crítico brasileiro não entende Machado de Assis. Pior ainda se quiser fazer uma aplicação direta de Marx. Daí a necessidade de se esmiuçarem com independência as relações sociais próprias à obra. Em vez de chapar os lugares-comuns da sociologia, local ou de outro continente, que raramente se aplicam sem mais, é preciso ir ao texto e reconstituir com as próprias palavras dele o seu sistema social implícito. Feito isso, rapidamente alguma coisa se diferencia. Nos escritores bons, o sistema se estrutura, escapa ao quadro previsto e entra em terreno conceitualmente novo, capaz de revelações (Schwarz, 1999, p. 223).

Justamente quando Schwarz (1999) menciona os exemplos do campo da sociologia, indicando que há um trabalho a ser feito, implica uma atenção à forma artística aliado ao processo social, que está além de intenções subjetivas do ângulo autoral.

Com base nessas questões, temos a própria posição social precária de Edgar, que implica uma forclusão do mercado formal de trabalho. Não se trata de considerar uma questão do narrador contra seu próprio personagem. A lição žižekiana decisiva, nesse caso, para explicarmos é sua reflexão do “resto indivisível” que sempre acompanha o suposto antagonismo:

A fórmula lacaniana para essa reduplicação é $1 + 1 + a$: o antagonismo “oficial” (o Dois) é sempre suplementado por um “resto indivisível” que

indica sua dimensão forcluída. Em outras palavras, o verdadeiro antagonismo é sempre reflexivo, é o antagonismo entre o antagonismo “oficial” e aquilo que é forcluído por ele (é por isso que, na matemática de Lacan, $1 + 1 = 3$) (Žižek, 2015, p. 593).

Com esse argumento, desejamos formalizar melhor a plausibilidade da leitura proposta. Um narrador que produz a narração na recusa (*Verleugnung*) do antagonismo, sendo que o estilo brutalista surge para contribuir nesse modo de narração. O estilo brutalista como Significante-Mestre desempenha a organização e estruturação da perspectiva diegética, em decorrência do Real do antagonismo que precisa ser negado (*Verleugnung*) na narração. É o que consideramos possível aquilatar quando a constância e a intensidade da presença da violência subjetiva foram submetidas a um estranhamento. Isso implica refletir se a própria presença se configura em uma possível violência simbólica, de interesse mercantil e hegemônico.

Lembremos que Žižek (2014) argumenta que “um traço fundamental do nosso mundo pós-moderno é o de tentar dispensar a instância do Significante-Mestre ordenador”, resultando que “certos traços, atitudes e normas de vida deixaram de ser percebidas como ideologicamente marcados” (Žižek, 2014, p. 31; 33). Uma ausência que se estende, conforme acreditamos, para a própria fortuna crítica de Ana Paula Maia, quando a presença da violência subjetiva é assimilada sem contestação, sem questionamento se é “ideologicamente marcada”.

Aqui permanece o mesmo pressuposto que levamos em consideração na reflexão da “Anamorfose ideológica”, ou seja, o modo como o(a) escritor(a) é dado selecionar e levar em conta a resistência dos materiais literários na operação de construir os sentidos mais complexos de sua matéria ficcional. Daí que, no plano temático, o trabalho ganha um sentido de coerência por meio do Significante-Mestre, que é um indicador vazio de autoridade simbólica que unifica um discurso conferindo-lhe uma dimensão performativa. Em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, diferentemente do romance *De gados e homens*, a noção de Significante-Mestre se faz necessária justamente porque a posição do narrador aparenta negar (*Verleugnung*) o Real do antagonismo.

No Capítulo II, especificamente em “2.2.4 De abatedouro a abatedouro, o antagonismo traumático de uma violência sistêmica”, frisamos que a lição žižekiana sobre a violência objetiva não implicava em licença para redimir narradores. Existe, obviamente, uma violência objetiva (simbólica e sistêmica) operando na ordem Simbólica da narrativa. Porém, consideramos que o interessante, no caso específico dessa narrativa, é que o narrador buscar evitar se deparar e problematizar essa dimensão da matéria ficcional. Isso conforme o próprio

Žižek (2015) propõe sobre a *Verleugnung*, indicando que o “impacto simbólico é suspenso, não é de fato integrado no universo simbólico do sujeito” (Žižek, 2015, p. 604).

Para algo ser negado, precisa primeiro ser, de certo modo, percebido. Por isso, a expressão do esloveno é que o “impacto simbólico é suspenso”, e também, em vista disso, a despeito do narrador, enquanto leitores é possível circunscrever isso.

No cotidiano do serviço, Edgar tem Gerson como ajudante, personagem constante na narrativa e que compartilha com Edgar certa indiferença com a experiência de vida na ordem Simbólica em que estão inseridos. Percebe-se que vivem em um espaço territorial esquecido e desértico, ponto periférico extremo, crítico de concentração da exclusão territorial e vulnerabilidade social:

É que por esses lados a polícia só aparece quando alguém de fato está morto. Só vêm mesmo para fazer a ocorrência, tomam um café enquanto esperam o rabeção e depois vão embora. Aqui, dificilmente se salva uma vida. É longe. Ninguém sabe direito onde fica. Se perdem no caminho. É o que dizem para justificar a demora. A polícia só chega mesmo para fazer a ocorrência dos fatos perante os mortos (Maia, 2009, p. 72).

Assim, o segmento do mercado de trabalho já precário alinha-se à pobreza do território, estabelecendo uma segregação urbana. Onde a infraestrutura é ameaçadora, — “Aqui os bueiros não têm tampas, ficam expostos e trazem o primeiro descuidado. Ao menos aqui funciona assim” (Maia, 2009, p. 73) — e onde as pessoas estão abandonadas, sem a mínima assistência do poder público, como é o caso da crise de insuficiência renal de Gerson — “O que eu posso esperar dessa vida, Edgar? O que eu posso esperar desses médicos? Desses hospitais? Vou sangrar até morrer... vou morrer no corredor do hospital, Edgar” (Maia, 2009, p. 80). Mais do que uma “espoliação urbana”, conforme termo cunhado por Kowarick (1993) para incluir no “somatório das extorsões” às quais a classe trabalhadora urbana estaria submetida (Kowarick, 1993), vemos essas condições comporem uma espécie de “zona de espera permanente”, conforme noção cunhada por Arantes (2014) ao tratar de territórios da exceção, em que a fratura da vida se expressa pelos conflitos de um “presente perpétuo”, marca de uma ausência de perspectivas:

Sobreviver ali é antes de tudo aprender a esperar, mas não esperar sem mais, porém numa zona de não-direito onde cresce o poder punitivo, cuja microfísica, como estamos vendo, irradia por toda parte onde flutuam essas populações transitando por fronteiras críticas, terras de ninguém onde a vida se arrasta no meio viscoso de uma perspectiva por assim dizer sem horizonte (Arantes, 2014, p. 177).

“Esperam o mínimo da vida” (Maia, 2009, s/p.) — é como está registrado no Prefácio, para o qual nos voltaremos posteriormente. O narrador insiste em parecer que

existe uma satisfação de Edgar Wilson e Gerson na forma como vivem, uma conformação com a falta de horizontes. “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, Edgar Wilson não reclama da vida”, registra o narrador, indicando não haver revolta com este mundo hostil em que precisa sobreviver e havendo, assim, nenhuma tensão entre uma “busca de uma liberdade subjetiva em uma situação de não-liberdade objetiva” (Adorno, 2003b, p. 138). O narrador não focaliza dilemas ou apresenta qualquer dramatização de conflitos próprios da subjetividade de Edgar Wilson. “Não pensar muito sobre o que quer que seja faz parte de sua personalidade. Sempre acreditou que a Providência Divina se encarrega do fardo por demais pesado, e na Providência Divina Edgar deposita toda a sua fé”, registra, com efeito, o narrador, indicando uma espécie de extremo esvaziamento do personagem Edgar Wilson (Maia, 2009, p. 16).

A vida de Edgar Wilson e Gerson estão nessa “zona de espera permanente” (Arantes, 2014), em que pontos de inflexão no tempo e no espaço da perspectiva diegética vão permitindo as maiores atrocidades. Como é o caso da sequência de cenas do resgate do rim de Gerson. Quando jovem, havia doado o rim para irmã, mas agora sofrendo de insuficiência renal decide retirar o rim da irmã para reimplantar em Gerson. Apesar de toda a violência, sem nenhum planejamento para retirarem o rim — “Um abridor de latas, um cortador de legumes, colheres e algumas faquinhas sem serra” (Maia, 2009, p. 35) — também não há nenhuma perspectiva de como ou quando o próprio Gerson conseguirá reimplantar ou se de fato será possível reimplantar. Pior do que isso, é saber o desenlace dessa ação, quando Gerson conta para Edgar que o rim virou comida:

— Eu não tô nada bem — diz Gerson preocupado. — Meu mijo tá secando.

— E o teu rim que tava com tua irmã? Tá onde?

— Deixei no congelador até achar a porra de um médico que o colocasse no lugar e meu pai fritou ele com cebolas e comeu enquanto assistia ao jogo do Ipatinga x Uberlândia com mais dois amigos.

— Eles comeram o teu rim?

— É o que eu tô dizendo. Chego em casa e tá lá o velho fedido barrigudo comendo meu rim com cebolas e tomando cerveja. Achei melhor não dizer nada. Eles pensaram que era fígado de boi. O velho é um nojento, você sabe.

Depois de um minuto de silêncio e nostalgia, Gerson apanha o telefone celular das mãos de Edgar Wilson (Maia, 2009, p. 55).

Embora pela falta de planejamento já seja esperado a impossibilidade de reimplantação, por sua vez o destino inesperado do rim como aperitivo choca o leitor, porém parece não causar nenhuma surpresa aos personagens. O clima de pastelão macabro parece estar aí mais para distorcer do que estabelecer uma normalidade cotidiana de descaso.

A artimanha reside justamente em termos uma dimensão opressiva na ordem Simbólica. Para esclarecer certas implicações de raciocínio, vejamos algumas questões históricas. A década de 1930 é crucial⁷⁸, porque é quando se apreende um movimento consistente de escritores interessados na matéria do trabalho na forma romance, — porém, acreditamos que isto tem quer ser compreendido de forma matizada, pois a representação de trabalhadores veio muito a reboque da intenção de uma incorporação *lato sensu* da figuração da pobreza, necessitando a compreensão de que a representação do trabalho pode estar ausente mesmo que a narrativa literária seja sobre grupos sociais subalternos, e que estes ainda figuram dinamizados por um romance rural e romance urbano.

As forças históricas do período eram de transição do Brasil agrário, latifundiário e patriarcal para um Brasil urbano, em vias de industrialização e constituição do mercado de trabalho. Algumas das obras que tratam disso estão dentro da polarização cultural entre a perspectiva existencialista de matriz católica e a dimensão política, conforme expôs Candido (2006b) em relação à dinâmica cultural da época:

[...] houve nos anos 30 uma espécie de convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas. Isto, que antes era excepcional no Brasil, se generalizou naquela altura [...]. Mesmo quando não ocorria esta definição extrema, e mesmo quando os intelectuais não tinham consciência clara dos matizes ideológicos, houve penetração difusa das preocupações sociais e religiosas nos textos [...] (Candido, 2006b, p. 227).

Embora essa divisão esquemática não esgote a complexidade da produção literária do período, destacam-se nessa dimensão as obras de Palhano e Jorge Amado. O primeiro ligado às “ideologias religiosas” será o primeiro, conforme o estudo de Bueno (2016), a colocar um operário em primeiro plano, como protagonista, em uma obra literária na década de 1930. O autor publicou, em 1931, o romance *O Gororoba*, trazendo como subtítulo a inscrição “Cenas da vida proletária”, iniciando um debate sobre a representação de

⁷⁸ Podemos destacar, assim, as seguintes romances que se debruçaram sobre o trabalho e a vida do trabalhador como temática central: *O Gororoba* (1931) de Juvêncio Campos; *Os Corumbas* (1933) de Amando Fontes; *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Mar morto* (1936) e *Jubiabá* (1936) de Jorge Amado; *Parque Industrial* (1933) de Patrícia Galvão; *A escada vermelha* (1934) de Oswald de Andrade; *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos; *Calunga* (1935) de Jorge de Lima; *Os ratos* (1935) de Dionélio Machado; *Safra* (1937) de Abguar Bastos; e *Navios Iluminados* (1937) de Ranulfo Prata. Conforme observa Candido (2010), ao argumentar que a “redefinição cultural desencadeada em 1922” propicia “uma fase nova de inquietação social e ideológica” que leva a libertação “dos recalques históricos, do oficialismo literário”, de tal maneira que o crítico destaca ter se manifestado “uma ‘ida ao povo’” (Candido, 2010, p. 132). Assim, acreditamos que essa “ida ao povo” se consolidou pela conquista dos romances da década de 1930, como podemos observar em síntese de Lafetá (2000) que serve como complemento ao argumento de Candido (2010): “Nesse panorama de modernização geral se inscreve a corrente artística renovadora que, assumindo o arranco burguês, consegue paradoxalmente exprimir de igual forma as aspirações de outras classes, abrindo-se para a totalidade da nação através da crítica radical às instituições já ultrapassadas. [...] A ideologia de esquerda não encontra eco nas obras da fase heroica: se há denúncia das más condições de vida do povo, não existe todavia consciência da possibilidade ou da necessidade de uma revolução proletária. [...] A “politização” dos anos trinta descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate” (Lafetá, 2000, p. 27; 30). Diante o exposto, percebe-se que a década de 1920 e, sobretudo, a década de 1930 é decisiva na tradição literária brasileira, sendo um dos principais aspectos o avanço e esforço de figuração do “outro”, conforme discute Bueno (2016) em seu estudo do romance de 30, no sentido em que os escritores buscaram “olhar para além dos limites de sua própria classe e integraram à cultura letrada brasileira elementos até aquele momento tidos como bastardos ou nitidamente inferiores” (Bueno, 2016, p. 345).

trabalhadores na produção literária ao início daquela década, mas que já se esgotaria nela mesma. Bueno (2016) indica que a presença religiosa não foi bem compreendida na época de lançamento, pois realçava-se somente a presença dos trabalhadores, de modo que para o estudioso essa presença, marcante no percurso da instância narrativa, constitui contradições na consciência da perspectiva social da pobreza, dado que

Para este romance conflui um conjunto de elementos significativos, mas que não encontram nenhum tipo de síntese — nem ideológica nem artística. No plano ideológico, ele explora um certo desejo de assistir à libertação do proletariado, mas sem incluir nesse desejo a necessidade de mudança das estruturas sociais. No plano da construção, forja, através do prefácio, uma situação narrativa de autoproclamada sinceridade, em que o narrador adere aos valores de suas personagens, anunciando até mesmo que cometeria “erros gramaticais” por ser um deles, mas que, na fatura concreta da obra, acaba se constituindo em uma terceira pessoa distanciada, localizada num plano superior, que se separa de seus personagens pela própria linguagem, e chegando mesmo a eleger como porta-voz não um operário, como era de se esperar, mas um médico convertido em frade (Bueno, 2016, p. 123-124).

Identifica-se, assim, uma fissura no romance, em que não há salvação da condição de degradação social da vida proletária a não ser pela via religiosa, de modo que a narrativa de *O Gororoba* propunha uma “libertação do proletariado sem incluir nesse desejo a necessidade de mudança das estruturas sociais” (Bueno, 2016, p. 123).

Do ponto de vista dos problemas que interessam a esta pesquisa, as considerações que buscamos em Bueno (2016) são significativas e sintomáticas de certos impasses e dilemas da particularidade histórica implicada na produção literária que buscou plasmar a matéria do trabalho em seu modo de representação.

O exemplo de Bueno (2016) não implica justamente um Significante-Mestre? Quer dizer, a dimensão religiosa parece justamente assumir a função de Significante-Mestre para homogeneizar as problemáticas decorrentes da pobreza e início do trabalho assalariado, cujo resultado também é evitar uma confrontação com o Real do antagonismo.

O Significante-Mestre fica situado a ponto de fornecer a garantia de significado, espécie de referência final, sendo o ponto de amarração do efeito na representação elaborada na narrativa. Conforme Žižek (1991; 1992; 1994), o Significante-Mestre possui uma capacidade de interromper o processo de referência, ao realizar um ponto de amarração, e cuja interrupção implica um exercício de poder, na maioria das vezes ligado à hegemonia. Em consequência, pode-se compreender que o Significante-Mestre é o local do confronto ideológico, com o qual passa a circunscrever e regular todo o campo Simbólico.

Resta, no fim, a fratura da narrativa, revelando a transgressão inerente. Aspecto intrigante, conseqüentemente, é que a constatação da marcante presença da matéria do

trabalho não se tornou ainda produtiva em abordagens críticas. Identifica-se que os próprios entrevistadores nunca trouxeram à baila, por exemplo, uma indagação específica sobre a importância da inserção do trabalhador na literatura brasileira ou como a produção literária brasileira — ou a romancista — concebe a contribuição para representação da experiência do trabalho. Uma ausência sintomática que, a nosso ver, atrela-se à própria recepção crítica da escritora, na qual privilegiam-se as práticas de violência subjetiva.

Inclusive, embora encontremos demarcada a estratégia temática do trabalho pelos dois Prefácios⁷⁹, não comparece em entrevistas a reiteração dessa temática, dado não termos encontrado nas entrevistas publicadas nenhum aprofundamento sobre o que foi assinalado nos próprios Prefácios. Ambos os Prefácios destacam uma intenção deliberada de representação de trabalhadores, que resultou na trilogia *Saga dos brutos*. Em *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*, publicado em 2009, encontramos demarcado no prefácio o grau de intensidade e desgaste do trabalho exercido pelos personagens, conforme já expomos anteriormente⁸⁰. No prefácio de *Carvão animal*, publicado em 2011, encontramos agora descrição do próprio empenho pretendido para composição:

Este livro encerra a trilogia *A saga dos brutos*, formada pelas novelas *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* e *O trabalho sujo dos outros*, ambas contidas no livro que dá título à primeira novela.

Carvão animal é um romance que se passa dez anos antes das duas primeiras histórias, e assim encerra uma saga que teve por fundamento expor como o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa, como o meio intervém na construção das identidades e como essas identidades modificam o meio. Evidente que, se olharmos para os lados, muito ainda deve ser contado. Ainda há muitos brutos para admirarmos (Maia, 2011, s/p.).

Assim formulados, os Prefácios nos levam a observar a intencionalidade de uma produção literária, na qual o trabalho não é foco de uma representação isolada, mas sobretudo como determinadas experiências de trabalho configura o “caráter” dos personagens.

Contudo, a própria escritora, em entrevistas publicadas, não enunciou nenhum discurso em vista de uma legitimação da importância desse aspecto, o que nos levou a inferir

⁷⁹ Estamos mencionando aqui os prefácios escritos às obras *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (2009) e *Carvão animal* (2011), tendo em vista que o prefácio — também conhecido como prólogo, apresentação, advertência, nota — é uma instância do limiar que, de acordo com João Barrento (2000), mais do que o “texto que precede”, deve ser visto como “texto que acompanha” (Barrento, 2000, p. 10), criando com o leitor um canal através do qual o escritor corrobora seus preceitos e sua atividade literária. A relevância de Prefácios já foi atestada, por exemplo, em *Formação do romance inglês: ensaio teórico*, no qual Vasconcelos (2007) reuniu prefácios de romancistas em que havia reflexões de aspectos técnicos da própria construção narrativa e referente a recepção ao público leitor.

⁸⁰ Na íntegra do Prefácio temos: “Este livro reúne duas novelas literárias compostas de homens-bestas, que trabalham duro, sobrevivem com muito pouco, esperam o mínimo da vida e, em silêncio, carregam seus fardos e o dos outros. Os textos, em tom naturalista, retratam a amarga vida de homens que abatem porcos, recolhem o lixo, desentopem esgoto e quebram asfalto. Toda imundície de trabalho que nenhum de nós quer fazer, eles fazem, e sobrevivem disso. Fica por conta do leitor medir os fardos e contar as bestas” (Maia, 2009, s/p).

que não implicava, assim, em construção de um projeto estético-político declarado. Em entrevista de 2017, devido ao lançamento de *Assim na terra como embaixo da terra*, a escritora sublinhou que “eu não levanto nenhuma bandeira [...], o que eu geralmente faço é expor a situação [...]. Eu nunca tomo partido exatamente” (Maia, 2017, s/p.).

Em entrevista de 2018, a escritora, respondendo à questão “sua literatura pode ser considerada de resistência ou representativa da margem?”, propicia uma espécie de complemento do que destacamos da entrevista de 2017, declarando que sua única preocupação é “escrever boas histórias”:

Imagina que é literatura de resistência, imagina que é literatura da margem, quem representa a margem, isso aí é Cidade de Deus, com o Paulo Lins, o Ferrez. Eu não faço esse negócio não, (risos), esse negócio de representatividade dos bastardos, eu só conto histórias, estou interessada em nada, só estou interessada em contar uma boa história, e tem uns bons personagens se movendo nessa boa história, é isso o que eu quero. E quem escreve desse jeito nunca está pensando muito em representatividade, ou em levantar uma bandeira de nada, eu levanto a bandeira de escrever boas histórias. [...] E o pior que eu não tenho uma resposta intelectual pra dar [...], às vezes a gente quer uma resposta muito... eu não represento absolutamente nada. Eu não escrevo pra representar nada, se você lê o *Assim na terra como embaixo da terra* é um faroeste, um livro violento, eu defini que seria um velho oeste dentro de uma colônia penal, que já tem aquela cara rural, e sobre aqueles homens sanguinários e matadores. Eu precisava ter homens sanguinários e matadores num lugar pra ter um faroeste, pronto. [...] É o meu velho oeste pessoal. [...] estou pensando em uma boa história que leva a reflexão, mas que também seja entretenimento, que seja razoavelmente divertida, já que a coisa é tão pesada às vezes [...] (Maia *apud* Vicelli, 2021, p. 234-235).

A partir desses exemplos, pode-se perceber que Ana Paula Maia não assume um projeto de representação da experiência do trabalho, de modo que este aspecto ficcional não perpassa sua atividade literária como uma questão de engajamento.

Por sua vez, pode-se verificar também com esses exemplos uma ligação com um dos traços sinalizados por Carneiro (2005) acerca dos escritores contemporâneos, para os quais “desaparece[u] a preocupação de estabelecer limites e de tomar uma posição ideológica definida” (Carneiro, 2005, p. 25). Para o autor, este seria um dos “espíritos de época”, em que o “deslocamento” marca a atual possibilidade dos escritores contemporâneos, com um “deslocamento das ideologias estabelecidas”, implicando um “deslocamento dos grandes projetos para os projetos particulares, formulados numa perspectiva menos pretensiosa” (Carneiro, 2005, p. 18).

“Perspectiva menos pretensiosa” foi também aspecto sublinhado por Schwarz (2019) como uma das dificuldades enfrentadas pela narrativa contemporânea, quando apontava:

[...] tenho a impressão de que o momento artístico não é o de aspirações máximas. Se for verdade, seria um fato ideológico e artístico a meditar, e

uma novidade no Brasil, onde de muito tempo para cá sempre houve um artista mirando alto. João Cabral, Guimarães Rosa, Carlos Drummond, Oswald e Mário de Andrade, Clarice Lispector. O que terá acontecido para que hoje não haja ambições equivalentes? (Schwarz, 2019, p. 110).

O que subjaz a estas discussões são as novas modalidades específicas de percepção da realidade do ponto de vista dos escritores, dentro do intrincado âmbito do imaginário social e da ordem econômica contemporânea em que eles precisam escolher seus materiais para formalizar.

Por isso, para quem, como Ana Paula Maia, afirmou que “eu não levanto nenhuma bandeira”, torna-se ainda mais instigante seu gesto de colher o material ficcional na camada de trabalhadores subalternizados. Afinal, como já havia declarado Candido (2007), diante da expressão artística, “é preciso reconhecer, por vezes, que um autor e uma obra podem ser e não ser alguma coisa, sendo duas coisas opostas simultaneamente”, de modo que, “quem quiser ver em profundidade, tem de aceitar o contraditório, nos períodos e nos autores” (Candido, 2007, p. 23).

Uma dessas dimensões instigantes também reside, a nosso ver, no fato dos Prefácios anunciarem que o caminho é “em tom naturalista” para levar a cabo a intenção de representação do trabalho. Uma discussão mais extensa do naturalismo como procedimento literário foge aos propósitos deste presente momento, mas é conveniente lembrar aqui uma dimensão de compreensão que assinala a ascensão do proletariado como classe como uma das implicações representacionais do naturalismo.

Esse retorno, rápido, é justamente porque se compreende que o enunciado não visa uma relação com o naturalismo histórico em sua dimensão política. É preciso insistir que o termo “naturalismo” não se refere simplesmente à expressão mais extrema de uma vontade estilística “realista”, que busca uma representação o mais completa possível da “realidade material”. Por exemplo, Costa (2011, 2016) frisa que o naturalismo surge com a reivindicação de tratar diretamente da luta de classes e de expor as classes em suas diversas formas de luta, diretas e indiretas, de modo que considera “possível conceituar o naturalismo como a experiência teatral na qual pela primeira vez os trabalhadores se viram nos palcos como classe” (Costa, 2016, p. 407)⁸¹.

Conforme assinala Auerbach (1991), é possível até desaproveitar que esta vertente literária realizou “brutais simplificações e a empregar uma psicologia demasiado materialista”,

⁸¹ Por esse mesmo motivo, a autora informa que “vale a pena acrescentar que esse é o principal motivo por que o naturalismo (não só no teatro) é tão maltratado nas histórias convencionais da literatura, da arte e sobretudo do teatro” (Costa, 2011, p. 27), ressaltando, assim, que “Ainda não existem os estudos necessários ao conhecimento adequado do movimento naturalista nem mesmo nos principais centros onde ele se desenvolveu – Paris, Berlim, Londres, Dublin e Moscou. As razões para este desastre cultural podem ser resumidas em uma só proposição: as derrotas que os trabalhadores sofreram ao longo do século XX, começando imediatamente após a Revolução de Outubro, respondem pela progressiva incapacidade destes mesmos trabalhadores defenderem os seus interesses também no plano da cultura. O naturalismo na literatura e no teatro é um deles” (Costa, 2016, p. 407).

porém possui a relevância, “sem qualquer dúvida, do cerne do problema social do tempo, da luta entre capital e a classe operária” (Auerbach, 1991, p. 459). Nessa mesma linha, Hauser (2010) destaca como a importância “o ativismo como atitude de quem está decidido não só a conhecer e descrever mas também a alterar a realidade” (Hauser, 2010, p. 792)⁸².

Assim, com a ajuda de Auerbach (1991) e de Hauser (2010), mas também com a de Rabello (2009), Cara (2009), Campos Filho (2019) e Costa (2001, 2016), compreende-se que a prosa naturalista não se limita apenas à pecha de um determinismo limitado a duplicar esquematicamente a realidade, bem como é por meio dela que os trabalhadores entram na cena artística como protagonistas, por intenção de uma representatividade política e estética.

Quando nos deparamos com a asserção do “tom naturalista”, nos Prefácios de Ana Paula Maia, abre-se uma variável de como o leitor poderia esperar a composição narrativa, enquanto dimensão naturalista como observação da realidade. Seria uma renovação das características vistas acima, com a tendência de classe na escolha do assunto, o protagonismo de trabalhadores, uma certa solidariedade social com estes personagens que realizam “toda imundície de trabalho que nenhum de nós quer fazer” ? (Maia, 2009, s/p.). Nessa primeira narrativa que estamos estudando, a resposta não pode ser exatamente um “sim”. Também percebemos no Prefácio que, ao sublinhar que “fica por conta do leitor medir os fardos e contar as bestas”, demonstra-se índice de uma instância narrativa despersonalizada, em que a impessoalidade seria a característica da voz narrativa, como se fosse capaz do próprio material ficcional falar por si.

No caso específico da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, vemos Edgar e Gerson exercendo a função de abatedor de porcos, uma função desgastante e exercida em ambiente insalubre. Função de baixo prestígio, conforme indica Gerson ao informar para Edgar que já não possui contato com a irmã: “Ela tem vergonha da gente. Diz que a gente é tudo feio e ignorante” (Maia, 2009, p. 31).

O ambiente de trabalho, já em péssimas condições, piora em dias de calor elevado:

As moscas cantarolam ao redor de suas cabeças. Moscas grandes e nojentas. Edgar Wilson retira do bolso seu maço de cigarros. [...] Em dias tão ensolarados, com o ar estagnado e o cheiro de esgoto e tripas entalados no nariz, existe a sensação de que isso nunca mais acabará. Você se sente

⁸² Acreditamos que seja interessante trazer o argumento completo de Hauser (2010), a partir do qual sintetiza de forma esclarecedora alguns dos contextos desse “problema do tempo” mencionado pelo filólogo alemão Auerbach: “[a] fonte principal da concepção naturalista é a experiência política da geração de 1848: o fracasso da Revolução, a supressão da insurreição de junho e a tomada do poder por Luís Napoleão. O desapontamento dos democratas e a desilusão geral causada por esses acontecimentos encontram perfeita expressão na filosofia das ciências naturais, com seu caráter objetivo, realista e estritamente empírico. Após o fracasso de todos os ideais, de todas as Utopias, a tendência é agora de ater-se aos fatos e apenas aos fatos. As origens políticas do naturalismo explicam, em particular, suas características anti-românticas e éticas: a recusa em fugir da realidade e a exigência de absoluta honestidade na descrição dos fatos; empenho em manter uma conduta impessoal e impassível como garantia de objetividade e solidariedade social; o ativismo como atitude de quem está decidido não só a conhecer e descrever mas também a alterar a realidade; o modernismo que se atém ao presente como o único assunto de real importância; e, finalmente, a tendência popular tanto na escolha de assunto quanto na escolha de público” (Hauser, 2010, p. 791-792).

condenado num lugar desses, numa situação dessas. O mau cheiro e o calor freiam os movimentos e dificultam o raciocínio. Tudo o que se espera é pela noite. Com menos fedor e uma brisa vez ou outra (Maia, 2009, p. 77).

Igualmente precária é a remuneração, é uma condição de “muito trabalho e pouca recompensa”, conforme pensa Edgar Wilson em determinado momento. Condição que é estendida aos personagens das outras duas narrativas que completam a trilogia. Na narrativa “O trabalho sujo dos outros”, por exemplo, Erasmo Wagner é coletor de lixo, função exercida em condições precárias. O pouco salário precisa ser complementado com a venda de objetos que encontra durante seu próprio expediente de trabalho: “Leva para casa para revender aquilo que acha em bom estado [...]. Lucra metade de seu salário com a venda do lixo” (Maia, 2009, p. 92).

Observamos com a leitura das três narrativas que compõem a trilogia e mais *De gados e homens*, que os personagens não possuem uma consciência de classe, política e, por vezes, até de solidariedade. Nesse último quesito, exposto de forma explícita pela voz narrativa, no momento de revelar quando Erasmo Wagner revende objetos retirados do lixo:

Não pensa nos miseráveis dos aterros sanitários que também poderiam lucrar com o que há de melhor no lixo. Ele realmente não se importa. Assim como quem está acima dele não se importa também. Na escala decrescente de famintos e degenerados, ele ocupa um posto pouco acima dos miseráveis. É como levar um tiro de raspão (Maia, 2009, p. 92).

Vamos percebendo as complexidades desses trabalhadores figurados pela escritora. São protagonistas, porém a voz narrativa não está interessada em uma perspectiva de unidade dos trabalhadores contra os setores da classe dominante. A miséria os atinge como “tiro de raspão”, mas também desgostam e não visualizam relações com aqueles que de fato estão em condição ainda pior. O subemprego ao qual estão submetidos não permite sequer cogitar em reivindicação de direitos, pelo contrário, é como se ainda fossem impelidos a agradecer pela oportunidade, a exemplo de Emetério em *De gados e homens* (que abordaremos em breve, no Capítulo V).

Nesse sentido, não nos parece descabido apreender, então, que o “tom naturalista” enunciado nos Prefácios é concebido mais em sentido do rebaixamento e crueza do tratamento da miséria, em que os personagens estão inseridos, clarificando aí melhor a noção de “brutos” que nomeia a saga dessa trilogia. Se lembrarmos da sua definição em dicionário, nos deparamos com as definições de bruto como “característica, estado ou condição do que é irracional; animalidade, bestialidade”; e também como uma “qualidade do que choca pelo excesso, pela crueza” (Houaiss; Villar, 2009, p. 332).

Vamos percebendo, com efeito, como as ações dos personagens ganham sentido nesse campo semântico. Facilmente os leitores se chocam com o excesso de violência na qual a voz narrativa insiste na perspectiva diegética, representando-a de maneira crua. Note-se que, conforme temos exposto, um fascínio pela violência subjetiva em detrimento de uma violência sistêmica.

Principalmente na narrativa “Entre rinha de cachorros e porcos abatidos”, nos deparamos com ações destituídas de lógica e grotescas, em que a voz narrativa parece até levar o leitor a concordar facilmente com a irmã de Gerson, como vimos acima. E desse mesmo ângulo, a violência subjetiva é destacada pela recepção crítica, fazendo desse motivo a relevância da escritora dentro do campo literário. Exemplo disso, a colocação de Ana Paula Maia dentro de uma geração de escritores em que se concebe o “imaginário despertado pela violência como matéria-prima” (Schöllhammer, 2009, p. 103).

Contudo, pelo que vimos nos Prefácios, a “matéria-prima” não seria o trabalho e trabalhadores? Nessa recepção crítica já não subjaz a evidência de um tangenciamento do que era pretendido pela própria escritora? De certa forma a resposta é positiva; todavia, ao mesmo tempo, o Prefácio de *Carvão animal* assinalava que a trilogia “teve por fundamento expor o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa, como o meio intervém na construção das identidades” (Maia, 2011, s/p.).

Ou seja, é como se, na verdade, a experiência do trabalho degradante e a miséria estivessem apenas na perspectiva diegética como condicionamento determinante das violências subjetivas realizadas pelos personagens, aspecto que justificaria, portanto, a demarcação do “tom naturalista” nos Prefácios. O modo como a animalidade é assumida pela voz narrativa se enreda em possíveis armadilhas⁸³.

É sublinhado sobre Edgar Wilson que “não pensar muito sobre o que quer que seja faz parte da sua personalidade”, a ponto de “entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, Edgar Wilson não reclama da vida” (Maia, 2009, p. 16). Erasmo Wagner, por sua vez, é tido por alguém que não se incomoda com a “imundície” do trabalho, como se até preferisse viver assim:

Costuma trabalhar no caminhão de lixo parte do dia, com escalas alternadas no turno da noite. Conhece o conteúdo de alguns sacos só pelo cheiro, formato e peso. [...] Conhece a peste, o espanto e o horror; por isso é ideal para a profissão que exerce.

[...]

Sua vida não é um lixo. Sua vida é muito lixo. Seu olfato está impregnado com o aroma do podre. Seu cheiro é azedo; suas unhas, imundas; e sua

⁸³ Auerbach (1991) já havia notado casos de escritores que assumiam a estilística do naturalismo não em preocupação pela classe trabalhadora, mas por “atração estética do feio e do patológico”. Por sua vez, Adorno (2008) também sublinhou que “o naturalismo não dissimulado é muitas vezes acompanhado por um prazer anal recalçado, segundo a expressão psicanalítica e, por um carácter burguês deformado que facilmente se alimenta da miséria e da depravação que estigmatiza” (Adorno, 2008, p. 258).

barba crespa e falhada é suja. Ninguém gosta muito de Erasmo Wagner. Dão meia-volta quando está trabalhando e ele prefere assim. Prefere os urubus, os ratos e a imundície, porque isso ele conhece. Isso o sustenta. As pessoas em geral lhe dão náusea e vontade de vomitar (Maia, 2009, p. 91-92).

Identifica-se uma modalidade de representação em que os personagens estão visceralmente circunscritos nessa injunção da exclusão e precariedade, como se não tivessem interioridade para voz narrativa. O que apresentar sobre Edgar, se afinal é alguém que não pensa muito? Nesse caso, apenas sobraria a desmedida e o grotesco de ações violentas como resultado do condicionamento, um destino rebaixado em face do que a precariedade social lhe impôs; e que já não mais se escapa. Se o próprio protagonista escolhido “de modo algum Edgar Wilson se importa com a rotina em que vive” (Maia, 2009, p. 15), no que se refere, aqui, à rotina das atividades produtivas da função exercida, o narrador parece que também se despreocupou, afetando uma organicidade ficcional.

Será mesmo que não pensa? Não se questiona os motivos de tanta penúria que ele e seu amigo Gerson precisam sobreviver? Não se questiona os motivos de Gerson não ter uma assistência médica adequada e morrer por isso? Claro está que a narrativa mostra a vida sem dignidade desses trabalhadores, mas o fato de surgirem como pessoas sem nenhum questionamento da própria condição é algo cercado de ambiguidade, pois como o narrador espera conseguir empatia do leitor em relação a Edgar Wilson quando o apresenta por posições morais convencionais e sem nenhuma capacidade de reflexão? O efeito parece ser ao contrário: a perspectiva diegética alcança uma ambivalência como a fazer que o leitor já não saiba o que é mais aterrorizante, se a exploração do trabalho ou se os atos de violência dos personagens, uma vez que a voz narrativa passou a privilegiar o campo das ações violentas, que acaba definindo a especificidade da prosa.

Não significa isso enveredar por caminho da fatalidade dessa condição, em que Edgar Wilson como “cão de rinha” surge mais como sujeito hostil, sem a devida problematização do histórico que desencadeou essa condição? Por isso, coube indagarmos o quanto as experiências da matéria ficcional do trabalho foram recusadas (*Verleugnung*) por uma exposição da violência subjetiva, voltada mais como artifício mercadológico⁸⁴ e formalmente estruturado pelo estilo brutalista, enquanto Significante-Mestre.

Tendo em vista que a narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é a primeira de Ana Paula Maia nessa passagem autoral que sinalizamos a partir dos Prefácios, o

⁸⁴ Nesse caso específico, inspiro-me em Pellegrini (2004) que assinala que a violência se tornou uma “valiosa mercadoria” (Pellegrini, 2004, p. 26) no mercado editorial, reforçando estereótipos e exotismos. É um “fio da navalha”, conforme a autora, apreender quando as representações de fato implicam “uma realidade traumática inescapável”, indagando assim “até que ponto e de que maneira a situação concreta e imediata da exclusão e da violência no Brasil, com todas as suas implicações e nuances, pode ser representada sem resvalar para o artificial, para o convencional ou para o ambíguo, tornando-se mais um elemento de folclore ou de exotismo, presa fácil de manipulação da mídia e do mercado” (Pellegrini, 2004, p. 21).

leitor interessado precisa ter em vista o esforço e dificuldades iniciais para dar forma a esta nova matéria social que pretendeu incorporar. Vimos que houve um desencontro de intenções definindo a fratura da narrativa; porém, ocorreu um acúmulo, pois *Carvão animal* já destoa em seus procedimentos de “Entre rinha de cachorros e porcos abatidos”, permitindo um salto qualitativo para a publicação do romance *De gados e homens*, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

DE GADOS E HOMENS: VIOLÊNCIA SISTÊMICA E O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO A PARTIR DE UM ABATEDOURO

Em 2013, surgiu a publicação do romance *De gados e homens*, da escritora Ana Paula Maia pela editora Record. Tendo estreado no campo literário em 2003, a obra constitui seu quarto romance e marca o resultado de dez anos de atividade literária da escritora.

Encontramos, novamente, Edgar Wilson como protagonista da narrativa. O personagem permanece exercendo a função no abate de animais, porém, dessa vez são os bovinos. Ele é atordoador, função exercida como funcionário no abatedouro Touro de Milo, espaço a partir do qual se estrutura a perspectiva diegética.

Assim, a profissão, o espaço social do trabalho e sua precariedade são tão importante que de início o leitor de Ana Paula Maia se interroga porque esta narrativa não pertenceu também ao escopo da trilogia *Saga dos Brutos*, uma vez que o propósito desta era justamente uma demarcação da representação do trabalho. A percepção mais evidente sobre isso, a nosso ver, é que nos deparamos agora com um novo tipo de experimentação da escritora, algo como a consciência de uma experimentação mais profunda na organização da narrativa do que o proposto anteriormente.

Em 2015, o romance ganhou uma tradução para o espanhol (*De ganados y de hombres*), possibilitando que no ano seguinte, em 2016, conquistasse duas recepções críticas elogiosas pelo trabalho. Foi indicado por Joaquín Sánchez Mariño, no jornal argentino *Lá Nacion*, como uma das 10 melhores obras internacionais do ano de 2015⁸⁵. Igualmente, foi considerado um dos “libros más conmovedores del año” por Débora Quiring, Francisco Álvez Francese e Ramiro Sanchiz, em artigo publicado pelo jornal uruguaio *La Diaria*⁸⁶.

As duas narrativas em que Edgar Wilson é protagonista demarcam uma consolidação da carreira artística. Nacionalmente, com “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, por sua vez *De gados e homens* possibilita uma recepção internacional. Em abril de 2023, o romance foi publicado no Reino Unido e Estados Unidos, com tradução de Zoe Perry, pela editora

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/1870204-pagina-3>>

⁸⁶ Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/articulo/2016/1/las-letras-del-ano/#subscribe>>

Charco Press. A tradução esteve entre os livros premiados pelo *PEN Translates*⁸⁷, recebendo também resenha na *The Guardian*, que frisou que “este livro curto e impactante traz uma surpresa a cada nova página... um relato fresco e vibrante sobre como a civilização não fez nada para domar os piores instintos da humanidade” (tradução nossa)⁸⁸.

Por nossa vez, consideramos o contraste sugestivo, em relação à narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, pois o romance nos parece apontar para uma busca de configuração formal mais adequada à representação da totalidade social, mesmo com um certo travamento significativo no trecho da perspectiva diegética em decorrência do Real traumático do antagonismo.

5.1. Rumo ao Matadouro Touro do Milo: da recusa (*Verleugnung*) ao recalque (*Verdrängung*) do traumático antagonismo social

A narrativa *De gados e homens* é constituída de onze capítulos. O esquema episódico caracteriza o nível ostensivo da estrutura da perspectiva diegética, uma vez que, no plano da ação, todos os acontecimentos ocorrem na fazenda dentro da qual funciona o abatedouro “Touro do Milo”.

O abatedouro é propriedade do “fazendeiro Milo” (Maia, 2013, p. 9), padrão constantemente presente na rotina diária, diferentemente de Zé do Arame, da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, bem como em melhor condição financeira do que aquele. Edgar Wilson e os demais personagens fundamentais na perspectiva diegética, inclusive, residem em alojamento que fica na própria fazenda, demarcando desde o início a ausência de autonomia na efetividade prática da posição social desses personagens.

No início do romance, temos sequências de episódios mais ou menos descontínuos, porém quando ganha corpo os mistérios dos gados, a partir do sexto capítulo, vemos os episódios serem melhor articulados por conexões causais derivadas especificamente pela busca da solução e compreensão dos acontecimentos, os quais podemos compreender que se tornam para o ponto de vista narrativo mais interessantes de se acompanhar do que os padrões repetitivos de comportamento dentro do cotidiano de trabalho mecânico e intenso. São acontecimentos contaminados pelo sobrenatural, em que o rebanho se comporta de

⁸⁷ O PEN Translation Prize é um prêmio anual concedido pela PEN America a traduções de destaque para o idioma inglês. Conforme regulamento, a seleção é com base na qualidade literária, na força do projeto editorial e em sua contribuição para a bibliodiversidade do Reino Unido.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/21/the-best-recent-translated-fiction-review-roundup>

modos estranhos, vacas abortam seus filhotes, situações que esboçam um cenário pré-catastrófico, fazendo uma importante curva na perspectiva diegética. Mesmo assim, é difícil dimensionar a repercussão desses acontecimentos na interioridade dos personagens, ou algo como uma mudança de consciência, levando ao fato de que, no efeito do conjunto, tudo permaneça estático.

“Ninguém está impune”, registra o narrador (Maia, 2013, p. 126), buscando indicar toda a tensão que perpassa a perspectiva diegética e que permanece ao leitor como questão e problema. Os personagens estão praticamente confinados nesse cenário, moram no alojamento do próprio abatedouro, em uma sobrevivência saturada de violência objetiva (sistema e simbólica). Por isso, logo de início poder-se-ia imaginar uma posição do narrador trazendo inquietação via o processo nomeado por Adorno (2003a) de “encurtamento da distância estética”, em que “por meio de choques é desconstruída no leitor a tranquilidade contemplativa diante da coisa lida” (Adorno, 2003a, p. 61).

O Edgar Wilson que encontramos agora não é o mesmo Edgar que “não reclama da vida”, presente na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”. Existe um modo de sofrimento na experiência de trabalho no abatedouro que já não é impossível ao narrador evitar:

alojamento onde mora, local em que permanece confinado com diversos trabalhadores. Ambos os confinamentos, de gado e de homens, estão lado a lado, e o cheiro, por vezes, os assemelham. Somente as vozes de um lado e os mugidos do outro é que distinguem homens e ruminantes (Maia, 2013, p. 19-20).

A experiência é degradante, a ponto de que a narração indique que o personagem Edgar Wilson se incomoda e sofre. Contudo, o mal-estar decorrente não é enunciado diretamente, o que leva a importância de demarcar a compreensão dos bois no enredo. A nosso ver, em muitos momentos os bovinos são um tipo de “retorno do recalque”, desse modo que unificam o ritmo entrecortado do enredo.

No recalque, o que é negado no Simbólico retorna no próprio Simbólico sob a forma de sintoma, por isso Žižek (2015) destaca que: “na Verdrängung, o conteúdo permanece no Simbólico, mas inacessível à consciência, relegado à Outra cena, retornando na forma de sintomas” (Žižek, 2015, p. 604). Ao nos atermos a isso, acreditamos na possibilidade da releitura do modo como Edgar Wilson se relaciona com os bovinos, uma vez que o enfoque da ação narrada também não aprofunda no que se refere as repercussões dos eventos na interioridade do personagem.

Uma superação do estilo brutalista, enquanto Significante-Mestre, implicou em uma reconstrução do discurso narrativo, não permitindo mais que o narrador caia no engodo da

violência subjetiva. Em *De gados e homens*, Edgar Wilson comete apenas um assassinato, o qual é descrito pela voz narrativa sem o traço brutalista, bem como se articula com o próprio mal-estar da experiência de superexploração e precarização da rotina laboral no abatedouro⁸⁹.

Uma atmosfera agonizante e de perigo perpassa toda a perspectiva diegética. O abatedouro “Touro do Milo” e seu entorno é lúgubre e abjeto, “o cheiro de sangue e excrementos” é constante (Maia, 2013, p. 28), condições que ressaltam aspectos da matéria social atrasada. O narrador não assume o desconforto para si mesmo. Acompanha Edgar Wilson e seus colegas de trabalho, de modo que a saturação das referências à insalubridade do local parece destinadas a conduzir o leitor para que mergulhe nesse ambiente, lembrando-o a todo instante que “corredores fétidos”, diversos lotes de gados por dia, exploração, “litros de sangue”, violência e “excrementos” não podem ser tranquilamente contemplados.

Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa” (Maia, 2013, p. 13), sentimentos que facilmente podemos estender a todos os seus colegas de trabalho. O que faz com que permaneçam nesse serviço? Por que não decidir por ir embora? Provavelmente seja o que mais querem, ao considerarmos o momento de oração de Helmuth? Edgar Wilson o flagra orando, com um terço na mão, se identifica ao mesmo tempo em que se espanta:

Helmuth espreguiça junto à cerca do pasto, observando o anoitecer e espantando os pernilongos que se multiplicam a essa hora, assim como as cigarras, que entoam cânticos estridentes. Apanha o terço que carrega sobre o peito e faz uma oração movendo continuamente os lábios, emitindo vez ou outra um som sibilante que se mistura aos zunidos dos pernilongos e ao canto das cigarras. Edgar Wilson gostaria de saber o que um homem como Helmuth pede em suas orações; talvez o mesmo que ele, talvez o que todo homem ali peça (Maia, 2013, p. 76-77).

Mas, afinal, o que todo trabalhador do abatedouro “pede”? Questão importante, mas a voz narrativa não nos revela. Ou então, o que fazem orando é agradecer? Isso a exemplo do personagem Emetério, que “todos os dias agradece a Deus por permitirem trabalhar em tal função” (Maia, 2013, p. 26). Praticamente um jogo entre as dimensões da consciência que os personagens têm da sua força de trabalho, que no caso de Emetério fica nítido sua percepção de ser descartável, em que não há mais sequer aquela ilusão do sujeito apresentar-se como “proprietário” da sua força de trabalho, conforme Lukács (2013) argumentava sobre

⁸⁹ Em nível de esclarecimento e comparação sobre essa perspectiva apreendida nesta pesquisa, lembremos, por exemplo, do conceito de “dominante” dos formalistas russos, concebido como “centro de enfoque de um trabalho artístico”, desempenhando o papel crucial na determinação da estrutura e do significado da obra, pois também regula os componentes internos da composição, garantindo, então, “a integridade da estrutura” (Jakobson, 2002, p. 513). Quando nos referimos à reconstrução do discurso narrativo, estamos justamente pensando em uma mudança de hierarquia e a alteração da função do “dominante” no interior da produção literária da escritora, por sua vez já compreendida como sistema estruturado, de “uma série regular e hierarquicamente ordenada de recursos artísticos” (Jakobson, 2002, p. 516). Quer dizer, a alteração da função do “dominante” implica a transformação da “mensagem” artística, ao incorporar novos valores que modificam a hierarquia dos “recursos artísticos”. A partir dessa orientação fica claro que, ao examinar um romance como *De gados e homens*, devemos atentar para toda uma reconstrução do discurso narrativo.

o início da lógica de reprodução da sociabilidade capitalista, esclarecendo que nesta a estruturação mercantil levava

[...] o trabalhador apresentar-se como o “proprietário” de sua força de trabalho, como se esta fosse uma mercadoria. Sua posição específica reside no fato de essa força de trabalho ser sua única propriedade. Em seu destino, é típico da estrutura de toda a sociedade que essa auto-objetivação, esse tornar-se mercadoria de uma função do homem revelem com vigor extremo o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil (Lukács, 2013, p. 209).

Se tal condição já implicava o “caráter desumanizado e desumanizante”, vamos já percebendo desde o início o paroxismo da dramatização da perspectiva diegética, que liga-se a um conjunto problemático de relações sociais no modo em que a modernização se concretiza no país periférico. O espaço ficcional da fazenda com a organização Simbólica que o rege será decisivo para começarmos a evidenciarmos esse aspecto, conforme iniciaremos nossa abordagem pelo subcapítulo “5.2 Terra Ignota”.

Sem alardes estilísticos, o efeito mais saliente da prosa em *De gados e homens* é uma linguagem direta, árida e de rarefações psicologizantes, um laconismo articulado com certa pretensão de observador naturalista. Algumas vezes, como no exemplo da oração de Helmuth flagrado por Edgar, nos deparamos com uma espécie de *déficit de compreensão* entre a enunciação no plano da ação e dos pensamentos íntimos dos personagens. Embora heterodiegético, o narrador por mais que disponha de uma visão panorâmica do conjunto da diegese, não visa demonstrar seu acesso à intimidade dos seus personagens, nos deparamos com um laconismo e aridez da linguagem do narrador que provoca uma despersonalização dos personagens. Assim o espaço social em que está inserido Edgar Wilson é levado ao extremo da desagregação, onde ele e demais personagens “tendem a tornar-se objetos sem alma entre objetos sem alma, entes ‘estrangeiros’ solitários, sem comunicação” (Rosenfeld, 1996, p.94).

Apreende-se a aridez e o laconismo da linguagem ajustando-se ao vazio do mundo colapsado e desertificado que tematiza. Dividido em onze capítulos, a mobilidade do ponto de vista narrativo é tênue, está principalmente preocupado com Edgar Wilson e, em seguida, com Bronco Gil, embora por vezes o narrador se aproxima da perspectiva de personagens específicos, como Emetério, Helmuth, Milo, em suas atividades conforme a divisão do trabalho no matadouro. Assim, por exemplo, sabemos que Edgar Wilson é atordoado das reses que serão abatidas, Helmuth é o desmembrador, Emetério fica no setor de “graxaria”, Bronco Gil é capataz de Milo, que, por sua vez, é o fazendeiro e patrão no matadouro. A voz narrativa se colocada empenhada em não ter um sistema fixo de valoração para realizar comentários judicativos na apresentação dos personagens, demonstrando que não está

preocupada em explorar contradições entre eles, sendo, a nosso ver, a única exceção no caso entre Edgar e Zeca, que nos debruçaremos adiante, ficando como necessidade de conhecimento crítico os recursos de forma e perspectiva da representação desses pobres e miseráveis funcionários do abatedouro Touro de Milo.

É interessante quando sabemos que, conotativamente, a palavra *Verdrängung* remete a uma sensação de “sufoco” e “incômodo”⁹⁰, que são sensações possíveis de serem apreendidas em Edgar como resultado do serviço prestado no abatedouro. Justamente por termos uma perspectiva diegética ocorrendo somente na fazenda “Touro de Milo”, essas sensações pressionam por um retorno. Por isso, iniciaremos apreendendo a tríade Real, Simbólico e Imaginário a partir do próprio espaço da fazenda. Quais as coordenadas Simbólicas que regem o funcionamento dessa fazenda, estruturando os códigos para os trabalhadores que lá trabalham e vivem? Identificando isso, estaremos mais preparados para aprofundar na economia subjetiva dos personagens a partir do subcapítulo “5.3. Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa”.

5.2. *Terra ignota*

Não é possível encontrar balizas históricas na narrativa, nem há referências históricas isoladas. Quando ocorre a trama? Pergunta que também pode ser estendida para a localidade. A perspectiva diegética não insere as ações em uma temporalidade específica e nem em uma localidade específica. Haveria algum motivo para esse apagamento? Essa falta de acesso imediato de reconhecimento da região seria uma necessidade ou uma dificuldade de composição?

Embora esse aspecto possa render em termos de “perda da historicidade”, conforme destacado por Jameson (2006) sobre as dimensões do pós-moderno, por ora pode ser o caso de concebermos esse aspecto atemporal como uma conformação técnica à matéria tratada, em que se cria um circuito com as experiências dos personagens, que em situação de confinamento no local do abatedouro possuem seus horizontes de expectativas bloqueados, com a redução da consciência à esfera restrita das atividades diárias, sendo um dos exemplos não haver nenhum plano de ascensão social nos personagens.

Essa indeterminação temporal é um fator importante deixado de lado pela voz narrativa, que posteriormente precisaremos nos debruçar, afinal, Williams (2011a) argumentava, em seus estudos sobre a representação literária do campo e da cidade, que “o

⁹⁰ Conforme *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*, de Luiz Hanns (Imago, 1996, p. 355).

grau em que a realidade do trabalho humano se inclui na observação de um meio rural [seja também urbano] economicamente ativo é também, como já historicamente condicionado” (Williams, 2011a, p. 389).

Será nesse sentido a relevância da crítica em recuperar essas condições efetivas dos trabalhadores do abatedouro “Touro do Milo”, pois a voz narrativa dissolver a concretude de tempo e espaço não implica que o sentido histórico do romance desapareça.

Sabemos que existe um abatedouro, mas em uma territorialidade desconhecida. Do início ao fim da perspectiva diegética, não passa de *terra ignota*. Termo que foi utilizado por Euclides da Cunha, mas que podemos resgatar, na medida em que designava aquela terra “desconhecida”, onde estava chegando e de imediato se deparava com os índices de abandono e exclusão. Em termos de definição de dicionário, vemos a expressão *terra ignota* resguardando o qualificativo semântico de “ignorado” e “obscuro”, conforme a declinação latina *ignotus* (Busarello, 2007).

Assim, não é possível conceber a localidade onde agora Edgar Wilson trabalha. Se em *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* sabemos apenas que se trata do “subúrbio” de uma cidade do interior (Maia, 2009, p. 15), agora tudo se embaralha, e nos deparamos com essa territorialidade desconhecida, um grotão isolado e esquecido, a tal ponto subalternizado e periférico que pode aparentar estar à margem da própria história e inexistente em qualquer mapa.

O enquadramento é de uma natureza degradada, de um território que foi relegado à ruína e ao abandono, mas que a produtividade do trabalho no matadouro só continua a aumentar, em que vemos a ambiguidade da posição de funcionários explorados e ao mesmo tempo abandonados pelo capital. Aspectos da paisagem vão sendo contaminados por uma dimensão sobrenatural e por uma violência objetiva sufocante.

Outro aspecto instigante é o anacronismo e ambiguidade com os quais o abatedouro e a vivência dos personagens estão opostos tanto à cidade quanto ao rural, embora também faça referência especificamente ao ambiente rural. Apreendemos nitidamente um isolamento em relação aos centros urbanos. Mas esse aspecto não nos apresenta como “o descompromisso com o local e o desaparecimento da cidade”, que Gomes (2000, p. 72) assinala como característica das representações pós-modernas. Na mesma linha, Resende (2002) assinalou um “desaparecimento da cidade” na produção literária realizada a partir de 1990, que representa “uma liberdade que se estabelece em relação ao localismo”, dessa maneira, para a autora, obtêm-se espécie de universalização, uma “cidade mundializada”, em que “a cidade do romance e do conto brasileiro passa a ser qualquer cidade” (Resende, 2002, p. 75).

Ao mesmo tempo, consideramos que esse contraponto ao centro urbano no romance *De gados e homens* não deriva de uma presença discursiva de territórios marginais como subúrbios, favelas, periferias, espaços que geograficamente margeiam o centro. Nestes casos, como aponta Tavares (2001), a característica marcante é a oposição ao esvaziamento da territorialidade, de modo que “o que chama atenção é a afirmação da territorialidade do romance, enquanto signo de identificação social, em um momento em que há uma esmagadora predominância de narrativas que se esmeram em problematizar exatamente o contrário” (Tavares, 2001, p. 144). O que temos nesse caso, conforme os estudos de Patrocínio (2007; 2012), é a busca de um mergulho na cultura e linguagem dos sujeitos que residem esses territórios marginais (subúrbios, favelas, periferias), de modo que “o território marginal passa a ser utilizado como referência primeira para o estabelecimento de um discurso centrado na formação de uma identidade periférica” (Patrocínio, 2012, p. 68).

Diante dessas questões, fica nítido como o romance *De gados e homens* é um solo fértil para reflexões, pois não adentra essas duas especificidades expostas da produção literária contemporânea. Sem sabor localista, nem assimilação do hegemônico pós-moderno da cidade mundializada pela compressão tempo-espaço da globalização, tampouco busca de identidade periférica.

Do ponto de vista da recepção, o romance parece esperar que a crítica resolva o dilema insolúvel. A própria escritora, em 2010, registrou em seu *blog*, a partir de uma matéria do *Jornal O Globo*, que considerava “tão fascinante esse clima rural misturado ao desenvolvimento” ao fazer uma postagem sobre a curiosidade de “onde ficava a casa de Edgar Wilson”, à época do lançamento de *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*⁹¹.

“Clima rural misturado ao desenvolvimento”, é uma colocação sugestiva, que não pode passar despercebida, mesmo que de início pareça contrariar uma coordenada particularizadora. Em entrevista a Grönnagel, publicada em 2015, encontramos novamente comentário da escritora sobre esse aspecto:

Na verdade, essas pessoas estão aqui, agora, na Alemanha, na Irlanda, na Rússia, no Brasil, na Índia, estão no mundo inteiro. Tudo isso que eu escrevo são profissões que existem no mundo inteiro. No entanto, as pessoas, ao menos no Brasil, não olhavam por esse ângulo. Ou você tem a burguesia, uma classe média, o funcionário público, ou você tem este âmbito, ou você tem o Brasil marginal, bandido, o cara da favela, o cara da periferia que ouve hip hop. Se você reparar, são estes os extremos lá. Claro que hoje tem outros pontos, mas eu estou te dizendo os mais comuns: classe média ou periferia muito pobre. Eu gosto deste meio aqui. É o cara que não é bandido, não é marginal, não mora na favela. Mora em um lugar mais simples, mais humilde, que não chega a ser uma favela. Ela não está sob regime de tráfico de drogas. Não é, na realidade, uma área ou

⁹¹ Disponível em: <https://killing-travis.blogspot.com/2010/09/acharam.html>

uma zona pobre, pode ser uma área mais operária, uma área de subúrbio. Esse subúrbio pode existir em qualquer lugar. Essas regiões onde eles moram são muitas vezes um lugar mais rural, geralmente onde se cria minhoca. Aqui o cara tem uma criação de minhoca no fundo de casa. No outro, o cara tem uma criação de cabras. Então você vê que tem um sentido mais rural, de um lugar menor. Mas não existe essa violência imperialista de tráfico. Isso não é um ponto em que eu estou interessada em narrar (Maia, 2015, p. 364-365).

Vê-se, assim, uma preferência autoral por um espaço narrativo que não seja grandes centros urbanos, mas também que “não chega a ser uma favela”. Conforme a escritora, o espaço preferido é “um lugar mais rural”. De fato, essa região mais rural sinalizada começa a se esboçar em sua produção artística desde a obra *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*, ganhando a nosso ver expressão máxima no romance *De gados e homens*.

Contudo, essa singularidade dificilmente tem sido assinalada pela crítica. É considerada como espécie de hibridismo por Vicelli (2021), para quem a escritora trabalha “com espacialidades que transitam entre o rural e o urbano” (Vicelli, 2021, p. 26). Ou então, ambos espaços são nivelados, sem diferenciação, no sentido em que “a representação da violência urbana cabe mesmo no ambiente rural onde as personagens vivem, pois supera a oposição entre a vida do campo e da cidade” (Benatti e Ferreira, 2020, p. 18).

Dessa maneira, percebemos que na fortuna crítica da escritora essa singularidade do espaço rural acaba sendo deixada na sombra e quando assinalado, não é em vista de uma explicação do seu significado para o arranjo formal das narrativas. O que, por sua vez, é bastante compreensível, dado que a presença do rural é contraditória, em grau difícil de fixar no conjunto da narrativa. É pela ambiguidade que surge o espaço rural, porém o narrador não faz entrada histórica no assunto, não demarca estruturas dos comportamentos e situações que seriam típicas do espaço rural em que os personagens se encontram. Diante disso, parece-nos possível apreender que o espaço rural vincula-se mais à experiência da alteridade, com o recorte dos trabalhadores, do que uma preocupação com a espacialidade regional.

Sendo assim, a hipótese sobre esse aspecto talvez resida como modo de acentuar o atraso material vivenciado pelos personagens. Conforme Candido (2006a) abordou a “atração por certas regiões remotas”, acontece que “a realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional como objeto vivo, a despeito da dimensão urbana” (Candido, 2006a, p. 191-192). Ou seja, uma vez que o material ficcional da voz narrativa em *De gados e homens* não está vinculado à espacialidade rural, o modo de compreender a sua presença ambígua, parece-nos perpassar a consciência estética autoral, nesse sentido argumentado por Candido (2006a), em que “problemas do

subdesenvolvimento” forçam o escritor a focalizar “temas” e a “estabelecer distinções” que estejam “mais ou menos à margem da cultura urbana” (Candido, 2006a, p. 194).

O lugar da narração, ou seja, a fazenda do personagem Milo, situa-se entre outras fazendas. Sabemos ser relativamente próxima à fazenda do Tapira, que teve gado roubado. Ao final da trama, os personagens se deslocam até a fazenda do Régis Leitão, na qual também funciona outro matadouro. “Fazendas” e “gados” são as palavras-chaves que servem de tessitura para dimensionar a organização produtiva desse espaço ficcional em *De gados e homens*. Encontramos, assim, fazendas destinadas ao cultivo de gado, que é o substrato material de existência, havendo então sua presença marcante por toda a perspectiva diegética. A voz narrativa, no entanto, não estende sua observação e nem descreve essas fazendas, mas muitos episódios têm a ação centrada na busca dos funcionários cuidando da propriedade, o que liga a mão-de-obra de Edgar Wilson não somente ao exercício de atordoador no abatedouro.

Por fim, no capítulo 4 ficamos sabendo que a fazenda e abatedouro do Milo possui uma localização muito distante, conforme episódio em que Bronco Gil está recebendo um carregamento:

Bronco Gil verifica as horas e constata o atraso de quase duas horas do carregamento das vacas libanesas. Quando avista três caminhões enfileirados cruzarem a porteira da fazenda, ele atira seu cigarro no chão e caminha para recepcioná-los, indicando o local de carga e descarga, escrito com tinta vermelha numa parede descascada. Ele acena para Tonho, um dos peões responsáveis pela recepção das cargas.

— Já era pra vocês terem descarregado aqui faz tempo. Duas horas de atraso — diz Bronco Gil.

O motorista do caminhão, suado e com visível ar de cansaço, desce da cabine. Reclama da estrada ruim e de uma ponte quebrada que permitia apenas um carro por vez na travessia (Maia, 2013, p. 47).

“Estrada ruim e ponte quebrada” são índices que demonstram a dificuldade de acesso à fazenda, além de sua localização distante, como também reforçam ser um território que foi relegado à ruína e ao abandono. Algo que pode nos fazer refletir sobre uma reprodução da força do trabalho marcando e demarcando uma territorialização colapsada, tendo em vista que a reprodução da força de trabalho implica um espaço, identificamos então pontos de junção entre precariedade do trabalho e segregação urbana.

Meio de negócio rentável mesmo em um horizonte precário, em que a atividade econômica só cresce — “a produção aumentará de ritmo” (Maia, 2013, p. 123) — sem que altere o cenário de miséria de seu entorno. A voz narrativa não extrai as consequências máximas da própria matéria que põe em jogo, assim a estrutura da fazenda fica pela “representação sem concessão dos pormenores empíricos”, para utilizar uma expressão de Adorno (2008, p. 278).

Por vezes, os rastros são recuperados em função do personagem Edgar Wilson. Somente quando ele precisou se deslocar da fazenda, sabemos que a “região [é] conhecida como Vale dos Ruminantes” (Maia, 2013, p. 35). Embora a fazenda seja vinculada ao seu trabalho e de seus colegas, enquadrada pela voz narrativa como uma natureza degradada, de um território que foi relegado à ruína e ao abandono, também ocorre de Edgar sempre ser posto como observador da paisagem, que surge como cenário que traz apaziguamento:

O vento que chacoalha os galhos das árvores e que faz deitar a relva provoca rugas nas águas embaladas pelo silêncio oco entre as montanhas, dando uma dimensão de eternidade à paisagem do vale. O sol está encoberto por uma camada fina de nuvens; o mormaço causa um leve abafamento entrecortado pelo vento. Edgar Wilson olha ao redor e para o alto, para as muralhas que o cercam. É através de suas brechas que o vento percorre um caminho sinuoso até o vale. Ele respira profundamente. Respira mais que o ar, respira o vento que anda por todos os lugares, que tem em si o privilégio de pertencer a toda parte. Impossível distinguir o caminho do vento, persegui-lo ou alcançá-lo. Edgar verifica as horas no seu relógio de pulso. Ainda é muito cedo. Levanta-se do tronco onde está sentado e retorna à caminhonete. Parou ali por alguns minutos, para respirar e sentir o vento que corria à sua margem. [...] Margeando o rio, que reflete em suas águas turvas o início da manhã, Edgar Wilson prossegue num ritmo que lhe confere mansidão. Ao atravessar a porteira que dá acesso ao estacionamento do matadouro, constata que a placa de madeira com o nome do local está solta num dos lados. Pensa em retornar mais tarde para endireitá-la. “Matadouro Touro do Milo” é o que diz a placa, com a cara de um touro marrom desenhada (Maia, 2013, p. 35-36).

Enquanto mero observador da paisagem, é posto em posição de alheamento, em que a natureza “lhe confere mansidão” frente à condição precária da fazenda. O leitor pode até se comprazer como *voyeur*, como se encontrasse aí uma brutalidade e desigualdade do destino. O leitor mais exigente terá que buscar decifrar esse espaço, não como nomeação geográfica; mas, ciente que articulado a ele encontra-se a representação dos pobres e trabalhadores, como desafio que tem lastro no histórico de nossa literatura brasileira.

É muito pungente o retrato de existências condenadas ao descarte, vidas sofridas e desesperançadas, em circunstâncias de miséria, que não diz respeito especificamente por ser um espaço rural. Essa condição rural possui modos de existência assim devido ao seu lastro de expropriação, que possui vínculos com diversas iniquidades presentes na sociedade brasileira. Galvão (1972) é precisa ao assinalar como o desenvolvimento da pecuária e cultura do gado teve sua importância à expansão do capital:

A lógica do capital determinou que as melhores terras, as litorâneas e férteis, fossem reservadas para a lavoura da cana; a produção do açúcar, baseada no braço escravo, ocupa a posição de empreendimento prioritário que determina a posição de todos os demais. Mas, para que a produção do açúcar fosse possível, era preciso garantir a subsistência de todas as

pessoas envolvidas no processo produtivo e em sua comercialização: e essa é a razão da criação de gado (Galvão, 1972, p. 31).

Desde a colonização, a pecuária foi episódio responsável por um contingente de existências condenadas ao descarte, empregados apenas residualmente. As marcas da desigualdade estão no perfil histórico do trabalhador que lida com gado, os quais foram “constituíd[os] por todos aqueles que não têm meios de vida” (Galvão, 1972, p. 32). Assim, não parece descabido apreender que a questão fundiária corre sub-repticiamente a perspectiva diegética, questão, afinal, crucial para formação brasileira:

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira — padrões materiais, e como consequência, também culturais (Prado Jr., 2007, p. 15).

Disparidades socioeconômicas, como ponto de origem das existências condenadas ao descarte, vinculam-se à estrutura fundiária, que, como estamos pontuando, está aquém da problematização da voz narrativa, que numa manobra delega e denega. Denega, como é o caso da dominação direta pelo proprietário, o fazendeiro Milo. Este possui presença relativamente constante na perspectiva diegética, mas a voz narrativa não é capaz de tirar daí nenhuma consequência. Sabemos que Edgar Wilson acata suas ordens, muitas vezes passivamente, algo como um temor respeitoso. Sua posição de proprietário é recuperada pela concepção de Edgar, que praticamente o considera um igual:

Edgar Wilson permanece em silêncio enquanto aguarda a decisão do patrão. Em sua mente não passa nenhuma ideia, pois não é seu costume buscar soluções, a não ser que seja solicitado.

— Hoje não tem nenhuma carga grande pra abater — comenta Milo, pensativo.

Também não é costume de Edgar Wilson deixar de cumprir o que pedem. Milo é um homem trabalhador, que passa quatorze horas por dia envolvido nas atividades do matadouro. É um patrão justo aos olhos de Edgar (Maia, 2013, p. 10).

Para saber que passa essas “quatorze horas” é preciso também estar lá durante esse período? Sendo assim, também é o mesmo período que Edgar passa cotidianamente exercendo sua função? Milo fica de fato “envolvido nas atividades” durante essas “quatorze horas” ou durante esse período desenvolve um fundamento normativo de vigilância das atividades que são realizadas pelos funcionários?

Contudo, mesmo o estilo indireto livre, resgatando o olhar subjetivo, não força a apreensão das antinomias do lugar de classe, momento este que evidencia ambivalência do

ponto de vista. A mesma entre narrador e personagem caracteriza-se pelo rebaixamento dos problemas implicados ao proprietário pela precariedade vivenciada — e encontramos, assim, o exato oposto daquela orientação que Williams (2011a) forneceu ao estudar nos romances o processo de transformação da propriedade rural, pontuando que na “figura simpática” existe uma “ordem enganadora”, dado que “[...] pois nenhum proprietário é inocente, em nenhuma etapa do processo, a menos que nós próprios resolvamos lhe atribuir inocência. Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política” (Williams, 2011a, p. 87).

Somos levados a considerar que, a Milo, a inocência lhe é atribuída. As distinções sociais entre ambos são inequívocas, mas isto não é matéria que a voz narrativa quer proceder exposição crítica e reflexiva. Destaque-se que o fato de Milo trabalhar as “quatorze horas” em “atividade do matadouro”, conforme enunciado, implica esteticamente a polarização entre diretrizes do país e suas consequências na vida dos pobres, pois já estamos longe da figura do patrão diretamente vinculado à classe dirigente.

No capítulo 11, novamente com a passagem para o indireto livre, encontramos a despedida fraternal entre o funcionário e o patrão:

Logo após ajuntar seus pertences, Edgar passa no escritório de Seu Milo e recebe todo o acerto de suas últimas semanas de trabalho. Aperta a mão do patrão e agradece pelo emprego e pela confiança depositada nele todo esse tempo. Seu Milo sente o peito apertar. Edgar é seu melhor funcionário. Sentirá falta dele (Maia, 2013, p. 123).

A disposição da cena em despedida fraternal expressa equilíbrio entre dependente e proprietário. A exemplo de comparação, a cena fica distante de outra representação literária em que o patrão também fecha as contas, agora com Fabiano, de *Vidas Secas*.

“Safadeza” era como Fabiano havia qualificado a situação pela qual foi submetido pelo patrão: “[...] tirou do bolso o dinheiro, examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomava-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza” (Ramos, 1986, p. 94).

A cena é aqui de injustiça. Fabiano por ser apenas um “cabra”, um “bruto” não poderia contestar nenhuma decisão do patrão, que a consideraria como insolência. Assim, o dono da terra e patrão aparece unicamente como promotor da opressão e da injustiça. Publicado em 1936, *Vidas Secas* está inserido justamente na década em que se iniciou a “promessa de incorporação social das massas até então desdenhadas pelo processo de construção da nação” (Cardoso, 2010, p. 778). A política trabalhista de Getúlio Vargas se modernizava, em geral no tangente à área urbana, enquanto Fabiano à margem da

industrialização expressava esse limite da “promessa” já à época, em que os trabalhadores rurais eram excluídos dos benefícios da legislação protetora do governo Vargas (Cardoso, 2010; Schwarcz e Starling, 2015).

Dentro desse aspecto, Pacheco (2015) é assertiva ao pontuar que este romance de Graciliano Ramos “trata de caracterizar a invisibilidade social do trabalho”, embora “as relações de trabalho em *Vidas Secas* não tenham sido objeto de muitos estudos”. Nessa linha, a autora indicou que “a desqualificação máxima de suas atividades é não só causa de sofrimento, mas também um modo de exploração do sofrimento, que, no caso, rende ao desumanizar. Para o proprietário, homens e bichos não valem o que comem”, de modo que na estrutura do romance “o subtrabalhador aparece como categoria que não seria superada pela modernização” (Pacheco, 2015, p. 38; 39; 40).

Os funcionários do abatedouro em *De gados e homens* aparentam condição semelhante, em categoria precária não “superada pela modernização” apesar dos praticamente setenta anos de distância das obras, mas, também por isso, não exatamente igual, como de imediato é a relação com o proprietário. Os apontamentos de Pacheco (2015) são inspiradores e sublinham arbitrariedades e contradições que se cruzam no quadro da iniquidade da sociedade brasileira, em que o paralelo, longe de ser descabido, pode ser encarado como “elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas” (Schwarz, 1987, p. 31).

Assim, a característica peculiar ressaltada anteriormente — da valoração de justiça ao patrão por Edgar Wilson e da despedida fraternal — encena um esquema simplista, estabelecendo, a nosso ver, um impasse narrativo bastante instigante, dado que recursos, que aparecem justamente no primeiro e últimos capítulos, recalca (*Verdrängung*) o antagonismo do proprietário com seus subordinados.

O recorte do narrador é evidente: sujeitos anônimos, subalternos e explorados, com suas existências condenadas ao descarte. O narrador não-representado, que não se mostra na categoria linguística do discurso narrativo, parece querer demonstrar uma identificação, pelo seu recorte, com esses trabalhadores. Mas essa identificação encontra-se limitada quando seu cálculo narrativo não se abre para o mencionado antagonismo, resultando que a perspectiva diegética já não sustenta o próprio embate com a matéria ficcional escolhida. Considerando tais observações plausíveis, a hipótese a ser defendida é que essa contenção da voz narrativa é índice do Real do antagonismo.

Assim, na perspectiva do materialismo lacaniano, buscou-se dimensionar o limite irrepresentável da perspectiva diegética em cuja formalização depara com uma distorção limite que impede toda significação desse perímetro da terra ignota. “O ponto cego na

realidade”, para utilizar expressão de Žižek (2011), que situa que o olhar do sujeito estabelece um ponto cego sobre sua própria percepção.

Ao nos atentarmos a este “ponto cego” da voz narrativa, reposicionamos internamente as decisões e ambiguidades do narrador, a fim de aproximarmos das relações reduzidas estruturalmente no romance, tendo em vista que “o olhar do espectador inocente é, em certo sentido, inexistente, pois esse olhar é o olhar neutro impossível de que, falsamente, se isenta de sua existência histórica concreta; neste caso, de sua participação efetiva no conflito” (Žižek, 2011, p. 26, tradução nossa⁹²).

O matadouro do Milo é o espaço do trabalho, onde os personagens realizam suas funções para a comercialização de carne bovina, e onde, num alojamento próximo, também vivem. Todavia, como um corte traumático, que não pode ser simbolizado, tais condições são confinadas pela voz narrativa, de modo que a posição dos personagens, especialmente Edgar Wilson, Bronco Gil e Helmuth, será marcada e dependerá das reviravoltas da situação do comportamento dos gados, que vai ganhando força na composição da perspectiva diegética, a ponto que o que era cotidiano de trabalho se dissolve nesses acontecimentos, que resultam em “suicídio coletivo das vacas” (Maia, 2013, p. 123).

Bronco Gil, Edgar Wilson e Helmuth são os responsáveis por realizarem a vigilância e buscar compreender o que pode estar acontecendo. A vigilância é realizada no período noturno, após expediente do trabalho, por haver a suposição inicial que se trata de um predador ou um ladrão de gados, o que leva em esquema de “suspense” para o discurso narrativo. É o momento de defender os limites da fazenda, para isso se organizam e possuem armas como recurso, disponibilizados pelo capataz:

— Eu trouxe umas coisas. Fiz umas armadilhas por aí, em pontos estratégicos — afirma Bronco Gil. — A gente pega ele.
Helmuth escolhe o que quer usar. Apanha uma das duas espingardas e experimenta a pontaria, sem atirar.
— Vou ficar com esta aqui.
— O ferrolho tá agarrando um pouco — comenta Bronco Gil.
Segurando a arma descarregada, Helmuth tenta descobrir o melhor jeito de driblar o defeito.
— Edgar, fica com a outra — ordena Bronco Gil.
Edgar Wilson apanha a espingarda do chão e abre o cano na junta, conferindo que está descarregada. Enfia algumas munições no bolso da calça e deixa para carregá-la mais tarde (Maia, 2013, p. 77-78).

Defender e proteger os limites da fazenda a qualquer custo, insere um encaminhamento bem singular. Com o sumiço das primeiras vacas, é reconhecida a necessidade da segurança noturna, porém é alegada a falta de recursos financeiros para essa

⁹² Na versão original: “la mirada del espectador inocente es también, en cierto sentido, inexistente, dado que esa mirada es la imposible mirada neutral de quien, falsamente, se exime de su existencia histórica concreta; en este caso, de su participación real en el conflicto”.

contratação de serviços: “Bronco Gil mantém-se firme na ideia de que há um predador rondando, insuspeito, os limites da fazenda. Seu Milo gostaria de contratar mais homens para guardarem o local, porém não há recursos para mão de obra extra” (Maia, 2013, p. 87).

Ou seja, sabemos que “não há recursos para mão de obra extra”, porém isto não impede de alocar Edgar Wilson, Helmuth e Bronco Gil para a realização do trabalho extra; momento em que apenas nos cabe induzir, que para o qual não haverá pagamento. Como os três personagens pertencem ao grupo de funcionários que vivem no próprio alojamento da fazenda, fica firmado a lógica que são mão-de-obra para toda hora e qualquer momento, independente da atividade. Aspecto importante, mas cuja estetização é naturalizada, pois, embora a voz narrativa traga essa arbitrariedade ao leitor, é precariamente exposto e trazido à luz apenas no movimento de “interesse” dos próprios personagens. Apontamos, então, como aspecto importante pois essa dinâmica do trabalho extra, licitamente suposto como não remunerado, seria corolário de uma extrema dependência ao proprietário, que empurra seus funcionários para zonas fronteiriças da sub-humanidade a partir da sua gestão no matadouro, para serem explorados da forma mais cruel e pungente possível, de maneira que, identificado o Real do antagonismo cabe ao leitor reconstruir os aspectos críticos que se insinuam justamente em assuntos que não são devidamente simbolizados.

Logo na primeira semana desse trabalho extra, o que temos exposto é acontecimento inclinado para o “cômico”: Santiago, personagem que começara a trabalhar no matadouro recentemente, é atingido por uma flechada de Bronco Gil, pois haviam considerado que era um predador:

O dia está quase amanhecendo. Vladimir está cochilando, Helmuth e Edgar Wilson estão visivelmente cansados. Bronco Gil passou toda a madrugada sentado num tronco de árvore a cinco metros do chão, pois queria expandir o alcance de sua visão.

Uma agitação num dos pastos seguida dos latidos de Feinho. Todos se colocam a postos. Bronco Gil pula da árvore e vai para a beirada do outeiro. Os outros verificam pelos binóculos e confirmam que alguma coisa está acontecendo no pasto. Bronco Gil se anima. Enche o peito de ar.

— Tem chifres — fala Vladimir, olhando pela luneta de seu rifle. — Está se mexendo com velocidade.

As vacas se tornam mais agitadas e alguns grunhidos ecoam misturados aos mugidos.

— Que porra de bicho é esse! — exclama Helmuth com os olhos pregados no binóculo.

— Não é onça — diz Vladimir.

— Nem javali — completa Bronco Gil.

As vacas correm de um lado para o outro, espremendo-se umas contra as outras. Um leve pavor alcança os homens, que não conseguem identificar o animal nem pela aparência nem pelos grunhidos. Mais alguns minutos e o dia os alcançará e trará uma perfeita visibilidade, mas o desespero crescente no pasto faz com que eles desçam do outeiro, com armas em mira, e cerquem o local. O animal passa correndo, desafiando o

entendimento dos homens devido à maneira como se movimenta. Nunca viram chifres tão altos nem movimentos tão velozes. Bronco Gil, com a flecha estendida para trás, aguarda tão somente uma brecha entre os ruminantes e, quando a encontra, dispara.

[...]

Edgar Wilson toca o animal. Os outros se aproximam em seguida.

— O que é? — pergunta Vladimir, afobado.

— É o Santiago, o novo atordoador. Ele acha que é uma rena.

Edgar puxa da cabeça do rapaz uma galhada presa por elásticos e o descobre da pele de onça que veste.

— Mas que raio... — balbucia Bronco Gil, atônito.

— É a pele de onça que fica no escritório do Seu Milo — fala Helmuth.

A flecha atravessou o ombro de Santiago e ele geme baixinho (Maia, 2013, p. 81-83).

Contudo, Santiago, que sobrevive à flechada, apenas estava em um momento de lazer, sob efeito de cogumelos que obtinha a partir do estrume do gado.

Verifica-se que o leitor é exposto, durante grande parte da perspectiva diegética, a esta preocupação e trabalho para defender a fazenda, mas a voz narrativa insiste em fazer o leitor passar por esses momentos, sem detê-lo no aspecto que se trata de um trabalho, sem problematização de quanto o cansaço advindo daí é indiferente a Milo e humilhante, além do próprio desgaste físico.

Por sua vez, apenas sublinhar esse aspecto também acrescenta pouco ao esclarecimento. Como reconstruir esses rastros deixados pelo narrador? A condição de trabalhadores e também de morarem na própria fazenda aparenta ser aspecto residual das peculiaridades da propriedade em contexto latifundiário. Apesar da multiplicidade de temas que caracteriza a produção literária contemporânea (Resende, 2008; Schöllhammer, 2009), enveredar por esse caminho não parece tão plausível. Todavia, não esqueçamos que Williams (1979) demarcava a importância de se atentarmos para diversas temporalidades e inter-relações dentro da cultura dominante. A falta de especificação territorial no romance, do ponto de vista autoral, se atrela à certa recepção artística da mundialização do capital. Conforme expressado pela Ana Paula Maia, que já vimos anteriormente, “essas pessoas estão aqui, agora, na Alemanha, na Irlanda, na Rússia, no Brasil, na Índia, estão no mundo inteiro” (Maia, 2015, p. 364), consideração, por sua vez, que se adequa bem ao ponto crítico visto anteriormente com Resende (2002) e Gomes (2000). No entanto, aprofundando na perspectiva diegética e no discurso narrativo, vamos percebendo como são repostas questões “residuais”, que pertencem à específica iniquidade da sociedade brasileira — e não é de hoje.

Enquanto aspecto “residual”, conforme argumentava Williams (1979), vê-se como o processo social “efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural [...] como um elemento efetivo do presente” (Williams, 1979, p. 125). Consideramos que longe está de haver algo como coronelismo ou jaguncismo como chave de injeções subjacentes à dinâmica vivenciada pelos personagens, porém no tangente ao antagonismo e

precariedade registra-se lastro histórico de arbitrariedade longamente sedimentada, que tem base, se não esquecermos, a autoridade do proprietário Milo, a qual está em jogo na ambientação da perspectiva diegética, por mais que a voz narrativa evite simbolizar; e que, todavia, é crucial da “própria história escrita com sangue, iniquidade e violência que marca nosso país”, para utilizar precisa expressão de Vasconcelos (2002, p. 331).

Embora não vejamos traços de paternalismo na relação com Milo, essa condição de trabalhadores e de moradores da fazenda faz esses personagens completamente dependentes, pois tornaram-se agregados e moradores do fazendeiro, que lhes garante os “mínimos vitais e sociais” (Galvão, 1972, p. 38). Essa “existência baseada em mínimos vitais e sociais” pontuado por Galvão (1972) é em relação aos homens livres que formam uma “plebe rural”, em que a subsistência se “expressa em trabalho rudimentar e esporádico, alimentação insuficiente, frouxa trama da organização social, produção cultural inexistente” (Galvão, 1972, p. 38).

Excluindo apenas o aspecto “esporádico”, pois a fazenda do Milo se encontra bem integrada com a indústria da carne e, com isso, possui a produtividade mais e mais crescente, os demais apontamentos que Galvão (1972) utilizou não são descabidos para a dinâmica presente em *De gados e homens*.

Quando nos deparamos com o trabalho extra que vara a noite em vigília e não exclui o período de produção, vemos esses “mínimos” fornecendo a Milo uma força disponível para qualquer trabalho, pois, conforme indicamos anteriormente e agora sublinhado pela autora, “o morar ‘de favor’ em terra alheia traz implícito o compromisso pessoal com o proprietário da terra” (Galvão, 1972, p. 38).

“Compromisso pessoal” presente também de forma subjacente quando vemos Emetério agradecendo a Deus pelo emprego, aspecto que marca a área das relações pessoais e contingentes, fora de qualquer âmbito de uma lógica baseada em mercado de trabalho dito legal.

Terra ignota mas seu percurso histórico-econômico é reconhecível. A base material, isto é, a relação entre explorados e explorador é assunto da matéria ficcional, sem possibilidade de desmentido. Embora seja possível essa reconstrução, chamamos atenção novamente para o impasse da voz narrativa. A nosso ver, é possível caracterizar que não há um esforço para driblar o assunto dificultoso.

“Curiosa mistura de lucidez e obnubilação”, foi uma expressão utilizada por Candido (2015b), para se referir ao narrador de um romance brasileiro que analisou, que não nos parece descabido resgatar para o caso de *De gados e homens*. Ou seja, uma lucidez para o recorte realizado e uma obnubilação para a rede simbólica, como “um bloqueio dentro do processo de simbolização”, conforme indica Žižek (2000), pois “para que a realidade exista, algo deve

ficar sem ser dito” (Žižek, 2000, p. 78). Algo que, psicanaliticamente, é inacessível ao sujeito, além de suas identificações simbólicas ou imaginárias mais superficiais, que temos buscado compreender na própria disposição do narrador, que possui sua própria curvatura/limite no antagonismo, como “núcleo duro” recalcado em torno do qual se estabelece a simbolização da fazenda. O Real, como antagonismo, “não é mais do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade” (Žižek, 1996, p. 27).

A partir dessa condição de ser “impossível de objetivar”, conseguimos distinguir nuances para presença do gado na perspectiva diegética, assumindo interesses divergentes na própria construção simbólica, em “que, ao mesmo tempo, desmente e encarna a impossibilidade estrutural da ‘sociedade’” (Žižek, 1992, p. 124). Vemos, logo no início do romance, a voz narrativa buscando apreender a tensão das posições dos personagens, a degradação laboral, a relação de Edgar ao exercer sua função dentro do abatedouro, tendo o gado como problema e componente formal do assunto. Voltaremos a esse aspecto adiante, na próxima seção. Em seguida, mais precisamente a partir do sexto capítulo como indicamos anteriormente, a voz narrativa vai se contendo, o foco é dissolvido nos acontecimentos que culminam no “suicídio coletivo das vacas”, que pode ser concebido na sua fabulação como uma máscara do traumático antagonismo.

Isso porque, no seu resultado, esse comportamento insólito dos gados fica esvaziado de seu sentido emancipador, dado que os personagens se engajam em uma pseudoatividade de defesa da fazenda. É o momento em que os personagens, como vimos anteriormente, são retirados da sua passividade dentro da divisão do trabalho do abatedouro, para serem incumbidos de pseudoatividades que garantem a ausência de mudanças da rede simbólica corporificada pela fazenda:

Edgar Wilson retorna quando escuta Seu Milo chamar por ele.

— O que você acha que aconteceu, Edgar?

— Elas se mataram.

— São apenas animais, Edgar. Não têm vontade própria. Elas não pensam em suicídio.

— Acho que se afeioaram a gente.

Seu Milo olha ao longe, por cima do despenhadeiro. O horizonte está avermelhado e o sol surge parcialmente por trás das montanhas e desponta em raios dourados. Esvanece de todo o peso do semblante de Seu Milo. Respira fundo e sente alguma paz, por um breve período de tempo. Uma paz curtinha, mas sensível ao seu espírito (Maia, 2013, p. 115).

O insólito dos acontecimentos com os gados fica como um resto que excede o simbólico, derivado do Real do antagonismo, mas no sentido de uma “fantasia como esteio da realidade” (Žižek, 1996). Assim, os personagens podem até defender que não havia predadores ou supostos ladrões, mas não há problematização da intersubjetividade alienante

da economia exploratória da fazenda, de modo que “esse resto [espectral], longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela: é precisamente esse excedente não integrado do trauma [...] que confere à Lei sua autoridade incondicional” (Žižek, 1996, p. 321).

Dessa forma, vemos a sutura do proprietário e propriedade, com relação fundamental com o gozo desses trabalhadores, em que ao não identificarem precisamente o significado de liberdade e resistência do insólito, asseguram a imobilidade do grande Outro a partir da própria espoliação psíquica, modo pelo qual vamos conseguindo desentranhar na perspectiva diegética a dinâmica dos processos sociais e da subjetividade.

5.3. *Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa”*

“O trabalho é pesado mesmo”, comenta Santiago com Edgar Wilson, ao final do seu primeiro dia no abatedouro, indicando o desgaste pelo intenso trabalho manual executado (Maia, 2013, p. 59). Ambos exercem a primeira etapa do processo de abate de bovinos dentro do abatedouro. Dentre os avanços tecnológicos, o método considerado mais eficaz e mais utilizado constitui de métodos mecânicos, com a ação pneumáticas como pistolas de dardo cativo com penetração, a partir da qual considera-se haver a imediata perda de consciência dos bovinos (Neves, 2008).

Contudo, no abatedouro em *De gados e homens* a função de Edgar é exercida de maneira rudimentar, através de golpes com uma marreta como ferramenta. Procedimento considerado ilegal por Leis estaduais e legislação federal, por isso utilizado apenas em lugares clandestinos. A clandestinidade traz a reboque a precariedade do local, bem como faz que a atividade laboral se torne mais intensificada e desgastante.

Essa é uma peculiaridade nas narrativas de Ana Paula Maia, quando traz à baila seus personagens trabalhadores. Não apenas a presença, “uma coisa rara numa literatura [brasileira] que quase sempre o desprezou e evitou representá-lo”, como sublinha Lafetá (2004), como também o recorte é feito a partir de atividades profissionais tidas como subalternas, invisibilidades e vistas muitas vezes com preconceito, direta e significativamente implicadas na clivagem de classes sociais brasileiras.

São funções realizadas no abatedouro em *De gados e homens*, mas também temos de gari e coletor de lixo, desentupidor de fossas, a exemplo da obra *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos*. Todas elas, na sociedade brasileira, estão atreladas ao baixo prestígio e baixa remuneração como índices de reprodução de desigualdades e marcadas por “um persistente

preconceito, no país, contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade ‘inferior’, quando não ‘aviltante’” (Schwarcz, 2019, p. 37).

Um rebaixamento legado pela colônia, em que, pela ordem escravista, o trabalho “não levava a parte alguma, e o esforço de realiza-lo, ao invés de dignificar quem o executasse, tendia, ao contrário, a aproximá-lo das regras de domínio e submissão imperantes da condição cativa de existência” (Kowarick, 1994, p. 54).

Esse próprio rebaixamento possui problemáticas para incorporação e formalização da matéria do trabalho no mundo ficcional, condição pela qual, por exemplo, Schwarz (1983) sublinhava que “a situação da literatura diante da pobreza é uma questão radical” (Schwarz, 1983, p. 8), no sentido em que a matéria exige habilidade e consciência apurada das dominações para sua construção literária.

A perspectiva diegética se inicia como se o narrador peremptoriamente descortinasse aos olhos do leitor o ambiente de trabalho de Edgar Wilson, em uma técnica descritiva de apresentação do personagem que passa pelo vínculo existente entre sujeito-espaço. Em *De gados e homens*, mais do que apenas uma verossimilhança realista, apreendemos sua pertinência articulatória desejada pela instância narrativa para a dinâmica interna do desenvolvimento da perspectiva diegética.

Assim, enquanto na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” Edgar Wilson é inicialmente apresentado porque não conseguiu fazer seu serviço devido ao atraso do carregamento de porcos e assassina Pedro devido ao ciúme — “o problema é duvidar da fidelidade de Rosemary” (Maia, 2009, p. 16) — e à suposta comprovação de traição, agora podemos apreender a experiência do trabalho como a unidade que comanda os demais elementos de composição deste primeiro capítulo em *De gados e homens*.

Cabe propriamente a Milo, fazendeiro e patrão, ser o agente desencadeador da diegese:

Edgar Wilson está apoiado no batente da porta do escritório do seu patrão, o fazendeiro Milo, que conclui um telefonema aos berros, já que desde cedo aprendeu a berrar, quando solto no pasto, ainda bem menino, disputava com o bezerro a teta da vaca. O escritório não passa de um cômodo espremido ao lado do setor de bucharia do matadouro.

— O senhor queria falar comigo?

— Quero sim, Edgar.

— Pois não — diz Edgar Wilson, que tira o boné da cabeça e segura-o contra o peito respeitosamente ao entrar no escritório.

— Preciso que você vá até a fábrica de hambúrguer fazer uma cobrança.

— Seu Milo, quem vai abater o gado?

(Maia, 2013, p. 9).

Milo possui um “escritório” que aparenta ser improvisado, é apenas “um cômodo espremido” entre os setores do processo produtivo do abatedouro, mas especificamente “ao

lado do setor de bucharia”. Este é o setor em que são tratados os órgãos internos dos bovinos, esvaziando e limpando intestinos e estômagos, sendo por isso, comumente, caracterizado, como indica Stefanuto (2019), “por ser o pior lugar do frigorífico e lidar com o que há de pior nos animais” (Stefanuto, 2019, p 201).

E, assim, “espremido ao lado” (Maia, 2013, p. 9) desse que é o “pior lugar” (Stefanuto, 2019) de um abatedouro que Milo “passa quatorze horas” (Maia, 2013, p. 10) realizando seu expediente. Essa improvisação do “cômodo espremido” não impede que Edgar Wilson se comporte “respeitosamente ao entrar no escritório” (Maia, 2013, p. 9), o que demarca a posição de poder de Milo, a quem todos se submetem e respeitam, até mesmo Edgar Wilson.

É requerido pelo patrão que Edgar Wilson exerça uma atividade que não faz parte das suas atribuições como atordoador no abatedouro, estabelecendo um avanço no conflito entre Edgar e Zeca, o que corresponderá a uma importante caracterização da experiência do trabalho na estrutura narrativa.

Ao ser-lhe delegado que faça uma cobrança na fábrica de hambúrguer, Edgar Wilson preocupa-se com a atividade do atordoamento, sabendo do acúmulo que resultará em vista de ele ser o único atordoador neste início da diegese:

Milo coça a cabeça, enterrando os dedos nos fios crespos e embaraçados.
— Meu pessoal tá curto, Edgar. E na sua função só tem o Luiz, mas ele agora tá supervisionando a linha de abate. Deixa eu pensar...
Edgar Wilson permanece em silêncio enquanto aguarda a decisão do patrão. Em sua mente não passa nenhuma ideia, pois não é seu costume buscar soluções, a não ser que seja solicitado.
— Hoje não tem nenhuma carga grande pra abater — comenta Milo, pensativo.
Também não é costume de Edgar Wilson deixar de cumprir o que pedem. Milo é um homem trabalhador, que passa quatorze horas por dia envolvido nas atividades do matadouro. É um patrão justo aos olhos de Edgar.
— O Zeca já abateu algumas vezes, né? — pergunta Milo.
— É, abateu. Mas ele deixa o bicho acordado ainda. O boi sofre muito, Seu Milo. O Zeca não tem uma pegada boa não.
Milo olha a planilha de funcionários e suas respectivas funções. Pensa um pouco.
— O Zeca tá na triparia agora, mas só tenho ele mesmo — resmunga para si.
— Senhor, ele deixa o boi acordado.
— Você já disse isso, Edgar. O que eu posso fazer? Na degola ele vai morrer mesmo — responde Milo, alterado (Maia, 2013, p. 10).

A preocupação inicial de Edgar se confirma, pois Milo afirma que seu “pessoal tá curto”, de modo que não havia considerado esse acúmulo quando decidiu ordenar a Edgar que fosse à fábrica. Edgar não deixa seguir adiante seu incômodo pela própria ordem de Milo, afinal, sempre buscar “cumprir o que pedem”. Mas, rapidamente, essa preocupação de

Edgar é direcionada para outro ângulo, não mais a questão do acúmulo e sim, com a possibilidade de ser Zeca quem terá que substituí-lo durante essa ausência.

A posição de subordinação em que se encontra Edgar Wilson em face de Milo assume uma oposição em relação ao modo como será executado os bovinos. Ele tem a função de atordoar o gado com um intenso golpe de marreta, para que, durante o desnorteamento do animal, sua garganta seja cortada. Para isso, é preciso “uma pegada boa”, conforme insistiu com o patrão, considerando que Zeca não a possui, pois “ele deixa o bicho acordado ainda. O boi sofre muito, Seu Milo” (Maia, 2013, p. 10).

Essa preocupação de que “o boi sofre muito” será algo que atravessará a perspectiva diegética do romance. Uma preocupação, por exemplo, que não encontramos em Edgar Wilson na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, ao ter que abater porcos. Conforme posteriormente indica o discurso narrativo, Edgar Wilson “não sente orgulho do trabalho que executa, mas se alguém deve fazê-lo que seja ele, que tem piedade dos irracionais” (Maia, 2013, p. 15). É algo que surge especificamente em *De gados e homens*, de certa forma como atribuição de um caráter positivo ao personagem, amenizando a dimensão rebaixada (e por vezes, grotesca) que nele encontramos na primeira narrativa da trilogia.

Essa “piedade”, contudo, não é compartilhada por Milo. De início, aparenta levar em consideração a oposição de Edgar, todavia se aborrece e indica ser uma preocupação desnecessária: “— Você já disse isso, Edgar. O que eu posso fazer? Na degola ele vai morrer mesmo — responde Milo, alterado” (Maia, 2013, p. 10).

Diante disso, não houve opção e Zeca terá que atordoar os bovinos na ausência de Edgar, que fica com “o coração pesaroso” pela situação (Maia, 2013, p. 12). Assim, ocorre elaboração uma apresentação do quanto a preocupação de Edgar Wilson é verdadeira, leva-o até a possuir um “ritual como atordoador”:

Edgar permanece imperturbável, com o olhar cinzento sobre o patrão. O telefone toca. Milo atende e pede um instante.

— Edgar, aqui está a ordem de cobrança. O endereço tá escrito aí. Pega as chaves da caminhonete com o Tonho e manda o Zeca vir até aqui falar comigo.

Edgar Wilson acena com a cabeça e apanha a ordem de cobrança. Milo volta ao telefone. Edgar hesita pouco antes de sair, mas atravessa a porta do escritório e fecha-a ao passar. Segue por um corredor fétido e mal iluminado e ao virar à direita entra no boxe de atordoamento, local em que trabalha muitas horas por dia. A fila de bois e vacas é sempre longa. Um funcionário abre a portinhola e o boi que já passou pela inspeção e pelo banho entra devagar, desconfiado, olhando ao redor. Edgar apanha a marreta. O boi caminha até bem perto dele. Edgar olha nos olhos do animal e acaricia a sua fronte. O boi bate uma das patas, abana o rabo e bufa. Edgar cicia e o animal abranda seus movimentos. Há algo nesse cicio que deixa o gado sonolento, intimamente ligado a Edgar Wilson, e dessa forma estabelecem confiança mútua. Com o polegar lambuzado de cal, faz o sinal da cruz entre os olhos do ruminante e se afasta dois passos para

trás. É o seu ritual como atordoador. Suspende a marreta e acerta a fronte com precisão, provocando um desmaio causado por uma hemorragia cerebral. O boi caído no chão sofre de breves espasmos até se aquietar. Não haverá sofrimento, ele acredita. Agora o bicho descansa sereno, inconsciente, enquanto é levado para a etapa seguinte por outro funcionário, que o suspenderá de cabeça para baixo e o degolará (Maia, 2013, p. 11-12).

A construção narrativa da cena atrela o ambiente precário e a sua peculiar interação com os bois. Por exemplo, note-se que os gestos que envolvem o “ritual” não é algo que pode ser dimensionado como esperado pelo próprio ambiente de trabalho. “A fila de bois e vacas é sempre longa”, implicando que o mais rápido e produtivo será não se preocupar se “haverá sofrimento”. É indicado, mais uma vez, que Edgar realiza uma longa jornada, desgastante e em ambiente insalubre, mesmo local no qual realiza seu gesto ritualístico. O próprio gesto ritualístico é contra a verossimilhança da ação. Quer dizer, como artifício não tem base verossímil, o que indica que o esperado não é convencer e angariar a simpatia por boa ação.

A voz narrativa demarca que Edgar “acredita” que “não haverá sofrimento” e “descansa sereno”, expressões que, por sua vez, são o avesso de sua rotina como funcionário no matadouro. É um atrito que se estabelece com a condição precária da sua função. A descrição do corredor fétido e mal iluminado contribui para a atmosfera desagradável do matadouro, permitindo apreender o ambiente opressivo e de mal-estar. O afeto cujo conteúdo é essa atmosfera desagradável pode encontrar, pelo menos, uma via de recalque com um gesto que leva pensar em para além do “sofrimento”. Com isso, acreditamos ser possível propor que a narração do seu “ritual como atordoador” encadeada ao acontecimento da ordem recebida é índice para assumirmos a relevância da relação entre Edgar e sua função no abatedouro.

Conforme indicamos anteriormente, existem diretrizes e técnicas de pré-abate que visam o melhor modo de insensibilização dos bovinos para a operação da sangria, pois “eventos estressantes” são responsáveis pela queda do PH e rápida putrefação ocasionando a perda da qualidade da carne (Neves, 2008).

Essa condição própria no funcionamento de abatedouros e frigoríficos é assumida pela voz narrativa, quando faz a descrição sobre o “golpe preciso” de Edgar: “Se a pancada na fronte for muito forte, o animal morre e a carne endurece. Se o animal sentir medo, o nível de pH no sangue é elevado, o que deixa a carne com um gosto ruim. Alguns abatedores não se importam” (Maia, 2013, p. 13).

Contudo, a preocupação de Edgar Wilson referente ao “sofrimento” e sua atitude de “piedade” com os bovinos não corresponde com a qualidade da carne, se esta ficará “com um gosto ruim” (Maia, 2013, p. 13). A voz narrativa deseja destacar que a preocupação de

Edgar transcende essa preocupação propriamente material, é uma preocupação com a “alma” (Maia, 2013, p. 13) desses animais. Por isso, “com golpe lambuzado de cal, faz o sinal da cruz entre os olhos dos ruminantes” (Maia, 2013, p. 11). A finalidade desse “ritual” não é o PH para qualidade da carne, o que se pretende “é encomendar a alma de cada animal que abate” (Maia, 2013, p. 13).

Essa caracterização de Edgar Wilson e a narração de seu “ritual”, na dinâmica da intriga, assume a funcionalidade de preparação da sequência narrativa que culminará, ao final do capítulo, no assassinato de Zeca. Este personagem é posicionado pela voz narrativa como quem “gosta de ver o animal sofrer” (Maia, 2013, p. 12). Mesmo na frente de Edgar, quando Zeca vai ao setor para substituí-lo, é apresentado que não se esforça para acertar um golpe preciso:

Edgar sinaliza para que o funcionário não deixe o boi seguinte entrar no boxe. Vai até o setor de triparia e chama por Zeca, que imediatamente acata sua ordem. É com o coração pesaroso que Edgar vê, minutos depois, o rapaz, sorridente, seguir até o boxe de atordoamento ao sair da sala de Milo. Zeca é um garoto de dezoito anos, perturbado. Gosta de ver o animal sofrer. Gosta de matar. Se prepara para a tarefa quando Edgar entra no boxe e o adverte:

— Zeca, coloca o boi pra dormir, entendeu? Não deixa o bicho sofrer. Zeca apanha a marreta, faz sinal para que o funcionário deixe o boi entrar. Quando o animal fica frente a frente com ele, a marretada propositalmente não é certa, e o boi, gemendo, caído no chão, se debate em espasmos agonizantes. Zeca suspende a marreta e arrebenta a cabeça do animal com duas pancadas seguidas, fazendo o sangue respingar em seu rosto.

— Assim, Edgar? Ele tá dormindo agora, não tá? — Zeca pisca diversas vezes os olhos com força e puxa a saliva entre os dentes, ruidosamente. Edgar Wilson não responde à afronta de Zeca. Vira de costas e caminha até o banheiro, onde troca de roupa. Veste uma calça jeans e uma camisa quadriculada de botões. Após apanhar as chaves com Tonho, segue até a caminhonete e lamenta o rádio quebrado do carro (Maia, 2013, p. 13).

Zeca tipifica uma conduta completamente avessa a qualquer preocupação com o possível bem-estar dos animais. A voz narrativa confere à descrição da cena uma espécie de perversidade indesmentível, sem brecha para que o leitor pudesse suspeitar de um possível exagero de Edgar em relação ao “garoto”. Zeca é considerado “perturbado”, como quem “gosta de matar”, por isso sua “marretada propositalmente não é certa”. Condição que é acentuada ao vê-lo “sorridente”, após a ordem de Milo para cobrir a ausência de Edgar no setor, como se já estivesse contente por saber que terá essa oportunidade de ver os animais “em espasmos agonizantes” e matá-los.

“Afronta de Zeca”, é como a voz narrativa designa e contra qual, pode-se considerar inicialmente, Edgar Wilson buscou o revide. Isso acontece logo após ter chegado da fábrica de hambúrguer, como uma ação calculada:

É hora do canto das cigarras. A noite se aproxima, envolvendo o firmamento e engolindo o crepúsculo. Algumas estrelas já apareceram. Edgar Wilson entra no banheiro do alojamento. Espera que reste apenas o Zeca no banho. Com a marreta, sua ferramenta de trabalho, acerta precisamente a fronte do rapaz, que cai no chão em espasmos violentos e geme baixinho. Edgar Wilson faz o sinal da cruz antes de suspender o corpo morto de Zeca e o enrolar num cobertor. Nenhuma gota de sangue foi derramada. Seu trabalho é limpo. No fundo do rio, com restos de sangue e vísceras de gado, é onde deixa o corpo de Zeca, que, com o fluxo das águas, assim como o rio, também seguirá para o mar (Maia, 2013, p. 21).

A cena do assassinato é concisa, rápida e sem o recurso de choque ao leitor, como acontece quando Edgar assassina Pedro em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”.

A concisão, atrelada à opção de descrição, aparenta ser uma particular elaboração que não visa valorizar dramaticamente esse assassinato. Por isso, o leitor pode facilmente, à primeira vista, considerá-la algo redutora, como foi o caso de Fischer (2014). Na sua recepção crítica acerca do romance, publicada no Jornal Folha de São Paulo, considera que o assassinato é imotivado. Assim, o crítico expôs que “todo o romance é esquemático”. O matador é mau, mas mau de filme infantil. Chega a assassinar imotivadamente um companheiro de trabalho, jogando-o no fundo do rio. Motivo: o sujeito mata errado os bois, os faz sofrer. Simples assim” (Fischer, 2014, s/p.).

O apontamento é lacônico, mas dele podemos derivar algumas implicações para organização da narrativa. De fato, o caminho mais fácil seria concordar com Fischer (2014). Propomo-nos divergir desse argumento, tendo em vista que a crítica de Fischer (2014) corresponderia meramente à violência física e direta, a qual é mais visível aos nossos olhos. Essa violência facilmente visível é apenas uma taxionomia das três — sistêmica, simbólica e subjetiva — que são estabelecidas pelo filósofo Slavoj Žižek, o qual advoga “desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjetiva’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (Žižek, 2014, p. 17).

Ao buscar uma postura reflexiva para alcançar uma visão crítica do atrativo horripilante da violência, Žižek (2014) elaborou uma distinção fundamental entre violência subjetiva e violência objetiva. A violência subjetiva (assassinatos, por exemplo) é percebida como uma perturbação do estado “normal” não violento das coisas. No entanto, a violência objetiva (a discriminação incorporada na linguagem e práticas simbólicas, como funcionamento econômico-político) pode ser invisível: essa violência objetiva é o contraponto relativamente oculto à violência subjetiva altamente visível.

Žižek (2014) argumenta que a violência objetiva (simbólica e sistêmica) é a violência invisível inerente ao supostamente não violento estado “normal” das coisas. Conforme assinala o esloveno, a explosão da violência subjetiva pode ser “condicionada por impasse

simbólico”, surgindo “quando a ficção simbólica que garante a vida está em perigo” (ŽIŽEK, 2017, p. 250). Ou seja, uma condição que consideramos ser possível de apreendermos no que tange ao “ritual como atordoador” (MAIA, 2013, p.11) de Edgar em relação aos bovinos.

Mas aqui, no caso da intriga entre Edgar e Zeca do Capítulo 1, não é algo que se resolva num salto, precisamos seguir passo-a-passo. Realmente foi “imotivado” (Fischer, 2014) esse assassinato? Sabemos que essa não foi a primeira vez que Zeca precisou atordoar os gados e que também Milo não se preocupa com o sofrimento dos animais. Por sua vez, a preocupação de Edgar Wilson não pode também ser estendida aos outros companheiros de trabalho, conforme podemos apreender ao longo da perspectiva diegética. Exemplo claro disso é o momento em que conversa com Helmuth, quem lhe diz que não há motivo para preocupação, pois “são apenas animais”:

Somente o som delicado do cigarro queimando ao ser tragado pode ser ouvido.

— Edgar, são apenas animais. Estão debaixo da nossa autoridade.

— Pra viver e pra morrer?

— Pra nos servir.

Edgar Wilson apaga a ponta do cigarro na cerca de madeira em que está apoiado e se retira em silêncio direto para o banheiro (Maia, 2013, p. 94).

Helmuth expressa não haver motivos para preocupação, tendo em vista que os animais não humanos são inferiores. Em outro momento, Edgar também precisa se ausentar, a pedido de Bronco Gil, surgindo novamente sua preocupação:

[Bronco Gil] Entra no boxe de atordoamento onde Edgar Wilson se prepara.

— Vou precisar de você e do Helmuth.

— Quem vai abater o gado?

— Vou deixar por conta do Zé Filho.

— Ele tem pouca experiência.

— Mas sabe se virar.

Edgar tira o boné e os óculos de esqui.

— Vamos pegar esses desgraçados, Edgar. Conto com você. Ninguém me rouba desse jeito e fica por isso mesmo (Maia, 2013, p. 99).

Temos a preocupação em relação a quem irá substituí-lo durante a ausência. Zé Filho não possui experiência, pressupondo que o golpe não será preciso, levando ao sofrimento dos bovinos. Contudo, Zé Filho não possui o mesmo destino de Zeca: nem vemos Edgar orientando-o acerca da necessidade de dar um golpe preciso e nem será assassinado.

Assim, com esses exemplos, a colocação de Fischer (2014) também não fica descabida. Ou seja, embora possamos, apenas focalizando o primeiro capítulo, averiguar que não existe, na dinâmica da intriga, o motivo para o assassinato de Zeca, quando, por sua vez,

focalizamos no conjunto, o assassinato começa a possuir articulação no desenvolvimento da perspectiva diegética.

Com isso, o assassinato de Zeca é ponto complexo. Se nos atermos ao espaço da diegese como uma dimensão ruralizada, também não fica descabido pensar no ocorrido como um código da sociabilidade rural, de acordo com Franco (1997), que esclarece que a violência é o modo constitutivo de resolução de problemas:

[...] os ajustes violentos não são esporádicos, nem relacionados a situações cujo caráter excepcional ou ligação expressa a valores altamente prezados os sancione. Pelo contrário, eles aparecem associados a circunstâncias banais imersas na corrente do cotidiano. Como se verá a seguir, a violência que os permeia se repete como regularidade nos setores fundamentais da relação comunitária: nos fenômenos que derivam da “proximidade espacial” (vizinhança), nos que caracterizam uma “vida apoiada em condições comuns” (cooperação) e naqueles que exprimem o “ser comum” (parentesco). Essa violência atravessa toda a organização, surgindo nos setores menos regulados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura (Franco, 1997, p. 26-27).

Ou seja, de acordo com a autora, a violência seria constitutiva da relação comunitária, desempenhando valores como valentia, bravura etc., na sociabilidade do espaço rural, como modo de resolver tensões. Trata-se, para Franco (1997), de uma violência como moralidade, a partir de “valores centrados na coragem pessoal” (Franco, 1997, p. 51):

Postos em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso socialmente aceito, senão o revide hábil para restabelecer a integridade do agravado. Este objetivo, nessa sociedade onde inexistem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais, determina-se regularmente mediante a tentativa de destruição do opositor. A violência se erige, assim, em uma conduta legítima (Franco, 1997, p. 48).

A voz narrativa até demarca que, para Edgar Wilson, a atitude de Zeca foi uma “afrota” (Maia, 2013, p. 12), porém não acreditamos profícuo enveredar pela dimensão da “coragem pessoal” (Franco, 1997) para compreensão do assassinato. Assim, persiste a indagação: por que, afinal, Edgar Wilson assassinou Zeca?

A estratégia žižekiana é nos atentarmos à ordem Simbólica na qual Edgar Wilson está inserido, para apreender uma possível coerência da sua ação dentro do seu “horizonte simbólico” (Žižek, 2005). A força que impele Edgar Wilson é devidamente localizada, pois, na própria experiência de trabalho. Isso equivale a propor que o assassinato “ganha sua coerência apenas retrospectivamente, visto de dentro do horizonte simbólico” (Žižek, 2005, p. 53, tradução nossa). E isto significa, justamente, nos debruçarmos no horizonte simbólico da experiência de trabalho exercido no abatedouro.

Como já indicamos, a diegese se inicia com Edgar saindo do seu setor de trabalho para ir ao escritório do patrão, pois este lhe dará a ordem de ir até a fábrica de hambúrguer. Trata-se de levar uma “ordem de cobrança” (Maia, 2013, p. 18), tendo em vista que o abatedouro é fornecedor de carne para a fábrica. Veremos que lá haverá o espanto com a chegada de Edgar Wilson, seja ela posição subalterna do personagem, seja pela situação atípica de ser Edgar o responsável de ir fazer o recebimento.

“Você é o contador”, interroga o funcionário da fábrica para Edgar, indicando a situação arbitrária (Maia, 2013, p. 19). A respeito do diálogo com Milo sobre Zeca, o patrão já havia assinalado a defasagem do quadro de funcionários do abatedouro (“Meu pessoal tá curto, Edgar”). Sabemos disso também porque Edgar é o único atordoador, quando, devido à quantidade de bovinos no processo de produção, deveria haver mais funcionários neste setor, o que intensifica a atividade laboral diária exercida. Não bastasse isso, é deslocado para realizar outras tarefas, como ir fazer cobrança na fábrica e, como já analisamos anteriormente, atuar como guarda da fazenda durante a noite, após seu expediente de atordoador.

Se, pelo espanto de quem o recebe na fábrica, podemos induzir que foi a primeira vez que necessitou ir a ela, sabemos que não será a única, dado que, no capítulo 3, tem que ir outra vez:

Edgar verifica as horas no seu relógio de pulso. Ainda é muito cedo. Levanta-se do tronco onde está sentado e retorna à caminhonete. Parou ali por alguns minutos, para respirar e sentir o vento que corria à sua margem. Novamente precisou levar uma guia de pagamento até a fábrica de hambúrguer, ainda bem cedo, antes do seu expediente de trabalho (Maia, 2013, p. 36).

A voz narrativa demarca, “ainda bem cedo, antes do seu expediente”. Assim, o narrador não deixa de mostrar as submissões a que está inserido Edgar Wilson no abatedouro, onde Milo o faz trabalhar antes mesmo do início “do seu expediente de trabalho”.

Tal condição abre o espaço para dimensão do peso da posição social precária de Edgar Wilson como trabalhador no abatedouro. A lógica exploratória desse lugar pede passagem na fatura, implicando aí uma dinâmica de reprodução social presente na perspectiva diegética. Sendo Zeca também um trabalhador do abatedouro, na intriga do assassinato podemos verificar uma inflexão que vai assumindo uma enunciação em torno da reificação do sujeito dentro do funcionamento da produção do abatedouro. Lukács (2013), tratando da reificação, assinala apreender historicamente um movimento de “eliminação das propriedades qualitativas” do trabalhador:

Se perseguirmos o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador (Lukács, 2013, p. 201).

O trabalhador braçal em busca de produtividade e lucro no abatedouro é a busca da instância narrativa para problematização da exploração sofrida por essa categoria de trabalhador que, no caso de Zeca, podemos aquilatar como injunção obscena e perversa, “parte inerente da maneira como a instituição [abatedouro] se reproduz [...] como sistema ‘reificado’ de coordenadas simbólicas” (Žižek, 2011, p. 58).

Nessa virada de ângulo, a pergunta fica: o que há no ato de Zeca que perturba o equilíbrio psíquico de Edgar? A exploração do trabalho é também uma espoliação psíquica, uma falta de gozo, em que o sujeito busca um equilíbrio no laço social. Esse equilíbrio é quebrado por Zeca. Para evidenciar, precisamos orientar algumas noções de Žižek para o contexto da perspectiva diegética da narrativa.

Da percepção de Edgar, o comportamento de Zeca implica uma passividade e reiteração do que a experiência precária do serviço possui de traumatizante. Por exemplo, o filósofo esloveno considera que “a postura sádica que gera sofrimento e terror em seu alvo só é possível depois que o sujeito sádico faz de si mesmo o instrumento-objeto da vontade de outrem” (Žižek, 2010, p. 130). O que nesse argumento está como “alvo”, consta na perspectiva diegética como o sofrimento que Zeca causa aos bovinos; acontece, porém, que no argumento do filósofo esloveno, antes que haja um sofrimento causado existe uma passividade do sujeito em se tornar “instrumento-objeto da vontade de outrem”, sendo que é, aqui, nesse aspecto que apreendemos o que há no ato de Zeca que perturba o equilíbrio psíquico de Edgar.

Ou seja, Zeca é a presença de um excesso obsceno, como “instrumento-objeto” (Žižek, 2010) do próprio poder de exploração do abatedouro, que também age no funcionamento da rede Imaginária e Simbólica dos funcionários. Com isso, acreditamos ser possível propor haver dimensão, inclusive, mais aguda do que “uma distinção entre a Lei pública simbólica e seus complementos obscenos”, conforme assinala Žižek (2017), no sentido em que a “injunção [obscena] tem de continuar invisível aos olhos públicos para o Poder continuar funcionando” (Žižek, 2017, p. 293). Quando Zeca assume postura de se tornar “instrumento-objeto da vontade de outrem”, então o que deveria ficar “invisível”, no tangente à exploração, eclode para Edgar.

Isso nos parece claro quando temos Milo, como vimos anteriormente, não se importando com a preocupação de Edgar em relação ao possível sofrimento que Zeca

causaria ao assumir a função de atordoador. Zeca expressaria, dentro de uma própria dinâmica de precarização do trabalho à margem do mercado de trabalho dito legal, essa ausência de mediação entre Lei pública e obscenidade, com a qual encontramos no seu ato de desprezo com o sofrimento a “relação conturbada com a Lei, relacionando-se com a perversão” (Žižek, 2016, p. 381).

Nesse aspecto, o filósofo esloveno pontua que a passagem para perversão está “na relação entre Lei e *jouissance*, em que “para o perverso, a Lei emana da própria figura que encarna a *jouissance* (portanto ele pode assumir diretamente o papel de Outro obsceno como instrumento de *jouissance*)” (Žižek, 2016, p. 380).

Vimos anteriormente que a voz narrativa pontua que Edgar Wilson indica a Zeca para que se dirija ao escritório do Milo. Podemos compreender que ele mesmo opta por não fazer o pedido, solicitando que Zeca converse com Milo para que receba a ordem de cobrir a ausência dele pelo próprio patrão, momento este que não é focalizado. A narração é lacônica: “[Edgar] Vai até o setor de triparia e chama por Zeca, que imediatamente acata sua ordem. É com o coração pesaroso que Edgar vê, minutos depois, o rapaz, sorridente, seguir até o boxe de atordoamento ao sair da sala de Milo” (Maia, 2013, p. 12).

“Sorridente” é o modo como Zeca recebe a ordem, expressando que não se incomodou de ser retirado do seu setor, mesmo com o provável acúmulo de trabalho que isso resultará, pois sabe que nesse momento no setor de atordoamento será uma satisfação excedente que obterá. O adjetivo “sorridente” expressa o índice da atitude perversa, em que Žižek (2010) assinala que o sujeito “encontra prazer no que lhe é imposto” (Žižek, 2010, p. 130). Tratando sobre esse aspecto, o filósofo utiliza a seguinte passagem de Lacan:

É o sujeito que se determina a si mesmo como objeto, em seu encontro com a divisão da subjetividade. [...] É no que o sujeito se faz objeto de uma vontade outra, que não somente se fecha mas se constitui a pulsão sadomasoquista. [...] O sádico ocupa ele próprio o lugar do objeto, mas sem saber disto, em benefício de um outro, pelo gozo do qual ele exerce sua ação de perverso sádico (Lacan *apud* Žižek, 2010, p. 130).

A passagem é utilizada visando esclarecer essa compreensão de que a atitude perversa adota uma posição de “puro instrumento”. Através dessa dimensão, evidencia-se que a atitude de Zeca que acompanhamos nada tem de transgressora em relação à lógica exploratória do abatedouro. “A perversão já não é subversiva: os excessos chocantes são parte do próprio sistema, o sistema alimenta-se deles para se reproduzir”, destaca, com efeito, Žižek (2018, p. 50).

Dessa forma, parece-nos agora ganhar peso a expressão “coração pesaroso” do narrador em relação à Edgar Wilson, em que a preocupação com o “sofrimento” dos animais

torna-se aquilatável como modo de obter um equilíbrio psíquico em face da obscena lógica exploratória na qual está inserido, que Zeca, por sua vez, reafirma como “objeto-instrumento”. De uma perspectiva lacaniana, a intriga do assassinato está além de apenas uma dimensão em que Zeca “mata errado os bois”, conforme colocado por Fischer (2014); temos, ao contrário, uma intriga que perpassa o termo da “extimidade”, expressão utilizada pelo psicanalista para combinar os termos exterioridade e intimidade que, no horizonte simbólico em que a intriga se situa, está vincada na precarização e exploração desses trabalhadores. Sobre a “extimidade”, Lacan se refere a “algo estranho para mim, embora esteja no meu coração”.

Na objetividade da matéria narrada, temos a degradação do trabalho instalada reificadamente no seu íntimo, ao mesmo tempo em que busca certa resistência, um equilíbrio por meio do imaginário, que é desestabilizado pelo ato perverso de Zeca. O motivo pelo qual acreditamos dar plausibilidade, então, ao fato de a concisão da cena do assassinato, é a instância narrativa esforçando-se pela representação que não se acomodasse na violência subjetiva. Conseguimos reforçar, diante do exposto que, tendo em vista ainda os procedimentos narrativos do primeiro capítulo, a violência subjetiva fica em segundo plano, enquanto a violência sistêmica pede passagem. Desse modo, esperamos ter esclarecido que o assassinato não surge “imotivadamente” (Fischer, 2014), pois implica, precisamente, que “a violência não é uma propriedade exclusiva de certos atos, ela se distribui entre os atos e seus contextos, entre atividades inatividade” (Žižek, 2010, p. 166).

Que sentido assume esse “contexto” sinalizado pelo filósofo e que, aqui, estamos vinculando à lógica exploratória? Já tivemos oportunidade de verificar a intensificação do trabalho, em que Edgar Wilson precisa trabalhar antes mesmo de iniciar seu “expediente de trabalho”. Isso ainda não é tudo, verifiquemos, agora, o que aconteceu na ida à fábrica de hambúrguer e suas implicações.

Assim, após conhecermos o “ritual” que o personagem realiza durante sua função de atordoador e entrar na “caminhonete” para se dirigir à fábrica, a voz narrativa indica um estado de insatisfação de Edgar Wilson, que retoma intertextualmente sua trajetória cumulativa de trabalhador.

Anteriormente, vimos que a última aparição de Edgar Wilson na obra de Ana Paula Maia foi como personagem secundário na narrativa *Carvão animal*, na qual era mineiro. Ficamos sabendo agora que, “desde que abandonou o trabalho nas minas de carvão, tudo o que conseguiu foi trabalhar com gado” (Maia, 2013, p. 13). A enunciação expressa as limitações do personagem em relação às ocupações, uma busca de um emprego que proporcionasse melhor qualidade de vida. No entanto, isso não foi possível e, como frisado, “tudo o que conseguiu foi trabalhar com gado”, correspondendo a certa imobilidade do

personagem, que realiza transições de ocupações no interior de uma mesma condição social precária, cuja posição será acentuada nesse andamento do primeiro capítulo, via exposição do narrador, em diálogo com Erasmo Wagner e na própria interação ocorrida na fábrica.

Assumindo essa insatisfação de Edgar, fica patente a crueldade dessas páginas iniciais do romance, em que nos deparamos com todo o peso da violência sistêmica, como retesamento constitutivo da dinâmica de reprodução social na perspectiva diegética. É o momento que é revelado que Edgar “não sente orgulho do trabalho que executa” (Maia, 2013, p. 13), mas o que está em jogo não é a questão propriamente da função implicar a morte e possível “sofrimento” dos animais, tendo em vista que, ao estar insatisfeito no abatedouro do Milo, gostaria de “lidar com porcos”, a ponto de que “espera em breve conseguir uma vaga num grande criadouro de porcos” (Maia, 2013, p. 13). Grande em que sentido? Obviamente, não em questões simplesmente de produtividade, mas a conotação parece-nos assumir uma noção de não precário, não clandestino, que ofereça condições de trabalho melhores das quais atualmente precisa se submeter. A descrição do narrador surge, nesse momento, para ratificar a experiência do personagem no processo produtivo que está inserido:

Desde que abandonou o trabalho nas minas de carvão, tudo o que conseguiu foi trabalhar com gado, mas quer mesmo é lidar com porcos. [...]

O que Edgar Wilson faz é encomendar a alma de cada animal que abate e fazê-lo dormir antes de ser degolado. Não sente orgulho do trabalho que executa, mas se alguém deve fazê-lo que seja ele, que tem piedade dos irracionais.

Depois de esartejados, são enviados para duas fábricas de hambúrguer e distribuídos para alguns frigoríficos, que mandam caminhões buscar os lotes de carne. Edgar Wilson nunca comeu um hambúrguer, mas sabe que a carne é moída, prensada e achatada em formato de disco. Depois de frita, é colocada entre duas fatias de pão redondo recheado com folhas de alface, tomate e molho. O preço de um hambúrguer equivale a dez vacas abatidas por Edgar, já que recebe centavos por cada animal que derruba. Por dia precisa matar mais de cem vacas e bois e trabalha seis dias na semana, folgando apenas no domingo. A produção no matadouro está se intensificando e será necessário contratar mais um atordoador (Maia, 2013, p. 13).

A descrição evoca síntese virtual do processo produtivo responsável pela situação insuportável da vida no abatedouro. A exploração é violenta, ainda assim, “a produção no matadouro está se intensificando”, o que é índice, conseqüentemente, do lucro obtido a custas dessa reprodução da miséria dos explorados. O narrador interfere a narração para trazer a descrição dessa especificidade do processo produtivo, buscando não para por aí, tornando-o também assunto do diálogo entre Erasmo e Edgar, ao lhe dar carona:

À beira da estrada, Erasmo Wagner está apoiado numa bicicleta, que tem o pneu dianteiro arriado. Vez ou outra faz sinal com o dedo polegar, mas ainda não conseguiu nenhuma carona. A maioria dos veículos que trafegam pela estrada é de caminhões pesados e algumas carroças puxadas por cavalo. Na maior parte do tempo é uma estrada deserta, de curvas sinuosas e asfalto irregular.

Edgar Wilson para a caminhonete no acostamento. Erasmo Wagner coloca a bicicleta na caçamba do veículo, abre a porta do carona e senta-se ao lado de Edgar, visivelmente agradecido.

— Obrigado por parar. O pneu furou.

— Tá indo pra onde?

— Trabalho na construção da nova fábrica de hambúrguer.

Edgar Wilson estica a mão direita em cumprimento. O homem responde ao gesto:

— Erasmo Wagner. Às suas ordens.

— Eu trabalho lá no matadouro do seu Milo — diz Edgar Wilson.

— Sei onde é.

Você faz o quê lá?

— Sou o atordoador (Maia, 2013, p. 14).

Erasmo Wagner é o mesmo personagem protagonista em “O trabalho sujo dos outros”, em cuja narrativa é coletor de lixo. Agora possui função, de certa forma, vinculada à função de Edgar, dado que o abate dos bovinos que o matadouro realiza é em vista do fornecimento para fábrica de hambúrguer. Assim, Edgar se interessa de imediato em indagar sobre a previsão de conclusão da construção:

Edgar Wilson acende um cigarro e oferece outro a Erasmo Wagner. As nuvens ajuntam-se encobrendo o céu, e mesmo com a nebulosidade não há indício de chuva.

— Quando a fábrica fica pronta? — pergunta Edgar Wilson.

— Se a obra não atrasar mais, acho que em uns dois ou três meses.

— Essa vai ser bem maior que a outra. Você trabalhou na construção da outra? (Maia, 2013, p. 15).

Temos, assim, os dois trabalhadores subalternizados a princípio ganhando voz, por meio do discurso direto, a partir do qual os enunciados do diálogo se concentram nas atividades de suas próprias funções como trabalhadores, com ênfase para o caso do abatedouro, tendo em vista o protagonismo de Edgar na perspectiva diegética.

Edgar Wilson é questionado sobre a experiência do trabalho, se é difícil e se gosta de exercer a função, sempre respondendo de maneira lacônica, contendo ainda abreviações e elipses por motivo “emocional”, conforme podemos verificar pela passagem citada praticamente na íntegra:

Na estrada há trechos em aclive e a caminhonete perde força, exigindo uma troca de marcha num dificultoso engate do câmbio. Do lado esquerdo da pista um pasto pequeno acomoda algumas cabeças de gado. Vacas ruminam e descansam entre montanhosos e exuberantes cupinzeiros edificadas sobre a grama em meio ao pasto.

— É bem provável que a criação de gado por esta região aumente — comenta Erasmo Wagner.

— É, com mais uma fábrica de hambúrguer, vão precisar de mais carne. O trabalho lá no matadouro vai aumentar também.

— Quantas cabeças você abate por dia?

— Depende do lote. Às vezes sessenta, noventa. Já cheguei a abater cento e setenta cabeças num dia. No fim da noite eu não sentia mais o meu braço.

— É... a gente sente o cheiro da morte em todo lugar. Edgar Wilson concorda com um aceno da cabeça.

— Gosta do seu trabalho lá no matadouro?

— Gosto. Às vezes não quero lidar tanto assim com o sangue, com a morte, mas... é o que eu faço.

Erasmo Wagner traga longamente o cigarro e expela a fumaça pela janela. O vento morno e cortante a faz dissipar, desmanchando seus rastros.

— Alguém precisa fazer o trabalho sujo. O trabalho sujo dos outros. Ninguém quer fazer esse tipo de coisa. Pra isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você.

Edgar Wilson permanece olhando para a frente o mais distante que seus olhos enxergam, para a linha fantasma que divide a estrada do céu. Apenas uma linha, que jamais poderá ser alcançada.

— O pior na hora de abater o gado é olhar para os olhos dele.

— E o que tem neles?

— Não sei. Não dá pra ver nada no fundo do olho do boi. — Edgar Wilson faz uma pausa inquietante. — Eu fico olhando, tentando enxergar alguma coisa, mas não dá pra ver nada.

Edgar balança a cabeça e dá de ombros. Joga a ponta do cigarro pela janela e expela o resto da fumaça que tem nos pulmões (Maia, 2013, p. 15-17).

Aqui surge o corte, o momento em que se iniciou detalhe que causa incômodo e se revela desconfortante para Edgar, levando ao abandono da intenção de falar sobre o assunto, implicando o próprio término do diálogo entre ambos os personagens que, por sua vez, indica que a função do diálogo não é o aprofundamento na interioridade dos personagens:

Edgar Wilson consterna-se por instantes. O silêncio recobre suas cabeças. [...] Pelo resto da viagem ficam em silêncio. Erasmo Wagner agradece pela segunda vez a carona e, empurrando a bicicleta com pneu furado, caminha em direção à fábrica. Enquanto segue viagem, Edgar Wilson mantém seu pensamento fixo na escuridão dos olhos dos ruminantes, esforçando-se para desenhar um leve traço que o intente a desvendá-los. Nem todo o esforço da sua imaginação é capaz de lançar luz nas trevas; nem naquelas produzidas por olhos insondáveis, nem na própria treva que encobre a sua maldade (Maia, 2013, p. 17).

Esse momento é importante na perspectiva diegética, embora não se configure sem matizes de contradições. Uma dessas é a dificuldade, em termos de clareza, da função da sua presença, aparentando estar mais com o propósito de dinamização da narração do que possuindo um valor intrínseco aos próprios enunciados do diálogo. Estes, como dito anteriormente, não surgem para o leitor conhecer melhor a interioridade de Edgar, dimensão que implica, por sua vez, corresponder muito mais ao interesse de uma ratificação do que havia sido descrito pela instância narrativa, do que propriamente um momento de

apropriação do discurso pelos personagens. Assim, o modo de construção do diálogo remete à algumas discussões de Bakhtin/Volóchinov (2018) sobre o “discurso de ‘outrem’”, em que a instância narrativa “se antecipa ao seu personagem” fazendo que o próprio discurso direto “convém à situação” (Volóchinov, 2018, p. 287), implicando um “enfraquecimento” do próprio discurso do personagem para quem gostaria de dar voz, de tal modo que “cria um fundo aperceptivo extremamente peculiar para o enunciado alheio” (Volóchinov, 2018, p. 280).

Essa característica, que nos parece evidente na cena citada entre Edgar e Erasmo, o autor denomina de “discurso direto reificado” (Volóchinov, 2018, p. 279), tendo em vista que mesmo ao falar, o personagem não diz muito mais do que já havia sido descrito e informado pela própria instância narrativa, condições que “fazem sombras espessas sobre o discurso direto” (Volóchinov, 2018, p. 280).

O narrador não se resguarda de expor a situação degradante de Edgar, porém, ao mesmo tempo, deixa a consciência do personagem à sombra de sua autoridade enquanto instância do discurso narrativo, o que não deixa de indicar uma forma de hierarquia na interiorização da representação desses personagens pobres, a qual parece ficar reiterada e evidente nesses momentos em que se assinala incapacidade de comunicação e de pensamento. Vemos indicado que “Edgar balança a cabeça e dá de ombros” quando menciona sobre os bois, como se fosse algo sem importância, mas ao fim, é deixada a indicação pelo narrador que “nem todo o esforço da sua imaginação” poderia ser capaz de expressar sua própria experiência e como ela o preocupa (Maia, 2013, p. 17). Como vimos anteriormente, a caracterização de Edgar em *De gados e homens* e em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” é de um sujeito que não se esforça para pensar, “não é seu costume buscar soluções” (Maia, 2013, p. 10).

Essa possível hierarquia entre o próprio narrador e seus personagens é agora transposta em relação à ambiência da fábrica, onde fica evidente. Um sujeito, que lembra alguém que exerce cargo de executivo/gerência, nitidamente se incomoda com a presença de Edgar:

Uma mulher o recepciona com um sorriso forçado e o leva até um escritório limpo, arejado e iluminado. Edgar acomoda-se em uma poltrona de couro e aguarda ser atendido. Dez minutos depois, um homem de terno entra no escritório e senta-se à mesa. Edgar se levanta e, diante do homem, que parece estar muito ocupado e aborrecido, estende a ordem de cobrança.

— O Seu Milo me mandou aqui.

O homem olha para ele por alguns segundos, de cima a baixo (Maia, 2013, p. 18).

Os gestos e intenções dele é para se ver livre o quanto antes de Edgar, sem abrir espaço para diálogo e com um enfado de compreensão para o que é buscado por Edgar:

— Seu Milo?
— O dono do matadouro Touro do Milo.
— Ah, sim, Seu Milo... nosso fornecedor. — O homem faz uma pausa.
— Então, em que posso ajudar? — Tenho uma ordem de cobrança.
— Você é o contador dele?
— Não senhor, eu sou o atordoador.
Federico é o nome do homem. Edgar Wilson consegue ler no crachá preso no bolso do paletó, à altura do peito.
— Como? — franze o cenho.
— O atordoador.
Federico acha melhor interromper a conversa. Imagina o trabalho que o homem diante dele faz e não gosta de pensar nisso (Maia, 2013, p. 19).

Por fim, após ter assassinado Zeca, o último parágrafo do capítulo retoma o hambúrguer. Prestes a ir embora da fábrica, Edgar Wilson fica observando o trabalho de funcionários que estão fazendo o carregamento de um caminhão com o produto. Nesse momento, uma caixa cai no chão, sendo oferecida à Edgar por “um dos carregadores”, sem sabermos ao certo se por empatia/solidariedade ou se a queda da caixa havia por algum motivo impedido a comercialização da mercadoria.

Anteriormente, como vimos, a voz narrativa havia assinalado que “Edgar Wilson nunca comeu um hambúrguer” (Maia, 2013, p. 13). Agora, por golpe de sorte, havia ganhado uma caixa para poder experimentar, como é descrito no mencionado último parágrafo, no qual, sucintamente, se descreve:

Cumprido seu dever, ele vai para a cozinha do alojamento e frita os hambúrgueres. Com os colegas comem toda a caixa, admirados. Assim, redondo e temperado, nem parece ter sido um boi. Não se pode vislumbrar o horror desmedido que há por trás de algo tão saboroso e delicado (Maia, 2013, p. 21).

O registro é bastante significativo. O capítulo encerra ao findar o próprio dia de trabalho (“É hora do canto das cigarras. A noite se aproxima, envolvendo o firmamento e engolindo o crepúsculo”), mas nesta noite há novidades. Além do próprio assassinato de Zeca, que nos debruçamos anteriormente, os trabalhadores jantam hambúrgueres, “admirados”.

Essa admiração dos companheiros de trabalho é a mesma de Edgar, o que leva o leitor inferir que, assim como ele, ninguém também havia comido um hambúrguer. A concisão da descrição não impede que confira força à representação, dando expressividade à experiência social precária desses trabalhadores.

Claro que isso não está isento de suas contradições, como é caso do sumiço de Zeca. Vimos a questão do assassinato, mas temos também a questão do corpo de Zeca. Diferentemente das preocupações com as reses que sumiram, não há preocupação nenhuma com o corpo de Zeca. Vimos anteriormente que o “corpo de Zeca” é desovado no “Rio das Moscas”⁹³ (Maia, 2013, p. 21). Milo estranha o sumiço somente quando é o momento do “pagamento”:

Seu Milo sai do matadouro carregando algumas pastas.

[...]

— Escuta, você viu o Zeca hoje?

Edgar Wilson acena negativamente com a cabeça.

— Faz dias que não vejo ele e nem apareceu pra buscar o pagamento.

Seu Milo usa uma toalhinha encardida para secar o suor do pescoço e da testa. O ar de preocupação do homem é permanente. Edgar Wilson tem pena do patrão por ser um homem tão aborrecido, de veias saltadas e dentes trincados. Às vezes, Seu Milo respira com dificuldade e suas passadas são vagarosas.

— Espero que esse moleque não tenha se metido em confusão — continua Seu Milo.

— Ele não vai fazer falta.

Milo cofia a barba e passa a mão nos cabelos. Olha desconfiado para Edgar Wilson, que se mantém imperturbável (Maia, 2013, p. 29-30).

Ocorre uma despreocupação com o corpo de Zeca. Existe uma aceitação que essa pessoa sumiu do nada, sendo que o único estranhamento disso ocorre apenas na medida em que não foi buscar o “pagamento” do serviço prestado. Atesta uma descartabilidade, que é reproduzida pelo próprio narrador. Quando o assassinato é descoberto por Milo, o patrão apenas declara: “— Isso é crime, Edgar. Você matou um homem”. Em seguida, a voz narrativa expõe que:

Seu Milo decide se calar. Conhece a lealdade de Edgar Wilson, conhece seus métodos e sabe que Zeca não prestava nem um pouco. Ninguém deu queixa de seu sumiço, e se alguém viesse procurar pelo rapaz diria simplesmente que nunca mais apareceu no trabalho. Que não sabe por onde anda. Assim como ninguém questiona a morte dentro do matadouro, certamente Zeca, cuja racionalidade estava equiparada à dos ruminantes, teria sua morte ignorada. Seu Milo conhece os homens de gado, pois ele também faz parte do bando. (Maia, 2013, p. 38).

O próprio narrador começa por assumir o tratamento respeitoso, típico dos funcionários, com a utilização do termo “seu”. No início, Milo decide se calar diante da confissão de homicídio de Edgar, como uma forma de conveniência, uma vez que Edgar é um bom funcionário. Em seguida, temos na verdade aceitação tácita da ação criminosa, “pois

⁹³ De acordo com a voz narrativa: “No fundo do rio, com restos de sangue e vísceras de gado, é onde deixa o corpo de Zeca, que, com o fluxo das águas, assim como o rio, também seguirá para o mar”.

ele [Milo] também faz parte do bando” (Maia, 2013, p. 38). Existe um reforço da equivalência que não possui plausibilidade material. Milo possui motivos inequívocos para não se importar, sendo o serviço informal, não será difícil encontrar outro para ocupar o lugar de Zeca. Edgar também não se preocupa, mas os motivos surgem por outras questões, conforme abordamos, e por sua vez a voz narrativa busca equivaler. A posição do narrador não assume ser despropositado Zeca “ter sua morte ignorada”, uma aceitação que está colada, no trecho supracitado, à perspectiva de Milo, quem será responsável de contribuir para que Zeca nunca seja encontrado: caso “alguém viesse procurar pelo rapaz diria simplesmente que nunca mais apareceu no trabalho. Que não sabe por onde anda” (Maia, 2013, p. 38).

Percebe-se a noção de que a vida de Zeca não possui valor suficiente para ser discutida ou contestada. Na verdade, qualquer vida de qualquer funcionário daquele abatedouro. Isso porque a venda da força de trabalho desses sujeitos é considerada supérflua. O que será importante é o sumiço dos bovinos, a mercadoria do abatedouro.

Focalizando um único dia no matadouro, acumulam-se pequenos episódios aparentemente desprovidos de relevo, mas que revelam a problematidade e tragicidade do próprio cotidiano, para utilizar os termos com que Auerbach (1991) caracterizava o romance moderno. Em mais um dia prosaico de trabalho, uma necessidade de Milo implica uma ordem para Edgar, um acontecimento aparentemente insignificante, que desencadeia seqüências de ações representativas de uma vivência brutal, de modo que, assim, não nos parece descabido subscrever as palavras do filólogo alemão, quando sinaliza que em um “fragmento escolhido ao acaso [...] está contida e pode ser representada a substância toda do destino” (Auerbach, 1991, p. 493).

Um destino, expressado na figura de Edgar, que revela a face inaceitável de uma mais-valia absoluta, informal e descartável, facultando uma existência reduzida à infracidadania. Não é, pois, esta própria face que Edgar tenta não encarar com o seu “ritual” de encomendar as almas dos bois? Quando possui a oportunidade de experimentar o hambúrguer, vemos demarcado o estranhamento com a mercadoria resultante do próprio processo de trabalho.

Edgar e seus companheiros de trabalho ficam “admirados”, visto que, “assim, redondo e temperado, nem parece ter sido um boi”, todavia — e principalmente — “não se pode vislumbrar o horror desmedido que há por trás de algo saboroso e delicado” (Maia, 2013, p. 21).

O enunciado desliza para uma peculiar asserção, marcada por uma entoação expressiva: “horror desmedido”. Não só não é possível contemplar sem horror, como é posto pela voz narrativa que “não se pode [até mesmo] vislumbrar” esse “horror desmedido” que perpassa o cotidiano desses trabalhadores.

Essa perplexidade horrorizada já marca uma relação fundante na instância narrativa como força disruptiva irrepresentável, com implicações formais para os demais capítulos da perspectiva, conforme identificado na seção anterior. Afinal, como buscar representar uma existência que “não se pode vislumbrar”? Essa não é uma dinâmica do Real que perpassou diversos escritores ao lidarem com a busca de dar forma à representação dos trabalhadores? Como vimos anteriormente, Hobsbawn (2000a) foi enfático ao assinalar que existiu um desconhecimento sobre a classe trabalhadora e que, mesmo ao escritor interessado, “a maior parte da vida do trabalhador — seu trabalho diário — era totalmente desconhecida” (Hobsbawn, 2000a, p. 258).

O historiador assinala: “mesmo romancistas que deliberadamente escreveram sobre a vida dos trabalhadores permanecem horrorizados do lado de fora dos portões atrás dos quais o verdadeiro trabalho das classes trabalhadoras acontecia” (Hobsbawn, 2000a, p. 258).

“Horrorizados” é como sublinha o historiador, condição que atua como assombro diante de uma realidade indesejada, mas que também causa repulsa à percepção, que se estende à própria autopercepção de Edgar Wilson. A divisão manufatureira do trabalho, ao espoliá-lo psicologicamente, faz seu Imaginário identificar-se como “a própria besta assassina”:

Uma vaca aproxima-se de Edgar. Vagarosa, ela move seus flancos majestosamente enquanto mastiga um punhado de mato. Ele acaricia a cabeça do animal. A vaca possui uma mancha marrom na testa, em forma de gota. Ele certamente se lembrará dela quando estiverem novamente cara a cara. Termina seu cigarro e vira-se para retornar ao boxe de atordoamento. Suspira, pesaroso. É seu trabalho, o único que o mantém vivo. Olha para trás. Os ruminantes que pastam sossegados, que permanecem em grupo ou sozinhos, logo estará frente a frente com todos eles; ele, que é a própria besta assassina (Maia, 2013, p. 26-27).

A voz narrativa revela agora o que o próprio Edgar não conseguiu expor no diálogo com Erasmo que vimos anteriormente. Vale a pena recordar:

— O pior na hora de abater o gado é olhar para os olhos dele.
— E o que tem neles?
— Não sei (Maia, 2013, p. 16).

Dessa maneira, percebe-se que o contato com o gado toma a forma de uma presentificação da lógica exploratória, encarnação de uma certa barreira, da impossibilidade que o impediu de uma condição de trabalho melhor, tendo em vista, como vimos anteriormente, que o desejo de Edgar não era trabalhar no matadouro do Milo. A partir desse ponto de vista, parece-nos possível aquilatar que nessa experiência os bois “são um sintoma social”, no sentido em que o filósofo esloveno argumenta do sintoma “em que o

antagonismo social imanente assume uma forma positiva, penetra na superfície social, o lugar onde se torna evidente que a sociedade ‘não funciona’” (Žižek, 1992, p. 125).

Já vimos e analisamos no subcapítulo anterior a questão da presença de Milo. Sinalizamos o fato que para Edgar o fazendeiro e proprietário é considerado “um patrão justo” (Maia, 2013, p. 10). Mas não deixemos passar despercebido um detalhe da voz narrativa: “um patrão justo aos olhos de Edgar”. Esses olhos atribuem inocência ao patrão; por sua vez, para si mesmo remetem a imagem da besta. Assim, precisamos atentar para perspectiva lacaniana do olhar, conforme trabalhado por Žižek (1992), para quem “o olhar indica o ponto do objeto (da imagem) a partir do qual o sujeito que o vê já é *olhado*, ou seja, é objeto que me olha” (Žižek, 1992, p. 151, grifo do autor).

O campo semântico para essa dimensão na perspectiva diegética remete à uma espécie de zona de penumbra, equivalente ao próprio espaço da fazenda. No diálogo supracitado, Edgar havia mencionado para Erasmo que “não dá para ver nada no fundo do olho do boi”, enquanto, a partir daí, a voz narrativa sublinha a “escuridão dos olhos ruminantes” (Maia, 2013, p. 17).

Isso demonstra uma das inclinações do personagem diante da sua condição de subordinação, em uma enunciação objetiva e direta da espoliação psíquica causada no abatedouro, sendo besta como objeto de realização do gozo do grande Outro. Conforme indicado por Lacan (1988), a relação do olhar é confronto com o desejo do Outro:

De maneira geral, a relação do olhar com o que queremos ver é uma relação de logro. O sujeito se apresenta como o que ele não é e o que se dá para ver não é o que ele quer ver. É por isso que o olho pode funcionar como objeto a, quer dizer, no nível da falta (- ψ) (Lacan, 1988, p. 102).

Uma relação do olhar que, no caso de Edgar, lhe traz cotidianamente o Real traumático da lógica exploratória em que está subordinado. Por isso seu “ritual” de encomendar almas dos bovinos e, conseqüentemente, o assombro no fato de que mesmo realizando o “ritual”, não deixa de se autoperceber como uma “besta assassina”. Em outras palavras, percebemos a função do “ritual” como a busca de um “escudo imaginário contra o encontro traumático com a realidade social” (Žižek, 2015, p. 82). Contudo, é um “escudo” (ritual) pouco eficaz, tendo em vista o “horror desmedido” contido no cotidiano como “brutalidade do Real da violência desregrada” (Žižek, 2015, p. 82) da sua experiência de trabalho.

No esclarecimento supracitado de Lacan (1988), havia a consideração de que “o olho pode funcionar como objeto a, quer dizer, no nível da falta (- ψ) (Lacan, 1988, p. 102). Nesse nível da falta, no processo de subjetivação, encontramos o significante “besta”, que retoma aquele movimento de “eliminação das propriedades qualitativas” do trabalhador que

pontuamos anteriormente com Lukács (2013). Encontramos momento em que a “falta é um dano no imaginário” (Lacan, 1995, p. 35), suturando o significante “besta”, que surge na produção literária de Ana Paula Maia em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, vale lembrar, a primeira obra na qual buscou a representação de trabalhadores. Conforme já vimos anteriormente pela leitura do Prefácio, foi sublinhado: “este livro reúne duas novelas literárias compostas de homens-bestas, que trabalham duro, sobrevivem com muito pouco, esperam o mínimo da vida e, em silêncio, carregam seus fardos e o dos outros” (Maia, 2009, s/p.).

Assim, “homens-bestas” articula-se precisamente com o “horror desmedido”, como processo de reprodução anômala da força de trabalho, permitindo lançar luz em como a homologia da mais-valia e do mais-gozar passa logicamente à constituição da subjetividade. Interessante lembrar, o designativo “besta” já foi utilizado anteriormente para remeter à lógica exploratória à qual trabalhadores estão submetidos, sublinhando o alto grau de alienação no âmbito dos sentidos humanos:

[...] o homem (o trabalhador) se sente livre, enfim, somente em suas funções bestiais, no comer, no beber e no sexo, quando muito no ter uma casa, na sua saúde corpórea etc., e em suas funções humanas se sente apenas mais um animal. O bestial torna-se o humano e o humano, o bestial. O comer, o beber o procriar etc., são também, com efeito, simples funções humanas, mas são bestiais na abstração que as separa do restante âmbito da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas (Marx *apud* Lukács, 2012, p. 575).

Assim, o adjetivo “bestial” apontado por Marx exprime uma espécie de retorno ao fisiológico, na sua elementaridade e brutalidade, provocado pela lógica do capital, a qual, segundo o filósofo alemão, objetiva transformar os sujeitos em

[...] uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação (Marx, 1982, p. 177).

Nessas palavras já não consta a própria *via crucis* de Edgar Wilson e seus companheiros de trabalho? “Fisicamente destroçado” no embate com o mundo do trabalho, e psiquicamente também.

Anteriormente, aproveitamos a expressão “curiosa mistura de lucidez e obnubilação” para remeter à instância narrativa. Com as últimas exposições, esperamos termos deixado claro o momento de “lucidez”, que também possui suas contradições. Insistimos na importância do primeiro capítulo, enfatizando a intriga do assassinato de Zeca, momento em

que parece-nos estar distante daquele artifício mercadológico contido no assassinato de Pedro a partir do Significante-Mestre do estilo brutalista, em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, de modo que podemos assinalar que, em *De gados e homens*, a instância narrativa, também tratando de um assassinato, realiza um preciso “passo para trás que nos permite identificar a violência objetiva” (Žižek, 2010, p. 17), que permeia a dinâmica da matéria social formalizada.

5.3.1 Gestão do “horror desmedido”

O abatedouro está sob o ângulo da exclusão e da informalidade. Seu funcionamento pressupõe um modo de racionalização social condicionado a circuitos variados do chamado mercado informal, seguindo os circuitos descentrados dos “territórios da precariedade” (Telles, 2010). Em vista de haver um “horror desmedido” na dinâmica de funcionamento do abatedouro, somos levados a lembrar que essas situações de excesso e horror implicam uma instância traumática, a partir da qual “a vida perde o sentido, por assim dizer, os laços simbólicos se desatam, deixando que mergulhemos no caos” (Silva, 2009, p. 213). Implicam, assim, uma junção de diferentes pontos de precariedade, superexploração e vulnerabilidades que consolidam a especificidade da experiência de trabalho gerida nesse espaço. No plano da composição dramática isto é evidente. O emprego ali ofertado não carrega mais nenhuma promessa de redenção dos males da dita exclusão social, o que levará a uma forma de gestão do mal-estar.

Diferentemente da narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, agora não encontramos um Edgar que deposita na “providência Divina” a minimização do seu fardo, nem considera a vida “mesmo muito boa” (Maia, 2009). Em *De gados e homens*, a função de atordoador e o próprio abatedouro são produtores de sofrimento, aspecto que está ligado, conforme acreditamos, à intenção de conseguir outro emprego o mais rápido possível. Ou seja, temos um desejo que gera um empuxo para ir embora do abatedouro e que precisa ser devidamente investigado, uma vez que existe uma “lógica de descolamento metafórico-metonímico” (Žižek, 1992, p. 123) em relação à sua presença e que ocorre também na condução da narrativa. Assim, aquilatar a função desse desejo de Edgar implica uma dimensão “de superposição de significantes” na constituição do objeto de desejo, conforme indica Lacan (1999) no *Seminário V, As formações do Inconsciente*, esclarecendo que

[...] não existe objeto a não ser metonímico [...] e sendo o desejo sempre desejo de Outra coisa — muito precisamente daquilo que falta, *a*. Da mesma forma, não existe sentido senão metafórico, só surgindo o sentido da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica (Lacan, 1999, p. 16).

Precisamos levar em consideração essa dimensão para não nos equivocarmos achando que o desejo de Edgar de escapar é simples e meramente o reconhecimento do “sofrimento dos bovinos”. Até porque sua função permanece como atordoar, levando-o à contradição da justificação de deixar o abatedouro, denunciando uma clivagem na disposição subjetiva frente ao campo Simbólico.

Note-se que o desejo de outro emprego não está sob a forma de um projeto consciente. Ao longo da perspectiva diegética, não há situações de interlocução em que o próprio Edgar enuncie o mal-estar sobre sua posição social e/ou frente ao trabalho precário que exerce. Ele não reage e nem reclama quando Santiago menciona o desgaste da função:

Falta pouco para terminar o horário de almoço e Edgar Wilson sai do refeitório e aproveita seus últimos minutos de descanso sentado num toco de árvore, protegido pela sombra de uma goiabeira.

Santiago aproxima-se amarrando os cabelos com um elástico. Tira do bolso um chiclete e o joga na boca. Senta-se numa lata de tinta emborcada ao lado de Edgar Wilson.

— O trabalho é pesado mesmo — comenta, sem obter reação de Edgar Wilson, que observa as vacas no pasto. — Eu sentia falta desse calor. Às vezes ficava meses sem ver o sol. Era só o frio, o gelo e uma brancura desgraçada que não deixava a gente ver nada.

— Como é a neve? — pergunta Edgar Wilson (Maia, 2009, p. 58-59).

Não há “reação” de Edgar em relação ao incômodo manifestado por Santiago. Lembrando que Santiago já havia sido contratado para suprir uma carência no setor, no qual Edgar trabalhava sozinho, conforme a abertura da diegese, e a partir da qual nos deparamos com ele exercendo uma função na qual “por dia precisa matar mais de cem vacas e bois e trabalha seis dias na semana, folgando apenas no domingo” (Maia, 2013, p. 13). Período em que, inclusive, “a produção no matadouro está se intensificando e será necessário contratar mais um atordoador” (Maia, 2013, p. 13).

Foi com essa necessidade de “contratar mais um atordoador” que surge o personagem Santiago. Porém, antes disso, ocorre a cena da carona, que já exploramos anteriormente. Nessa cena, que convém ser retomada, Edgar, ao ser questionado sobre o sentimento em relação ao exercício da sua função, afirma que “gosta” do que faz:

— Quantas cabeças você abate por dia?

— Depende do lote. Às vezes sessenta, noventa. Já cheguei a abater cento e setenta cabeças num dia. No fim da noite eu não sentia mais o meu braço.

— É... a gente sente o cheiro da morte em todo lugar.
Edgar Wilson concorda com um aceno da cabeça.
— Gosta do seu trabalho lá no matadouro?
— Gosto. Às vezes não quero lidar tanto assim com o sangue, com a morte, mas... é o que eu faço.
Erasmus Wagner traga longamente o cigarro e expele a fumaça pela janela. O vento morno e cortante a faz dissipar, desmanchando seus rastros.
— Alguém precisa fazer o trabalho sujo. O trabalho sujo dos outros. Ninguém quer fazer esse tipo de coisa. Pra isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você (Maia, 2013, p. 16).

O que se quer enfatizar com essa situação de interlocução é a condição ambígua e ambivalente que define o sentimento derivado do trabalho precário que ele exerce. Apreendemos um padrão de produtividade alicerçado na intensificação do trabalho, sem nenhuma preocupação com a saúde — a longo prazo, isso poderá causar um distúrbio osteomuscular (“no fim da noite eu não sentia mais o meu braço”). Mesmo assim, Edgar responde “gosto” quando indagado se “gosta do seu trabalho”, aludindo na sequência ao incômodo de ter que “lidar com o sangue, com a morte”.

Esse é um incômodo mencionado que já surge enquadrado por uma locução adverbial de tempo, marcando que é um incômodo sentido ocasionalmente: rapidamente, ele interrompe essa expressão para sentenciar “mas... é o que eu faço” (Maia, 2013, p. 16). O detalhe é interessante e introduz algo como um caráter inibitório, em que não se dá vazão para comunicar o incômodo, ao mesmo tempo em que se busca assumir um distanciamento dele, ao alegar “é o que eu faço”.

Ou seja, nota-se que, inicialmente, não se trata do “eu sou”, mas do “eu faço”, o que implica “desconforto em sua identidade simbólica” (Žižek, 2010a, p. 47). Um desconforto que implica a “castração simbólica”, cuja noção Žižek (2010a) compreende como “o hiato entre minha identidade psicológica direta e minha identidade simbólica” (Žižek, 2010a, p. 46). A noção de “castração simbólica” refere-se, assim, a um corte, entre o que o sujeito é “imediatamente e a função que exerce” (Žižek, 2010a, p. 46).

Existe, então, um conflito nesse aspecto, que pode ser apreendido quando Edgar alude ao seu incômodo. Deriva daí um conflito sobre se identificar completamente com essa “identidade simbólica” de trabalhador precarizado. Nos exemplos dados pelo esloveno em *Como Ler Lacan*, temos essa dimensão da “castração simbólica” relacionada às “insígnias” que o sujeito utiliza “para exercer poder” (Žižek, 2010a, p. 46). Mas como isso ficaria para o caso de uma existência economicamente descartável como a de Edgar? Vemos que o sentimento dele é que nenhuma das dimensões é satisfatória, nem sua “identidade psicológica direta” e nem sua “identidade simbólica”, sendo que, nesse aspecto, não há para Edgar a “experiência de subjetividade [...] de ‘riqueza de nossa vida interior’”, conforme colocação do esloveno, segundo a qual o sujeito experiencia normalmente um sentimento do “que ‘realmente sou’

em contraste com as determinações e os mandatos simbólicos que assumo na vida pública” (Žižek, 2011, p. 30).

Isso não significa que Edgar é não-castrado, apenas delinea uma clivagem psíquica complexa derivada da realidade Simbólica em que está inserido. Nessa quadratura é que temos o arremate da situação de interlocução, após o silêncio que ocorre quando Edgar termina de falar:

— Gosto. Às vezes não quero lidar tanto assim com o sangue, com a morte, mas... é o que eu faço.
Erasmus Wagner traga longamente o cigarro e expele a fumaça pela janela. O vento morno e cortante a faz dissipar, desmanchando seus rastros.
— Alguém precisa fazer o trabalho sujo. O trabalho sujo dos outros. Ninguém quer fazer esse tipo de coisa. Pra isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você (Maia, 2013, p. 16).

Existe o desconforto com a “identidade simbólica”, mas acontece que “alguém precisa fazer o trabalho sujo”. Inclusive a fumaça do cigarro é descrita como dissipando-se e desmanchando seus rastros, o que talvez possa ser compreendido também como uma sugestão da ideia de que Edgar tenta dissolver ou ignorar seus próprios descontentamentos. E como é levado ou escolhido para fazer esse trabalho que “ninguém” quer?

A carga de desamparo que pressupõe essa interlocução é significativa, e o arremate é decisivo: “alguém precisa fazer o trabalho sujo. [...] Para isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você” (Maia, 2013, p. 16). Isso nos faz pensar em uma produção de subjetividade em que a ordem Simbólica é naturalizada, por meio de uma internalização da necessidade de sacrifício. Não é esta a dimensão da última frase, que Deus lhes exige esse sacrifício e os destina a “fazer o trabalho sujo”?

Interessante esse aspecto, pois, o filósofo esloveno argumenta que, justamente, “o objetivo da psicanálise”, conforme elaborada por Lacan “não é permitir que o sujeito assuma o sacrifício necessário [...], mas resistir à terrível atração do sacrifício — atração que, claro, não é outra senão aquela do supereu”, observando, ainda, que “o sacrifício é, em última instância, o gesto pelo qual visamos compensar a culpa imposta pela injunção superegógica impossível” (Žižek, 2012a, p. 40).

Voltaremos adiante, no próximo subcapítulo, ao aspecto da figura do supereu que compareceu neste argumento do esloveno, mas note-se que essa dimensão é intersubjetivamente partilhada e consensual (“Pra isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você”), explicitando o Simbólico como o “estágio no qual o indivíduo estruturou uma série de códigos, leis e proibições que permitirão sua socialização” (Silva, 2009, p. 213). A concordância silenciosa sugere que ambos os personagens compartilham uma visão

resignada em relação ao trabalho precário e necessário, como se fosse um sacrifício inevitável. É nessa dimensão que o esloveno expõe que

A ordem simbólica [...] é a segunda natureza de todo ser falante: ela está aqui dirigindo e controlando os meus atos; é o mar em que nado, mas permanece impenetrável — nunca posso pô-la diante de mim e segurá-la. É como se nós, sujeitos da linguagem, fálássemos e interagíssemos como fantoches, nossa fala e gestos ditados por algo sem nome que tudo impregna (Žižek, 2010, p. 16).

Com isso, destaquemos como a situação de interlocução compõe um ideal de personalidade incondicionalmente vinculado ao contexto do trabalho precário, a ponto de haver uma resignação derivada de uma sujeição que até impossibilita visualizar “o processo efetivo social” (Žižek, 1992) da própria condição.

Dessa maneira, retomando essa cena por esse ângulo, apreendemos agora essa “dimensão declarativa que constitui a ideologia da vida cotidiana” (Žižek, 2012b, p. 63). Sobre essa característica, o filósofo esloveno articula Lacan e Lukács para esclarecer um dos modos como o processo social é subjetivado:

O que Lacan elabora como “duplo movimento” da função simbólica vai muito além da teoria padrão da dimensão performativa da fala, como desenvolvida na tradição desde J. L. Austin até John Searle: “a função simbólica apresenta-se como um duplo movimento no sujeito: o homem faz de sua ação um objeto, mas para ela devolver em tempo hábil seu lugar fundador. Nesse equívoco, que opera a todo instante, reside todo o progresso de uma função em que se alternam a ação e o conhecimento”. O exemplo histórico evocado por Lacan para esclarecer esse “duplo movimento” está indicado em suas referências ocultas: “primeiro tempo, o homem que trabalha na produção em nossa sociedade inclui-se na categoria dos proletários; segundo tempo, em nome desse vínculo, ele faz greve geral”. A referência (implícita) de Lacan nesse ponto é *História e consciência de classe*, de Lukács, obra marxista clássica de 1923 cuja aclamada tradução francesa foi publicada em meados da década de 1950. Para Lukács, a consciência é oposta ao mero conhecimento de um objeto: o conhecimento é externo ao objeto conhecido, ao passo que a consciência é, em si, “prática”, um ato que muda o próprio objeto. (Uma vez que o trabalhador “inclui-se na categoria dos proletários”, isso muda sua própria realidade: ele age de maneira diferente.) O sujeito faz algo, considera-se (declara-se) aquele que o fez e, tendo essa declaração como base, faz algo novo — o momento próprio da transformação subjetiva ocorre no momento da declaração, não no momento do ato. Esse momento reflexivo da declaração significa que cada elocução não só transmite um conteúdo, mas ao mesmo tempo *determina como o sujeito se relaciona com esse conteúdo*. Até mesmo os mais realísticos objetos e atividades sempre contêm essa dimensão declarativa, que constitui a ideologia da vida cotidiana (Žižek, 2012b, p. 63, grifo do autor).

Na cena, temos esse “momento reflexivo”, porém a contestação não se dirige em momento algum para “o processo efetivo social” do trabalho precário, a intensificação do

trabalho, a fragilização da condição salarial etc. Quando surge o incômodo, ele acaba por ser designado ao “sangue, “morte” e “sofrimento” dos bovinos, em cujos significantes podemos apreender o que mencionamos anteriormente relativo à uma “lógica de deslocamento metafórico-metonímico” (Žižek, 1992, p. 123), que subjaz no próprio arranjo narrativo. Ao mesmo tempo, a situação de interlocução indica, ou melhor, “determina como o sujeito se relaciona com esse conteúdo”, no caso como o próprio Edgar em relação com o seu trabalho precarizado, o que implica, como fomos desdobrando, uma visão de mundo naturalizada das relações sociais.

Conforme sinalizamos acima, inicialmente até é possível verificar que a fala de Edgar aponta “um desconforto em sua identidade simbólica”, — que embora permaneça até o fim da perspectiva diegética, não se efetiva como crítica da ordem Simbólica, tendo em vista que “o momento próprio da transformação subjetiva ocorre no momento da declaração, não no momento do ato” (Žižek, 1992, p. 123). Com efeito, Žižek (2010a) argumenta que “a identidade simbólica conferida a nós é o resultado do modo como a ideologia dominante nos ‘interpela’ — como cidadãos, democratas, cristãos” (Žižek, 2010a, p. 47).

E no caso do trabalhador precarizado, como Edgar Wilson? Existe uma dimensão ideológica de justificação do trabalho precarizado, que ao naturalizar as relações sociais não permite nenhuma esperança de satisfação libidinal, permitindo a conseqüente sujeição e legitimação da estrutura precária da existência, que “dá consistência a seu Imaginário” (Žižek, 1991, p. 86), deixando a tensão social irresolvida. A propósito, como bem sintetizava Adorno (2009), ao se referir que a experiência individual já é uma experiência social, é que “identidade é a forma originária da ideologia. [...] sempre foi submissão às metas de dominação, e, nessa medida, sua própria contradição” (Adorno, 2009, p. 129).

Por fim, um dos modos de interpelar a “identidade simbólica” de Edgar é também a ideologia se afirmar em toda a sua violência simbólica. “Nem todo o esforço da sua imaginação é capaz de lançar luz nas trevas; nem naquelas produzidas por olhos insondáveis, nem na própria treva que encobre a sua maldade” (Maia, 2013, p. 17), sinaliza, com efeito, a voz narrativa, ressoando implicações entre objetividade e subjetividade num contexto precário capaz de mobilização libidinal de autodepreciação como afeto do protagonista. O que é também sintoma de crise, que transpõe para si o que é, na verdade, marcas da brutalidade da dinâmica Simbólica, produzindo um ambíguo distanciamento da matéria narrada, em que o narrador não comenta, nem avalia.

Esse afeto de “maldade” surge antes do assassinato de Zeca. Durante a perspectiva diegética, sabemos que trabalhava em “minas de carvão” antes do abatedouro, mas o discurso narrativo não apresenta nenhuma conduta prévia de Edgar. Então, isso parece ser, como resultado de interpelação ideológica, “que sua maldade não depende simplesmente das

circunstâncias, mas está inscrita em seu caráter fundamental, faz parte de sua natureza eterna. A maldade parece ser um dado imutável e irrevogável que a pessoa em questão não pode modificar” (Žižek, 1991, p. 168).

Mas o olhar atento do leitor, por sua vez, sabe muito bem que esta mobilização libidinal conferida pelo e ao protagonista, e até endossada pela voz narrativa, é um engano, vinculado à naturalização de significações socialmente determinadas e mediadas. Por isso, a violência simbólica é considerada por Žižek (2014) como “invisível”, porque é resultado de uma relação de violência tida como “natural”, possibilitando, assim, que o sujeito não se sinta vítima de violência.

A violência simbólica é incorporada em formas de linguagem e modos de simbolização, por isso permeia nossa própria fala e práticas comunicativas. A violência simbólica inclui não apenas relações de dominação que se reproduzem em nossas práticas comunicativas, como implica também “uma forma mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido” (Žižek, 2014, p. 2014, p. 18).

Assim, apreendemos a “imposição de um certo universo de sentido” para Edgar, como forma de ordenamento e justificação de processos de interação social que articula as esferas do trabalho, da linguagem e do desejo. O que está em jogo não é apenas, por exemplo, o fato de o patrão chamar seus funcionários de “idiotas” (Maia, 2013, p. 114). É persistente no texto a sensação de que algo está ausente, havendo em Edgar “a situação do sujeito confrontado com o excesso insondável da Coisa que se esquivava de sua apreensão simbólica reflexiva” (Žižek, 2016, p. 110). Temos a “escuridão dos olhos dos ruminantes”, como “olhos insondáveis”, que vimos acima na situação de interlocução, que se instala na perspectiva narrativa, como mistério que se esquivava da “apreensão simbólica reflexiva” de Edgar, uma vez que “os olhos de Edgar Wilson refletem a insondável escuridão que sempre há nos olhos dos ruminantes” (Maia, 2013, p. 112).

Diante dos animais, especificamente os bovinos, Edgar defronta-se com a significação que se contrai, exige decifração e, assim, uma constante e insatisfeita procura em apreender essa “insondável escuridão que sempre há nos olhos dos ruminantes”, que configura articulação entre posição subjetiva e dimensão Simbólica que a determina. Quando Žižek (2016) aborda a frase que citamos acima, sobre o excesso insondável da Coisa que se esquivava de sua apreensão simbólica reflexiva, esclarece também que esse fato não diz respeito às capacidades cognitivas do sujeito. O que torna o objeto insondável não é apenas uma questão de sua complexidade intrínseca. Isso porque “consiste antes nos traços do próprio sujeito (suas esperanças e desejos frustrados) no objeto, de modo que o que é realmente

‘insondável’ no objeto é a contrapartida/correlato objetivo do núcleo mais íntimo do próprio desejo do sujeito” (Žižek, 2016, p. 111).

Visto por esse ângulo, com a ajuda de Žižek, delinea-se uma perspectiva que tanto corrobora a leitura já realizada do assassinato de Zeca, quanto possibilita apreender nessa estranha relação de Edgar o registro de fraturas sociais e psíquicas. “Traços do próprio sujeito no objeto” é o que indica Žižek (2016), que inferimos na ressonância da relação com a dimensão do trabalho precário. A materialidade áspera e difícil para se representar, em que a arbitrariedade e opressão já faz a mediação da própria vivência subjetiva:

Edgar Wilson suspende a marreta e acerta o primeiro boi do segundo lote do dia. Santiago tem desempenhado um bom trabalho e mantém seu ritmo frenético, aquecendo-se e fazendo alongamentos antes de entrar no boxe. Edgar Wilson está satisfeito com o trabalho do novo colega e percebe como estava certo em ter despachado o Zeca para o fundo do rio. Até o momento ninguém apareceu para saber dele. Em lugares onde o sangue se mistura ao solo e à água é difícil fazer qualquer tipo de distinção entre o humano e o animal. Edgar sente-se tão afinado com os ruminantes, com seus olhares insondáveis e a vibração do sangue em suas correntes sanguíneas, que às vezes se perde em sua consciência ao questionar quem é o homem e quem é o ruminante (Maia, 2013, p. 68).

Note-se como “ter despachado Zeca” possui certo efeito de equilíbrio psíquico (“está satisfeito”) diante à experiência do trabalho, mesmo seu cotidiano permanecendo exaustivo. A hipérbole na frase do trecho destacado (“Em lugares onde o sangue se mistura ao solo e à água é difícil fazer qualquer tipo de distinção entre o humano e o animal”), amplia a intensidade da carga psicológica enfrentada, tão intensa quanto a própria exigência física para a atividade laboral. A violência simbólica possibilita a dificuldade do avanço da consciência em relação à estrutura Simbólica, daí a mobilização libidinal de autodepreciação, que assinalamos anteriormente, como fator de efeito para naturalização das relações sociais. Um dos signos para reprodução dessa naturalização, como vimos, estava na “maldade”. Talvez seja possível apreender essa dimensão em chave que também implique “a situação do sujeito confrontado com o excesso insondável da Coisa que se esquia de sua apreensão simbólica reflexiva” (Žižek, 2016, p. 110).

A “maldade” como saldo do processo de precarização é, assim, peça constitutiva do Imaginário. Além da própria espoliação econômica, apreende-se um conflito psíquico resultante de conflitos de integração social na rede Simbólica. Por sua vez, “são o ponto do Real sem a verdade simbólica — não há como ‘simbolizar’ sua condição, organizá-la em uma narrativa de vida significativa” (Žižek, 2013b, p. 59).

O que era violência subjetiva na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, ganha agora nova significação e enquadramento. Um esclarecimento de Lacan

(1991) surge bem a propósito dessa dimensão que estamos buscando delinear. Partindo da discussão de Freud sobre a tendência do ser humano à comportamentos destrutivos em *O mal-estar na cultura*, Lacan (1991) faz a exposição de que

[...] cada vez que Freud se detém, como que horrorizado, diante da consequência do mandamento do amor ao próximo, o que surge é a presença dessa maldade profunda que habita no próximo. Mas, daí, ela habita também em mim. E o que me é mais próximo do que esse âmagô em mim mesmo que é o de meu gozo, do que não me ousou aproximar? Pois assim que me aproximo— é esse o sentido do Mal-estar na civilização— surge essa insondável agressividade diante da qual eu recuo, que retorno contra mim, e que vem, no lugar mesmo da Lei esvanecida, dar seu peso ao que me impede de transpor uma certa fronteira no limite da Coisa (Lacan, 1991, p. 227-228).

No âmbito da nossa discussão, a relevância dessa exposição implica a questão da violência exercida ao desejo do sujeito, com seu conseqüente recalçamento, semelhante ao saldo da rotina de exploração (“em ritmo frenético”) em *De gados e homens*, em que o registro Imaginário de Edgar como alguém “mau”, que destila “maldade” serve para reproduzir as relações de dominação. Aqui, conforme as palavras de Lacan (1991) supracitadas, “que me impede de transpor uma certa fronteira no limite da Coisa”, isto é, a realidade para além da maneira como ela se apresenta para sua posição subjetiva, com o “universo de sentido” (Žižek, 2014) imposto via violência simbólica. Implica-se, desse modo, uma conformação radical, bem como ocorre uma espécie de recalçamento; pois, a exposição de Lacan (1991), que lançamos mão, converge com a questão elaborada por Žižek (2016) sobre o excesso insondável da Coisa que se esquia de sua apreensão simbólica reflexiva.

Exploremos, por exemplo, o episódio do Capítulo 6, sobre a visita no abatedouro de um “grupo de estudantes universitários”. Na visita ocorre um conflito entre uma aluna e Edgar que resume o teor ideológico do episódio. Trata-se de um grupo “composto de onze alunos e um professor”, com a intenção de “conhecer a linha de produção da carne” (Maia, 2013, p. 67). Preocupados com “a linha de produção da carne”, o ambiente precário será apenas um contratempo, pois acontece que “a maioria tem dificuldade para respirar e por isso colocam um lenço sobre a boca e o nariz”, sendo que “alguns decidiram recuar quando avançavam para área de sangria, só em imaginar o que estariam presentes a ver” (Maia, 2013, p. 69).

Essa visita, do ângulo do grupo do professor e seus alunos, possuía tudo para ser inofensiva. É interessante perceber que logo de início atestam a insalubridade do lugar. “Colocam um lenço sobre a boca e o nariz” em decorrência do ambiente fétido: e convém lembrar que o próprio Edgar, como já comentamos anteriormente, não possui esses equipamentos básicos de trabalho como máscara de proteção e óculos de segurança (“um

filete de sangue esguicha em seu rosto e respinga no olho direito”). Ou seja, a ausência de equipamentos básicos, dos famosos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) que a empresa deve proporcionar aos funcionários, conforme Legislação Federal que os compreende como uma das medidas destinada à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a saúde e bem-estar do trabalhador no exercício de suas atividades.

Não obstante, o ambiente precário não é questionado pelo “grupo de estudantes universitários” em referência aos trabalhadores que nele precisam ficar e exercer suas funções. A nosso ver, isso decorre como violência simbólica, que demarca as interações sociais e, especialmente, constitui os processos de socialização, de modo a ser internalizada pelos indivíduos e se tornar parte de sua visão de mundo, imbuída de uma legitimação que dispensa contestações.

Por ser um “grupo de universitários”, será que o leitor poderia pressupor uma simpatia com os excluídos, por uma alusão ao Imaginário de pessoas esclarecidas? Nessa escolha do narrador, a organização do episódio frustra essa possibilidade, para operar um efeito crítico inegável, em que a relação social injusta é reproduzida por uma violência simbólica⁹⁴ capaz de diretamente subjugar esses trabalhadores, conforme o conflito que desenrola, por sua vez, também problematizando o próprio ponto de vista de classe da prosa.

Durante a visita, chega o momento de verificar a etapa de atordoamento, na qual Edgar é apresentado ao grupo de estudantes pelo funcionário que os acompanha:

[...] Tonho o chama, apresentando-o para a turma.

— É ele quem coloca o boi pra dormir.

Todos se viram para ele. O professor Aristeu, que não abre mão de um lenço quadriculado sobre o nariz, aproxima-se, estendendo o braço para cumprimentá-lo.

— Como vai? Eu sou o professor Aristeu.

— Edgar Wilson.

— Então, Edgar Wilson, conta pra gente um pouco do seu trabalho — diz, entusiasmado, porém com a voz sufocada por baixo do lenço.

— Eu sou o atordoador.

Professor Aristeu está impressionado com o homem diante dele.

— Ah, sim, fascinante. Acabamos de ver o processo de atordoamento pela fresta na parede. É um trabalho pesado. Demanda muita força física, muita concentração. Nem todos os alunos quiseram olhar. — O professor Aristeu é interrompido pela voz de uma de suas alunas.

— Como é matar boi o dia inteiro? O senhor não acha que isso é assassinato? O senhor não acha que sacrificar esses animais é crime? (Maia, 2013, p. 69-70).

⁹⁴ Registre-se, nesse âmbito, a pertinência das pesquisas do psicólogo Fernando Braga da Costa sobre garis, na área de psicologia social. O autor se debruça sobre um fenômeno muito interessante: o desaparecimento simbólico de indivíduos pobres com profissões que não exigem qualificação escolar ou técnica. Dessa maneira, em uma fase etnográfica da pesquisa, viveu a experiência de ser um gari na Cidade Universitária da USP, não foi enxergado por amigos, colegas e professores que haviam estado com ele apenas algumas horas antes: “No intervalo entre as aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum... fosse chamar a atenção de toda a gente... Não fui reconhecido... Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível” (Costa, 2004, p. 58). Por que ao usar um uniforme ele desapareceu? Ver Fernando Braga da Costa, in *Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social*, São Paulo: Editora Globo, 2004.

De início, o professor Aristeu focaliza o exercício da atividade, com a menção de que é possível perceber que “é um trabalho pesado”. Mas rapidamente é “interrompido” por uma indagação, que desloca o foco da conversa sobre a atividade laboral.

No plano do enunciado, a indagação indica o falso desvelo do professor e demarca a negatividade da alteridade. Provavelmente aqui não estamos distantes do que Žižek (2011) assinala como o aspecto de que “o sucesso da ofensiva ideológica neoliberal tornou insustentável e ineficaz a referências direta à posição econômica do explorado” (Žižek, 2011, p. 348). Sem essa referência direta, a posição da indagação reafirma que, como pobre, aquele atordoado não é ninguém, perfazendo um silenciamento.

Com a indagação, “Edgar vira-se na direção da voz” (Maia, 2013, p. 70). Ao visualizar quem proferiu a indagação, a voz narrativa assume a condução da exposição do pensamento de Edgar, do que percebe ao ver a aluna. E do que vê, o narrador vai ressaltar as posições sociais distintas:

Edgar vira-se na direção da voz. Depara-se com o par de olhos com as pupilas dilatadas protegidos por óculos de aros vermelhos e pesados. A mulher jovem, vestida de saias longas e blusa branca de botão, faz constantes anotações em um caderno preto. Edgar observa seus sapatos de couro em duas cores, preto e marrom. Há uma fivela prateada na lateral. São delicados e limpos. Pensa na filha de Burunga, que precisa de óculos para seus olhos deficientes (Maia, 2013, p. 70).

O requinte da aluna contrasta com a precariedade do ambiente em que se encontra. A disparidade econômica dos personagens não se resume aos signos pontuais e isolados que a voz narrativa menciona. Os olhos do narrador cedem lugar ao que Edgar vê, armando o artifício como se apreendesse um instante exemplar, com duração ínfima, mas decisiva.

O pensamento de Edgar funda-se em bases materiais inequívocas, quando “pensa na filha de Burunga, que precisa de óculos para seus olhos deficientes” (Maia, 2013, p. 70). Para compreender a importância é preciso nos atermos à situação fatídica de Burunga que, no Capítulo 8, morrerá sem ter conseguido comprar os óculos que a filha tem necessidade. Sempre que comparece na perspectiva diegética, o discurso narrativo demarca sua apreensão sobre a necessidade de comprar os óculos para filha, o que não é possível com a rapidez que gostaria em razão da fragilização de sua condição salarial (o que também demarca a falta de acesso à crédito, como forma de consumo). Para tentar acelerar a possibilidade, uma vez por semana realiza apneia valendo dinheiro, como uma aposta valendo dinheiro entre os companheiros de trabalho, prática com a qual consegue ganhar “alguns trocados”. De “trocados” em trocados, espera conseguir a quantia suficiente:

Burunga novamente está com a cabeça enfiada num tonel de água e rodeado por homens que aguardam ansiosos o resultado do cronômetro que o velho Emetério faz questão de segurar. Quando suspende a cabeça, tem mais um recorde e apanha os trocados em seu chapéu de palha, logo depois de suspender as calças. Burunga tem urgência em arranjar dinheiro para os olhos deficientes da filha. Espera que tenha fôlego suficiente para conseguir (Maia, 2013, p. 58).

O trecho indica a condição precária e desesperada de Burunga para obter recursos financeiros para ajudar sua filha, enfatizada com a expressão “espera que tenha fôlego suficiente para conseguir”, visando demarcar a pressão que o personagem enfrenta. No matadouro, a função de Burunga é ser “responsável por conduzir o gado até o abate” (Maia, 2013, p. 92). Chega o dia que Burunga falece inesperadamente, ao realizar mais uma prática de apneia. O motivo desse óbito decorre pelo fato de que Santiago, então novo funcionário, havia deixado uma enguia no tonel. As enguias são conhecidas por sua capacidade de gerar descargas elétricas letais. Justamente o que aconteceu, levando Burunga ao óbito: “Burunga cai morto no chão, com um semblante impactado, de olhos abertos e a língua esticada para fora” (Maia, 2013, p. 90).

No início da cena desse acontecimento, a voz narrativa faz questão de deixar registrado: “ele tem quase todo o dinheiro de que precisa para os óculos da filha. Mais alguns desafios e ele terá conseguido a quantia exata” (Maia, 2013, p. 89). A tragicidade do caso de Burunga possibilita sentir a espessura dos componentes sociais que enformam estes personagens, os quais limitam o seu campo de ação no mundo.

Vendo os “óculos de aros vermelhos e pesados” da aluna, Edgar pensa na filha do companheiro de trabalho. Do ponto de vista da composição, é tensionada não apenas a circunstância imediata da presença dos estudantes no matadouro como o todo social, no âmbito de exclusão social e da pobreza, reforçando, então, o peso da violência simbólica naquela indagação da aluna direcionada à Edgar, que começa a responder positivamente:

— Acho.

Todos permanecem em silêncio, talvez aguardando pela conclusão da resposta, talvez surpreendidos por sua brevidade. A mulher gagueja ao intentar mais uma pergunta, e dessa vez sua voz é mais contida e frágil:

— Então o senhor se considera um assassino?

— É.

A curta resposta cala a mulher e garante a quietude dos demais. Professor Aristeu sorri afastando o lenço do nariz e esforça-se para desviar a conversa.

[...]

— O senhor não se envergonha disso? — a mulher manifesta-se outra vez, agora mais incisiva.

Edgar olha para ela. Olha para todos que estão a sua volta. Respira o perfume do matadouro e enche o peito. Tira o boné da cabeça e ajeita os cabelos com os dedos. Algumas moscas pousam em seus cabelos curtos e ensebados.

— Senhora...

Faz uma pausa. Edgar Wilson conhece o seu lugar e entende bem quais são as suas obrigações (Maia, 2013, p. 70-71).

A aluna agora é “incisiva”, demarcado, como pontua Žižek (2014), que “a comunicação” pode se eximir de “um espaço de intersubjetividade igualitária” (Žižek, 2014, p. 50). Assim, podemos perceber a ausência dessa “intersubjetividade igualitária” nessa insistência, que envolve uma espécie “de um gesto simbólico vazio” (Žižek, 2010a, p. 21), que encurrala o Edgar, colocando-o em situação de responder exatamente o que se deseja ouvir.

Em outros termos, inserido em um espaço produtivo de uma ordem Simbólica que lhe nega condições para se humanizar, Edgar Wilson ainda é posto em comparação a um assassino, indagado se sente vergonha do trabalho que executa. A cena é bem sugestiva e traz o selo da sempre assaz intenção da naturalização insidiosa da sociabilidade, com requinte de culpabilização ao individual pela pobreza. Particularmente, a nosso ver, difícil não lembrar aqui (o que, por sua vez, já implica a dimensão do sentido cultural da cena) de uma outra cena, também ínfima e decisiva, indicando o potencial para humilhação e para violência simbólica na visão de mundo de quem não sofre as atribulações diárias... como responde, no romance *Helena*, Salvador para uma indagação de Estácio:

— Sua observação — disse o dono da casa sorrindo — tem o sabor do chocolate que o senhor bebeu naturalmente esta manhã antes de sair para a caça. Presumo que é rico. Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo home pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando um peru...Pois não é assim; há exceções. Nas cousas deste mundo não é tão livre o homem, como supõe, e uma cousa, a que uns chamam mau fado, outros, concurso de circunstâncias, e que nós batizamos com o genuíno nome brasileiro de caiporismo, impede a alguns ver o fruto de seus mais hercúleos esforços. César e sua fortuna! Toda a sabedoria humana está contida nestas palavras (Assis, 1997, p. 335).

A resposta, que ainda conserva certa ironia, ataca diretamente a ingenuidade que há no ponto de vista do senhor/proprietário Estácio, na qual estava constava a reprodução de um discurso ideológico de que todos os indivíduos estão em iguais condições para prosperar, bastando esforço pessoal. No caso da aluna indagando Edgar, a noção de “vergonha” não está diretamente associada à possibilidade de prosperidade, ainda assim descarta por completo a materialidade da vida social dos trabalhadores ali presentes.

Não aparenta ser o caso de a aluna estar preocupada com a senciência dos animais não humanos, o que ficaria contraditório pelos sapatos e cinto em couro. Se estivesse, então, estaríamos diante de “uma violência que subjaz aos nossos esforços que visam [...] promover

a tolerância” (Žižek, 2014, p. 17). Todavia, esta de fato não é sua preocupação, pois como logo responderá para Edgar, come hambúrgueres.

Tendo isso em vista, a quem interessa essa indagação? E qual o sentido de sua conduta? A lição žižekiana aqui é a necessidade de nos atermos nas “condições sociais que permitem as declarações”, conforme assinala sobre o fato de como a crença no grande Outro e a subjetividade se cruzam em uma junção ideológica de desconhecimento. Com isso, “devemos sempre contrariar tais afirmações com uma pergunta: OK, mas onde está o fetiche que permite (fingir) aceitar a realidade ‘como ela é?’”, propõe o filósofo esloveno, alertando para reconhecermos a função do espetáculo ideológico do qual participamos involuntariamente (Žižek, 2013, p. 92, tradução nossa).

Ou seja, implica atentar às coordenadas ideológicas derivadas pelo grande Outro. Assim, Žižek (2013) nos alerta para reconhecer a função ideológica da qual participam os indivíduos, tendo em vista que o grande Outro “não é apenas injunção simbólica anônima, mas ao mesmo tempo uma instância necessariamente representada por um indivíduo aleatório em uma determinada situação” (Žižek, 2013, p. 96). Um dos motivos disso, é porque o grande Outro é uma entidade dentro da ordem Simbólica para a qual os indivíduos desempenham suas ações, de modo que “enquanto falo, nunca sou meramente um ‘pequeno outro’ (indivíduo) interagindo com outros ‘pequenos outros’: o grande Outro deve estar sempre lá” (Žižek, 2010a, p. 17).

Desse ponto de vista, podemos deixar de lado que o enunciado da aluna é inocente expressão pessoal. A precariedade do ambiente parece ser completamente inesperada, o próprio professor revela dificuldade para designar: “Gostaria de agradecer a gentileza do senhor Milo, que nos permitiu visitar este lugar tão... tão.. curioso — diz o professor” (Maia, 2013, p. 67). Posto isso, a presença do grande Outro no questionamento da aluna estaria relacionado ao complexo caráter social do trabalho, particularmente em relação a como é abstraído da especificidade de sua forma concreta? A possibilidade de responder positivamente essa questão se encontra, justamente, na reação de Edgar ao se deparar com o acossamento “incisivo” da aluna.

Nesse momento, em que a aluna “manifesta-se outra vez, agora mais incisiva”, Edgar deixa a postura lacônica e esquiva — por si mesma, de assentimento à presunção social que lhe é direcionada —, e decide se manifestar mais direta e seriamente sobre o assunto, mesmo ciente de “seu lugar” que lhe cabe:

Faz uma pausa. Edgar Wilson conhece o seu lugar e entende bem quais são as suas obrigações. [...]
— A senhora já comeu um hambúrguer?
A mulher responde que sim com a cabeça.
— E como a senhora acha que ele foi parar lá?

Todos os alunos se entreolham. O professor Aristeu abre um sorriso nervoso e tenta emitir algumas palavras, mas Edgar Wilson o afasta para o lado e segue em direção à mulher que está ao fundo do grupo (Maia, 2013, p. 71-72).

Percebemos, então, que ele se dirige especialmente para a aluna que havia lhe acochado, como um “esforço [de] frustrar [...] o desconhecimento da rede simbólica que [...] os determina” (Žižek, 2016, p. 280), de modo que

Edgar apanha uma marreta caída no chão. Não é a sua, mas serve para os seus propósitos. Ele entrega a marreta para a mulher. Ela não entende. Olha desorientada para ele. Ele insiste e ela a segura. Ele abre a porta do boxe de atordoamento e a manda entrar.

— A senhora pode descobrir se quiser. Desde o início. Conhecer todo o processo, não foi pra isso que vocês vieram? Se quiser fazer o seu próprio hambúrguer, o processo começa aqui.

A mulher larga a marreta no chão e começa a chorar. Um rapaz que se manteve todo o tempo assombrado, ao deparar-se com o sangue no chão do boxe e o cheiro da podridão, curva-se para a frente e vomita nas botas de borracha de Edgar Wilson. Este olha para o vômito e o ignora completamente. Coloca o boné na cabeça, pede licença e entra no boxe, fechando a porta às suas costas, sem dizer mais nenhuma palavra (Maia, 2013, p. 72).

Sabemos, obviamente, que a aluna não aceitaria a marreta ofertada por Edgar. Essa oferta está próxima do que “é o chamado ‘gesto vazio’, um oferecimento feito para ser rejeitado ou destinado a sê-lo” (Žižek, 2010, p. 21). Nem por isso, todavia, o gesto é nulo. Possui o seu efeito e, assim, nessa cena “o que parece um gesto totalmente vazio se revela extremamente sério” (Žižek, 2017, p. 72).

Com esse ato, Edgar não está, justamente, “desafiando o poder socio-simbólico, [...] suportando a exclusão do espaço socio-simbólico”? (Žižek, 2016, p. 282). É claro que o saldo não é um “gesto radical de reestruturação profunda da ordem simbólica hegemônica em sua totalidade” (Žižek, 2016, p. 283). Por sua vez, na temporalidade dos acontecimentos do episódio, não é exagero pensar em uma “intervenção do Real de um *ato*” (Žižek, 2016, p. 281). Observando as reações, tanto da aluna quanto dos demais alunos, a força reguladora do grande Outro residia “num engodo, uma armadilha para nos fazer esquecer onde reside o verdadeiro horror” (Žižek, 2015, p. 81), isto é, não no fato de que o trabalhador é “um assassino”, conforme a presunção social enunciada através da aluna: com isso, “onde reside o verdadeiro horror”, que condiz com “a brutalidade do Real da violência desregrada” é a própria experiência de subtrabalho a qual a gestão do abatedouro submete seus funcionários.

É interessante como isso é negado, embora o professor e alunos vejam desde o início o ambiente precário. Antes mesmo de Edgar ser apresentado ao grupo de estudantes, a voz narrativa descreve que “um par de olhos com as pupilas dilatadas pelas lentes dos óculos

observa o trabalho dele [Edgar] por uma fresta na parede do boxe” (Maia, 2013, p. 68). Assim, nesse momento inicial, em que chegam ao abatedouro, parece ocorrer “uma das principais lições da psicanálise: as imagens da catástrofe absoluta, em vez de dar acesso ao Real, podem funcionar como escudo protetor *contra* o Real” (Žižek, 2015, p. 84, grifo do autor).

A situação se altera com a atitude de Edgar ao final do episódio, que se dirige contra a coordenada ideológica do grande Outro, derivando aí a “intervenção do Real de um ato”, que mencionamos acima. Sobre esse prisma, Žižek (2016) esclarece que o “ato” implica o “campo político-social”, guiando-se contra o “conjunto preestabelecido” de regras e/ou normas simbólicas, de modo que, “para Lacan, não há ato ético propriamente dito sem que se assuma o risco dessa momentânea *suspensão do grande Outro*, da rede sociossimbólica [...] um ato autêntico só se produz quando o sujeito arrisca um gesto que não é mais *coberto* pelo grande Outro” (Žižek, 2016, p. 282, grifos do autor).

Note-se que a violência simbólica da aluna está de acordo com o próprio “universo de sentido” internalizado pelo protagonista via violência simbólica, o que implica, justamente, uma reprodução que reafirma o grande Outro. A atenção no assassinato dos animais enunciado pela aluna implica a mesma “lógica de descolamento metafórico-metonímico” (Žižek, 1992, p. 123), que havíamos mencionado antes. O que nos leva, então, ao que significa arriscar-se a agir sem qualquer amparo, como se refere Žižek (2016) sobre o “ato”. Conforme o esloveno, o acontecimento do ato não pode ser calculado previamente, assim como ocorre inesperadamente o de Edgar.

Observamos, com efeito, na sequência da ação do episódio como Edgar tem uma reação imediata, como se tivesse um comportamento impulsivo. Inicialmente, se esquiva e assente com lacônicos “acho” e “é” (Maia, 2013, p. 70). Mesmo com o acossamento “incisivo” da aluna, vemos que de início há o incômodo, sem saber ao certo o que fazer:

— O senhor não se envergonha disso? — a mulher manifesta-se outra vez, agora mais incisiva.

Edgar olha para ela. Olha para todos que estão a sua volta. Respira o perfume do matadouro e enche o peito. Tira o boné da cabeça e ajesta os cabelos com os dedos. Algumas moscas pousam em seus cabelos curtos e ensebados.

— Senhora...

Faz uma pausa. Edgar Wilson conhece o seu lugar e entende bem quais são as suas obrigações (Maia, 2013, p. 71).

Edgar suspende sua resposta e ocorre uma “pausa” decisiva. Note-se que o seu pensamento novamente retoma a dimensão da iniquidade social. Logo no início dos questionamentos da aluna, surge a situação fatídica de Burunga, conforme expomos

anteriormente. Agora, temos a dimensão do seu “ritual” de atordoador: “importa-se em encomendar a alma de cada ruminante que cruza seu caminho” (Maia, 2013, p. 71).

Conforme já proposto anteriormente, esse “ritual” de encomendar as almas dos gados está vinculado à lógica exploratória do seu trabalho, de modo que nossa hipótese foi de que a função do “ritual” atua como a busca de um “escudo imaginário contra o encontro traumático com a realidade social” (Žižek, 2015, p. 82). Tendo isso em vista, esse momento da perspectiva diegética parece validar essa proposta; mas nisso, também implicado “que cada afirmação de uma posição de classes é totalmente diferencial/dialógica” (Žižek, 2015, p. 99).

Quando Edgar suspende sua resposta e ocorre a “pausa”, possibilita direcionar a pergunta para a aluna (“A senhora já comeu hambúrguer?”), a partir da qual desenrola seu “ato”, desafiando as coordenadas ideológicas mediada pelo grande Outro e, assim, revelando as contradições e conflitos subjacentes. A marreta não é a mesma que utiliza, o que implica a casualidade e imprevisibilidade do gesto: “Edgar apanha uma marreta caída no chão. Não é a sua, mas serve para os seus propósitos” (Maia, 2013, p. 72).

Afinal, voltar ao posto de trabalho para pegar sua própria marreta já implicaria perder o instante exemplar, o vertiginoso momento, bem como lhe atribui a contingência. Conforme destaca Žižek (2011), o ato é inesperado porque

[...] este ato não só está enraizado em suas condições contingentes, como são essas mesmas condições que fazem dele um ato: o mesmo gesto, realizado num momento errado (cedo ou tarde demais), não é mais um ato. Aqui o paradoxo propriamente dialético é aquilo que torna o ato “incondicional” é *sua própria contingência* (Žižek, 2011, p. 311, grifos do autor).

Trata-se, aqui, de uma das dimensões da politização do conceito laciano empreendido pelo esloveno. No caso de Edgar, revela as contradições e conflitos subjacentes às coordenadas ideológicas mediadas pelo grande Outro. O choque dos alunos, então, articula-se com a espessura das opressões cristalizadas, de injustiça, iniquidade e exclusão socioeconômica. Em que medida isso ocorre? Quando a aluna diz que come hambúrguer, Edgar intercala logo outra pergunta: “e como a senhora acha que ele foi parar lá?”, reconduzindo-a de modo constrangedor ao cadafalso do trabalho. Com isso, Edgar está promovendo a “inversão exata da fórmula-padrão da transferência (como o ‘sujeito do suposto saber’): aquilo a que o fetichismo dá corpo é precisamente minha desautorização do conhecimento, minha recusa a assumir subjetivamente o que sei” (Žižek, 2011, p. 59). A noção do “sujeito suposto saber” contido no argumento implica, conforme o autor, a

intenção de designar o “deslocamento do conhecimento do sujeito” para o grande Outro, que “pode também acreditar e saber por mim” (Žižek, 2010, p. 38).

O que está em jogo é certo ocultamento que permeia a prática social do trabalho. “O trabalho no capitalismo aparece necessariamente de uma forma que ao mesmo tempo o expressa e o oculta”, assinala, com efeito, Postone (2014, p. 83). Para aqueles alunos, representados pelo enunciado da aluna, o “descolamento do conhecimento do sujeito” para o grande Outro implica esse apagamento da prática social do trabalho.

Em vista da precariedade extrema naquele contexto do abatedouro, o ato possui o efeito de apontar para a incapacidade, que é social, de confrontar a desigualdade constitutiva de uma sociedade como a nossa. Logo adiante, no próximo subcapítulo, veremos isto pelo ângulo da violência sistêmica. Ponto de passagem nevrálgico neste momento é o “gesto de desmentido fetichista” (Žižek, 2011, p. 33) que está contido na configuração do “ato” de Edgar, ato que, por sua vez, ao surgir como espécie de ruptura no andamento narrativo, também diz respeito às condições objetivas da prosa e dilemas da matéria narrada. De início, ao elaborar a segunda pergunta visa a origem da mercadoria (“E como a senhora acha que ele [hambúrguer] foi parar lá?”), questionando e delineando que não possui existência autônoma; em seguida, ao segurar a “marreta”, seu “ato” agora busca contextualizar as condições de produção que possibilitam a produção do hambúrguer (mercadoria):

Ele abre a porta do boxe de atordoamento e a manda entrar.
— A senhora pode descobrir se quiser. Desde o início. Conhecer todo o processo, não foi pra isso que vocês vieram? Se quiser fazer o seu próprio hambúrguer, o processo começa aqui (Maia, 2013, p. 72).

A ironia da frase “não foi pra isso que vocês vieram?” desarticula e desenvolve de maneira astuta a possibilidade de desestabilizar as coordenadas simbólico-ideológicas do “laço social que o grande Outro sustenta” (Žižek, 2011, p. 55), as quais no caso da própria fatura do romance é toda a precarização do trabalho, com sua fragilização salarial e jornadas exaustivas, estavam abstraídas do hambúrguer como produto concreto, em sua função de mercadoria.

Isso, obviamente, envolve um hábito cotidiano: adquirir e/ou comprar produtos sem que se tenha nenhuma relação “com o caráter substantivo da atividade produtiva por meio da qual eles são adquiridos” (Postone, 2014, p. 210). Dentro dessa lógica, temos o trabalho “despido da aura de significação social”, conforme assinala Postone (2014), observando, assim, que, “no capitalismo, trabalho e seus produtos criam uma esfera de relações sociais objetivas: elas são de fato socialmente determinantes, mas não se apresentam como tal” (Postone, 2014, p. 201).

Por sua vez, isso também implica a subjetivação de vínculos sociais, para reproduzir desigualdades e opressões sociais, dado que não é simplesmente um equívoco individual de pensamento, conforme expõe o filósofo esloveno:

Marx localiza a ilusão fetichista não no pensamento, no modo errado de percebemos o que somos e fazemos, mas na própria prática social [...]. É exatamente assim que devemos ler a fórmula geral de Marx a respeito da mistificação fetichista [...], “eles não conhecem, mas fazem”: o que os indivíduos não conhecem é a “inversão” fetichista a que obedecem “em sua interpelação prática”, isto é, na própria realidade social (Žižek, 2012, p. 180).

Nessas circunstâncias, temos retesamento vertiginoso da indecência da “própria realidade social”, impossível de ser observada diretamente sem perturbação e mal-estar, conforme o desfecho do episódio: “A mulher larga a marreta no chão e começa a chorar. Um rapaz que se manteve todo o tempo assombrado, ao deparar-se com o sangue no chão do boxe e o cheiro da podridão, curva-se para a frente e vomita nas botas de borracha de Edgar Wilson” (Maia, 2013, p. 72). Acreditamos que as reações derivam do efeito momentâneo de “desintegração da aparência “de liberdade” que pertence à ordem social” (Žižek, 2010, p. 22).

Utilizamos anteriormente a expressão žižekiana “intervenção do Real de um ato” para se referir à reação de Edgar. Tal condição implica que “o ato é ativado por um encontro com o impossível-Real” (Žižek, 1993, p. 72). A nosso ver, isso se atesta inclusive pelo conjunto da perspectiva diegética. Conforme sinaliza Žižek (2016, 2011, 1993), o ato é um gesto que se arrisca porque não se tem como medir consequências.

No caso de Edgar, vemos que para reagir foi necessário desestabilizar o “laço social que o grande Outro sustenta”, mas como indica o próprio esloveno, isso pode resultar apenas uma “suspensão”, no sentido de ser algo momentâneo, o que, obviamente, não anula sua importância. Isso justamente porque apreendemos uma intrusão do Real que estilhou a “ilusão fetichista”, ao mesmo tempo que isso não implica que foi alterada toda a coordenada da rede Simbólica. Do ângulo interpretativo, parece-nos ter deixado evidente a importância da experiência precária do trabalho. A violência simbólica no enunciado da aluna, mediado pelo grande Outro, pertence à posição subjetiva de Edgar, cujo drama só se completa quando levamos em conta a própria dimensão do trabalho. Assim, neste episódio, bem como no episódio do assassinato de Zeca; e que talvez o que impeça o leitor captar isso em toda sua extensão diz respeito ao registro do Real.

Conforme a leitura žižekiana do Real laciano, esse registro “tem uma série de propriedades, exerce uma causalidade estrutural, pode produzir efeitos na realidade simbólica dos sujeitos” (Žižek, 2001, p. 213, tradução nossa). O Real permeia a ordem Simbólica, com

essa “série de propriedades” em referência às práticas culturais e sociais, assumindo a figuração de um antagonismo social, como “o núcleo traumático não simbolizável que se express[a] nas próprias distorções da realidade, nos deslocamentos fantasiosos” das posições subjetivas dos indivíduos (Žižek, 1996a, p. 31). Na formalização do romance, não é exatamente isso que diz respeito às condições objetivas da prosa e dilemas da matéria narrada quando ajustamos o foco da leitura crítica e percebemos que as relações de exploração subjazem à perspectiva diegética, mas não ganham nomeação direta na prosa?

Ou seja, o próprio trabalho, em seu nexo de exploração e precarização, não implica a dimensão traumática não simbolizada, que por sua vez será a figura do Real do antagonismo? Afinal, embora Edgar esteja preocupado se é uma “besta assassina” e em “encomendar as almas dos ruminantes”, não é a exploração do trabalho que consta “como o ‘dínamo’, o núcleo gerador a ser orbitado reiteradamente pela produtividade simbólica do sujeito [no caso, Edgar]”? (Žižek, 2016, p. 188).

Tendo em vista o que já caracterizamos a partir do episódio da visita do professor Aristeu com os estudantes, retrocedamos ao dia anterior, visando uma vez mais permitir a visualização da plausibilidade do que está sendo proposto. No Capítulo 5, em certo momento em que os personagens estão realizando a guarda do rebanho, já demasiadamente cansados, a voz narrativa volta-se aos pensamentos de Edgar, com um procedimento de corte no decurso exterior do diálogo que realizava:

Edgar Wilson e Bronco Gil dividem uma garrafa de cerveja sentados lado a lado no mesmo toco de árvore debaixo da goiabeira. Edgar costuma permanecer ali sempre que pode, observando o pasto, que está silencioso, como convém quando a noite chega.

— Carne de alce? Eu te digo que nunca vi um desses na minha vida de caçador.

— Ele disse que ainda tem umas latas. Que abatia alces também.

— Pelo visto tem trabalho em tudo que é canto.

— Alce parece veado.

— Ah, sei... já cacei um monte de veados. São velozes.

Os leves mugidos que reverberam na fazenda parecem o marulhar de águas tranquilas. O vale é um lugar repleto de árvores, vegetação rasteira, pequenos córregos, cachoeiras, e que floresce em tom avermelhado devido às rosas e às romãs, mas principalmente por causa do sangue. Ao longe não é perceptível, nem o cheiro é detectável, mas as roseiras que margeiam o Rio das Moscas tornaram-se mais escuras ao longo dos anos, pois se alimentam da água sangrenta do rio.

No dia seguinte, um grupo de estudantes universitários visitará o matadouro e depois seguirá para a fábrica de hambúrguer para conhecer todo o percurso da carne. Seu Milo inicialmente rejeitou a ideia, mas voltou atrás devido aos apelos do professor que acompanhará os alunos. Eles não sabem o que vão encontrar, pensa Edgar Wilson. Talvez não vejam todo o processo, pois certamente ninguém sai impune depois de entrar num matadouro. A primeira vez que abateu uma vaca, Edgar sentiu a agitação do sangue do animal e ouviu o estalo do crânio. Nos olhos do ruminante, ainda que constantemente insondáveis, dissiparam-se toda

névoa e toda escuridão. Era a imagem dele que estava diante de si, refletida nos olhos da vaca, pouco antes de morrer. A imagem da besta. Diariamente é a si que enxerga quando mata, pois aprendeu a ver sob a neblina que encobre os olhos do animal.

A cerveja está no final, e Bronco Gil, aquietado, cochila com a cabeça pendurada para a frente. Edgar Wilson escuta um resfolegar vindo do pasto. O casco das patas batendo no chão ecoa nos limites da fazenda (Maia, 2013, p. 61-32).

No período noturno, a tranquilidade do pasto e o silêncio sugerem uma atmosfera calma e serena. Mesmo assim, Edgar não para de pensar no seu serviço. No que diz respeito ao que “pensa Edgar”, a locução verbal “vão encontrar” expressa a ação principal de forma enfática, que não pode estar articulada obviamente ao processo de abate, uma vez que esse já é o objetivo da visita (“todo o percurso da carne”). O clima de potencial perigo, associado à situação desconhecida que esses estudantes irão encontrar, acreditamos que sirva para destacar o próprio nexos do trabalho, ao mesmo tempo em que não é explicitamente nomeado.

O advérbio “certamente”, que intensifica o que seria a convicção de Edgar, introduz, justamente, a contradição instituída pelo episódio. Afinal, a indagação da aluna sobre se ele “se considera um assassino” e se “se envergonha” se articula com a imagem descrita como “a imagem da besta” e aplicada ao próprio Edgar? Bastaria, então, o assentimento, o que, como vimos, não ocorreu; revelando que isto ainda implica ficar “impune”, o que, por sua vez, se justifica por serem ambos o mesmo laço social sustentado pelo grande Outro, malgrado o desnível de classe. Como ficar impune ao seguir para o cadafalso do trabalho? A não ser que... esteja em operação uma fantasia ideológica “como modo ideológico elementar de mascarar o antagonismo” (Žižek, 2017, p. 274).

Cumpramos sublinhar, assim, que o Materialismo Lacaniano possibilita abrir um horizonte para se conceber consequências de como modalidades de constituição de subjetividades se relacionam com contradições imanentes da vida social, em uma dinâmica analítica que Adorno (1993) sintetizava, de maneira instigante, como o “desafio” de que “quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual no mais recôndito dela” (Adorno, 1993, p. 7).

Dessa maneira, acreditamos que é exatamente isso que implica a dinâmica da “imagem da besta”, que surge via violência simbólica, estruturando seu “universo de sentido” e “fornecendo assim uma fundamentação ontológica direta às relações sociais de dominação” (Žižek, 2014, p. 17; 54), aspecto que nos devolve à questão delineada no início deste subcapítulo sobre a “insondável escuridão que sempre há nos olhos dos ruminantes” (Maia,

2013, p. 112), como mistério que se “esquiva da apreensão simbólica reflexiva” (Žižek, 2016, p. 110) de Edgar.

A lição žižekiana aqui é que, se o antagonismo equivale ao registro do Real que resiste à simbolização, interessa não só identificar o conteúdo “recalcado”, mas também observar a maneira específica pela qual se dão as “distorções” que lhe permite emergir à superfície, pois a própria distorção é reveladora em sua forma (Žižek, 1996a, 2001, 2017). Esse emergir à superfície implica, então, essa “imagem da besta” como “universo de sentido”, surgido na dinâmica da violência simbólica e que, também, ganha dimensão de fantasia ideológica, uma vez que “a fantasia encobre o fato de que o grande Outro, a ordem simbólica, está estruturado em torno de alguma impossibilidade traumática, em torno de algo que não pode ser simbolizado” (Žižek, 2001, p. 170, tradução nossa).

Trata-se, conseqüentemente, de compreender essa “impossibilidade traumática” vinculada à precária posição de classe de Edgar, como redução estrutural de uma violência sistêmica que implica a impossibilidade de uma integração regular e formal no mercado de trabalho. Não seria isso a conjectura da decifração social do fenômeno de inquietação no “olhar dos ruminantes”, enquanto conteúdo social interno e sua função? Não é a falta de clareza crítica das engrenagens da sociedade iníqua que constaria na “insondável escuridão que sempre há nos olhos dos ruminantes”?

Convém lembrarmos a citação de Žižek (2016) utilizada anteriormente, sobre “a situação do sujeito confrontado com o excesso insondável da Coisa que se esquiva de sua apreensão simbólica reflexiva”, pois agora a exposição do filósofo esloveno revela toda a pertinência ao movimento de nosso argumento, ao elaborar a seguinte conclusão:

E se o que escapa de nossa apreensão, o que é “no objeto mais que o próprio objeto”, forem os traços daquilo que, na história passada, esse “objeto” (uma situação histórica que o sujeito tenta analisar, por exemplo) *poderia ter se tornado*, mas não conseguiu? Apreender uma situação histórica “em seu devir” (como diria Kierkegaard) não é percebê-la como um conjunto positivo de traços (“o modo como as coisas realmente são”), mas discernir nela os vestígios das tentativas “emancipatórias” frustradas ante a libertação. (Aqui, é claro, faço alusão à concepção de Walter Benjamin de olhar revolucionário, que vê o ato revolucionário real como a repetição redentora de tentativas emancipatórias que fracassaram no passado). Nesse caso, no entanto, a “preponderância do objetivo”, daquilo que na Coisa escapa a nossa apreensão, já não é mais o excesso de seu conteúdo positivo sobre nossas capacidades cognitivas, mas, ao contrário, sua *falta*, isto é, os *vestígios dos fracassos*, as *ausências* inscritas em sua existência positiva (Žižek, 2016, p. 110).

“Tentativas emancipatórias frustradas” e “vestígios dos fracassos” praticamente são expressões-chave do que trataremos no último subcapítulo de análise, de uma modernização que colapsou antes mesmo de criar a cidadania e os empregos prometidos. Não é isso a

“falta” na “existência positiva” de Edgar? Na formalização do romance, e tendo em vista o que já deixamos assinalado sobre o Real do antagonismo, o trabalho liga-se à essa questão da “insondável escuridão [...] nos olhos dos ruminantes”. Aspecto que delinea o fim das ilusões desenvolvimentistas — vestígios desse fracasso, para usar a expressão do esloveno — do ângulo dos subalternos, em que os pobres foram deixados à própria sorte num mundo sem concessões sociais — em que tentativas emancipatórias são apenas vestígios frustrados, para aproveitar a outra expressão do autor —, como também apreendemos no foco narrativo que tensiona o percurso e destino social de outros personagens, companheiros de trabalho de Edgar Wilson.

5.4. *É o colapso, seu Edgar*

Edgar Wilson é o protagonista nas duas narrativas que escolhemos para realização da nossa proposta interpretativa. A sua posição é importante para a compreensão da situação de que a ação é decorrente em cada narrativa, como se o ângulo que dá significação às técnicas empregadas é sempre fixado em Edgar Wilson. Aquilo que antes, na obra “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, centralizava-se na apreensão da violência subjetiva, através de assassinatos de Edgar Wilson, agora em *De gados e homens* tem sua perspectiva ampliada, nos possibilitando visualizar alterações ocorridas nos modos de narrar.

Com a obra “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, a escritora Ana Paula Maia fica conhecida por “uma escritura excessiva que hiperboliza uma retórica de sangue” (Barberena, 2016, p. 461), que é articulada aos assassinatos cometidos. Todavia, essa dimensão “ensanguentada” já está minimizada em *De gados e homens*, e quando surge já está, por sua vez, vinculada agora ao próprio processo produtivo no qual os personagens estão inseridos. Condição óbvia disso, como esperamos ter evidenciado, constitui a diferença entre os assassinatos de Pedro e Zeca, sendo que no primeiro, devido ao modo brutalista de representação, a carga imagética é decisiva na composição.

O avanço do romance, não sem contradição, ganha força no plano da ficção e resultado formal, como realinhamento dos interesses ligados à própria matéria do trabalho, agora estreitamente vinculado a uma redução estrutural da violência sistêmica. Conseguimos inferir, inclusive, a dinâmica de repetição de serviços informais e superexplorados em ambientes precários na trajetória de Edgar Wilson. De acordo com o filósofo esloveno, compreendemos que a repetição vem antes do recalque, de modo que, então, o recalque

surge com as tentativas de lidar com essa repetição e com a impossibilidade de simbolizar plenamente o Real.

Quando aborda a relação do recalque (*Verdrängung*) com o Real, Žižek inverte a concepção comum, indicando que “o Real, em que, para Lacan, a repetição precede o recalque”, o que significa, conforme prossegue no seu esclarecimento, que “não é que, primeiro, recalcamos um conteúdo traumático e, depois, por sermos incapazes de lembrá-lo e, portanto, de esclarecer nossa relação com ele, esse conteúdo continue a nos perseguir, repetindo-se de forma disfarçada” (Žižek, 2011, p. 264, grifos do autor). A partir disso, o autor conclui que “se o Real é a diferença mínima, então a repetição (que estabelece essa diferença) é primordial; a primazia do recalque surge com a “reificação” do Real numa Coisa que resiste à simbolização” (Žižek, 2011, p. 264).

Com base nisso, assimilamos melhor a ideia de que a dinâmica de repetição de serviços informais e superexplorados em ambientes precários na trajetória de Edgar Wilson levou ao recalque do traumático antagonismo da forclusão do mercado formal. A partir do conceito de “objeto a”, uma maneira de evidenciarmos essa dinâmica de articulação entre violência sistêmica, repetição e recalque é nos atentarmos à contradição do desejo de Edgar em trabalhar com o abate de suínos.

Mencionamos a existência de uma contradição no desejo, porque é fácil inferir uma peculiaridade no que diz respeito a ordem Simbólica e a sua experiência de trabalhador informal como Real do antagonismo. Conforme já apontamos anteriormente, o desejo de outro emprego não está sob a forma de um projeto consciente. Ao longo da perspectiva diegética, não há situações de interlocução em que o próprio Edgar enuncia o mal-estar sobre a sua posição social e frente ao trabalho precário que exerce, como se sobre isso houvesse um “impedimento de sua expressão como linguagem de comunicação pública” (Žižek, 1992, p. 50).

A voz narrativa deixa registrado no Capítulo 2, que no abatedouro não se trabalha apenas com bovinos, conforme também se observará pelo episódio do abate de ovelhas no Capítulo 8. Assim, no abatedouro “tudo se abate: bois, vacas, ovelhas, porcos, búfalos e touros. Qualquer coisa é aceita. Desde que se pague” (Maia, 2013, p. 36). Apesar disso, Edgar alega que “quer mesmo é lidar com porcos”. Instigante essa intenção de não querer continuar trabalhando em um abatedouro, para buscar trabalhar... em outro abatedouro.

A busca por um novo “contrato” já sinaliza sua força de trabalho como mercadoria e a necessidade da venda para sobrevivência. Mudar de um abatedouro para outro parece implicar um horizonte bloqueado no que diz respeito às atividades que pode exercer. A voz narrativa, de fato, registra isso, sinalizando “que seus dias [de Edgar] de predador

continuarão, e que derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência. É o que sabe fazer” (Maia, 2013, p. 125).

Antes de propriamente localizarmos o “objeto a”, percebe-se que não consiste em uma escolha deliberada: existe falta de liberdade mesmo na sua escolha. Primeiramente, é a própria força de trabalho como mercadoria sendo negociada, que já é o “próprio oposto da liberdade efetiva”, conforme esclarece o esloveno:

Esse processo implica, pois, uma certa lógica da exceção: todo Universal ideológico — por exemplo, a liberdade, a igualdade — é “falso” na medida em que necessariamente inclui um caso específico que rompe sua unidade, que expõe sua falsidade. A liberdade, por exemplo: é uma noção universal que abrange várias espécies (liberdade de fala e de imprensa, liberdade de consciência, liberdade de comércio, liberdade política, etc.), mas também, por uma necessidade estrutural, uma liberdade específica (a de o trabalhador vender livremente sua força de trabalho), que subverte essa noção universal. Ou seja, essa liberdade é o próprio oposto da liberdade efetiva: ao vender “livremente” sua força de trabalho, o trabalhador perde sua liberdade — o conteúdo real desse livre ato de venda é a escravização do trabalhador ao capital. O aspecto crucial, é claro, é que essa liberdade paradoxal, a forma de seu oposto, é precisamente o que fecha o círculo das “liberdades burguesas” (Žižek, 1996b, p. 306).

O círculo se fecha, o horizonte está cada vez mais bloqueado, no sentido da força de trabalho de Edgar destinar-se para a mesma função, sendo o que está em jogo é o cerceamento pelo trabalho precário. Outro aspecto relaciona-se com o argumento de Safatle (2012) de que “só há liberdade quando o sujeito é capaz de determinar seus objetos no interior da vida social”, caso contrário ocorre que “os indivíduos se petrifiquem em determinações sociais estanques” (Safatle, 2012, p. 158, p. 72).

O novo serviço não difere do atual, em termo da atividade laboral. Inclusive, o abatedouro de suínos “fica a poucos quilômetros de onde trabalha” na própria fazenda Touro do Milo. Sendo assim, para que isso não revele a “dolorosa evidência da falta de integração harmoniosa” (Silva, 2009, p. 213), ocorre o recalçamento do motivo do mal-estar e precarização, articulando ao deslocamento para um desejo de “lidar com porcos”. Conforme Žižek (2010), embora o “objeto a” não tenha uma consistência de substância, “adquire uma forma definida quando olhada de um ponto de vista enviesado pelos desejos e medos do sujeito” (Žižek, 2010, p. 87).

O trabalho do abatedouro é traumático, mas o que fazer quando os horizontes de expectativas estão bloqueados? Daí a clivagem na organização psíquica é assentada na sua precária posição de classe. A lição žižekiana é que o objeto a, “principalmente, designa o objeto-causa de desejo”, ou seja, “não diretamente o objeto de desejo, mas aquilo que, no objeto que desejamos, faz com que o desejemos” (Žižek, 2010, p. 78).

Assim, o objeto a (ou objeto-causa de desejo) não se refere ao objeto em si, no caso a intenção de Edgar “lidar com porcos”. Acreditamos que esse desejo possui como causa a busca de fugir do ambiente informal e precário de trabalho, o que, por sua vez, é uma impossibilidade. Nesse aspecto, apreendemos que “o objeto-causa do não é senão a encarnação da falta, seu lugar-tenente. Aqui, a relação entre objeto e falta é invertida: a falta não é redutível à falta de um objeto, ao contrário: o próprio objeto que é a positivação espectral de uma falta” (Žižek, 2012b, p. 384).

Essa “positivação espectral de uma falta” parece implicar, na formalização do romance, a impossibilidade de uma integração regular no mercado de trabalho formal. Lembremos que Edgar exerce a primeira etapa do processo de abate de bovinos dentro do abatedouro. Dentre os avanços tecnológicos, o método considerado mais eficaz e mais utilizado constitui de métodos mecânicos, com a ação pneumática, como pistolas de dardo cativo com penetração⁹⁵, a partir da qual considera-se haver a imediata perda de consciência dos bovinos (Neves, 2008).

Contudo, no abatedouro em *De gados e homens* a função de Edgar é exercida de maneira rudimentar, através de golpes com uma marreta como ferramenta. Procedimento considerado ilegal por Legislação Federal, por isso utilizado apenas em lugares clandestinos. A clandestinidade traz a reboque a precariedade do local, bem como faz que a atividade laboral se torne mais intensificada e desgastante, que, de forma muito instigante, implica na condição de que a posição desses trabalhadores no abatedouro “longe de representarem o atraso”, estão sofrendo “o caráter excludente das novas forças produtivas” como “resultado do progresso” (Schwarz, 1999, p. 171; 184).

Desse modo, o futuro é sombrio. Ou melhor dizendo, não há futuro a não ser permanecer em uma integração precária no mercado, sofrendo “o caráter excludente das novas forças produtivas”, que configuram a constelação traumática de sua existência e reproduzem sua pobreza material.

No último parágrafo do romance, a voz narrativa registra:

Quando a noite chegar, Edgar Wilson já estará em seu novo emprego, conhecendo os porcos e ouvindo seus grunhidos. Sabe que seus dias de predador continuarão, e que derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência. É o que sabe fazer. Talvez um dia encontre outro trabalho, um que seja limpo. Por enquanto, seguirá abatendo porcos (Maia, 2013, p. 125-126).

⁹⁵ Por ser um termo técnico, indicamos que uma pistola de dardo cativo é um instrumento utilizado para o atordoamento dos bovinos antes do seu abate.

Vê-se, assim, que fica evidente que o derramamento de sangue é o meio de sobrevivência de Edgar, compreendendo nisso, uma sobrevivência estritamente vinculada ao circuito do mercado dito informal, com sua taxa de superexploração, fragilidade da condição salarial e vulnerabilidade social. A frase “talvez um dia encontre outro trabalho” até sugere uma possibilidade de melhoria, um serviço que não seja informal, mas essa possibilidade é minimizada pela presença do advérbio “talvez”.

Importante apreender, portanto, essa condição como resultado de uma violência sistêmica, que visa “a criação de indivíduos excluídos e dispensáveis, uma violência que determina o que se passa na realidade social dos indivíduos imbricados em interações e processos produtivos” (Žižek, 2014, p. 26). Não é exagero afirmar que a violência sistêmica configura a existência de Edgar, consolidando uma ordem Simbólica desigual e iníqua — o que, por sua vez, implica um conjunto de relações histórico-sociais estruturadas em uma ética da degradação do trabalho.

Por exemplo, conforme assinalou Schwarz (1990), na sociedade brasileira “a ética do trabalho encontrava pouco crédito entre nós” (Schwarz, 1990, p. 67) à época de Machado de Assis, e pouca coisa parece ter mudado desde então. O crítico destaca esse aspecto tendo em vista o personagem Dona Plácida, cuja trajetória demonstra que o trabalho livre já surge na sociedade brasileira como uma “frustração histórica” e não sendo o suficiente para definir um modo de “reconhecimento social” (Schwarz, 1990, p. 68).

Essa questão bem demarcada por Schwarz (1990) é significativa para a nossa proposta interpretativa, tendo em vista que um dos efeitos da condição é, conforme o autor, o fato de que as pessoas pobres não possuem nenhuma margem de escolha. Utilizando o contraste entre referências europeias/modernas e o embasamento servil da economia-política brasileira, Schwarz (1990) tece o a seguinte argumentação:

A referência europeia e moderna leva a gente de bem a torcer o nariz ante a indolência popular, ao passo que o embasamento servil de economia permite, sempre que oportuno, desconsiderar o serviço prestado pelas pessoas pobres. A situação destas define-se completamente, e o que é margem de escolha para os ricos — dois pesos e duas medidas-, para o indivíduo sem posses é falta de garantia. Não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo do escravo, os homens pobres pisam terreno escorregadio: se não trabalham, são desclassificados, e se trabalham, só por muito favor serão pagos ou reconhecidos. (Schwarz, 1990, p. 99).

Realça-se aqui a postura da dominação senhorial-escravista que sustenta a concepção depreciativa da pobreza e do trabalho, que figura nitidamente no retrato da personagem Dona Plácida, como “um dos momentos mais altos e duros da literatura brasileira” (Schwarz, 1990, p. 68).

É, pois, no romance *Memórias Póstumas* que nos deparamos com essa personagem cuja vida de “trabalho humilde e honrado” não resulta em nenhum reconhecimento, e isto mesmo não estando em condição de escrava. Especificamente no capítulo LXXIV — “História de Dona Plácida”, Brás Cubas comenta a sua história de vida, narrada pela senhora:

[...] a pratinha rendeu-me uma confiança de D. Plácida, e consequentemente este capítulo. Dias depois, como eu a achasse só em casa, travamos palestra, e ela contou-me em breves termos a sua história. Era filha natural de um sacristão da Sé e de uma mulher que fazia doces para fora. Perdeu o pai aos dez anos. Já então ralava coco e fazia não sei que outros trabalhos de doceira, compatíveis com a idade. Aos quinze ou dezesseis casou com um alfaiate, que morreu tísico algum tempo depois, deixando-lhe uma filha. Viúva e moça, ficaram a seu cargo a filha, com dois anos, e a mãe, cansada de trabalhar. Tinha de sustentar a três pessoas. Fazia doces, que era o seu ofício, mas cosia também, de dia e de noite, com afinco, para três ou quatro lojas, e ensinava algumas crianças do bairro, a dez tostões por mês.

[...]

Interrompeu-se um instante, e continuou logo:

— Minha filha fugiu-me; foi com um sujeito, nem quero saber... Deixou-me só, mas tão triste, tão triste, que pensei morrer. Não tinha ninguém mais no mundo e estava quase velha e doente. Foi por esse tempo que conheci a família de Iaiá; boa gente, que me deu que fazer, e até chegou a me dar casa. Estive lá muitos meses, um ano, mais de um ano, agregada, costurando. Saí quando Iaiá casou. Depois vivi como Deus foi servido. Olhe os meus dedos, olhe estas mãos... E mostrou-me as mãos grossas e gretadas, as pontas dos dedos picadas da agulha. — Não se cria isto à toa, meu senhor; Deus sabe como é que isto se cria... Felizmente, Iaiá me protegeu, e o senhor doutor também... Eu tinha um medo de acabar na rua, pedindo esmola... (Assis, 1997, p. 115-116-117).

Temos uma existência vivida com enorme dificuldade material, dedicada a um trabalho que lhe cobre apenas a subsistência. D. Plácida vive a depender do favor⁹⁶ — primeiro da família de Virgília, depois de Brás Cubas — mesmo que isso custe sua honra, para não cair na mendicância, como confessa temer em dado momento do seu relato: “Eu tinha um medo de acabar na rua, pedindo esmola... Ao soltar a última frase, D. Plácida teve um calafrio” (Assis, 1997, p. 132).

No capítulo seguinte, LXXV — “Comigo”, logo que Dona Plácida saiu da sala, o narrador discorre sobre seus pensamentos a respeito da história que havia acabado de ouvir, de forma ríspida e, como situa Schwarz, envolta de escárnio, a partir do qual apreendemos o trágico destino da personagem:

⁹⁶ Conforme destaca o autor sobre a questão do favor: “Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional [...]. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal” (Schwarz, 2000, p. 16).

É de crer que Dona Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias:— - Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacristão e a sacristã naturalmente lhe responderiam:— - Chamámos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia (Assis, 1997, p. 117).

Apreende-se nesse pensamento o retesamento trágico do círculo da pobreza, da condição dos pobres na sociedade brasileira, humilhada pelos caprichos e arbitrariedades da ordem senhorial-escravocrata. Uma condição de falta de garantias, uma vez que “a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste, uma fórmula, aliás, do abjeto humor de classe praticado por Brás e exposto por Machado de Assis” (Schwarz, 1990, p. 107).

No caso de Dona Plácida a incipiência da expansão do mercado interno não apenas a oprimia, mas, como queremos destacar, depreende-se de sua condição a ausência da “dignificação burguesa do trabalho ‘em geral’”, conforme analisa Schwarz (1990), observando que “coube a Dona Plácida colher o pior de um e outro mundo: trabalho abstrato, mas sem direito a reconhecimento social. Seus esforços, cuja paga material é incerta e mínima, ficam sem compensação também no plano moral, o que talvez seja a explicação da singular tristeza da personagem. A dureza que não tem a redenção do sentido é absoluta” (Schwarz, 1990, p. 68-69).

Destaca-se, portanto, a partir da conduta de Brás, uma posição da elite sem reconhecimento ao trabalho, não privilegiando uma ética do trabalho e, principalmente, colocando-se em posição “de ficar desobrigado diante da pobreza. Não deve nada a quem trabalhou, mas quem não trabalhou não tem direito a nada (salvo à reprovação moral). Segundo a conveniência, valem a norma burguesa ou o desprezo por ela” (Schwarz, 1990, p. 67).

Cardoso (2019) propicia síntese elucidativa ao declarar que a sociabilidade capitalista emergente está permeada por “uma ética da degradação do trabalho que vedou, por muitos anos, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos” (Cardoso, 2019, p. 69).

Essa postura que desvaloriza o trabalho e trabalhadores pode ser compreendida como pertencente à rede Simbólica em que se encontra os personagens em *De gados e homens*. Personagens cuja natureza de classe se define e se estabelece a partir de uma violência

sistêmica, que estabelece uma lógica excludente. Esperamos ter deixado esse aspecto já evidente, por exemplo, no que se refere ao personagem Burunga, quando nos debruçamos na cena em que um grupo de estudantes universitários visita o abatedouro. Agora, aprofundemos mais este ponto tendo em vista a figura de Emetério.

Emetério é o mais velho no abatedouro. O adjetivo “velho” que sempre comparece atrelado ao seu nome visa designar sua idade avançada, e também utilizado por ser o “funcionário mais antigo do matadouro” (Maia, 2013, p. 23). Embora já tenha exercido diferentes funções nele, durante a perspectiva diegética trabalha na graxaria, “local onde se concentram os produtos provenientes dos setores de abate, miúdos, bucharia, triparia e desossa, e que não servem para o consumo humano”. Desse modo, a graxaria é sinalizada como o setor do abatedouro “onde se processam os resíduos e se produzem farinha de osso e sebo” (Maia, 2013, p. 26). É um dado instigante o fato de que a figura de Emetério não tenha sido focalizada na fortuna crítica do romance, mesmo nas pesquisas que se pretenderam abordar a “desumanização” (Porto, 2016), “a desigualdade social” (Casarin, 2017; Santos, 2020) ou “o processo de marginalização” (Ferreira, 2018; Ribeiro, 2021) com base no romance. Embora não tenha importância a nível de enredo, Emetério implica a face perversa de um contrato mercantil na sociabilidade brasileira.

Já nos referimos anteriormente ao personagem Emetério, destacando que a voz narrativa assinala que ele “todos os dias agradece a Deus por permitirem trabalhar em tal função”, como condição intensa da perspectiva desumanizada da relação mercantil da ordem Simbólica em que está inserido. Essa frase pertence justamente ao único trecho que diz respeito aos componentes sociais deste personagem, surgido no Capítulo 2, em momento em que o horário de almoço dos funcionários está perto do fim:

O velho Emetério, ainda intrigado com o feito de Burunga, questiona Edgar Wilson:

— Eu não apostei nada, velho — responde Edgar.

Emetério solta uns grunhidos, pigarreia e cospe no chão.

— Patife! É melhor a gente voltar pro trabalho. O horário de almoço já terminou. Tem uma tonelada de restos me esperando lá na graxaria.

— Velho, você precisa se aposentar — diz Helmuth.

Emetério dá de ombros e caminha vagaroso em direção à porta dos fundos, por onde ele e todos os outros homens, com exceção de Edgar Wilson, entram para retornar ao trabalho. O velho segue para o setor de graxaria, local onde se concentram os produtos provenientes dos setores de abate, miúdos, bucharia, triparia e desossa, e que não servem para o consumo humano. É onde se processam os resíduos e se produzem farinha de osso e sebo. Todos os dias agradece a Deus por permitirem trabalhar em tal função, pois mesmo velho ainda goza de certo vigor. Restam-lhe apenas quatro dentes na boca, mas isso não faz nenhuma diferença quando executa as suas funções. É tão capaz quanto era há trinta anos. Porém, para qualquer pessoa do lado de fora daquele matadouro, ele é tão imprestável quanto os restos com que lida.

Edgar Wilson acende um cigarro e decide permanecer mais cinco minutos ali, agora sozinho e em silêncio. De onde está observa muitas vacas pastando em currais abertos, delimitados por cercas de arame. Caminha até um dos currais e constata que algumas cercas já não possuem a tensão que deveriam (Maia, 2013, p. 26-27).

A expressão “tonelada de restos”, provavelmente hiperbólica, indica o intenso trabalho diário que precisa ser executado apesar da idade avançada. É contraditória a presença da afirmação de que ainda “goza de certo vigor”, uma vez que logo no início do Capítulo 7 é indicado que “sua visão já não é boa como antes e as mãos tornam-se rígidas a cada dia” (Maia, 2013, p. 73). Ou seja, sintomas da idade avançada, em que “as juntas dos ossos parecem enferrujadas. Sente dores nas articulações” (Maia, 2013, p. 73). Talvez seja o caso de visualizar esse aspecto não na ordem da verossimilhança. Ou seja, não se trata que, mesmo em idade avançada, Emetério “ainda goza de certo vigor”, — mas que ele está se esforçando, demonstrando um “certo vigor” que “longe de ser autêntico, já funciona como uma fuga, ou seja, esconde um trauma muito radical”, para utilizar uma expressão de Žižek (1994, p. 55), que é empregada pelo filósofo justamente para explicar um certo modo de relação com o grande Outro.

Em conformidade com o autor, se trata de uma relação com o grande Outro em que se deve “impedir” que o grande outro descubra “que se está impotente”: no caso de Emetério, de que já não possui forças para prosseguir trabalhando. Nesse modo de relação com o grande Outro, Žižek (1994) sintetiza que “seria preferível morrer antes que o grande Outro soubesse da terrível verdade...” (Žižek, 1994, p. 56, tradução nossa). Não parece ser exatamente essa a condição de Emetério, em que é preferível morrer trabalhando antes que o grande Outro saiba dos sintomas da idade avançada que lhe impedem de continuar trabalhando?

O trecho já citado do Capítulo 7 parece nos dar plausibilidade para uma resposta afirmativa: “sente dores nas articulações, porém o velho jamais permite se abater, pois permanece vigoroso com seu sorriso murcho e costas erguidas” (Maia, 2013, p. 73). Apreendemos aqui uma determinação em não deixar as dificuldades dos problemas de saúde o afete. O uso da adversativa “porém” indica o contraste entre as dores físicas e a determinação em deixar isso oculto, buscando manter uma aparência positiva, conforme a descrição “vigoroso com seu sorriso murcho”. Assim, o oxímoro presente na descrição expressa a posição subjetiva contraditória de Emetério, em que as palavras “vigoroso”, “sorriso” e “murcho” estabelecem o conflito de sua vivência, em que o vigor “demonstrativo” se dirige ao grande Outro, enquanto o ‘simbólico’ anula seu próprio pressuposto” (Žižek, 1994, p. 74, tradução nossa). A consequência desse aspecto é que “o grande Outro, longe de levar a algum tipo de reconciliação, dá origem a uma ameaça mortal”

(Žižek, 1994, p. 180, tradução nossa), que leva Emetério ao esforço de esconder seus desconfortos (“sua visão não é boa”, “dores nas articulações” etc.), como um gesto que “postula como sua livre escolha o que é forçado a tomar, ou seja, o que ele encontra como realidade dada, positiva” (Žižek, 1994, p. 120, tradução nossa).

Ainda sobre esse prisma de relação com o grande Outro, Žižek (1994) sintetiza que, “na vida cotidiana, a vida pode ser desagradável e estúpida, mas tudo está bem desde que tudo isso permaneça escondido do olhar do grande Outro”, observando, ainda, que nesse aspecto, o grande Outro “funciona como ‘sujeito suposto não saber’, como o agenciamento do qual se deve esconder a vulgar realidade cotidiana” (Žižek, 1994, p. 56, tradução nossa). Ou seja, no caso de Emetério, esconder os problemas de saúde e mal-estar do seu cotidiano; muitos deles, inclusive, que podem estar vinculados ao próprio exercício e atividade laboral que realiza, como as dores nas articulações, que, ao invés de resultado do envelhecimento, indicam provavelmente uma consequência do trabalho árduo e repetitivo que realiza (“tem uma tonelada de restos me esperando lá na graxaria”).

A insalubridade do setor é patente no trecho supracitado, em que a linguagem descritiva, atenta aos detalhes, registram a violência objetiva em seu aspecto brutal e repugnante da função desempenhada pelo personagem, ao delinear a decomposição dos animais e resíduos resultantes. A construção sintática do trecho, com frases curtas e a falta de conectivos criam uma atmosfera de secura e objetividade, estabelecendo a dramaticidade do ambiente impiedoso do abatedouro. São fortes e claras as manifestações da violência sistêmica que operam na trajetória de Emetério. Uma violência sistêmica que “determina a realidade social” (Žižek, 2014, p. 26), afetando sua saúde, impossibilitando o acesso à direitos sociais e promovendo uma vertiginosa exclusão da cidadania, como característica da ordem Simbólica.

Quando sofre um acidente de trabalho, Emetério fica agradecido por não ter sido despedido:

O velho Emetério recolhe com uma pá o estrume do gado de um dos currais vazios. Ele enche baldes de excrementos e os joga dentro de um galão. Faz alguns dias que ocupa este novo posto, desde que se acidentou com uma faca enquanto a manuseava no setor de graxaria. Está agradecido por não ter sido despedido e por não ter decepado o dedo. Sua visão já não é boa como antes e as mãos tornam-se rígidas a cada dia. As juntas dos ossos parecem enferrujadas. Sente dores nas articulações, porém o velho jamais permite se abater, pois permanece vigoroso com seu sorriso murcho e as costas erguidas (Maia, 2023, p. 73).

A preocupação e o contentamento em não ter decepado o dedo já são índice de que jamais ocorrerá o que Helmuth lhe disse no trecho citado anteriormente, a saber, que precisa

se aposentar. O acidente mais uma vez aponta a precariedade das condições de trabalho e a ausência de medidas de segurança adequadas, conforme já sinalizamos anteriormente tendo em vista a função de Edgar. É possível apreender uma violência sistêmica da falta de proteção e amparo legal diante de um acidente de trabalho, por isso o contentamento em não ter decepado o dedo. Se isso tivesse acontecido, dificultaria muito a sua permanência no abatedouro, o que seria de vez a sua ruína.

Isso porque o que está em jogo também na humilhação de “agradecer a Deus por permitirem trabalhar em tal função” é a lógica excludente do mercado de trabalho, de modo que sua trajetória é na sociabilidade do trabalho informal, o qual nunca transpõe as fronteiras da incerteza. Assim, a significação profunda é o sentimento de impotência e marginalização, decorrente dessa falta de integração regular e formal no mercado de trabalho. Uma lógica de humilhação, que se aproxima do que Schwarz (1990) elaborou a partir da Dona Plácida, porém, aqui, já em face dos dilemas de uma “industrialização que não se completou”, conforme assinala o crítico acerca do truncamento da configuração do mercado de trabalho, em que “os pobres no Brasil nem mesmo são trabalho potencial do ponto de vista do investimento lucrativo. [...] simplesmente abandonados” (Schwarz, 2019, p. 124).

Vista a relação de Emetério com o grande Outro que buscamos deslindar, então nos parece possível termos apreendido as coordenadas ideológicas dessa ordem Simbólica, de uma necessidade de gratidão pelo serviço precário, pois isso já é raro e implica sua existência economicamente descartável e uma força de trabalho supérflua, sendo flagrante como o personagem nem mesmo possui qualquer “expectativa de inclusão no mundo regulado dos direitos sociais e do trabalho” (Cardoso, 2019, p. 4).

Qualquer promessa de redenção da exclusão social está sem plausibilidade, sem nenhuma força no Imaginário de Emetério. Desse ângulo, o abatedouro assume imagem disfórica que remete a um processo devastador de modernização e seu colapso. Conforme destaca Cardoso (2019), se na própria “sociabilidade dos pobres” havia uma “utopia irresistível [...] representada pela legislação social e trabalhista”, que alimentava, entre as décadas de 1940 a 1970, “a crença na promessa integradora do mercado formal de trabalho e a perspectiva de melhoria de vida” (Cardoso, 2019, p. 185; 285), apreendemos, então, na posição de Emetério o desfalecimento de tudo isso, e o que parece ser o próprio destino de Edgar Wilson.

Percebe-se, assim, a configuração de uma situação social, com lastro histórico-social. Malgrado transformações históricas modernizadoras, que alimentaram promessas de progresso, conservou-se inalteradamente uma lógica social, que se manifesta por uma violência sistêmica. Conforme destaca Žižek (2012), precisamos levar em consideração “a afirmação propriamente dialética” de que, “em cada conjuntura histórica, o presente não é

só presente, mas também engloba uma perspectiva sobre o passado imanente a ele” (Žižek, 2012, p. 61). Nesse sentido, o grande alcance do romance *De gados e homens* é explicitar o obscuro colapso de um projeto de modernização democrática que visava a integração dos pobres à cidadania e o atual estado de “uma cultura nacional que já não articula nenhum projeto coletivo de vida material” (Schwarz, 1999, p. 199).

Uma exclusão permanente que também envolve uma dimensão emocional e afetiva, que implica uma relação autodepreciativa, como já tivemos a oportunidade de sinalizar em relação a Edgar (e que aprofundaremos adiante). Tratando de Emetério, apreendemos um certo modo de relação com o grande Outro, em que “o grande Outro, longe de levar a algum tipo de reconciliação, dá origem a uma ameaça mortal” (Žižek, 1994, p. 180). Essa condição possui relação com uma internalização de Emetério da desvalorização social da ordem Simbólica. Flagramos, assim, o entrelaçamento da violência simbólica e sistêmica, em que visualizamos espécie de associação da sua existência com os próprios resíduos e descartes do setor em que trabalha: “para qualquer pessoa do lado de fora daquele matadouro, ele é tão imprestável quanto os restos com que lida” (Maia, 2013, p. 26) — um aviltamento da subjetividade de Emetério. A associação implica uma forma de diferenciação social na qual se “imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao mesmo gênero humano das demais”, conforme pontua Martins (1997) ao se debruçar sobre os “diferentes modos e expressões de exclusão e inclusão” presentes na sociabilidade brasileira contemporânea (Martins, 1997, p. 15; 21).

Dessa maneira, revela-se uma dimensão emocional e afetiva de desvalorização pelas próprias condições que a ordem Simbólica lhes submete, com a consequência de o Imaginário internalizar e reproduzir essa inferioridade. Conforme enfatiza Žižek (2014), existe uma “fundamentação ontológica direta às relações sociais de dominação”, no sentido em que as coordenadas ideológicas das relações sociais de dominação possuem “uma eficácia performativa”, cuja consequência implica que “quando [sujeitos] são tratados como inferiores, isso os torna realmente inferiores no âmbito de sua identidade social simbólica” (Žižek, 2014, p. 54-55), exatamente como parece ocorrer com os trabalhadores do abatedouro. Sob esse prisma, o autor indica ser uma dimensão bastante problemática, inclusive teoricamente pois, a depender da situação, pode ser equivocado acreditar que, nas relações de dominação, os sujeitos “são afetados por uma imposição que não os afeta no núcleo verdadeiro de seu ser, e à qual podem, conseqüentemente, resistir (e resistem) como agentes livres e autônomos por meio de seus atos, sonhos e projetos” (Žižek, 2014, p. 56).

Em face disso, no caso de Edgar nos deparamos com uma forma de subjetividade que exige atenção. A perspectiva diegética não está estruturada de forma a abranger um percurso evolutivo do protagonista, conforme destacamos desde o início. É a mesma escolha

técnica contida em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, porém com resultados divergentes. Se em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” temos a ideia de personagem plano, cuja apresentação de modo superficial parece mais em vista de cumprir um receituário do estilo brutalista, agora em *De gados e homens* apreendemos um rendimento que desdobra a sociabilidade com referência à uma disposição psicológica do personagem. Em acepção convencional dos estudos literários, seria o caso de designar como um personagem “plano com tendência a redondo” (Franco Júnior, 2009, p. 39), o que não significa um aspecto inferior, apesar da hierarquia prevista de classificação. Isso porque, no âmbito do que expomos como desintegração social decorrente da modernização colapsada, a representação tipificante indicaria uma escolha técnica visando a adequação para a figuração do protagonista inserido nas relações de subjugação e dominação que rebaixam e inferiorizam, uma vez que, também, “a liberdade não é uma ‘mera noção’, mas manifesta uma tendência que pertence à própria essência de realidade” (Žižek, 1993, p. 159).

O cerceamento implica, inclusive, o abatedouro como componente privilegiado do espaço social do romance, de onde não apenas advém o conjunto de episódios que compõem o discurso narrativo, mas também como explicitação de uma ausência de possibilidades que baliza os personagens na dinâmica social da ordem Simbólica. O próprio abatedouro surge como “confinamento” dos trabalhadores, conforme expressa a voz narrativa, sublinhando a percepção de Edgar sobre sua vivência e seu trabalho quando foi pela primeira vez na fábrica de hambúrgueres:

Pelo caminho, Edgar Wilson cruza com homens vestidos em macacões brancos, em total assepsia. Nunca esteve num local tão limpo como esse. Muito diferente do matadouro onde trabalha e do alojamento onde mora, local em que permanece confinado com diversos trabalhadores. Ambos os confinamentos, de gado e de homens, estão lado a lado, e o cheiro, por vezes, os assemelham. Somente as vozes de um lado e os mugidos do outro é que distinguem homens e ruminantes (Maia, 2013, p. 19-20).

A exploração ligada ao trabalho e sua condição humilhante é reforçada pela função paralelística presente na descrição, que implica simultaneamente formas de objetividade e subjetividade. Percebe-se o destaque dado à semelhança entre os odores, ressaltando a condição precária e insalubre do alojamento dos trabalhadores, que se aproxima da realidade do matadouro. Assim, esses trabalhadores estão sujeitos a um contexto opressivo e desumanizante, com resultados para configuração subjetiva, que no caso de Edgar, o movimento da narrativa demarcará uma disposição psicológica na complexa relação do “ser besta assassina”. Um movimento de autodepreciação voltado para si mesmo, associado à própria experiência de trabalho que vivencia:

Termina seu cigarro e vira-se para retornar ao boxe de atordoamento. Suspira, pesaroso. É seu trabalho, o único que o mantém vivo. Olha para trás. Os ruminantes que pastam sossegados, que permanecem em grupo ou sozinhos, logo estará frente a frente com todos eles; ele, que é a própria besta assassina (Maia, 2013, p. 28).

O suspiro e o sentimento de pesar ressaltam a insatisfação de Edgar. Insatisfação que sabemos decorrer do contexto opressivo e desumanizante do abatedouro, mas surge atrelado a esse peculiar modo de se sentir como “besta assassina”. Embora não seja um vocábulo recorrente, reforça um campo semântico afetivo da atividade laboral que executa: “a imagem dele que estava diante de si, refletia nos olhos da vaca, pouco antes de morrer. A imagem da besta. Diariamente é a si que enxerga quando mata”.

Não parece ser exagero pensarmos que essa tônica da “imagem da besta” expresse algo como um dano subjetivo, como uma consequência devastadora da violência objetiva que “regula a vida social” (Žižek, 2017, p. 180), implicando dificuldades psíquicas e o contexto opressivo e desumanizante que marcam a ordem Simbólica em que Edgar está inserido. A lição žižekiana aqui é pensar que a ordem social constrói uma economia libidinal, tendo como estratégia mobilizar impasses subjetivos. Afinal, esse aspecto de autodepreciação marcado pela “imagem da besta” já não está estreitamente vinculado com a noção de que “alguém precisa fazer o trabalho sujo. [...] Por isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você”? (Maia, 2013, p. 16).

Nesse quadro, percebemos a possibilidade de apreender a influência da violência objetiva na moldagem da economia libidinal de Edgar Wilson, o que implica compreender que o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas também desempenha um papel central na formação de identidade e subjetividade. Na própria formalização do romance, a questão ultrapassa uma simples abstração do trabalho como matriz de sofrimento psíquico. É isso, porém correspondente a uma integração específica de certa fração de classe na estrutura social do país. O que leva apreendermos no percurso e destino social de Edgar não apenas um retrato de privação e pobreza desvalida, mas também um elemento que pode proporcionar uma crítica social mais avançada, sendo que, por isso mesmo, o quadro se torna mais nuançado e complexo.

O desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho atingem também parcelas importantes das camadas médias, bem como o colapso da modernização não constitui uma realidade apenas dos países periféricos. Sobre isso, por exemplo, Enzensberger (1995) já sintetizou ao declarar que “desde que deixou de ser uma visão de futuro e passou a ser uma realidade global, o mercado vem produzindo mais perdedores do que ganhadores”, argumentando, ainda, que “isso não se restringe apenas ao Segundo e Terceiro Mundos, mas se estende também aos países capitalistas centrais”. A consequência para o autor implica que

“nos primeiros naufragam países e continentes inteiros no sistema internacional de trocas, aqui são atingidos contingentes crescentes da população que não conseguem acompanhar a acirrada disputa da qualificação profissional” (Enzensberger, 1995, p. 29).

Sobre essa dimensão de precarização estrutural, Žižek (2019) inclusive abordou como já foi manipulada ideologicamente para ser concebida — sobretudo nos países capitalistas centrais — como uma série de benefícios individuais e como escolhas positivas, facultando que “o trabalho precário [seja] apresentado (e até certo ponto efetivamente vivenciado) como uma nova forma de liberdade” (Žižek, 2019, p. 48). Isso ocorre em vista de uma economia libidinal vinculada a suposta “liberdade de escolha”, ao invés de imposições do mercado e das forças econômicas:

Todas as grandes “questões públicas” são agora traduzidas em atitudes para uma regulação de idiossincrasias “naturais” ou “pessoais”. [...] E isto se mantém especialmente nos dias de hoje, na era da “sociedade do risco”, na qual a ideologia dominante se esforça para nos vender as mesmas inseguranças causadas pelo desmantelamento do Welfare State como se fossem oportunidades para novas liberdades. Se a flexibilização do trabalho significa que você tem que mudar de emprego todos os anos, por que não ver isto como uma liberação dos constrangimentos de uma carreira permanente, uma chance de se reinventar e de desenvolver o potencial oculto de sua personalidade? Se existe uma redução de seu seguro de saúde padrão e de seu plano de aposentadoria, o que significa que você tem que optar por uma cobertura extra? Por que não perceber isto como uma oportunidade adicional para escolher entre um melhor estilo de vida agora ou a seguridade em longo prazo? Se este apuro lhe causa ansiedade, os ideólogos da “segunda modernidade” irão diagnosticar que você deseja “escapar da liberdade”, de que está apegado imaturamente a velhas formas estáveis. Melhor ainda, quando isto está inscrito na ideologia do sujeito enquanto indivíduo “psicológico”, preenche de habilidades individuais, a pessoa tenderá automaticamente a interpretar todas essas mudanças como resultado de sua personalidade, e não como resultado de ter sido sacudida pelas forças do mercado (Žižek, 2010b, p. 14-15).

O filósofo esloveno crítica, assim, essa narrativa, indicando que, ao apresentar essa precariedade como uma forma de liberdade, a ideologia liberal busca mascarar as desigualdades estruturais e os impactos negativos nas vidas dos sujeitos. Essa dinâmica é completada pela questão do consumo, que possibilita aos indivíduos o engodo de que possam expressar suas pulsões e desejos de maneira mais autêntica, como uma espécie “de flexibilização contínua das identidades” em decorrência de um “gozo disponibilizado através da infinitude plástica da forma-mercadoria” (Safatle, 2005, p. 127).

Em contexto da sociabilidade brasileira, a dinâmica mobiliza nova compreensão sobre os sentidos da “exclusão” social, conforme aponta Martins (1997), argumentando sobre os desafios de se pensar os “incluídos marginais” decorrente de certa expansão das capacidades de consumo e créditos populares. De fato, ocorreu no país uma “ativação do

mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade” (Singer, 2012, p. 15), permitindo o acesso a circuitos de bens materiais e simbólicos.

Trata-se inclusive de uma condição com consequências importantes para a produção literária contemporânea, com bem exemplifica o caso de Luiz Ruffato, em cujos trabalhos a mercadoria ganha posição de destaque na busca de representação “dos anseios consumistas da classe média baixa” (Mello, 2006, p. 224).

Contudo, “anseios consumistas” nem existem para Edgar Wilson, tamanha a precariedade de sua posição de classe. Ou seja, não há dilema entre expectativas de consumo e recursos financeiros insuficientes na perspectiva diegética. Recorde-se o final do Capítulo 1, quando possui a oportunidade de comer um hambúrguer pela primeira vez, graças a uma doação. Não só a experiência vivida pelos funcionários do abatedouro desmente qualquer pressuposto de que o trabalho pode ser garantia de um futuro melhor, como não há qualquer promessa ou expectativa de satisfação no circuito da mercadoria (bens materiais e simbólicos), configurando uma instigante apresentação de uma violência sistêmica balizada por colapso do processo de modernização e dos esforços voltadas para a sociedade salarial, que pressupunham uma maior integração social. Assim, coube a Edgar colher o pior dessa “falência do desenvolvimentismo”, que configura uma fração de classe composta de “não-pessoas sociais” e “sujeitos monetários sem dinheiro” (Schwarz, 1999).

Dito de outro modo, Edgar não é uma representação do atraso, mas já implica o “próprio resultado do progresso” (Schwarz, 1999). É interessante como o final do romance é marcado por uma sensação de fim de linha, deixando ao leitor a percepção de que as coisas continuarão como estão, sem perspectiva de melhoria, mesmo com Edgar indo embora:

Edgar Wilson coloca seu chapéu e sobe no caminhão que trouxe a leva de homens para o trabalho no matadouro.

— Vai pra onde, rapaz? — pergunta o motorista seguindo em direção à porteira da fazenda.

— Vou pro oeste trabalhar com porcos.

O motorista acena positivamente com a cabeça. O dia recém-amanhecido possui uma brisa ainda fresca e um cheiro de plantas molhadas.

— Cansou desse trabalho aí?

— É, cansei.

— Antes de comprar este caminhão e trabalhar com frete eu também abatia gado. Trabalho miserável. Te pagam uma miséria por isso.

Edgar Wilson pergunta se pode fumar e acende um cigarro. Oferece um ao motorista, que aceita e o coloca atrás da orelha.

— Eu passava o dia inteiro coberto de sangue. Fedia o tempo todo. Minha mulher sentia a minha carniça assim que eu pisava no portão de casa. — O motorista dá uma risada. Pensa um pouco antes de continuar e suspira:

— Era mesmo uma nojeira.
[...]

O brilho do sol ofusca vez ou outra a visão do motorista, que mantém os olhos espremidos. Um dia quente, terrivelmente quente. Quando a noite chegar, Edgar Wilson já estará em seu novo emprego, conhecendo os

porcos e ouvindo seus grunhidos. Sabe que seus dias de predador continuarão, e que derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência. É o que sabe fazer. Talvez um dia encontre outro trabalho, um que seja limpo (Maia, 2013, p. 124-125).

A sensação de desconforto e sufocamento pela atmosfera de calor intenso, com uso de adjetivos como “quente, terrivelmente quente” demarca a situação dramática dessa decisão, em que nada garante uma perspectiva de bem-estar, uma vez que “seus dias de predador continuarão, e que derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência”. O motorista expressa que se livrou da mesma função. Palavras como “coberto de sangue”, “fedida”, “carniça” e “nojeira” evocam imagens e sensações negativas, criando uma atmosfera repugnante e desagradável, ao recordar quando “também abatia gado”, condição que é pior pela “miséria” de pagamento. “Trabalho miserável” é a síntese do motorista, tanto pelas condições de sua execução, quanto pela sua fragilidade da condição salarial. Este continuará sendo o modo de sobrevivência de Edgar: “derramar sangue ainda será seu meio de sobrevivência”, com a diferença que agora será apenas (?) abate de suínos. O mesmo meio de sobrevivência do abatedouro, com toda sua constelação de traumas, o que certamente soterrará ainda mais qualquer resquício de esperança de que “talvez um dia encontre outro trabalho, um que seja limpo”.

Ao leitor, não traz nenhum conforto essa decisão; não obstante o final do romance ser caracterizado pela irresolução a nível de enredo, em Edgar temos a dureza absoluta da pobreza, que não oferece redenção de sentido. Se “os que comem são muitos e comem de modo que nunca se fartam” (Maia, 2013, p. 126), e se “pra isso Deus colo[cou] no mundo” (Maia, 2013, p. 16) Edgar para servir estes “que nunca se fartam”, então a situação inescapável é “a de reproduzir a ordem social que é sua desgraça” (Schwarz, 1990, p. 70).

Assim, a voz narrativa conduz a perspectiva diegética ao desfecho com elementos que reforçam a posição precária de Edgar. O leitor é confrontado com a ideia de que o futuro pode ser ainda pior, indicando um cenário de desesperança e horizonte de expectativas bloqueado. Sendo esse o desfecho, apreendemos a matéria corresponder à experiência contemporânea de seu conteúdo social, conforme Schwarz (1999) sinaliza já ser algo esperado em produções literárias contemporâneas:

Sob o signo da industrialização e de um certo fechamento da economia, já perto de nosso tempo, o desenvolvimentismo prometeu incorporar ao mundo do salário e da cidadania a população relegada, com cujo pouco preço e muita esperança contava para conquistar um lugar para o Brasil entre as nações adiantadas. Se fosse possível, teria sido uma solução. Hoje vivemos a decomposição daquele projeto, substituído por outro, em que a hipótese da integração social figura com menos força. As “peculiaridades” do novo ciclo não deixarão de aparecer, se já não estiverem aparecendo, inclusive na literatura (Schwarz, 1999, p. 154).

Nessa perspectiva, a desintegração social decorrente do colapso da modernização se constitui como “uma realidade material da história contemporânea” (Schwarz, 1999, p. 160), podendo ser assimilada e reduzida estruturalmente em produções literárias, como acreditamos ser o caso do romance *De gados e homens*, estabelecendo um nível dialético para reflexão. No caso, atrelada ao colapso da modernização, a contraface de uma experiência de uma experiência desenvolvimentista contemporânea.

Lançado ao final de 2013, *De gados e homens* surge quando a promessa de um governo para os pobres, que enfrentasse a urgência da redistribuição de renda no país, já havia atingido um ponto crítico de inviabilidade. Já estava claro que a “esperança se frustrou [...] [apesar] da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal” (Paulani, 2008, p. 53), em vista da política econômica adotada, cujos estabelecimentos de programas para favorecer as camadas populares ocorreram “no processo violento de valorização do capital, implicando uma integração que, contraditoriamente, não significava necessariamente cidadania” (Singer e Loureiro, 2016, p. 13). Não bastasse isso, 2014 será marcado pelo governo “ceder à pressão da burguesia para abjurar do desenvolvimentismo” (Singer, 2018, p. 293), aprofundando, no ângulo que nos interessa, a supressão de direitos trabalhistas, com a desregulamentação e a flexibilização dos mercados de trabalho.

“Trata-se de um impasse histórico para ninguém botar defeito”, observa, com efeito, Paulani (2008) ao destacar as esperanças e frustrações em relação à construção de uma sociedade brasileira mais justa, principalmente à medida em que as elites dos países periféricos se submeteram cada vez mais aos imperativos da acumulação financeira e aos discursos do neoliberalismo (Paulani, 2008).

Ainda conforme a economista, essa submissão contribui para um resultado perverso na nova divisão internacional do trabalho, que é a intensificação das práticas de extração de mais valor através da criação de mais-valia absoluta, sendo que “num país como o Brasil, onde tais práticas nunca foram de fato deixadas de lado”, Paulani (2008) sintetiza que “a combinação desses elementos tende a transformar o país, do ponto de vista da produção industrial, num grande chão de fábrica [...] com precaríssimas condições de trabalho, jornadas sem fim e uma massa de trabalho vivo sem a menor qualificação” (Paulani, 2008, p. 128).

Mediante isso, o título deste último subcapítulo ser “É o colapso, seu Edgar”, o mesmo com o qual nomeamos a presente Tese, indicando sua representatividade, no contexto do realismo brasileiro, dentro de certa fração de classe e sua correspondência com o processo histórico-social do país. Implica sua inserção na fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, em que a precariedade constitui uma dimensão intrínseca no processo de mercantilização da força de trabalho, uma fração,

portanto, que é integrante da classe trabalhadora, mas que se diferencia dos setores mais qualificados e melhor remunerados do proletariado. Essa diferença demanda discussão teórica e política, sendo que, atualmente, possui três nomeações: a “ralé brasileira” (Souza, 2009), o “subproletariado” (Singer, 2012) e o “proletariado precarizado” (Braga, 2012), visando esclarecer e sistematizar a transformação das estruturas de classe na sociedade brasileira contemporânea.

Mesmo se não nos atermos à uma categoria específica (ralé, subproletariado e proletariado precarizado), fica dimensionada, a rigor, a substância empírica da posição de Edgar, tendo em vista que “não é outro, afinal de contas o problema de qualquer romance: um princípio formal, capaz de acolher a empiria” (Schwarz, 2000, p. 94). As três categorias (ralé, subproletariado e proletariado precarizado) implicam em um fenômeno social inserido na estrutura da matéria brasileira, com origem no sistema escravista-clientelista de matriz colonial, vinculado estreitamente à especificidade, conforme bem sintetiza Singer (2012), de um “conflito de classes [que] está condicionado no Brasil pela existência de uma vasta fração de classe que luta por aceder ao mundo do trabalho formal em regime capitalista, com todos os defeitos que ele possui, tendo estado historicamente dela excluída” (Singer, 2012, p. 44).

O essencial a se reter, portanto, é que na figuração da precária posição de classe de Edgar não há mais como “aceder ao mundo do trabalho formal”. O bonde já passou. Não só pelo contexto imediato de publicação, que segundo Singer (2012) o “reformismo fraco” não buscou uma transformação estrutural que atacasse as raízes da desigualdade” (Singer, 2012, p. 105), de modo que, embora tenha ocorrido a redução da população superempobrecida e tenha ocorrido a incorporação de parte do subproletariado ao proletariado por meio do emprego formal, consumo e crédito, não houve uma redução substancial da desigualdade⁹⁷. Se isso já estava claro, como dizíamos, no contexto imediato de publicação, após o golpe de 2016 o desmoronamento catastrófico dá a tônica, cujo movimento histórico dá peso e atualiza a matéria narrada pelo romance, que talvez agora permita ao leitor olhar novamente para a singular tristeza de Emetério (“para qualquer pessoa do lado de fora daquele matadouro, ele é tão imprestável quanto os restos com que lida”), ciente de todo o esforço calculado para que esses sujeitos apodreçam nesta forma de

⁹⁷ Sobre a questão do “reformismo fraco”, cujo termo é de Singer (2012), vale destacar a seguinte exposição do autor: “O mesmo vale para a diminuição da desigualdade. O reformismo fraco foi capaz de combater a iniquidade no Brasil num ritmo comparável ao da implantação do Estado de bemestar na Inglaterra e nos eua. Porém, o ponto de partida brasileiro era tão mais baixo que o dos referidos países, que seria necessário sustentar as políticas reformistas por mais de duas décadas até alcançarmos um padrão de vida “similar” entre nós, como na imagem rooseveltiana de Paul Krugman. De acordo com Sergei Dillon Soares: Se continuarmos reduzindo nosso coeficiente de Gini a 0,7 ponto ao ano pelos próximos 24 anos, não será possível ter grandes favelas coexistindo com condomínios de luxo, indivíduos à beira da fome no sertão do Cariri vivendo no mesmo país cujos céus são cruzados por executivos viajando na segunda maior frota de aviões particulares do mundo, nem um exército de empregados particulares passando as roupas, encerando os pisos e lavando os banheiros da classe média”. O que estamos vendo, portanto, é um ciclo reformista de redução da pobreza e da desigualdade, porém um ciclo lento, levando-se em consideração que a pobreza e a desigualdade eram e continuam sendo imensas no Brasil. Isso explica o aspecto ideológico do imaginário do *New Deal* que se instalou no país, pois não está no horizonte real do reformismo fraco produzir, num “curto espaço de alguns anos”, um padrão de vida geral “decente” e “similar”. Para isso, seria necessário um reformismo forte, ou ter tido, como nos EUA, outro ponto de partida”.

existência, evidenciado, conforme expõe Singer (2012), pelo ódio e ressentimento quando parcela do subproletariado possui o acesso ao consumo e ao crédito:

A presença de consumidores populares em locais antes exclusivos, diminui o status relativo de quem antes tinha neles exclusividade. No espaço público, a classe média tradicional brasileira começa a ser tratada como “igual”, e não gosta da experiência. O passado escravocrata do Brasil deu à classe dominante, e à classe média tradicional que nela se espelha, uma profunda ambivalência em relação ao trabalhador. De um lado, há o reconhecimento capitalista da necessidade do trabalho para a existência da acumulação; de outro, a percepção dos trabalhadores como “instrumentos de trabalho”, e não como seres humanos. No Brasil, o espírito do capitalismo veio acompanhado de estranha “ética escravagista” (Singer, 2012, p. 205).

Ocupar um lugar nessa ordem Simbólica só pode ter efeitos implacáveis, que acarreta mal-estar implicado na relação imaginária definida em virtude de uma ordem Simbólica precária. Sendo esta colapsada e inescapável, e tampouco havendo o acesso ao circuito de consumo, encontraremos na experiência de Edgar uma peculiar espoliação psíquica, articulada ao “núcleo traumático do antagonismo social” (Žižek, 2017, p. 381).

Anteriormente, já sinalizamos que o comportamento insólito dos bovinos (“o suicídio coletivo das vacas”) fica esvaziado de seu sentido emancipador, afinal “pertencer a uma classe” já “é sempre o resultado [...] de seu ponto de subjetivação” (Žižek, 2012c, p. 162). Daí o insólito do “suicídio” apenas reiterar esse ponto de subjetivação de ser besta assassina:

A primeira vaca pula e logo depois a segunda. Bronco Gil tenta evitar, mas é impedido por Edgar e Helmuth, que decidem apenas assistir ao espetáculo de horror. E assim, uma seguida da outra, até que todas se lancem no abismo após emitir um longo mugido.

À beira do despenhadeiro eles espiam lá embaixo, mas não enxergam nada. Somente pela manhã, quando o sol se levantar, é que poderão contemplar o suicídio coletivo das vacas.

— Estavam fugindo do predador — fala Bronco Gil.

— Não havia nenhum predador — retruca Helmuth rispidamente.

— Você ainda não entendeu, Helmuth? Não entendeu quem é o predador? — diz Bronco Gil olhando Helmuth fixamente.

Ele olha novamente para baixo, para a escuridão do precipício, e suspira quando seu entendimento é iluminado pelo silêncio dos outros.

— O que você acha disso, Edgar? — questiona Helmuth.

— Um abismo chama outro abismo.

Os olhos de Edgar Wilson refletem a insondável escuridão que sempre há nos olhos dos ruminantes (Maia, 2013, p. 111-112).

Esse “predador” acaba sendo... os próprios trabalhadores do matadouro, conforme fica também enunciado ao final do romance, em que Edgar decide sair dele, mas “sabe que seus dias de predador continuarão” (Maia, 2013, p. 125). Alinham-se a dimensão de violência

objetiva (sistêmica e simbólica), o sujeito barrado e o antagonismo: assim como a violência sistêmica não implica indivíduos concretos, temos a precarização e violência simbólica preenchendo o vazio da subjetividade de § e ser o que “regula o universo de significação de sua experiência (de-si)” (Žižek, 2017, p. 55), resultando que “não é o inimigo externo que me impede de atingir minha identidade comigo mesmo, mas cada identidade já é em si bloqueada, marcada por uma impossibilidade [...] na luta antagônica na realidade social” (Žižek, 2017, p. 266).

Por isso, nos parece lícito apreender esse ponto de subjetivação de ser a besta assassina como “a suspensão do Eu ideal [...] que dá origem a seu anverso monstruoso” (Žižek, 2011, p. 104). Um modo particular, conforme a formalização do romance, de espoliação traumática do gozo, que para o caso do personagem podemos recuperar entendido a partir de sua função “mais-de-gozar”, apreendendo, nesse sentido, “a ligação entre *plus-de-jour* e mais-valia como um excedente que contradiz a troca equivalente entre o capitalismo e o proletariado, um excedente do qual o capitalista se apropria no quadro da troca equivalente do Capital pela força de trabalho” (Žižek, 1996, p. 90). Ou seja, uma suspensão da identificação imaginária que envolve a busca por uma imagem idealizada de si mesmo, na qual o sujeito se sentiria digno de aceitação e de reconhecimento. “O fato que não deve ser negligenciado”, conforme indica Žižek (1992), consiste que o eu ideal “já está sempre subordinado ao I(A) [ideal do eu]: é a identificação simbólica (o ponto de onde somos observados) que domina e determina a imagem, a forma imaginária em que parecemos dignos de amor a nós mesmos” (Žižek, 1992, p. 107). É como se, ao estar colapsada e impossibilitada a integração social, já não há “ideal que tento seguir e realizar” (Žižek, 2010a, p. 100).

A nível de esclarecimento dessa peculiaridade que nos parece possível de ser apreendida na formalização do romance, resgatemos uma interessante menção de Schwarz (2012) dada em uma entrevista, que ocorreu em torno do eixo de reconhecer que “a exclusão não é a mesma em nossos séculos XIX e XXI, embora haja em comum a falta de dinheiro e de direitos” (Schwarz, 2012, p. 175). Diante disso, ao tratar do “ideário progressista” do ciclo “nacional-desenvolvimentista” e seu posterior colapso, o crítico menciona rapidamente uma letra de samba na sua exposição do tema da modernização sem compromisso com a integração nacional:

[...] até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. [...] Com a globalização, essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir. *A superação da marginalidade pelo trabalho ordeiro é um tópico antigo.*

Todos conhecem o samba getulista da conversão do malandro: “Quem trabalha é que tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar / O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar”. [...] Ora, o testemunho dos artistas recentes aponta numa direção mais escura (Schwarz, 2012, p. 178, grifo nosso).

O samba citado, de autoria de Wilson Baptista e Aaulfo Alves e lançado em 1940, fica marcado pela imagem de um trabalhador cidadão (dentro da tradição da “cidadania regulada” inaugurada em 1930), em que o trabalho é agente de ascensão social e econômica. Vale destacar que a expressão “samba getulista” implica exatamente o empreendimento varguista que “gerou nos trabalhadores *a expectativa* de proteção social, alimentando uma *promessa* de integração cidadã”, conforme sintetiza Cardoso (2010, p. 775, grifos do autor). Ou seja, evidencia-se, assim, pelos mesmos versos citados, o “grande Outro que me vigia e me impele a dar o melhor de mim”, conforme indica Žižek (2010a, p. 100), sobre a “articulação conjunta entre identificação imaginária [eu ideal] e a identificação simbólica [ideal do eu], sob o domínio da identificação simbólica” que, segundo o esloveno, “constitui o mecanismo pelo qual o sujeito é integrado num dado campo sócio-simbólico” (Žižek, 1992, p. 109).

Com efeito, o ideal do eu implica em padrões e expectativas sociais diretamente relacionados com uma função social e ideológica. Nesse sentido, o filósofo esloveno subscreve o argumento de Miller sobre o fato de que “Lacan coloca uma política na base da psicologia, a ponto de podermos considerar lacaniana a tese de que toda psicologia é social” (Miller *apud* Žižek, 1992, p. 109).

Conseqüentemente, a partir da menção de Schwarz (2012) podemos compreender que o colapso não só impede a “superação da marginalidade pelo trabalho ordeiro”, que “o testemunho dos artistas recentes [já] apontam numa direção mais escura”, bem como outros modos “da identificação simbólica [ideal do eu]” (Žižek, 1992). Por sua vez, isso implica em reconhecer a disposição psicológica de ser besta assassina de Edgar como estruturada por coordenadas ideológicas, sob o impacto de uma reestruturação produtiva e uma lógica excludente do mercado de trabalho.

São novas configurações do processo histórico-social que redefinem experiências e formas de vida. As circunstâncias variadas do trabalho precário e intermitente redefinem tempos e espaços da experiência social (Sennet, 2000). Elas levam a modificações subjetivas, com a internalização, por exemplo, de um ideal empresarial de si e a forma-mercadoria como fundamento de construção performativa de identidade (Safatle, 2000) e alteram a própria experiência urbana, seguindo os circuitos descentrados dos “territórios da precariedade” (Telles, 2010). Tais territórios são atividades ilícitas, relacionadas ao tráfico de drogas, que, embora ultrapasse amplamente o perímetro dos territórios da pobreza, se inscreve no jogo

das relações sociais de quem fica à margem do mercado de trabalho formal (Feltran, 2014, 2019; Telles, 2010).

Nesse último tópico, conforme indica Paulani (2008), também na esteira da falência da sociedade salarial, cresce o estímulo da “indústria do narcotráfico, único ‘setor’ que, para uma parcela substantiva da população, vem se mostrando ‘promissor’ do ponto de vista do ‘emprego’” (Paulani, 2008, p. 31). É exatamente nesse quadro, por exemplo, que encontramos os protagonistas do romance *Os supridores*, de José Falero e publicado em 2020. A inserção informal em uma rede de supermercados não é capaz de reduzir o grau extremo de pobreza, de modo que o mercado de drogas ilícitas se mostra mais promissor, conforme podemos pinçar dessa enunciação:

Aí eu te pergunto: quem é que quer uma vida dessa? Quem é que quer desafiar o perigo desse jeito? Não, mano, eu nunca quis ser traficante. Mas eu também não queria o que tavam me enfiando goela abaixo: a vida fodida que eu tinha. Eu queria era dinheiro, tu sabe. Eu queria era viver como a gente tá vivendo hoje. O problema, sangue bom, é que esse padrão de vida que a gente tem hoje, hum!, esse padrão de vida não é pra gente que nem a gente. A gente quebrou as regra da brincadeira, Marques. A gente foi lá e pegou pra gente o que decidir o que não devia ser nosso nunca. Trampano nesses trampo fodido que tão aí pra gente, a gente nunca que ia ter a vida que a gente tem agora, mano (Falero, 2020, p. 178).

A percepção de futuro promissor está no crescente mundo dos ilegalismos entre formas diversas de criminalidade e o tráfico de drogas, isso ainda tendo vista que, na perspectiva diegética de *Os supridores*, o protagonista possui uma posição melhor que a de Edgar Wilson em *De gados e homens*. Em ambos os casos, uma dinâmica em que “a pobreza incide maciçamente até mesmo sobre os trabalhadores empregados”, conforme indica Valladares (1991) “como uma nova trajetória da constituição e transformação dos trabalhadores pobres no Brasil” (Valladares, 1991, p. 105-106). No romance de Falero (2020), vê-se mais uma representação dos sujeitos monetários sem dinheiro, mas agora, diferentemente de Edgar, já devidamente ingressados nos circuitos da mercadoria (bens de consumo e bens simbólicos). Nesse âmbito, Žižek (2012c) analisa as explosões de violência dos ataques ocorridos no Reino Unido, a partir da qual o autor atribui aos motins a qualidade de “carnaval consumista de destruição, um desejo consumista violentamente encenado, quando incapaz de se realizar da maneira ‘apropriada’ (pela compra)” (Žižek, 2012c, p. 65), uma vez que é possível apreender “[...] uma espécie de resposta irônica à ideologia consumista com a qual somos bombardeados diariamente: ‘Você nos incita a consumir, mas ao mesmo tempo nos priva da possibilidade de fazê-lo apropriadamente— então aqui estamos nós, consumindo da única maneira que nos é permitida!’” (Žižek, 2012c, p. 65).

Temos um conjunto de novas configurações do processo histórico-social, calcadas no colapso da modernização, que a figuração em *De gados e homens* parece assimilar e reduzir estruturalmente de maneira contundente, do ponto de vista material e subjetivo. São modos de produção que pressupõem um funcionamento específico de subjetividade, de modo que o sentimento de ser “besta assassina” talvez indique justamente a instrumentalização estrutural dessa fração de classe (subproletariado, ralé, proletariado precarizado) para o processo de reprodução padrão de acumulação capitalista periférico pautado na superexploração do trabalho.

Esses pressupostos reaparecem, com sua mesma lógica, no plano da ficção em *De gados e homens*, como resultado de uma abstração de relações sociais determinadas, vinculada à estrutura psíquica e sua modalidade de constituição, na sua complexa “economia libidinal”, isto é “as formas profundamente enraizadas da vida psíquica que sustentam as relações sociais de dominação e exploração” (Žižek, 2022, p. 19, tradução nossa). O que nos leva a indagar sobre certas consequências psíquicas ocasionadas pelo fim da sociedade salarial e pelo desmanche da perspectiva da integração nacional via trabalho e cidadania. Mais do que uma resposta, a trajetória de Edgar é o desafio, que enfatiza a importância de continuar formulando e refinando perguntas sobre os conflitos psíquicos presentes em uma sociedade que se reproduz segundo a lógica da desintegração.

Trata-se, conforme destaca Žižek (2008), em se atentar à subjetividade do antagonismo, em que “o Real da dança especulativa do Capital [...] oferece a chave dos acontecimentos e das catástrofes da vida real” (Žižek, 2008, p. 499-500)⁹⁸. Ser besta assassina ocorre por uma disjunção sistêmica, de uma superexploração do trabalho naturalizada, que alcança caráter inevitável e possui uma dimensão do Real traumático. Constituindo com isso “o ponto do Real sem a verdade simbólica — não há como ‘simbolizar’ sua condição, organizá-la em uma narrativa de vida significativa” (Žižek, 2013b, p. 59). A busca desenfreada pelo aumento da taxa da mais-valia, conforme verificamos na gestão do horror desmedido do abatedouro, implica um aumento desenfreado da espoliação psíquica, que converge a um processo de socialização marcadamente repressivo.

O que nos levou, pois, a pensar na plausibilidade dessa disposição psicológica de ser besta assassina estar assentada, além de uma espoliação traumática do gozo conforme

⁹⁸ Vale destacar a exposição completa do argumento do autor: “E o mesmo acontece com a principal paralaxe da economia política, a lacuna entre a realidade da vida social material cotidiana (pessoas interagindo entre si e com a natureza, sofrendo, consumindo etc.) e o Real da dança especulativa do Capital, seu movimento autopropelido que parece desconectado da realidade ordinária. Podemos vivenciar essa lacuna de forma bastante tangível quando visitamos um país cuja vida claramente está em ruínas e vemos muita degradação ambiental e sofrimento humano; no entanto, o relatório econômico que lemos em seguida informa que a situação econômica do país é “financeiramente saudável!”... Aqui, a intenção de Marx não é reduzir primariamente a segunda dimensão à primeira (demonstrar como a dança louca e supranatural das mercadorias nasce dos antagonismos da “vida real”); a questão é, antes, que *não podemos entender propriamente a primeira (a realidade social da produção material e da interação social) sem a segunda: é a dança metafísica e autopropelida do Capital que domina o espetáculo, que oferece a chave dos acontecimentos e das catástrofes da vida real*” (Žižek, 2008, p. 499-500, grifos do autor).

indicado acima, também em um supereu aterrador, feroz, sentido como estranho e não integrável, pois “quanto mais alguém obedece ao comando do supereu, mais se sente culpado” (Žižek, 2011, p. 41). Em outras palavras, o filósofo esloveno esclarece que

[...] o supereu é real, a agência cruel e insaciável que me bombardeia com exigências impossíveis e depois zomba de minhas tentativas canhestras de satisfazê-las, a agência a cujos olhos eu me torno cada vez mais culpado, quanto mais tento recalcar meus esforços “pecaminosos” e satisfazer suas exigências” (Žižek, 2010, p. 54).

Com isso, é pensarmos como o sentimento de inferioridade, que tem sua origem em uma violência objetiva, já é um dispositivo na compreensão do modo de conformação a uma ordem Simbólica baseada na ética do trabalho degradado. Se temos uma nova figura do supereu atrelada a uma incitação máxima ao gozo em decorrência do consumo, a experiência de Edgar, devido a especificidade da fração de classe a que pertence, parece ser outra, o que converge com o argumento do filósofo esloveno de que o “supereu [constitui] a internalização psíquica das instâncias ideológicas específicas de uma dada sociedade” (Žižek, 1992, p. p. 12).

Eis uma articulação Simbólica que precisa produzir um laço social definido por uma violência objetiva que impossibilita formas de reconhecimento social, um laço social no qual “é preciso supor que no campo do Outro existe o mercado, que totaliza os méritos, os valores, que garante a organização das escolhas, das preferências [...]” (Lacan, 2008, p. 18). Desse modo, esse mercado no campo do Outro, no caso de Edgar, por ser excludente e necessitar de uma mercantilização anômala da força de trabalho, estabelece o laço social no qual fica marcado o abandono e o desamparo, como um modo de existência precária para reprodução como mão de obra barata e superexplorada, — “Alguém precisa fazer o trabalho sujo. O trabalho sujo dos outros. Ninguém quer fazer esse tipo de coisa. Pra isso Deus coloca no mundo tipos que nem eu e você” (Maia, 2013, p. 16).

Esse “mercado” que o psicanalista coloca no campo do Outro refere-se à existência de uma ordem Simbólica que regula a atribuição de significados e a organização de significantes, que são previamente oferecidos pela materialidade do laço social. A mais-valia é o motivo do discurso capitalista, no qual se sustenta a formação Simbólica e Imaginária dos sujeitos que são efeitos desse laço, como essa disposição de ser besta assassina:

Tranca a porteira, apanha a placa com o nome do matadouro que está caída no chão e a pendura novamente. Verifica que está torta e a ajeita, até que se alinhe com a sua visão. Retorna para o interior da fazenda arrastando sua espingarda quente devido aos disparos [...]. Assim como Edgar Wilson, Bronco Gil ainda cultiva algum sentimento,

profundamente escondido, pelos seus semelhantes, mesmo que na maior parte do tempo sintam-se assemelhado às bestas (Maia, 2013, p. 108).

Não é um sentimento único, particular apenas a Edgar Wilson, mas algo que parece ter função estruturante, próprio à experiência do trabalho precarizado exercido no matadouro, em que “se organiza toda uma dialética de frustração” (Lacan, 1992, p. 17).

Algum “sentimento” positivo reiteradamente é espoliado no interior dessa lógica de gestão do horror desmedido, pois fica “profundamente escondido” dada a imposição de renúncia ao gozo, o que sela sua anulação, conforme é anulado qualquer reconhecimento social mediante o trabalho. Conforme indica Safatle (2020), para Lacan “o mais-gozar é função da renúncia ao gozo sob efeito do discurso” (Lacan *apud* Safatle, 2020, p. 73), em que a “temática da renúncia ao gozo” articula-se tanto à mais-valia como excedente do trabalho, quanto à inscrição do sujeito em uma rede Simbólica específica (Safatle, 2020): uma ordem Simbólica obscena, na qual pobreza e trabalho já não são modos antinômicos de existências e as promessas de uma sociedade salarial estão sepultadas no passado, cujas desigualdades e fundamento incivil das atuais tendências de precarização do trabalho possibilitam o cenário ruinoso do abatedouro Touro de Milo, que revela o núcleo de uma violência sistêmica que se reproduz segundo a lógica da desintegração.

PERSPECTIVAS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo globalizado de hoje, marcado por lacunas inconciliáveis entre níveis diferentes da nossa vida, a fidelidade a visões em paralaxe, a antagonismos não-resolvidos, é a única forma de abordar a totalidade da nossa experiência.
Slavoj Žižek (2006)

Será mesmo o caso de esquecer — ou calar — o nexos entre lógica econômica, alienação, antagonismos de classe e desigualdades internacionais? E será certo que a vida do espírito fica mais relevante sem essas referências?
Roberto Schwarz (1995)

O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem.
Robert Castels (1998)

Os caminhos se bifurcam em direção ao abatedouro

Em direção aos abatedouros onde Edgar Wilson trabalhou, percorremos um caminho que possui muitas singularidades de uma modernidade histórica sedimentada. Desse trajeto, verificaremos, agora, alguns pontos que se reformulem como conclusões, inclusive no reconhecimento de que alguns tópicos exigem continuidade de estudos.

Ao eleger Ana Paula Maia como objeto de pesquisa, procurou-se oferecer uma contribuição para a leitura e compreensão de sua produção literária, com enfoque específico na figuração do trabalho e trabalhadores, bem como valorizando as obras em seus efeitos estéticos capazes de reduzir estruturalmente problemas pungentes da experiência histórico-social. Com o Materialismo Lacaniano, buscamos não nos limitarmos a traduzir o que as narrativas já expressavam. Em vez disso, aceitamos o desafio de produzir um discurso crítico, uma nova interpretação, que revelasse aspectos das narrativas que não fossem evidentes à primeira vista.

Inicialmente, cabe relembra que muitas observações e compreensões das narrativas do nosso *corpus*, para formulação das hipóteses e propostas interpretativas, se beneficiou de uma leitura integral da produção literária da escritora Ana Paula Maia, na ordem cronológica de sua publicação. A vantagem disso foi justamente conceber melhor nosso encaminhamento crítico, incorporando gradativa mas definitivamente percepções em face da especificidade de cada obra da escritora, aprimorando o âmbito da nossa leitura, para descortinar um ângulo novo de compreensão.

A partir dessa atenção ao modo de ser específico de cada narrativa, foi que identificamos o que consideramos como reconstrução do discurso narrativo presente na produção literária de Ana Paula Maia. Em vista das duas narrativas do nosso *corpus*, defendemos que existe uma importante diferença. Pode-se objetar sobre a dimensão qualitativa, mas acreditamos que pelo menos a descontinuidade é irrecusável. Aspecto que ainda não foi metodicamente estudado dentro da fortuna crítica da escritora. A partir dessa orientação ficou claro que, ao examinar um romance como *De gados e homens*, devemos atentar para toda uma reconstrução do discurso narrativo. Embora isso não será como uma abertura para experimentações formais de linguagem, *De gados e homens* representa, como visamos demonstrar, o momento das grandes tensões da trajetória da escritora que visava representar literariamente “como o caráter do ser humano pode ser moldado pelo trabalho que executa” (Maia, 2011, s/p.), conforme anunciou nos Prefácios, os quais abordamos e se bem compreendidos, trazem à tona justamente relações dialéticas que se estabelecem entre a escritora, a obra criada e o processo histórico-social em que a produção artística se inscreve e adquire sua significação final.

O percurso realizado nesta Tese também visou demonstrar que o trabalho aglutina tensões sociais e estéticas. A questão de *dar forma* é decisiva para qualquer temática, porém,

como vimos em nossas discussões, parece se tornar mais complexa e problemática diante da matéria do trabalho. Por isso, abordamos e expomos no Capítulo I, com base no sistema literário brasileiro, que existe uma grande ausência da temática do trabalho contemporaneamente, conforme pesquisas de Dalcastagnè (2002, 2002, 2012, 2021), retomando também via Bueno (2016) as contradições presentes na década de 1930, quando a temática do trabalho foi significativamente presente.

Esse interesse nos levou a focalizar o conceito de “anamorfose ideológica”, dentro do Materialismo Lacaniano, articulando-o como uma possível compreensão para essas tensões sociais e estéticas que envolvem o trabalho. O que foi apresentado no Capítulo II precisa de desenvolvimentos e desejaremos aprofundar. Visualizamos um possível desdobramento nesse sentido ao aprofundar a partir de como o próprio Lacan concebeu a questão da anamorfose articulada ao “objeto a”, tendo em vista este conceito no que tange ao momento em que estabeleceu a homologia entre a mais-valia e o mais-de-gozar. Também no Capítulo II, vimos que o conceito de Real em Lacan possui extrema relevância na trajetória intelectual do filósofo esloveno, de modo que visualizamos um desejo em desdobrar e continuar estudos nesse âmbito; inclusive, porque Žižek concebe que o Real pode ter três dimensões, o que de certo modo repete em seu próprio interior a tríade Imaginário-Simbólico-Real do próprio Lacan, aspecto que não abordamos.

Aspecto que, por sua vez, acreditamos que será importante levar em consideração para repensar como a imaginação social brasileira foi impulsionada pelo desejo de integração nacional futura, atrelada ao curso da modernização, e como a falência dessa promessa de integração, como vimos no Capítulo III, pode ter provocado diferentes choques com o Real. Será um desdobramento provavelmente interessante, afinal, Simon (2005) havia sinalizado que a desagregação do projeto e desejo de modernização propiciou “uma espécie de consenso pluralista a favor da mercantilização”, pontuando, ainda, que a “desilusão com o processo modernizador” contribuiu com um “recalque do subdesenvolvimento como problema estético-político” (Simon, 2015, p. 220).

A corrente do Materialismo lacaniano se revelou, assim, como grande potencial teórico-crítico para avançarmos de modo profícuo em aquilatar a dialética ente forma literária e processo histórico-social, possibilitando validar as hipóteses iniciais com as quais iniciamos esta pesquisa. Ou seja, o Materialismo lacaniano mostrou-se crucial na diversificação da abordagem, fornecendo embasamento necessário para tornar factível a proposição de novas ideias para a leitura da escritora Ana Paula Maia, de modo a dar visibilidade à posição que sua produção literária assume com relação à matéria histórica a partir da qual se constitui.

Propomos que “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” e *De gados e homens* podem ser analisados dentro de um mesmo espaço ficcional, possuindo em comum a

constituição de um universo simbólico orgânico, com a distinção, por sua vez, de cada narrativa formalizar modos distintos de elaborar a mesma problemática.

Os três termos que figuram no título desta Tese (violência sistêmica, forclusão e Real do antagonismo) são pertencentes à corrente teórico-crítica do Materialismo Lacaniano, os quais articulamos em nossa proposta interpretativa dessas duas narrativas do nosso *corpus*. Dentro da produção literária de Ana Paula Maia, não é toda narrativa que implica uma dimensão de forclusão do emprego formal ou do Real do antagonismo, tampouco manifestam um fascínio pela violência subjetiva. Do ponto de vista da fortuna crítica da escritora, esperamos que tenhamos logrado abrir um desdobramento de compreensão, uma vez que, de modo anacrônico, ainda é determinante considerar que a mesma espécie de violência subjetiva contida na narrativa “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos” também consta nas narrativas posteriores.

Elaborando uma leitura a contrapelo da fortuna crítica, consideramos que na narrativa de 2009, “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, a figuração Imaginária e Simbólica muitas vezes implicava uma perspectiva colada a uma visão conservadora. Alguns críticos já haviam enfatizado o problema da limitação do tratamento de temas como a violência, atentos aos constrangimentos ideológicos a que o estilo “brutalista” poderia ser conduzido. Por exemplo, Candido (2006d), ainda em 1979, questionava se essa conjunção entre violência urbana e “massas miseráveis e marginalizadas” desaguaria em algo “pitoresco”, prevalecendo um “novo exótico” sobre a “personagem pobre” (Candido, 2006d). Surgiu daí a intenção de propor que a violência subjetiva poderia ser compreendida como um fetiche que servia para suplementar a fantasia que sustentava o quadro ideológico da narrativa, levando-nos a defender a tese do “gozo descafeinado”.

Ao nos propormos a utilizar o conceito de “violência sistêmica”, lido em paralelo com a noção de colapso da modernização, foi possível apreender e defender a tese de uma forclusão do mercado formal na trajetória de Edgar Wilson, a qual implica um antagonismo traumático, com consequências tanto para a vivência do personagem, quanto para produção da narração da obra. Acreditamos que a forclusão do emprego formal é um elemento fundamental na produção de Ana Paula Maia. Embora não se trate de estar presente em toda sua produção, sua presença não se restringe apenas ao nosso *corpus*. Ao descortinarmos esse ângulo, esperamos ter conseguido evidenciar como há um horizonte histórico-social da experiência literária de Ana Paula Maia que não deveria ser negligenciado.

“Para onde vai Edgar? Teria vergonha chamá-lo meu irmão?”⁹⁹

Não à toa a primeira expressão do título desta Tese evoca o nome de Edgar Wilson. O colapso da modernização faz parte da trajetória de Edgar Wilson, de modo que sua trajetória e vivência se configuram como uma abstração das relações sociais efetivamente existentes. A figuração de Edgar Wilson e as suas modalidades de existência no universo ficcional de Ana Paula Maia estão vinculados às suas ocupações trabalhistas e às manifestações de violências objetivas decorrentes dessas ocupações, garantindo a “construção estrutural” do personagem a qual se refere Candido (1985), quando expõe sobre a importância da construção do personagem para ser “responsável pela força e eficácia de um romance” (Candido, 1985, p. 55).

Edgar Wilson deixou de pertencer à dinâmica de ganhos econômicos ilegais em *A Guerra dos Bastardos* e, a partir das narrativas do nosso *corpus*, a composição de sua figura ficcional passa a ser atrelada à uma trajetória ocupacional precária, que implica falta de perspectiva, um achatamento do horizonte de futuro. Uma contradição surge, justamente, porque as duas narrativas possuem desfecho com uma troca de “emprego”, indicando que o personagem está em constante movimento. Acontece que, na realidade, altera entre serviços igualmente precarizados, indicando uma fixidez inamovível. Uma dualidade envolvida na ordem Simbólica que não reflete uma verdadeira liberdade de escolha, que lembra as considerações de Žižek (2010) sobre o aspecto do “gesto vazio”, no que se refere à tensão entre a aparência de liberdade de escolha e a realidade da coerção social subjacente.

Conforme Harvey (1992), consiste no surgimento do regime de acumulação flexível, a partir do qual retorna “estratégias absolutas de extração de mais-valia”, inclusive “nos países capitalistas avançados”, condição que possui como consequência “o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal para todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo” (Harvey, 1992, p. 175).

No que se refere aos “países capitalistas avançados”, Castel (1995), ao tratar da sociedade francesa, utiliza a expressão “desestabilização dos estáveis”, para designar uma perda dos padrões de proteção social dos assalariados de classe média e média baixa. *A expressão nos interessa aqui justamente para chamar a atenção do que não é o caso de Edgar Wilson* e, por consequência, de grande parte da população de uma sociedade periférica como o Brasil.

A trajetória de Edgar Wilson representa determinada fração de classe que nunca se estabilizou. Eis o ponto central. Se por um lado existe o desmanche e desestruturação da condição salarial

⁹⁹ Adaptação livre do poema “O operário no mar”, de Drummond de Andrade (2012b).

“fordista”, que implica a erosão da proteção social, por outro lado, o retesamento trágico e traumático da trajetória de Edgar reside no fato de que não havia ainda conquistado esta estabilidade e, em decorrência do colapso da modernização, jamais conquistará. Condição que é *locus* de uma clivagem fundamental, decisiva para dar as tramas simples das narrativas do *corpus* maior profundidade e ressonância.

Atentarmos a isso foi de extrema importância para se resgatar a história subterrânea de nossa formação social, no que se refere à própria especificidade do desenvolvimento histórico-social do trabalho na sociabilidade brasileira. Na feliz expressão de Pasta Júnior (2011), o “núcleo mais essencial da matéria histórica brasileira”, expressão que pegamos emprestada livremente para o contexto desta pesquisa; pois, em chave materialista lacaniana, pensar em “núcleo” implica “o Real do antagonismo social, o núcleo traumático não simbolizável que encontra expressão nas próprias distorções [anamorfose ideológica] da realidade” (Žižek, 2017, p. 285).

Em outras palavras, o esloveno destaca que “o Real lacaniano não é um excedente não-simbolizável que torne sempre a nos escapar, mas aparece, antes, sob a forma de um *encontro* traumatizante” (Žižek, 1991, p. 106, grifo do autor), frisando, desse modo, a lição de que “é preciso ter a capacidade de discernir, naquilo que percebemos como ficção, o núcleo duro do Real que só temos condições de suportar se o transformarmos em ficção” (Žižek, 2003, p. 34).

Recuperar o termo žižekiano “traumático antagonismo social” implicou nos atentarmos e tensionarmos a representação, uma vez que, inclusive, o próprio filósofo esloveno argumenta que o antagonismo é da ordem do Real. O “Real” implica uma dimensão que escapa e desafia a simbolização, mas não significa que esteja ausente da organização Simbólica. Nisto, levamos em consideração que o ponto de vista do narrador, conseqüentemente o discurso narrativo, inclusive a vivência Imaginária e Simbólica dos personagens, implicam um antagonismo constitutivo. Conforme relembra Žižek (1996a, p. 26), “a realidade nunca é diretamente ‘ela mesma’; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha”, um dos motivos, conforme destaca o filósofo esloveno, a partir do qual “o objetivo da análise dialética é demonstrar como todo fenômeno, tudo que acontece, fracassa de sua própria maneira, implica uma fissura, um antagonismo, um desequilíbrio em seu cerne” (Žižek, 2015, p. 18).

Tal reflexão, por exemplo, implica levar em consideração como pode ocorrer para os escritores a resistência dos materiais literários, na operação artística de construir sentidos mais complexos de matéria narrada. Assim Žižek (2012b) argumenta que “o ‘Real duro’ da ‘lógica do capital’ é o que falta no universo historicista dos estudos culturais, não só no nível do conteúdo, como também no nível mais formal” (Žižek, 2012b, p. 147), compreendo nisto

que “o Real é a inexorável e ‘abstrata’ lógica espectral do capital que determina o que se passa na realidade social” (Žižek, 2014, p. 17).

A partir do discurso laciano, Žižek esclarece em seus estudos que, muitas vezes, na realização da interpretação o significado é visto como algo que surge de uma distorção, de uma ruptura na linguagem causada pela relação sujeito e objeto, buscando, assim, apreender as distorções que ocorrem na formação de sentido. É em vista disso que o filósofo esloveno propôs que “o esteio fundamental da crítica da ideologia — o ponto de referência extra-ideológico que nos autoriza a denunciar o conteúdo de nossa experiência imediata como ‘ideológico’ — não é a ‘realidade’, mas o *Real* recalcado do antagonismo” (Žižek, 1996a, p. 30). Isso porque o pressuposto dessa compreensão é que “a ‘realidade’ em si, na medida em que é regulada por uma ficção simbólica, oculta o *Real* de um antagonismo” (Žižek, 1996a, p. 32).

Por outro lado, acreditamos, também, que a figuração remete a problemas como o da construção artística que pretende dar voz ao *outro*, engendra uma importante discussão acerca das práticas de representação literárias e da dimensão da alteridade. Implica lembrar um impasse da perspectiva da posição social do autor — inclusive do próprio leitor, podemos acrescentar — daquele “o abismo que separa o intelectual das camadas mais baixas da população”, conforme sinalizou Bueno (2016) e tão bem enunciado por Drummond (2012b) em seu poema *O operário no mar*, ao indagar: “Para onde vai o operário? Teria vergonha de chamá-lo meu irmão” (Andrade, 2012b, p. 16). Tratava-se da problematização dessa distância social, em que o escritor de classe média geralmente está de uma perspectiva distanciada, a partir da qual problematiza-se se somente o empenho solidário seria suficiente, trazendo à cena reflexão realizada por Benjamin (1986) acerca da consciência social do escritor, a partir da qual considera que “a esquerda radical [...] jamais abolirá o fato de que mesmo a proletarização do intelectual quase nunca fará dele um proletário”, posto que seus privilégios e posição social dentro da cultura burguesa constitui “quase sempre elo [...] suficientemente forte para excluir de vez o intelectual do estado de prontidão constante e da existência do verdadeiro proletariado” (Benjamin, 1986, p. 119).

A lição de Žižek, atualizando essa questão, é que essa distância aumenta quando nos deixamos levar pelo engodo do “fim da história”¹⁰⁰. A configuração libidinal de Edgar Wilson, com uma “perda do horizonte ontológico” (Žižek, 2011, p. 143), pela dimensão

¹⁰⁰ Por exemplo, temos a noção de que a história ideológica acabou devido ao triunfo da democracia liberal; nesse sentido, é interessante que, “embora seja fácil rir da ideia de Francis Fukuyama do ‘fim da história’, hoje a maioria é fukuyamista. O capitalismo liberal-democrata é aceito como fórmula finalmente encontrada de melhor sociedade possível” (Žižek, 2009, s/p.). Ou então, o esloveno também argumenta: “Apesar de a tese de Francis Fukuyama sobre o ‘fim da história’ ter caído rapidamente no esquecimento, ainda assumimos em silêncio que a ordem global capitalista liberal-democrata é, de alguma maneira, o regime social que se descobriu ‘natural’; ainda concebemos implicitamente os conflitos nos países do Terceiro Mundo como um subtipo das catástrofes naturais, como rompantes de paixões violentas quase naturais [...]” (Žižek, 2015, p. 34).

traumática das consequências da forclusão do mercado formal é atravessada por conflitos de classes. Nesse sentido, assimilamos melhor a seguinte exposição do esloveno:

É típico que, no discurso crítico e político atual, o termo “trabalhador” tenha desaparecido, tenha sido suplantado e/ou obliterado por “imigrantes” (trabalhadores imigrantes: argelinos na França, turcos na Alemanha, mexicanos nos Estados Unidos); dessa forma, a problemática de *classe* da exploração dos trabalhadores é transformada em problemática *multiculturalista* da “intolerância à Alteridade” etc., e o investimento excessivo dos liberais multiculturalistas na proteção dos direitos étnicos dos imigrantes tira claramente sua forma da dimensão da classe “reprimida” (Žižek, 2015, p. 34, grifos do autor).

Embora recortada de outro contexto, a argumentação do filósofo esloveno deslinda uma importante dimensão e instrutiva para entrever a violência sistêmica próprio aos movimentos da reprodução da lógica do capitalismo, que precisaria ser enfrentada caso desejássemos que a trajetória de Edgar fosse outra, além de um mero capítulo na reprodução das condições sociais de reprodução do trabalho superexplorado.

Uma questão que já é da ordem da Utopia, conforme apreendemos em estudo de Jameson (2021). Dentro do escopo da reflexão sobre Utopia como uma meditação sobre a alteridade, Jameson (2021) trata da “questão do trabalho”, considerando que “poucas fantasias utópicas são tão práticas e potencialmente revolucionárias em seus efeitos como a exigência de pleno emprego”, — afinal, o autor expõe que

[...] se há algum programa que não poderia ser realizado sem a transformação do sistema a ponto de ele se tornar irreconhecível, e que conduziria imediatamente a uma sociedade estruturalmente distinta da presente — em todos os sentidos concebíveis, do psicológico ao sociológico, do cultural ao político —, seria a demanda por pleno emprego universal em todos os países, pelo emprego com um salário adequado. Como todos os apologistas econômicos do sistema incansavelmente nos ensinam hoje em dia, o capitalismo não pode florescer sob o pleno emprego: ele requer um exército de reserva de desempregados, a fim de funcionar (Jameson, 2021, p. 243).

Toda Utopia, em conformidade com o autor, visa imaginar um sistema radicalmente diferente deste, e, ao fazer isso, ela configura um acesso à dimensão sistêmica da sociedade, que a ideologia trabalha para apagar/recusar/recalcar.

Com base na materialidade da composição das narrativas, pareceu-nos possível aquilatar Edgar Wilson como expressão “do fracasso da subjetivação (por isso a marca lacaniana que o representa é \$)” (Žižek, 2017, p. 269) de um sujeito sem horizonte de integração ao mercado de trabalho formal. Desde a publicação de *A Guerra dos Bastardos*, em 2007, até *De gados e homens*, publicado em 2013, o período de tempo é curto, porém entre esses sete anos pode-se observar um conjunto de mudanças na percepção decorrentes das

transformações econômicas e sociais na sociedade brasileira. Ocorreu a expansão das atividades informais, que ganharam, significativamente, importância para a subsistência de parcelas cada vez maiores da população brasileira. A informalidade é um processo que está em crescimento “[...] não apenas como uma forma de subemprego disfarçado, mas como a tendência central do mundo do trabalho no Brasil” (Oliveira, 2004, p. 3). Em conformidade com o filósofo esloveno, a “noção lacaniana do sujeito (\$)” implica “o limite interior que impede o campo simbólico de realizar sua plena identidade” (Žižek, 2017, p. 268), no caso de Edgar, o que barra seu acesso a um campo simbólico estruturado por direitos sociais e do trabalho, em que o assalariamento formal já não estrutura o conjunto de relações sociais e econômicas. O colapso de uma pretensa força de regulação do Estado brasileiro para acomodar dinâmicas contraditórias entre capital e trabalho, que intensifica uma lógica excludente própria “de uma forma perversa de progresso”, conservadora e desigual da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

I. *Obras de Ana Paula Maia*

- MAIA, Ana Paula. **O habitante das falhas subterrâneas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Oito e Meio, 2012 [2003].
- _____. **A guerra dos bastardos**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.
- _____. **Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. **Carvão animal**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- _____. **De gados e homens**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- _____. **Enterre seus mortos**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- _____. “Ir aonde ninguém que ir”. Entrevista com Ana Paula Maia concedida a Christian Grünngel. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 45, 2015.
- _____. Uma colônia penal. Entrevista com Ana Paula Maia concedida a Nicole Alvarenga Marcello. **Livre Opinião — Ideias em Debate**, 2017. Disponível: <https://livreopinioao.com/2017/05/16/em-entrevista-ana-paula-maia-fala-sobre-o-seu-novo-romance-assim-na-terra-como-embaixo-da-terra-onde-se-passa-em-uma-colonia-penal-prestes-a-ser-desativada/>

II. *Fortuna crítica sobre Ana Paula Maia*

- ARNT, Gustavo A. Galeno.; LEANDRO, Karina da Silva. Narrativa contemporânea e representação do trabalho em “Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos”, de Ana Paula Maia. **Revista Garrafa**, v. 18, n 52, 140-160, 2020.
- BARBERENA, Ricardo Araújo. A trilogia do refugio humano: o imaginário abjeto de Ana Paula Maia. **Revista beric@I**. Revue d'études ibériques et ibéro--américaines, v. 2, p. 19-26, 2012.
- BARBERENA, Ricardo Araújo. A hipercontemporaneidade ensanguentada em Ana Paula Maia. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, n.4, p. 458-465, 2016.
- BARROS, Lidiana de Oliveira; COUTINHO, Fernanda Maria Aabreu. De gados e homens: a carne processada na obra de Ana Paula Maia. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, v. 42, n. 1, p. 46— 56, 2022.
- BELLEZIA, Isabel. A prosa pulp da periferia. Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, de Ana Paula Maia. **Revista Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 2, n. 4, 2010.
- BENATTI, Andre Rezende; FERREIRA, Mylena de Ávila. Faces e importância da violência no romance Assim na terra como embaixo da terra, de Ana Paula Maia. **Revista Água Viva**, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2020.

- CASARIN, Jéssica. Violência, crueldade e desigualdade social na literatura brasileira contemporânea: De gados e homens, de Ana Paula Maia, e O matador, de Patrícia Melo. **Revista Opiniões**, n. 11, p. 78-90, 2017.
- CRUZ, Sonia Maria Chacaliaza. **Além dos estereótipos**. A construção dos marginalizados em Entre Rinhas de Cachorros e Porcos Abatidos. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura). 129 f. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.
- CRUZ, Renata Leal da. **Literatura brasileira na tela**: do jornal e do livro ao meio virtual. Eduardo Granja Coutinho. Comunicação Social — Jornalismo. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- FERREIRA, Eduarda Dutra de Deus. **Nós, os homens do gado**: A subjetividade contemporânea na obra De gados e Homens, de Ana Paula Maia. Monografia (Bacharelado em Letras). 35 f. Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2018.
- FISCHER, Luís Augusto. Romance “De gados e Homens” falha no engenho e também na arte. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ilustrada, 2014.
- LEÃO, Eduardo. Suicidal Cows and Fields of Worms: Apocalyptic Agribusiness in Brazil and Argentina. **Journal of Lusophone Studies**, vol. 7, n. 1, p. 144-167, 2022.
- LEHNEN, Leila. Ecocriticism in Brazil: The wastelands of Ana Paula Maia’s fictions. **Journal Romance Quarterly**, vol. 67, p. 22-35, 2020.
- LIMA, Diogo Henrique de. **O anti-herói e a saga dos brutos**: configurações anti-heroicas em Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos, O trabalho sujo dos outros e Carvão animal. 2015, 95 p. Dissertação (Mestrado) — Curso de Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- LIMA, Diego Henrique de. **Faces brutalizadas na literatura brasileira**: configurações do anti-herói na escrita de Ana Paula Maia. Tese (Doutorado em Letras). 161 f. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2020.
- NEVES, Lígia de Amorim. **Entre bandos e bestas**: a literatura PANC de Ana Paula Maia. Tese (Doutorado em Letras). 122 f. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.
- MEIRELES, Daniela Cristina Lea. Rinhas de humanos: violência e negação de cidadania em Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos de Ana Paula Maia. **Revista Krypton**, n. 5/6, p. 208-216, 2015.
- OLIVEIRA, Andria da Silva. O olhar que transcende os olhos: De gados e homens, de Ana Paula Maia. **Revista Alere**, v. 22, n. 2, p. 55— 70, 2021.
- PORTO, Ana Paula Teixeira. Submundo e desumanização do sujeito em Entre Rinhas de Cachorros e Porcos Abatidos, de Ana Paula Maia. **Brasil / Brazil - Revista de Literatura Brasileira**, vol. 29, n. 53, p. 51-63, 2016.
- RIBEIRO, Natália Lima. Cinzas, sujeiras e porcos: Os trabalhadores subalternos de Ana Paula Maia. **Revista Letrônica**, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2021.
- RESENDE, Beatriz. Literatura sem papel: a virtualidade poética de Maira Paula e o folhetim eletrônico de Ana Paula Maia. In: _____. **Contemporâneos**: expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Biblioteca Nacional, 2008, p. 135-144.
- SANTOS, Luiza Andrade Luz Nogueira. **Mundo torturado**: o trabalho segundo os brutos. Dissertação (Mestrado em Letras). 102 f. Universidade Federal do Rio Grande — FURG, Rio Grande, 2020.
- SILVA, Rafael Lucas Santos da. Destroços da consciência de seres não humanos embutidas como carne de hambúrguer: especismo e ética animal em “De Gados e Homens”, de Ana Paula Maia. **Revista ININGA**, v. 5, n. 2, p. 115-132, 2018.
- SILVA, Rafael Lucas Santos da. A angústia e as fraturas subjetivas de uma classe degradada: o proletariado precarizado em “Passageiro do fim do dia”, de Rubens Figueiredo, e “De gados e homens”, de Ana Paula Maia. **Cadernos do IL**, n. 58, p. 76–93, 2019.
- SOLER, Elena Losada. Representações da violência em A guerra dos bastardos, de Ana Paula. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 50, p. 138-156, Abr. 2017.

- TELLES, Pâmela; KUNZ, Marinês Andrea. A desagregação da personagem e o espaço narrativo em *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* e *O trabalho sujo dos outros*, de Ana Paula Maia. *Revista Entrelaces*, v. 9, n. 21, p. 96-110, 2020.
- TREVISAN, Ana Lucia. Violência e horror: uma comunhão de imagens no romance *Enterre seus mortos* (2018), de Ana Paula Maia. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 205-219, jan. 2023.
- VICELLI, Karina Kristiane. **Violência e bastardos na obra de Ana Paula Maia**. Dourados: Arrebol Coletivo, 2021.
- ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o quê?: temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. **Revista Interdisciplinar — Estudos em Língua e Literatura**, v. 35, Ano XVI, p. 13-40, 2021.

III. *Outras obras literárias*

- ALENCAR, José de. **Til**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.
- ASSIS, Machado de. Helena. In: **Obras Completas**: vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997.
- FALERO, José. **Os supridores**. São Paulo: Todavía, 2020.
- JATOBÁ, Roniwalter. **No chã da fábrica**: contos e novelas. São Paulo: Nova Alexandrina, 2016.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias do sobrinho de meu tio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARTINS, Geovani. **Via Ápia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-Homem**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 58 ed. São Paulo: Record, 1986.
- RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 76 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

IV. *Antologias sobre literatura e trabalho*

- AGUIAR, Flávio (Org.). **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 9-10.
- CAMPOS, Cláudia; FREDERICO, Enid; GALVÃO, Walnice; REIS, Zenir (orgs.). **Vozes da ficção**: narrativas do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FARIA, Antônio Augusto Moreira de; GONÇALVES, Denise dos Santos; SOARES, Maria Juliana Horta. **Mário de Andrade e os trabalhadores**: antologia de prosa e verso. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Viva Voz, 2019.
- FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. **Poemas brasileiros sobre trabalhadores**: uma antologia de domínio público. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Viva Voz, 2011.
- FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. **Lima Barreto**: Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Viva Voz, 2013.

V. *Obras de Slavoj Žižek*

- ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Tradução de Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Lacrimae rerum**: ensaios sobre o cinema moderno. 2ª ed. Tradução de Isa Tavares e Ricardo Gozzi. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Interrogando o Real**. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O sujeito incômodo**: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. **El Acoso de las Fantasías**. Madrid: Akal, 2011b.
- ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: Žižek, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p. 297-332.
- ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: Žižek, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, p. 7-38.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O absoluto frágil**: ou por que vale a pena lutar pelo legado cristão? Tradução de Rogério Bettoni. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Mirando al sesgo**: una introducción a Jacques Lacan a través de la cultura popular. Buenos Aires: Paídos, 2000.
- ŽIŽEK, Slavoj. **¡Goza tu síntoma!** Jacques Lacan dentro y fuera de Hollywood. Traducido por Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 1994.
- ŽIŽEK, Slavoj. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialism dialético. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ŽIŽEK, Slavoj. Posfácio — A escolha de Lenin. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Às portas da revolução**: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917. Tradução dos textos de Slavoj Žižek, Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lenin, Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ŽIŽEK, Slavoj. **A coragem da desesperança**: crônicas de um ano que agimos perigosamente. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ŽIŽEK, Slavoj. Contra os Direitos Humanos. In: **Revista Mediações**. v.15. n.1. Jan-Jun. Londrina: 2010b.
- ŽIŽEK, Slavoj. The Big Other, or, Protecting Appearances in the Public Sphere. **Journal Filozofski vestnik**, Ljubljana, Slovenija, v. 34, n. 3, 2013, p. 95-108.

- ŽIŽEK, Slavoj. The Undergrowth of Enjoyment: How Popular Culture Can Serve as an Introduction to Lacan. **Journal New Formations**, n. 9, p. 7-29, 1989.
- ŽIŽEK, Slavoj. Melancholy and the Act.. **Journal Critical Inquiry**, n. 26, v. 4, p. 657-681, 2000.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Tarrying with the negative: Kant, Hegel, and the critique of ideology**. Duke University Press, 1993.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Una lettura perversa del film d'autore: da Psycho a Joker**. Milano: Mimesis Edizioni, 2020.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Surplus Enjoyment: A Guide for The Non-Perplexed**. Londo: Bloomsbury, 2022.
- ŽIŽEK, Slavoj. **The Fright of Real Tears: Krzysztof Kieslowski between Theory and Post-Theory**. London: British Film Institute, 2001.
- ŽIŽEK, Slavoj. A Paixão pelo Real. Entrevista concedida a Vladimir Safatle. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 30 de novembro de 2003c.
- ŽIŽEK, Slavoj. Capitalismo cultural. In: **Repetir Lenin: Trece tentativas sobre Lenin**. Traducción de Marta Molina Bodelón e Raúl Cedilo. Madrid: Akal, 2004, p. 99-107.
- ŽIŽEK, Slavoj. The Politics of Alienation and Separation: From Hegel to Marx... and Back. **Journal Crisis & Critique**, Volume 4, Issue 1, p. 447-478, 2017.
- ŽIŽEK, Slavoj. **For They Know Not What They Do: Enjoyment as a Political Factor**. 2^a edition. London: Verso, 2008.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Living in the End Times**. London: Verso, 2010c.
- ŽIŽEK, Slavoj. Las metástasis dei goce: seis ensayos sobre la mujer y la causalidade. Buenos Aires: Paidós, 2005.

VI. *Sobre Žižek, Psicanálise, Jacques Lacan e Materialismo Lacaniano*

- ADAM, Jacques. La Verleugnung. Introduction à la conception à se faire de l'acte analytique. **Journal Champ lacanien**, vol. 2, no. 1, p. 257-264, 2005.
- ALEMÁN, Jorge. **Para una izquierda lacaniana: Intervenciones y Textos**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009.
- BUTLER, Rex. **Slavoj Žižek: live theory**. London: Continuum, 2005.
- DALY, Glyn. Introdução. In: ŽIŽEK, Slavoj; DALY, Glyn. **Arriscar o impossível: Conversas com Žižek**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DAY, Benjamin. From Frankfurt to Ljubljana: Critical Theory from Adorno to Žižek. **Journal Studies in Social and Political Thought**, v. 9, n. 1, p. 1— 20, 2004.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. Žižek: um pensador e suas sombras. In: **Curso de introdução à obra de Slavoj Žižek**. São Paulo: Sesc, Boitempo, 2013, p. 37-64.
- EAGLETON, Terry. A psicanálise. In: **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 227-291
- ELLMANN, Maud. Introduction. In: ELLMANN, Maud (ed.). **Psychoanalytic Literary Criticism: A Reader**. London: Longman, 1994, p. 1-36.
- FASCINA, Diogo. **No umbigo de um furacão e no peito um gavião: Cazuza ao som do materialismo lacaniano**. Curitiba: editorial Casa, 2023.

- FLISFEDER, Matthew; WILLIS, Louis-Paul. Introduction - Žižek and Media Studies, Beyond Lacan. In: Flisfeder, Matthew; Willis, Louis-Paul (Ed.). **Žižek and Media Studies: A Reader**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014, p. 1-12.
- FLISFEDER, Matthew. The Symbolic, the Sublime, and Slavoj Žižek's Theory of Film. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- FINK, Bruce. Ciência e Psicanálise. In: Richard Feldstein, Bruce Fink, Maire Jaanus (orgs.). **Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 68-79.
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Tradução de Maria de Loudes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- GOULIMARI, Pelagia. Freud and psychoanalytic criticism: the self in fragments. In: **Literary Criticism and Theory: From Plato to Postcolonialism**. London/New York: Routledge, 2015, p. 125-147.
- IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. **Žižek and His Contemporaries: On the Emergence of the Slovenian Lacan**. London : Bloomsbury Publishing Plc, 2014.
- BIRNS, Nicholas. **Theory after Theory**. An Intellectual History of Literary Theory from 1950 to the Early 21st Century. Ontario, Canada: Broadview Press, 2010.
- KORNBLUH, Anna. Freud's Return to Lacan. In: **After Lacan: Literature, Theory and Psychoanalysis in the Twenty-First Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 41-57.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 16: de um outro ao outro**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 24: l'insu que sait de l'une bévue s'aile a mourre**.
- LACAN, Jacques. **Conferência "A terceira"** [1974]. Cadernos Lacan. Porto Alegre: APPOA, v. 2, 2002.
- LACLAU, Ernesto. Prefacio. In: Žižek, Slavoj. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 11-19.
- LIMA, Aluisio Ferreira de; CASTRO, Emanuel Messias Aguiar de. Contribuições psicanalíticas para uma crítica da fantasia ideológica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 13, 221-240, 2019.
- MCGOWAN, Todd. Cinema after Lacan. In: **After Lacan: Literature, Theory and Psychoanalysis in the Twenty-First Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 115-128.
- OLIVEIRA, Maria Betânia da Rocha de. **Entre o amor à pátria e as teias da violência — o triste fim**. Campinas: Pontes, 2022.
- ROUANET, Sergio Paulo. Contribuição para a dialética da volubilidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 175-194, 1991.
- ROUANET, Sergio Paulo. Caminhos e descaminhos da crítica psicanalítica. **Revista Brasileira**, n. 79, Academia Brasileira de Letras - Rio de Janeiro, p. 53-68, 2014.
- SBRIGLIA, Rusell. Did somebody say Žižek and literature? In: SBRIGLIA, Rusell (Org.). **Everything you always wanted to know about literature but were afraid to ask Žižek**. London: Duke University Press, 2017, p. 1-33.

- SAFATLE, Vladimir. A política do real de Slavoj Žižek. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!** São Paulo: Boitempo, 2003, p. 179-191.
- SAFATLE, Vladimir. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. In: DUNKER, Christian (Org). **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo.** São Paulo: Hacker Editores, 2005, p. 119-139.
- SAFATLE, Vladimir. A forma institucional da negação: Hegel, liberdade e os fundamentos do Estado moderno. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 53, n. 125, p. 149— 178, jun. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos.** Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SILVA, Marisa Corrêa. Materialismo Lacaniano. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.** Maringá: Eduem, 2009, p. 211-216.
- SILVA, Marisa Corrêa. Apresentação ao Dossiê “As ressonâncias do pensamento de Žižek para Cultura e Literatura. **Revista Travessias** [online], v. 12, n. 2, p. 1-3, 2018.
- SILVA, Marisa Corrêa. Maio de 68 e o século XXI: o pensamento de Slavoj Žižek. **Revista Uniletras**, Ponta Grossa, v. 40, n. 1, p. 22-32, jan/jun. 2018.
- SOUZA, Cláudio Dutra de. Marx, Freud, Lacan e a política: da Teoria Crítica à Escola Eslovena de Psicanálise. **Revista Analytica**, vol.10, n.18, pp. 1-21, 2021.
- STAVRAKAKIS, Yannis. **The Lacanian Left: Psychoanalysis, Theory, Politics.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- TADIÉ, Jean-Yves. A crítica psicanalítica. In: __. **A crítica literária no século XX.** Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1992, p. 139-162.
- VERSOVŠEK, Peter J. Capitalism and the Psyche: Social Relations, Subjectivity and the Structure of the Unconscious. **Journal of Social and Political Philosophy**, v. 1, n. 1, p. 92-100, 2022.

VII. *Sobre Teoria Literária e Crítica Literária — fontes principais*

- ADORNO, Theodor. **Minima moralia.** Tradução de Luiz Eduardo Bicca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: __. **Notas de literatura I.** Tradução de Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003a. p. 55-63.
- ADORNO, Theodor. Revisando o Surrealismo. In: __. **Notas de literatura I.** Tradução de Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003b. p. 135-140.
- ADORNO, Theodor. Palestra sobre Lírica e Sociedade. In: __. **Notas de literatura I.** Tradução de Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003c. p. 65-90.
- ADORNO, Theodor. **Teoria estética.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ADORNO, Theodor. **Dialética negativa.** Tradução de Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura.** 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BAL, Mieke. Narratologia. **Introdução à teoria da narrativa.** Tradução de Elizamari Rodrigues Becker (et. al.). Florianópolis: Editora UFSC, 2021.
- BENJAMIN, Walter. A politização da inteligência. In: BOLLE, Willi (Org.). **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos.** São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1986.

- BENTES, Ivana. O Copyright da miséria e os discursos da exclusão. **Revista Lugar Comum** (UFRJ), Rio de Janeiro, p. 85-95, 2002.
- BENTES, Ivana. Estéticas da violência no cinema. **Interseções**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, 217-237, 2003.
- BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. **Revista ALCEU**, v.8 - n.15 - p. 242-255 - jul./dez. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 99- 181.
- BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Ed. USP/Unicamp, 2016.
- CABRAL, Éderson Oliveira. Ensaio sobre uma possível história da literatura brasileira conjugada pela ótica do trabalho. In: FALDINI, Luisa. **Viaggio brasiliano: storie, forme, luoghi**. Confronti interdisciplinari. Genova: Casa America, 2019, p. 41-61.
- CORDEIRO, Marcos Rogério; ALVES, Luís Alberto Nogueira; RODRIGUES-MOURA, Enrique. Apresentação. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 7-10, set. 2018.
- CAMPOS FILHO, Lindberg S. Materialismo corticeiro. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 74, p. 251-269, 2019.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio. et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 51-80.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a Formação do Homem. In: **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002. p.77-92.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: __. **A Educação Pela Noite**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006a, 169-196.
- CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura. In: In: __. **A Educação Pela Noite**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006b, 219-240.
- CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: In: **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006c, p. 17-99.
- CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: **A Educação Pela Noite**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006d, 241-260.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2010.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a Cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015a, p. 19-54.
- CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015b, p. 121-153.
- CANDIDO, Antonio. Quatro esperas. In: CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015c. p. 131-174.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015d, p. 9-14.
- CANDIDO, Antonio. Mundo-provérbio. In: CANDIDO, Antonio. **O Discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2015e, p. 83-105.
- CARA, Salete de Almeida. **Marx, Zola e a Prosa Realista**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

- CEVASCO, Maria Elisa. Formas trabalhando formas: a crítica literária segundo Roberto Schwarz. In: CORDEIRO, Rogério *et al* (Org.). **A crítica literária brasileira em perspectiva**. São Paulo: Atliê Editorial, 2013a, p.265-298.
- CEVASCO, Maria Elisa. O diferencial da crítica materialista. **Revista Ideias**, v. 4, n. 2, p. 15— 30, 2013b.
- CEVASCO, Maria Elisa. Ainda a Formação... In: ALVES, Luis Alberto. **A Formação em Perspectiva: ensaios de literatura, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014, p. 275-302.
- CEVASCO, Maria Elisa. Estudos Culturais: fim de linha ou aposta na relevância? **Revista Outubro**, n. 23, p. 91-108, 2015.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições: sobre estudos culturais**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CORDEIRO, Rogério. Altos e baixos da crítica literária dialética. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 190-208, jan.-jun. 2021.
- CORPAS, Danielle. De boas intenções o inferno está cheio. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 18, n. 28, p. 16-36, 2009.
- COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Deslocamentos no vazio: espaço na narrativa contemporânea. **Revista Contexto**, Vitória, v. X, n.9, p. 23-37, 2002.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Entrevista concedida à Amanda Massuela em Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. **Revista Cult**, edição 231, 2018.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 26, p. 13— 71, 2005.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: Alterações e continuidades. **Letras de Hoje**, v. 56, n. 1, 2021.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2012.
- DENNING, Michael. **Culture in the age of three worlds: reflecting on genocide**. London: Verso, 2004
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e Crítica Literária**. Tradução Matheus Corrêa. São Paulo: UNESP, 2011.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Tradução Maria Lucia Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- FEHÉR, Ferenc. **O romance está morrendo?: (contribuição à teoria do romance)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FOGAL, Alex Alves; ARAÚJO, Bárbara Del Rio. A negação do trabalho em Leite Derramado, de Chico Buarque. **Em Tese**, v. 26, n. 2, p. 12-26, mar. 2020.
- FONTIUS, Martin. Literatura e história: desenvolvimento das forças produtivas e autonomia da arte. In: COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 97-198.
- FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Operadores de Leitura da Narrativa. IN: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3.ed. Maringá: Eduem, 2009, págs. 33-58.
- FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 166-182, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade em Grande sertão: veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- HITCHCOCK, Peter. **Labor in Culture, Or, Workers of the World(s)**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

- JAMESON, Fredric. **Marxismo e Forma**: Teorias dialéticas da Literatura no século XX. Tradução de Iumna Maria Simon. São Paulo: Hucitec, 1985.
- JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- JAMESON, Fredric. Mapeamento cognitivo. **Revista Porto Alegre - pensamento, sociedade, cultura [on-line]**. Tradução de Gabriel Tupinambá e Luisa Marques. N. 5, 2021, s/p.
- JAMESON, Fredric. Imaginary and Symbolic in Lacan. In: **The Ideologies of Theory**. London: Verso, 2008a, p. 177-123.
- JAMESON, Fredric. Marxism and Historicism. In: **The Ideologies of Theory**. London: Verso, 2008b, p. 451-481.
- JAMESON, Fredric. **Valences of the dialectic**. London: Verso, 2010.
- JAMESON, Fredric. **Arqueologias do future**: o desejo chamado Utopia e outras ficções científicas. Tradução de Carlos Pissardo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- KEATING, P. J. **The working classes in Victorian fiction**. London: Routledge & Kegan Paul, 2016.
- LAFETÁ, João Luiz. O romance atual: considerações sobre Oswaldo França Júnior, Rui Mourão e Ivan Ângelo. In: **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas cidades, 2004, p. 241-264.
- LUKÁCS, Georg. Nota sobre o romance. In: **Lukács. Col. Grandes cientistas sociais**. 2 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1992, p. 177-188.
- LUKÁCS, Georg. O romance como epopeia burguesa. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Orgs.). **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a, 193-244.
- LUKÁCS, Georg. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Orgs.). **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b, 87-120.
- MORETTI, Franco. **O burguês**: entre a história e a literatura. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- MORETTI, Franco. **O romance de formação**. Trad. de Natasha B. Palmeira. São Paulo: Todavia, 2020.
- MUNT, Sally R. Introduction. In: MUNT, Sally R. (Org.). **Cultural Studies and the working class**: subject to change. London: Cassel, 2000, p. 1-19.
- OTSUKA, Edu Tekuri. **Marcas da Catástrofe**: experiência urbana e indústria cultural em Rubem Fonseca, João Gilberto Noll e Chico Buarque. São Paulo: Nankin, 2001.
- OTSUKA, Edu Tekuri. Marxismo. In: SEDYCIAS, João (Org.). **Repensando a teoria literária contemporânea**. Pernambuco: Ed. UFPE, 2015, p. 365-404.
- OTSUKA, Edu Tekuri. **Era no Tempo do Rei**: atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias. São Paulo: Ataliê Editorial, 2016.
- PACHECO, Ana Paula. O vaqueiro e o procurador dos pobres: Vidas secas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 60, p. 34-55, abril, 2015.
- PELLEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra**: aspectos da ficção brasileira contemporânea. São Paulo: Mercado de Letras; Fapesp, 1999.
- PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 24, p. 15— 34, 2004.
- PELLEGRINI, Tânia. **Realismo e realidade na literatura**: um modo de ver o Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.
- PENJON, Jacqueline; PASTA JÚNIOR, José Antonio. Le rythme singulier d'une formation historique. In: PENJON, J., PASTA Jr., J. A. (Org.). **Littérature et modernization au Brésil**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004. Disponível em: <https://books.openedition.org/psn/9365>
- PASTA JÚNIOR, José Antonio. **Formação supressiva**: constantes estruturais do romance brasileiro. 2011. 282 f. Tese (Livres Docência) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

- POUILLON, Jean. **O Tempo no Romance**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.
- RABELLO, Ivone Daré. O agudo olhar para as figurações da barbárie: perspectivas do presente em O discurso e a cidade. **Literatura e Sociedade**, v. 14, n. 12, p. 182-198, 2009.
- RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Vol. 1. Pontos de vista e lógica da narração. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues (et. al.). São Paulo: Cortez, 2016.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de narratologia**. Coimbra, Almedina, 1980.
- ROSENFELD, Anatol. **O mito e o herói no moderno teatro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- ROSENFELD, Anatol. À procura do mito perdido: notas sobre a crise do romance psicológico. In: Letras e leituras. São Paulo: Perspectiva; UNICAMP; EDUSP, 1994.
- ROSENFELD, Anatol. **Brecht e o teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- SCHMID, Wolf. **Narratology**. An Introduction. Trad. Alexander Starritt. Berlin/New York: De Gruyter 2010.
- SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Seja como for**. Entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2019.
- SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. Apresentação. In: _____. (Org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 7-8.
- SCHWARZ, Roberto. Ainda o livro de Kurz. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, São Paulo, p. 133-137, 1993.
- SIMON, Iumna Maria. A retraditionalização frívola. O caso da poesia. **Revista Cerrados** [online], v. 24, n. 39, p. 212-224, 2015.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. “Linguagem, formas de representação e o romance inglês”. **Floema** — ano VII, n. 9, p. 305-321, jan.-jun. 2011.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. Homens provisórios. Corenelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas. **Scripta**, v. 5, n. 10, p. 321-333, 2002.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. **Terceira Margem**, v. 12, n. 18, p. 15-37, 2008.
- VECCHI, Roberto. Literatura e trabalho: Brasília como obra. In: RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore. **Possibilidades da nova escrita literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 2014, p. 133-141.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.
- WOOD, James. **Como funciona a ficção**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naily, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. **The English novel from Dickens to Lawrence**. London: Chatto & Windus, 1970.

- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. Las novelas industriales. In: **Cultura y sociedad, 1780-1950: De Coleridge a Orwell**. Traducción de Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001, p. 85-102.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.
- WILLIAMS, Raymond. O romance industrial galês. In: **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011b, p. 291-315.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo, estruturalismo e análise literária. Tradução de Ugo Rivetti. **Revista Plural**, v. 21, n. 1, p. 195-216, 2014.
- ZERWECK, Bruno. Historicizing Unreliable Narration: Unreliability and Cultural Discourse in Narrative Fiction. **Style**, Penn State University Park, v. 35, n. 1, p. 151-178, 2001.

VIII. Estudos gerais sobre literatura

- ARISTÓTELES. Poética. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BARRENTO, João. “Pela porta dos afetos”. In: __. **Umbrais: o pequeno livro dos prefácios**. Lisboa: Cotovia, 2000, p. 9-21.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 181-190.
- BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. Tradução de Manuel Frias Martins. 5. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- BOUCINHAS, André Dutra. **Ascensão social no Romance brasileiro do Segundo Reinado**. 252 f. 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2016.
- BOSI, Alfredo. “Situação e forma do conto brasileiro contemporâneo”. In: BOSI, Alfredo (Org.). **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 7-24.
- BOSI, Alfredo. Passagem para a interpretação literária. In: **Ideologia e Contraideologia: temas e variações**: São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 394-397.
- CORDEIRO, Marcos Rogério et al. Literatura e trabalho: entrevista com Luiz Ruffato. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 157-162, set. 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 71-210.
- CARNEIRO, Flávio. **No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- CERQUEIRA, Rodrigo Soares. Entre a tradição e a ruptura: a esperança de Torto Arado. **Revista Piauí**, edição 180, s/p., 2021.
- COSTA, Iná Camargo. Strindberg: um capítulo esclarecedor da dramaturgia moderna. **Dramaturgias**, v. 1, n. 1, 2016.
- COSTA, Iná Camargo. Transições. **Literatura e Sociedade**, v. 16, n. 15, p. 14-41, 2011.
- DIAS, Ângela Maria. Escrever, escavar: formas da violência na literatura brasileira contemporânea. **Revista TB**, Rio de Janeiro. 150: 7/20, jul.-set., 2002.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane**, Milano, n. 2, 2012, p. 199-221.
- GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

- GOMES, Renato Cordeiro. Representações da cidade na narrativa brasileira pós-moderna: esgotamento da cena moderna? **Revista Alceu** (PUCRJ), Rio de Janeiro, v. 1, p. 64-74, 2000.
- KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi** (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v.15, n.25, p. 287-307. Jan./Jul. 2014.
- HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte**, São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LUDMER, Josefina. “Literaturas postautônomas 3.0. Escrituras latinoamericanas delos últimos años: otros modos de pensar y de imaginar”. In: OLINTO, Heidrun Krieger e Karl Erik Schollhammer (org.). **Literatura e realidade(s)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção: de 1870 a 1920**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MELLO, Jefferson Agostini de. “Permanência do provisório”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, São Paulo, mar. 2006, p. 221-31.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. A volta da realidade das margens. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 39, p. 57— 75, 2012.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. Instinto de Marginalidade, notícia da atual literatura brasileira. IN: CARVALHO FILHO, Sívio de Almeida. **Deserdados: dimensões da desigualdade social**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007, p. 173-192.
- PEREIRA, Victor Hugo Adler. Dos modos de narrar o ódio presente. In; CARVALHO FILHO, Sívio de Almeida. **Deserdados: dimensões das desigualdades sociais**. Rio de Janeiro: Instituto Letras; H. P. Comunicação, 2007, p. 151-171.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PEDROSA, Celia *et al.* (Org.) **Indicionário do contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- RAMOS, Graciliano. O fator econômico no romance brasileiro. In: **Linhas tortas**. 18 ed. Rio de Janeiro: São Paulo, 2002, 246-252.
- REIS, Zenir Campos. O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações**. 4a. ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 42-57.
- RESENDE, Beatriz. Súbito desaparecimento da cidade na ficção brasileira dos anos 90. In: **Apontamentos de crítica cultural**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- RESENDE, Beatriz. Possibilidades da nova escrita literária no Brasil. In: RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore. **Possibilidades da nova escrita literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 2014, p. 9-24.
- RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Biblioteca Nacional, 2008.
- SANTIAGO, Silviano. Uma literatura anfíbia. In: **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.. p. 64-73.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, Qual romance?** Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. Objetos verbais não identificados. **O Globo**, 21 set. 2013. Prosa e Verso.
- TAVARES, Vilma Costa. **À flor da pele: vida e morte em tempos de tribos**. Tese de doutoramento. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução Caio Meira. - Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

IX. *Estudos sobre a sociedade brasileira (trabalho, cultura, economia e história)*

- AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. Páginas 187 a 202.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2009a.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009b.
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p.405- 419, set. 2011.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O fio da meada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ARANTES, Paulo Eduardo; Arantes, Otília. O sentido da formação hoje. Entrevista dada à revista Praga, realizada por Ricardo Musse. **Praga**, n. 4, São Paulo, pp. 95-107, 1997.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado De Trabalho: Uma Perspectiva De Longa Duração. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Org.) **As contradições do lulismo**. A que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 55-91.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2 ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 4, 775-819, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3 ed. Campinas; Ed. Unicamp, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

- DEDECA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 94-111, 2005.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CANO, Wilson. **Raízes da industrialização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v.1, 36. 152-165, 2019.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo**. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Dec. 2014
- FERNANDES, Florestan. O Estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008, p. 23-95.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRANCO, Renato; CARVALHO, Débora Cristina de. Teoria crítica e neoliberalismo no Brasil: Anotações sobre Roberto Schwarz e Francisco de Oliveira: **Constelaciones. Revista de Teoria Crítica**, [S. l.], n. 13, p 261-285, 2021.
- FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1977.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A década inclusiva (2001-2011)**. Desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do Ipea, n. 155. 25/09/2012a.
- IPEA. Análise do mercado de trabalho. In: **Mercado de trabalho**. 50. Conjuntura e análise. Brasília: MTE/IPEA, 2012b, p. 13-24. IPEA. Notas técnicas.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista, O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose de Arribaça. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n° 27, jul. 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.
- OLIVEIRA, Francisco de. Passagem na neblina. In: Oliveira, Francisco (org.). **Classes sociais em mudança em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo Perseu Abramo, 2000, p. 7-22.
- OLIVEIRA, Francisco. Empregos Globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco. **Democracia Viva - Revista do Ibase**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 3-5, 2004.
- PAULA, João Antonio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. **Revista História Econômica & História de Empresas**, v. 5, n. 1, 19 jul. 2012.
- PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

- POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- RUFFATO, Luiz. Até aqui, tudo bem! (como e por que sou romancista - versão século 21). In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Org.). **Espécies de espaço**: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SOUZA, Jessé de. **A Ralé Brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. Apresentação — Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Org.) **As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 9-20.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VITORINO, Artur José Renda. **Cercamento à brasileira**: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880. 2002. 198 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, 2002.
- VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991, p. 81-112.
- TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

X. Bibliografia geral

- ARENDDT, Hannah. **La condición humana**. Trad. Ramón Gil Novales. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**. Novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996b, p. 53-89.

- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. Tradução Cássia da Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a, p 149-168.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 17-58.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 6. ed. 4. reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CARDOSO, Luís Antônio. A centralidade da categoria trabalho: uma análise crítica do debate sociológico contemporâneo. **Confluências - Revista interdisciplinar de sociologia e direito**, v. 10, n. 1, p. 11-41, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3. Ed. Tradução de Iraci Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- DUBAR, C. O debate sobre o futuro do trabalho na França. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo (ALAST)**. Campinas, Editora da Unicamp, ano 4, n. 8, 1988, p. 151-157.
- EAGLETON, Terry. **Marx Estava Certo**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2012.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. Gerra Civil. Tradução de Marcos Branda Lacerda e Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, n. 18, setembro, 1987.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 1996, p. 78-124.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Tradução de Waldeia Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. Os resultados humanos da Revolução Industrial, 1750-1850. In: ___ **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Tradução Donaldson Magalhães. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, p. 74-89.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria T. Lopes Teixeira e Marcos Panchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do capital, 1848-1875**. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos impérios, 1875-1914**. Tradução Sieni Maria Camos e Yolanda Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JAPPE, Anselm. **As Aventuras da mercadoria: por uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- KURZ, Robert. “Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora”. *Krisis*, Berlim, n. 13, dezembro 1993b.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 45-50.
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In __. **Os pensadores**. Tradução de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MEYER, Arno. **A força da tradição**: a persistência do Antigo Regime. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEVES, Julia Eumira Gomes. **Influências de métodos de abate no bem-estar e na qualidade da carne de bovinos**. 69 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - UNESP, Campus de Jaboticabal, São Paulo, 2008.
- OFFE, Claus. **Trabalho**: a categoria sociológica chave? In: **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ORWELL, George. Charles Dickens. In: **Essays**. Penguin Classic: Londres, 2000, p. 64-107.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. tradução Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAID, Edward W. Introdução a Mimesis, de Erich Auerbach. In: __. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.110-145.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- STEFANUTO, Míriam Rebeca Rodeguero. São eles que fazem isso comigo! O frigorífico Santa Margarida e as relações entre humanos e animais. Pelotas. **Revista TESSITURAS**, v.7, n. 1, 2019.
- TOURAINÉ, Alain. **Após a Crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VEYNE, Paul. O Império Romano. In: Veyne, Paul (Org.). **História da Vida Privada**: Vol. 1 — Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 11-212.